

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

GEISON DA CUNHA FERREIRA

**RECRUTAMENTO À REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: O CASO DAS
ELEIÇÕES DE 2010 NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2012

GEISON DA CUNHA FERREIRA

**RECRUTAMENTO À REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: O CASO DAS
ELEIÇÕES DE 2010 NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a Marcia Ribeiro Dias

Porto Alegre

2012

F383r

Ferreira, Geison da Cunha.

Recrutamento à representação político-partidária: o caso das eleições de 2010 no Rio Grande do Sul. / Geison da Cunha Ferreira. – Porto Alegre, 2012.
343 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Ribeiro Dias

1. Eleições – Rio Grande do Sul. 2. Partidos Políticos – Rio Grande do Sul. 3. Sistemas Eleitorais. 4. Recrutamento Político. I. Dias, Marcia|Ribeiro. II. Título.

CDD 324.8165

Bibliotecária Responsável: Anamaria Ferreira CRB 10/1494

GEISON DA CUNHA FERREIRA

**RECRUTAMENTO À REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: O CASO DAS
ELEIÇÕES DE 2010 NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marcia Ribeiro Dias – PUCRS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PUCRS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann – UFRGS

Porto Alegre

2012

Agradecimentos

Do fundo da alma, agradeço a todos aqueles que acreditaram que era possível. E foram tantos, de tantas formas, e em momentos tão difíceis, que seria impossível detalhar, e individualizar, aqui, a ajuda e a torcida de cada um. Obrigado.

Resumo

A presente dissertação trata de um tema que, nos últimos anos, tem despertado interesse na Ciência Política brasileira: a seleção de candidatos pelos partidos políticos. Enfoca-se, aqui, as dinâmicas partidárias – formais e informais – atuantes no processo de composição das nominatas à Câmara dos Deputados (CD), no Estado do Rio Grande do Sul, atualmente quinto maior colégio eleitoral do Brasil, nas eleições de 2010. A estratégia de pesquisa consistiu, basicamente, no exame de três aspectos intrapartidários: 1º) Os atributos individuais dos candidatos; 2º) Os “critérios” e “valores” mobilizados pelas direções partidárias no processo de confecção das listas; 3º) O formato da campanha eleitoral na televisão, o HGPE para Deputado Federal. Para isso, recorreu-se a entrevistas semi-estruturadas com dirigentes de quatro legendas (PMDB, PT, DEM e PP), à análise de conteúdo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de televisão para Deputado Federal e, por fim, à montagem, por meio de consulta ao banco de dados da Justiça Eleitoral, do perfil dos candidatos dos 11 (onze) partidos com representação na bancada gaúcha do legislativo federal durante a legislatura de 2007 a 2011, a saber: PSOL, PC do B, PT, PDT, PSB, PMDB, PPS, PSDB, PTB, DEM, PP. O argumento central do trabalho é de que, a despeito das críticas recebidas pela literatura, o sistema eleitoral de lista aberta não é, por si só, o fator explicativo para a inconsistência e baixa institucionalização de algumas das organizações partidárias estudadas, tendo, pelo contrário, os seus “efeitos” mediados pelas características internas e de trajetória dessas organizações.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Sistema Eleitoral; Lista Aberta; Recrutamento Político; Eleição; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

This dissertation deals with a subject that in recent years has aroused interest in the Brazilian Political Science: the selection of candidates by political parties. Here focuses on the dynamics of party – formal and informal – active in the composition's process of the Chamber Deputies nominatas (CD), in the state of Rio Grande do Sul, currently the fifth largest electoral college of the elections in Brazil, in the 2012 elections. The search strategy consisted basically in the examination of three aspects intra-party: 1) The individual attributes of the candidates; 2) “criteria” and “values” mobilized by party leaders in the process of making lists; 3) The format of the election campaign on television, the HGPE for the Federal. For this we used a semi-structured interviews with leaders of four legends (PMDB, PT, DEM and PP), content analysis of Time Free Electioneering TV to Congressman and finally assembly by querying the database of Federal Court, profile of candidates from 11 parties with representation on the bench “gaucho” the federal legislature during the legislative from 2007 to 2011, namely: PSOL, PC do B, PT, PDT, PSB, PMDB, PPS, PSDB, PTB, DEM, PP. The central argument of this paper is that, despite criticism in the literature, open list electoral system is not alone the explanatory factor for inconsistency and some of the low institutionalization and party organizations studied, instead the “effects” mediated by internal characteristics and trajectories of these organizations.

HGPE : acronyms which means Time Free Electioneering TV

PMDB, PT, DEM, PP, PSOL, PC do B, PDT, PSB, PPS, PSDB, PTB : acronyms of different political parties in Brazil

“gaucho”: word that means a person is borned in Rio Grande do Sul, a state in South of Brazil

KEYWORDS: Political Parties; Electoral System; Open List; Political Recruitment; Election; Rio Grande do Sul.

Lista de Figuras

Figura 1 - Sistemas de Lista entre as maiores democracias	35
Figura 2 - Combinação entre voto preferencial/ não-preferencial e voto partidário/personalizado	37
Figura 3 - Eleição 2001/02: não lembra em quem votou (%)	39
Figura 4 - Vantagens e desvantagens dos modelos de lista fechada, aberta e flexível	46
Figura 5 - Número de Candidatos a Deputado Federal, Brasil (1994 -2006)	64

Lista de Imagens

Imagem 1 - Símbolo e Legenda do PSOL	263
Imagem 2 - Legenda do PTB no HGPE.....	263
Imagem 3 - Apelo ao voto nos candidatos do PT a Deputado Federal.....	263
Imagem 4 - Legenda do PCdoB (ao fundo) e a Estratégia de “referência à majoritária”	263
Imagem 5 - Apelo explícito ao voto de legenda no HGPE do PDT	263
Imagem 6 - Estratégia de "reforço da majoritária" do PSB no HGPE	263
Imagem 7 - Aparição de Tarso Genro no programa dos candidatos.....	267

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado da eleição para Governador do Rio Grande do Sul, 2010	102
Tabela 2 - Número de candidatos apresentados pelos partidos e considerados "aptos" pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2010, no RS.....	108
Tabela 3 - Número de candidatos apresentados pelas listas e considerados "aptos" pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2010, no RS.....	111
Tabela 4 - Número de candidatos não apresentados pelas listas à Câmara dos Deputados no RS, em 2010, conforme o limite legal	112
Tabela 5 - Número de votos e de cadeiras obtidas por partido/coligação nas eleições de 2010 à Câmara dos Deputados, no RS.....	117

Tabela 6 - Sexo dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentuais.....	149
Tabela 7 - Sexo dos candidatos à Câmara dos Deputados no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual.....	156
Tabela 8 - Faixa Etária dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentuais.....	157
Tabela 9 - Faixa Etária dos candidatos à Câmara dos Deputados no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual.....	158
Tabela 10 - Escolaridade dos candidatos a Deputado Federal pelo RS, nas eleições de 2010, em percentual.....	162
Tabela 11 - Escolaridade dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual.....	164
Tabela 12 - Ocupação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual.....	169
Tabela 13 - Ocupação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual.....	170
Tabela 14 - Tempo de filiação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual.....	177
Tabela 15 - Tempo de filiação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual.....	179
Tabela 16 - Experiência Político-Administrativa Prévia de Candidatos e Eleitos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual	215
Tabela 17 - Experiência no Executivo de Candidatos e Eleitos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual, em%.....	216
Tabela 18 - Experiência Político-Administrativa Prévia (por cargo) de Candidatos e Eleitos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010,	216
Tabela 19 - Experiência Político-Administrativa dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual (Último Cargo Ocupado).....	220
Tabela 20 - Participação em eleições anteriores dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual	225
Tabela 21 - Participação em eleições anteriores dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual	227

Tabela 22 - Índice de renovação em relação a 2006 da lista de candidatas a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual	227
Tabela 23 - Participação Associativa dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual.....	231
Tabela 24 - Participação Associativa dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual.....	232
Tabela 25 - Fontes de Financiamento dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual	243
Tabela 26 - Distribuição Diária de Tempo (Rede - Televisão) conforme o partido ou coligação para a campanha a Deputado Federal no RS, em 2010	251
Tabela 27 - Comparativo (Voto de Legenda - Deputado Federal).....	269
Tabela 28 - Candidatos com Grande Destaque no HGPE	280
Tabela 29 - Candidatos com Grande Destaque no HGPE	281
Tabela 30 - Tempo Total (em Segundos) por Partido	285
Tabela 31 - Distribuição dos Candidatos entre as Faixas de Exposição.....	288

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Tentativa de Reeleição - Deputados Federais do RS, em %	114
Gráfico 2 - Candidaturas à Câmara dos Deputados conforme o Sexo (1990-2010), em %.....	151
Gráfico 3 - Mediana do tempo de filiação por partido (em anos).....	180
Gráfico 4 - Tempo Médio de Filiação (em anos), conforme o Bloco Ideológico	207
Gráfico 5 - Tempo Médio de Filiação (em anos) conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual.....	207
Gráfico 6 - Experiência Político-Administrativa X Tempo de Filiação conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual.....	223
Gráfico 7 - Participação Associativa conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual.....	238
Gráfico 8 - Total de Estratégias Eleitorais utilizadas no HGPE.....	255

Gráfico 9 - Índice de Projeção da Imagem Partidária- HGPE.....	257
Gráfico 10 - Referências Partidárias Diretas e Protagonistas, em %	259
Gráfico 11 - "Referências Partidárias Diretas" conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual.....	261
Gráfico 12 - Tipos de Referências Partidárias, conforme o Partido, na eleição para Deputado Federal, no RS, em 2010	267
Gráfico 13 - Exposição no HGPE (por faixa)	282
Gráfico 14 - Correlação entre Tempo de Exposição (total de segundos) e Voto	283

Lista de Quadros

Quadro 1- Faixas de Exposição no HGPE a Deputado Federal.....	287
Quadro 2- Versão estatutária da filiação partidária de Álvares, 2004.....	339

Lista de Abreviaturas e Siglas

AL/RS – Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CD – Câmara dos Deputados
CPERS – Centro de Professores do Estado do rio Grande do Sul
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
FAMURS – Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IST – Instituto Solon Tavares

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrático Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PV – Partido Verde

RBS – Rede Brasil Sul

RS – Rio Grande do Sul

TRE/RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UJS – União da Juventude Socialista

UNE – União Nacional dos Estudantes

Outras Siglas:

HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

DATAFOLHA – Instituto de Pesquisas

NEPPE – Núcleo de Estudos sobre Poder, Partidos Políticos e Eleições

SUMÁRIO

Introdução	15
1.0 Sistemas Eleitorais: Modalidades de Lista, Seus Efeitos: Uma discussão preliminar	26
1.1 Lista Aberta “versus” Lista Fechada	32
1.1.1 Impacto sobre os Eleitores	36
1.1.2 Impacto sobre os Candidatos	39
1.1.3 Impacto sobre os Partidos.....	42
1.2 A “Lista Aberta” Brasileira em Perspectiva.....	47
1.2.1 Um esboço dos argumentos da “literatura crítica”	48
2.0 A Construção das Candidaturas: “Lista Aberta”, Seleção de Candidatos, Partidos e Carreiras políticas no Brasil	54
2.1 Um outro “olhar” sobre a “Lista Aberta” Brasileira	56
2.2 A Seleção de Candidatos no Brasil: Aspectos Formais e Informais	67
2.2.1 Quem pode ser candidato? Requisitos Legais e Critérios Intrapartidários	70
2.2.2 “Controle”, “Selecionadores” e Grau de Inclusividade nos Partidos	75
2.2.2.1 Sobre o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral nas Proporcionais	83
2.3 Lista Aberta e Carreiras políticas no Brasil: Atributos e Perfis de Recrutamento.....	87
3.0 A Seleção de Candidatos à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul	99
3.1 O Contexto Eleitoral de 2010	100
3.2 A confecção das “listas” conforme os Dirigentes Partidários	120
3.2.1 PT - DEM.....	127
3.2.2 PMDB - PP	138
4.0 Perfil Socioeconômico, Vínculos Partidários e Inserção Social dos Aspirantes à Deputado Federal	145
4.1 Perfil Socioeconômico	148
4.1.1 Representação Feminina: legislação que inclui, realidade que exclui.....	148
4.1.2 Participação por Faixa Etária	157
4.1.3 Escolaridade dos candidatos e Inclusividade das agremiações partidárias ...	159
4.1.4 Perfis Ocupacionais	167
4.2 Vínculos Político-Partidários e Inserção Social dos Candidatos	174
4.2.2 Tempo de Filiação	174
4.2.3 Experiência Político-Administrativa	213
4.2.4 Participação em Eleições Anteriores	224
4.2.5 Participação Associativa.....	228
5.0 Partidos e Candidatos na Propaganda Eleitoral à Câmara dos Deputados	245
5.1 Identificadores Partidários no HGPE	253
5.2 Exposição dos Candidatos no HGPE	275
5.2.1 Distribuição do Tempo e Voto: Perspectiva Intrapartidária	285
6.0 Conclusão	293
Referências Bibliográficas	300
Referências Webliográficas	310
Anexo 1 – Dados sobre os candidatos dos partidos políticos (PSOL, PT, PCdoB, PDT, PSB, PMDB, PPS, PSDB, PTB, DEM, PP)	312
Anexo 2 – Roteiro das Entrevistas com os Dirigentes Partidários	337
Anexo 3 – Versão estatutária da filiação partidária de Álvares, 2004	339

Introdução

O sistema proporcional de lista aberta¹ recebeu, ao longo dos anos 90, um conjunto de críticas por parte da bibliografia especializada da ciência política brasileira. Trabalhos mais críticos empreendidos por alguns brasilianistas, como Scott Mainwaring (1991) e Barry Ames (1995), em resumo, destacavam que, no caso brasileiro, o sistema de voto ordinal por "lista aberta" - ao constranger minimamente o âmbito de escolha do eleitor, de tal forma que o partido, nesse sistema, teria "o poder mínimo e o eleitor, o poder máximo" na escolha dos representantes (Tavares, 1994, p.41) - implicaria na potencialização da competição intrapartidária, prejudicando a coesão e a identidade dos partidos políticos brasileiros, de forma a fomentar o personalismo político em detrimento da reputação partidária junto ao eleitor (Tavares, 1994; 1999; 2003; Mainwaring, 1991; 2001; Ames, 1995;2003).

Para além dos incentivos gerados pela modalidade de lista em si, autores críticos do sistema de lista aberta também elencaram algumas outras características da legislação eleitoral brasileira que concorreriam para o reforço do individualismo político e para a debilidade da mediação partidária. Dentre essas características, a **magnitude dos distritos eleitorais**, em virtude do incentivo ao alto número de candidatos ao legislativo (Samuels, 1997; Mainwaring, 1991), e a prática da **coligação partidária em eleições proporcionais**, por permitir que os partidos apresentem, em aliança, um número ainda maior de candidatos e concorram em "lista única" (Tavares, 2003, p. 293), ocuparam centralidade nas análises.

Somadas a essas duas características da legislação eleitoral brasileira, a existência da chamada "**Lei do Candidato Nato**", que dava ao representante legislativo (deputados federais, estaduais, vereadores, etc) o direito de figurar na lista partidária independentemente da vontade da direção partidária (tirando autonomia dos partidos na escolha de candidatos), e a ausência de um dispositivo legal que proibisse a **migração partidária**, completavam, de modo geral, o diagnóstico negativo do conjunto de incentivos institucionais apontados como

¹ Ou, tecnicamente, "lista preferencial não ordenada".

“perniciosos aos partidos políticos” pela bibliografia crítica do sistema eleitoral brasileiro (Tavares, 2003; Mainwaring, 1991; Samuels, 1997).

Interpretação alternativa do impacto do sistema de lista aberta nas práticas dos partidos políticos brasileiros é fornecida pelos estudos recentes de Braga (2008), Braga, Veiga e Miriade (2009) e Carneiro (2009). Esses autores, buscando avaliar empiricamente as conclusões extraídas da literatura crítica, sustentam que o processo de seleção de candidatos (Carneiro, 2009) e o controle dos partidos sobre o acesso à lista e a recursos importantes (Braga, 2008) podem fortalecer a atuação dos dirigentes partidários sobre a dinâmica das eleições proporcionais. Da mesma forma, Figueiredo e Limongi (1999) destacaram, em seu estudo sobre o comportamento dos parlamentares em plenário, que, apesar dos aspectos permissivos da legislação eleitoral brasileira (individualismo das campanhas), os líderes das bancadas partidárias na CD têm conseguido manter a disciplina nas votações, reforçando o papel dos partidos políticos na arena parlamentar.

Braga (2008) e Carneiro (2009) chegam a conclusões, a partir de análises realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, que têm apontado para a existência de importantes “filtros partidários” no processo de seleção interna de candidatos às eleições proporcionais nos partidos políticos brasileiros, o que problematiza o diagnóstico corrente de que as direções partidárias seriam fracas e os partidos “atomizados” em sistemas eleitorais de lista aberta (Tavares, 1994, p. 24). As autoras, em síntese, destacam que as regras eleitorais e partidárias “formais” e “informais” atuantes na própria dinâmica de seleção dos candidatos (Carneiro, 2009) e o controle dos partidos sobre o fundo partidário e o tempo no horário gratuito no rádio e na TV (Braga, 2008), poderiam ser um constrangimento ao que Mainwaring caracterizou como “jogo livre nas eleições proporcionais” no Brasil (Mainwaring, 1991, p. 47).

Carneiro (2009), em seu estudo sobre o processo de seleção de candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro, argumenta, por exemplo, que o controle sobre a distribuição do tempo de TV poderia atuar como uma estratégia “para induzir a

eleição de quem as legendas desejam” (Carneiro, 2009, p.145), revelando que há nomes “ocupando informalmente os primeiros lugares da lista” (Carneiro, 2009, p.141). A autora defende, assim, que o controle dos partidos sobre a dinâmica das eleições proporcionais não pode ser simplesmente descartado em virtude da vigência, no Brasil, de um sistema eleitoral de lista aberta, visto que os dirigentes partidários atuam fortemente na definição dos candidatos e no direcionamento da campanha eleitoral, não prevalecendo, nesse caso, a “competição intralista” (Carneiro, 2009, p. 181)

Na mesma linha, Figueiredo e Limongi (2002) afirmam que, mesmo existindo uma total liberdade na definição das listas, sem qualquer controle do partido, algo que, em tese, inibiria a influência dos partidos sobre o comportamento dos parlamentares, “não segue que inexistam outros meios, e que estes estejam igualmente fora do controle dos líderes, para se obter os mesmos resultados.” (Figueiredo e Limongi, 2002, p. 308). Remetendo-se ao trabalho pioneiro de Schmitt et al. (1999), os autores, assim como Carneiro (2009), citam o controle dos partidos sobre a distribuição do tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) como um possível expediente dos dirigentes partidários para influenciar as chances dos candidatos na arena eleitoral.

De fato, na esteira dessa discussão, os estudos de comunicação política, no Brasil, podem, e têm auxiliado, no debate acerca do grau de autonomia dos candidatos em relação aos seus partidos nas eleições proporcionais. No entanto, como alerta Nicolau (2006a), ainda são escassos os trabalhos dedicados ao estudo de como partidos e candidatos, em eleições proporcionais, organizam suas listas e campanhas (Nicolau, 2006a). A escassez de pesquisas sobre as estratégias eleitorais empregadas pelos partidos para compor suas listas é evidente (Figueiredo e Limongi, 2002, p. 309). E sobre o HGPE - com a exceção dos trabalhos de Schmitt et al. (1999), Albuquerque (2008), Dias (2005; 2009) e Miguel (2010) - a ausência de trabalhos específicos sobre campanhas proporcionais continua sendo sentida.

Assim, seguindo os trabalhos sobre recrutamento de candidatos propostos por Carneiro (2009), Braga (2008), Braga, Veiga e Miríade (2009), Braga e Veiga (2009) e partindo das propostas de análise da gramática do HGPE já desenvolvidas por Schmitt et al. (1999), Albuquerque (2008) e Dias (2005; 2008), pretende-se, na presente dissertação, avaliar os possíveis efeitos do “sistema eleitoral proporcional de lista aberta brasileiro” naquela que é considerada como a principal função a ser cumprida pelos partidos políticos: a produção da representação (Braga, 2008). Objetiva-se, em síntese, analisar a composição das nominatas partidárias à Câmara dos Deputados (CD), no Rio Grande do Sul, nas eleições de 2010. Para isso, procedeu-se o exame de três aspectos intrapartidários: 1º) Os atributos individuais dos candidatos; 2º) Os “critérios” e “valores” mobilizados pelas direções partidárias no processo de confecção das listas; 3º) O formato da campanha eleitoral na televisão, o HGPE para Deputado Federal.

A presente análise se limita às listas apresentadas nas eleições de 2010 pelos 11 (onze) partidos políticos com representação na bancada gaúcha na Câmara dos Deputados na última legislatura (2007-2011), a saber: PSOL, PC do B, PT, PDT, PSB, PMDB, PPS, PSDB, PTB, DEM, PP. A opção pela análise das nominatas ao cargo de Deputado Federal relaciona-se com o fato de a Câmara dos Deputados ser considerada “como um ponto crucial da carreira política brasileira — é a principal porta de entrada na transição entre o espaço da política local e a política nacional” (Miguel, 2003, p. 122).

A análise dos atributos individuais dos candidatos vincula-se à interpretação, presente na literatura sobre partidos políticos no Brasil, que defende a necessidade de estudos sobre recrutamento político no país (Marenco dos Santos, 2000). Tal necessidade é reforçada quando se leva em conta as regras que condicionam a representação política no Brasil – sistema proporcional de lista aberta – o que deveria “atribuir maior relevo às características e o *background* dos indivíduos recrutados para cadeiras parlamentares” (Marenco dos Santos, 2000, p 15). Por fim, o fato de o federalismo brasileiro - composto por subsistemas políticos estaduais diferenciados quanto ao formato de competição política (Lima Júnior, 1997) –

implicar “em distintas estruturas de oportunidade para a mobilidade na carreira política” (Marengo dos Santos, 2001, p. 70) valoriza sobremaneira os estudos que buscam avaliar o perfil do recrutamento político-partidário nos Estados.

No entanto, contrariamente aos estudos sobre recrutamento parlamentar, a análise aqui empreendida não recai sobre aqueles que “já chegaram lá” (Bolognesi, 2009, p. 21), isto é, os parlamentares eleitos, mas sobre os indivíduos que, ainda na condição de candidatos, postulam um mandato na Câmara dos Deputados. Estudo recente sobre recrutamento, realizado por Carneiro (2009) no Estado do Rio de Janeiro, apontou para a existência de determinados “requisitos” para a escolha dos candidatos pelos partidos políticos naquele Estado. Os atributos mais valorizados pelos partidos, no momento da montagem das listas partidárias, seriam para autora: “1) Perspectiva de trazer votos, geralmente avaliada pelos resultados de eleições anteriores; 2) Já ser detentor de mandato eletivo (vereador, deputado estadual, deputado federal ou prefeito) ou não (cargos importantes no Governo ou na Prefeitura); 3) Já ter sido candidato, mesmo que não eleito, e apresentado votação expressiva; 4) Ter “popularidade”, “nome conhecido” (seja no meio político ou não); 5) Possuir recursos econômicos para financiar a campanha”. (Carneiro, 2009, p. 240).

Pelo que se pode depreender dos requisitos acima, a estratégia dos partidos políticos para a composição das listas naquele Estado seria basicamente “eleitoreira”, visto que, na totalidade, os requisitos citados pela autora remetem a uma perspectiva mais “pragmática” do processo de prospecção de candidatos (com ênfase em recursos individuais como “mandato”- não interessando por qual partido foi conquistado - “popularidade” e “dinheiro”) do que para um perfil “endógeno” de recrutamento, que valorizasse a trajetória partidária do postulante ao lugar na lista. No entanto, cabe destacar que a autora não chegou a explorar, em seu estudo do processo de confecção das nominatas partidárias, o grau de vinculação dos candidatos com seus partidos. Sendo que, para as interpretações mais críticas do sistema de lista aberta brasileiro (no caso, a de Mainwaring, 1991), “a estrutura de oportunidades configurada pelas regras eleitorais surge de imediato como uma

explicação promissora para a existência de precários vínculos de lealdade partidários entre os políticos nacionais” (Marengo dos Santos, 2000, p. 193).

Sendo assim, na presente dissertação – seguindo a trilha de alguns trabalhos sobre carreiras políticas e recrutamento partidário-parlamentar (Marengo e Serna, 2007; Marengo dos Santos, 2000, 2001; Bolognesi, 2009; Rodrigues, 2002; Braga, Veiga e Miríade, 2009; Perissionotto e Miríade, 2009) – optou-se por examinar o *background* dos candidatos a partir de um leque variáveis que contemplasse - além das variáveis mais “tradicionais” presentes na maioria dos estudos de recrutamento político a cargos legislativos, tais como sexo, idade, escolaridade e ocupação profissional² – a experiência política (postos ocupados no executivo e no legislativo) e a vinculação partidária (tempo de filiação³) dos candidatos. Além disso, buscou-se, em consonância com a proposta de Marengo e Serna (2007), identificar as “redes sociais” e o “capital associativo” mobilizado pelos candidatos.

A partir da construção do perfil das nominatas partidárias - especificamente, por meio da análise do grau de vinculação partidária e de experiência política dos candidatos – pretende-se, assim, avaliar a perspectiva, já destacada pela literatura sobre carreiras políticas no Brasil (Marengo dos Santos, 2000; 2001), de que a responsabilização do “sistema de lista aberta” pela tenuidade dos vínculos entre políticos e partidos precisa ser relativizada. Isto é, dentro do sistema de lista aberta brasileiro, alguns partidos apresentam um perfil endógeno e partidário de recrutamento de candidatos, enquanto outros têm suas nominatas compostas por candidatos com vínculos de lealdade mais tênues, que se valem de sua capacidade de mobilização de recursos individuais e de reputação personalizada para o sucesso político, “seguindo carreiras políticas laterais, descontínuas e com menos lealdade à filiação partidária”. (Marengo e Serna, 2007, p.94).

² Ver, por exemplo, os trabalhos de Braga, Veiga e Miríade (2009), Perissionotto e Miríade (2009), Rodrigues (2002, 2009), Bolognesi (2010), Carneiro (2009), Noll e Leal (2008), entre outros.

³ As datas de filiação partidária foram gentilmente disponibilizadas pelo colega Carlos Vinícios Cavalcanti, Mestre em Ciências Sociais pela PUC/RS e Técnico do TRE/RS.

Para traçar o perfil das nominatas, utilizou-se o método prosopográfico⁴. A Internet foi uma importante aliada na obtenção dos dados. A “prosopografia via web” - como tem sido denominada por alguns pesquisadores (Braga e Nicolás, 2008) - é facilitada pelo período eleitoral, quando candidatos e partidos têm, de forma majoritária, disponibilizado “sites” específicos para promoção das candidaturas⁵. Paralelamente, utilizou-se o banco de dados disponibilizado pelo TSE⁶, que abarca Sexo, Ocupação, Escolaridade, Idade, Patrimônio e a receita de campanha dos candidatos.

A análise do papel das lideranças partidárias no processo de confecção das listas foi realizada por meio de 4 (quatro) entrevistas com dirigentes (membros e ex-membros da executiva regional) de PT, PMDB, DEM e PP. A partir das entrevistas, buscou-se mapear os “critérios” (internos e estatutários) e os “valores”⁷ mobilizados no processo partidário de recrutamento de candidatos, assim como o controle da dinâmica de confecção das listas. Por fim, adentrou-se nas regras definidas em cada sigla para a formatação da propaganda eleitoral para a Câmara dos Deputados. Tais informações (provenientes do posicionamento dos líderes partidários) serão oportunamente cotejadas com os dados quantitativos sobre as nominatas.

Por último, no concernente à análise da propaganda eleitoral, é inegável que o monopólio do tempo de TV pelos partidos torna as organizações partidárias altamente relevantes, para não dizer indispensáveis, na conformação das

⁴ Conforme Heinz (2006, p. 9) “a prosopografia, ou o método das biografias coletivas, pode ser considerado um método que utiliza um enfoque sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em determinado período histórico. As biografias coletivas ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais, categorias profissionais ou coletividades históricas, dando destaque aos mecanismos coletivos - de recrutamento, seleção e de reprodução social - que caracterizam as trajetórias sociais (e estratégias de carreira) dos indivíduos”.

⁵ Foram visitados, ao longo da pesquisa, 112 “sites” de candidatos à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul. Além disso, para a obtenção de dados sobre as candidaturas, recorreu-se à análise do material de divulgação dos candidatos e à observação sistemática dos discursos no HGPE.

⁶ <http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/framesetPrincipal.jsp>

⁷ Álvares (2008a), citando a metodologia de pesquisa sobre recrutamento de candidatos defendida por Gallagher & Marsh (1988), adverte que, por meio de entrevistas com perguntas de ampla abordagem, é possível acessar “os valores dos selecionadores e os critérios de escolha usados por estes, o que procuram e porque procuram nos competidores, supondo-se seja produzir a reação dos eleitores para criar maior atrativo eleitoral” (Álvares, 2008a, p. 11).

estratégias de uso do HGPE nas campanhas proporcionais. Isto é, “o modelo de propaganda eleitoral na televisão favorece os partidos políticos simplesmente porque os torna intermediários indispensáveis das campanhas através do rádio e da televisão” (Albuquerque, 2005, p. 30).

A chamada hipótese da “lista informal”, pioneiramente apresentada por Schmitt, Carneiro e Kuschnir em 1999, ao defender que os partidos são relevantes na definição de estratégias de campanha no HGPE, tem, de fato, matizado o debate sobre o necessário “efeito individualizante” da estrutura de votação no sistema eleitoral de lista aberta (Schmitt et al., 1999). Isto é, o HGPE nas eleições proporcionais permite que os partidos se utilizem de distintas estratégias eleitorais na promoção de seus candidatos, tais como “limitar a participação no HGPE aos candidatos que, segundo sua avaliação, podem desempenhar o papel de puxadores de legenda até a divisão igualitária do tempo entre todos os candidatos da legenda” (Schmitt, 1999). Por outro lado, os partidos podem também recorrer às duas estratégias, isto é, pode interessar ao partido tanto “estimular o voto de legenda como promover candidaturas populares, os puxadores de votos.” (Dias, 2009, p.17). Destaca-se, da mesma forma, o contraste em termos de presença de signos partidários entre campanhas proporcionais e majoritárias no Brasil, o que caracteriza o HGPE, nas proporcionais, como um mecanismo de reforço da imagem partidária. Conforme Dias (2009), em seu estudo sobre a presença partidária no HGPE:

O primeiro dado que se destaca é a discrepância entre as campanhas majoritárias e proporcionais, de todos os partidos, no uso dos signos partidários. O uso de estratégias partidárias chega a ser cinco vezes maior em campanhas legislativas do que em campanhas majoritárias ocorridas no mesmo ano e empreendidas por um mesmo partido. O que provocaria tal fenômeno? A resposta pode estar nas características do sistema eleitoral brasileiro, que conjuga distintas fórmulas, para distintos cargos, a fim de distribuir cadeiras. (Dias, 2009, p. 16)

Acredita-se que, ao oferecerem “incentivos seletivos” (Panebianco, 2005) a determinadas lideranças - mais tempo de TV, no caso - os dirigentes partidários podem estar, efetivamente, operando no sentido de privilegiar determinados

candidatos por sua importância para o partido, o que não deixa de ser uma estratégia de regulação interna, eminentemente partidária, da competição intralista. A partir disso, propõe-se, no presente trabalho, que a análise dos padrões de distribuição de tempo entre os candidatos pelos partidos, no HGPE, se apresenta, nessa hipótese, como uma proxy para a compreensão dos processos de organização, internos ao partido, das listas em eleições proporcionais – organização interna que seria absolutamente “impensável” se fosse levado a sério a afirmação de Mainwaring (1991) de que os partidos brasileiros “não fazem muito esforço para ajudar alguns candidatos mais que outros, nem têm muitas condições de fazê-lo” (Mainwaring, 1991, p. 47).

No primeiro capítulo, serão apresentadas as diferentes modalidades de lista, suas combinações com os diferentes sistemas eleitorais e seus efeitos “esperados” sobre partidos, candidatos e eleitores. Além disso, será empreendida uma aproximação inicial com o debate sobre o chamado “sistema de lista aberta” brasileiro e suas principais “conseqüências”, muitas delas, como se abordou preliminarmente nesta Introdução, consideradas “deletérias” para o quadro político nacional. Nesse capítulo, se enfatizará, basicamente, a apresentação, de forma detalhada, daquela que é considerada a principal interpretação sobre o sistema em questão: a perspectiva “crítica” – representada por Scott Mainwaring (1991; 2001) e também defendida por Giusti Tavares (1999; 2003). No contexto da discussão, serão abordadas as características centrais e diferenciadoras do sistema de lista aberta brasileiro.

No segundo capítulo adentrar-se-á no marco teórico que guiará a presente dissertação. Para isso, será, inicialmente, discutida a perspectiva mais “otimista” sobre o sistema de lista adotado no país, presente nos trabalhos de autores com David Samuels (1997), Maria do Socorro Braga Sousa (2008), Andréia Carneiro (2009), entre outros.

Tais autores, mais vinculados à teoria da organização partidária (Panebianco, 2005), enfatizam a necessária “interface” existente entre chamada “lista aberta” – e

seus incentivos “sistêmicos” – e a dimensão “interna” das organizações partidárias. Eles buscam focar, assim, os aspectos “formais” e “informais” implicados na formatação das “nominatas partidárias”, os mecanismos que podem fortalecer o “controle” partidário sobre a dinâmica das eleições proporcionais (o HGPE, especificamente) e o papel jogado pelos dirigentes partidários nesse processo. Aqui, o debate se fixará sobre os “critérios” de seleção de candidatos adotados pelos partidos, o formato dos estatutos partidários e sobre as principais características da legislação eleitoral brasileira.

Na parte final do segundo capítulo, serão apresentadas as dimensões de análise escolhidas para o presente estudo sobre recrutamento de candidatos. Em um primeiro momento, será repassada rapidamente a bibliografia sobre a seleção de candidatos no Brasil. Por fim, encaminhar-se-á o eixo de análise que trata, basicamente, da relação dinâmica existente, no contexto brasileiro, entre “lista aberta”, carreiras políticas e tipos de recrutamento político-partidário.

Argumentar-se-á, nesse ponto, em menção à literatura consolidada sobre recrutamento parlamentar no Brasil, que a “força” ou “fraqueza” das organizações partidárias no país não decorre necessariamente dos incentivos ao “personalismo” ou ao “partidarismo” gerados pelo sistema eleitoral – ou, mais especificamente, pelo sistema de lista. Para o presente trabalho, o “perfil” dos “homens de partido”, e sua relação com a organização, - exatamente por gozar de certa autonomia frente às regras eleitorais - é um caminho possível para se problematizar a consistência das organizações partidárias frente aos “incentivos personalistas” (Mainwaring, 1991) do sistema eleitoral brasileiro.

No terceiro capítulo, com base na perspectiva teórica adotada, será realizada a análise das entrevistas com os 4 (quatro) dirigentes partidários – de PT, PMDB, DEM e PP –, que trataram dos processos internos de seleção e montagem das listas a deputado federal em cada legenda. O foco recairá sobre organização geral – e o grau de controle e centralização da confecção das nominatas – em cada partido, nesta importante etapa de definição das candidaturas.

No quarto capítulo, será desenvolvida a análise sobre o “perfil” das nominatas partidárias à Câmara dos Deputados apresentadas nas eleições de 2010, no Rio Grande do Sul, pelos 11 (onze) partidos que compõem o objeto deste estudo. Procurar-se-á demonstrar empiricamente as diferenças sociopolíticas do recrutamento eleitoral de cada partido. Para isso, abordar-se-á, em síntese, o perfil sócio-ocupacional, a inclusividade dos partidos quanto ao gênero, os vínculos partidários, a experiência político-administrativa e eleitoral e a inserção social dos candidatos.

Por último, no quinto capítulo, se processará, com base nos estudos de Dias (2008; 2011), Schimitt et al. (1999) e Miguel (2010), a análise de conteúdo do HGPE para Deputado Federal. Buscar-se-á, em primeiro lugar, avaliar, seguindo os passos de Dias (2009), os níveis de “partidarismo eleitoral”, dos partidos políticos pesquisados, na propaganda eleitoral para o legislativo federal. Para isso, foi quantificada a presença de “identificadores” e “signos partidários” nesse espaço (que, como será discutido, é formatado ao “arbítrio” dos partidos, em virtude da legislação eleitoral, e, por isso, pode contribuir para fortalecimento da “imagem pública” dessas organizações). Na seqüência, com base em Miguel (2010), Albuquerque et al. (2008), Albuquerque (2010), será investigado como foi feita a distribuição, entre os candidatos, de um tipo específico de “recurso eleitoral”⁸ disposto pelos partidos políticos brasileiros: o tempo de cada legenda no principal “palanque eletrônico” da eleição proporcional, a televisão.

⁸ Ou “incentivo seletivo”, como defende Albuquerque (2010).

1.0 Sistemas Eleitorais: Modalidades de Lista, Seus Efeitos: Uma discussão preliminar

Em seu estudo sobre as democracias contemporâneas, Arendt Lijphart (2003), ao trabalhar com dois modelos distintos, objetivando mapear, a partir de agrupamentos de variáveis institucionais⁹, as características centrais do funcionamento das democracias, destaca que, na distinção entre o modelo majoritário ou *Westminster* de democracia, caracterizado pela concentração de poder, exclusão e competição política, e o modelo consensual, balizado pela dispersão de poder e inclusividade do sistema político, o sistema eleitoral é uma diferença “clara” (Lijphart, 2003, p. 169).

A democracia majoritária tem, como sistema eleitoral “típico”, o sistema de distrito uninominal, baseado na regra da maioria “simples” ou “absoluta”. A “democracia de consenso”, em síntese, emprega a chamada representação proporcional (Lijphart, 2003, p. 169). Os métodos de maioria simples, por natureza, são do tipo “o vencedor leva tudo” (first past the post), onde “vencem os candidatos apoiados pelo maior número de eleitores, e todos os demais ficam sem representante” (Lijphart, 2003, p. 169). A representação proporcional (RP), por sua vez, tendo objetivo absolutamente diverso, busca representar tanto as majorias quanto as minorias e, descartando representar de forma exagerada ou insuficiente qualquer partido, visa converter proporcionalmente a votação em cadeiras parlamentares (Lijphart, 2003). Conforme Cintra (2006):

Segundo o *princípio proporcional*, a *decisão* sobre uma eleição deve atender às proporções dos votos conquistados pelos vários competidores. Na prática, o *princípio de decisão* proporcional se traduz em *fórmulas eleitorais* mediante as quais os partidos conquistam uma cadeira parlamentar cada vez que atinjam certo montante de votos, o qual pode ser, por

⁹ Lijphart (2003) elenca um conjunto de 10 (dez) diferenças institucionais entre os modelos majoritário e consensual de democracia. Essas diferenças são separadas em duas dimensões: a dimensão executivo-partidos e a dimensão federal-unitária. Os sistemas eleitorais se encontram na primeira dimensão.

exemplo, o quociente eleitoral, a média maior ou o resto maior. (Cintra, 2006. p. 130)

Da mesma forma, para Nohlen (1984) “los sistemas de representación proporcional pretenden reflejar con la mayor exactitud posible, las fuerzas sociales y grupos políticos en la población. La cantidad de votos y de escaños para los partidos deben corresponderse de modo aproximado unos con otros” (Nohlen, 1984, p. 25)

A representação proporcional tenta, por meio do sistema eleitoral, assegurar para os diferentes partidos “uma participação percentual na totalidade da representação parlamentar e, por via de consequência, na constituição do governo (se o sistema for parlamentar) ou pelo menos o controle sobre ele (se o sistema de governo for presidencial)¹⁰” (Tavares, 1994, p. 123), a partir da participação de cada um deles no percentual de distribuição de votos do corpo eleitoral. A representação majoritária, ao contrário, tem como princípio comum de que devem se eleger os partidos que obtiverem os maiores volumes de votos, sendo desprezados os votos nos demais partidos e candidatos (Tavares, 1994, p. 68). Isto é, o sistema eleitoral majoritário “preocupa-se, pois, com a formação de maiorias significativas no corpo de representantes, vistas como indispensáveis para haver governo, sobretudo no sistema parlamentarista” (Cintra, 2006, p. 129)

Destas características mais gerais, que podem ser tomadas como a “linha divisória” entre os sistemas eleitorais majoritários e proporcionais (Lijphart, 2003, p.170), decorre um conjunto de combinações entre os diferentes componentes dos sistemas eleitorais, algo que lhes confere, na definição de Tavares (1994), um caráter “compósito e único” (Tavares, 1994, p.36). Nesse sentido, a representação proporcional e a representação majoritária, enquanto princípios gerais, dentro de uma perspectiva estritamente formal, são duas alternativas “polares ou extremas” que, no entanto, quando examinadas enquanto sistemas eleitorais específicos e concretos, “desdobram-se num universo tendencialmente ilimitado, quanto ao número e à variedade, de construções de engenharia política e institucional entre

¹⁰ O chamado “Presidencialismo de Coalizão” brasileiro é, exatamente, uma combinação entre “proporcionalidade” e “presidencialismo”. (Abranches, 1988)

quais as grandes diferenças, de natureza, embora não desapareçam, tendem a desvanecer-se, na realidade empírica” (Tavares, 1994, p. 49).

Cabe, assim, considerar os sistemas eleitorais, e classificá-los, a partir de um “continuum” de “desproporcionalidade concentradora” (Tavares, 1994, p.52). E, nesse sentido, a movimentação dos sistemas eleitorais da representação proporcional ideal rumo à desproporcionalidade concentradora crescente depende de dois elementos: a fórmula eleitoral, que opera na conversão de votos em cadeiras, e a magnitude da circunscrição eleitoral. Circunscrição eleitoral que, em síntese, deve considerar a extensão de sua base territorial, o corpo eleitoral que nela vota e o número de representantes que deve eleger (Tavares, 1994, p. 37)

Outras características, técnicas e de desenho institucional, devem ser somadas a essas duas na definição e estudo dos sistemas eleitorais. Lijphart (2003) estabelece, ao todo, 7 (sete) parâmetros para a caracterização e classificação dos sistemas eleitorais: “Fórmula Eleitoral”, “Magnitude dos Distritos”, “Barreira Eleitoral”, “Número de Membros de uma Assembléia Eleita”, “influência das eleições presidenciais sobre as eleições legislativas”, “grau de desproporcionalidade” e “vínculos eleitorais interpartidários” (Lijphart, 2003, p. 170). Tavares (1994), em seu estudo sobre os sistemas eleitorais contemporâneos, aponta 4 (quatro) “elementos essenciais e comuns a todo o sistema eleitoral”: a circunscrição eleitoral, a estrutura do boletim do voto, o procedimento de votação e a fórmula eleitoral (Tavares, 1994, p. 36).

Utilizando-se da distinção, proposta por Douglas Rae, entre “leis eleitorais em acepção restrita” (electoral laws) - que objetivam regular o procedimento eleitoral e o escrutínio - e election laws - que se propõem a regular o acesso ao sufrágio e à elegibilidade -, Tavares (1994) define, especificamente, as características “essenciais e comuns” a um sistema eleitoral. Elas, em síntese, são “Leis Eleitorais em sentido restrito” que: 1) Determinam o processo de elaboração e a forma final do boletim do voto (cédula ou lista eleitoral) sendo que este define o papel e o espaço de liberdade do eleitor na decisão do voto e, de forma inversa, o poder dos partidos em ordenar o

êxito eleitoral de seus próprios candidatos; 2) Regulam o procedimento do eleitor na atribuição de votos a candidatos e partidos; 3) Delimitam os distritos e/ou circunscrições eleitorais, quanto aos contornos territoriais e à magnitude; 4) Estabelecem, em cada distrito ou circunscrição eleitoral, um número de cadeiras legislativas consoante a um certo número de votos para cada um dos partidos (Tavares, 1994, p.36).

O “boletim de voto ou cédula eleitoral” constitui “o quadro formal no qual se estrutura a decisão do eleitor” (Tavares, 1994, p. 39). A partir dele são estabelecidos os constrangimentos necessários, forjados pelo sistema eleitoral, à escolha do eleitor; e, a partir disso, “as relações internas de poder entre os candidatos e o partido quanto à determinação dos resultados eleitorais finais” (Tavares, 1994, p. 39). O voto, assim, conforme a definição de Rae, adotada por Tavares (1994), se distingue entre “ordinal” e “categórico”. Nas palavras de Schmitt et al. (1999):

O voto pode ser categórico - quando o eleitor pode apenas escolher um único candidato ou partido dentre todos que disputam a eleição - ou ordinal - quando é reservada ao eleitor a possibilidade de hierarquizar os vários competidores de acordo com a sua ordem de preferências. (Schmitt et al., 1999)

O “voto categórico” exclui a possibilidade de o eleitor atribuir sufrágios a diferentes partidos ou a candidatos de diferentes partidos. Entre os possíveis votos de tipo categórico estão: A) o sufrágio uninominal (o candidato com mais votos vence); B) as listas fechadas hierarquizadas e bloqueadas (onde a ordem de candidatos está absolutamente pré-determinada pelo partido); C) o sistema de lista flexível, isto é, listas fechadas, hierarquizadas, mas não ordenadas (o eleitor pode definir a ordem de preferência dos candidatos na lista, alterar a preferência previamente estabelecida pelo partido, dar votos nominais ou preferenciais, mas não pode introduzir novos nomes ou votar em nomes de listas diferentes). O “voto ordinal”, por sua vez, permite que o eleitor distribua seus sufrágios “em ordem de preferência, alternativamente, ou cumulativamente, entre diferentes partidos ou entre diferentes candidatos de diferentes partidos ou listas partidárias” (Tavares, 1994, p. 39).

Tavares (1994), então, define o que seria a forma “clássica” do voto ordinal. Nas palavras do autor:

A forma clássica do voto ordinal é a lista aberta, que permite ao eleitor votar não apenas num único candidato mas no candidato ou candidatos de sua preferência, eliminar candidatos e introduzir novos, votar em candidatos de listas partidárias diferentes (panachage) ou mesmo atribuir mais de um voto a um mesmo candidato (voto cumulativo), no limites da lei eleitoral específica (Tavares, 1994, p.40)

Outro tipo de “voto ordinal” seria o *Voto Único em Candidato Alternativo*, que está na base do sistema majoritário uninominal alternativo Australiano (Tavares, 1994, p. 40). Sistema que Lijphart (2003) classificou como “uma autêntica fórmula de maioria”, dada a redistribuição de preferências “até que um candidato majoritário se revele” (Lijphart, 2003, p. 173).

Os sistemas proporcionalistas, assim como os majoritários, podem se valer, dependendo da formatação específica do Boletim do voto, tanto do voto ordinal quanto do voto categórico. Lijphart (2003), recorrendo ao seu estudo comparativo das democracias contemporâneas, diferencia 3 (três) tipos principais de representação proporcional: a “fórmula dos distritos mistos com representação proporcional” (utilizada na Alemanha, Venezuela e Nova Zelândia), o VUT (Voto Único Transferível) e o sistema de listas.

No sistema proporcional com “fórmula de distritos mistos” “cada eleitor tem dois votos, um para o candidato distrital, e um para a lista do partido”, sendo que “o motivo pelo qual essa mistura de métodos se qualifica como sistema de RP é que as cadeiras oriundas das listas de RP compensam qualquer desproporcionalidade produzida pelos resultados das cadeiras distritais” (Lijphart, 2003, p. 174). Esse sistema, por sua vez, produz uma combinação do sistema majoritário com o proporcional (Nicolau, 2007; Cintra, 2006). A estrutura de voto, no entanto, é basicamente categórica: um voto em lista fechada e preordenada, em âmbito estadual, e um voto em distrito uninominal, conforme o princípio majoritário,

limitando-se o grau de liberdade de escolha do eleitor¹¹:

Decide-se a eleição de metade dos representantes ao Parlamento Federal pelo critério majoritário, aplicado em distritos uninominais. A eleição da outra metade segue o princípio proporcional, cabendo aos eleitores votar em listas fechadas e preordenadas, apresentadas em nível estadual. (Cintra, 2006, p. 131)

No Voto Único Transferível (VUT), praticado na Irlanda, diferentemente do sistema de lista, em RP, o eleitor vota em candidatos individuais, e não em lista de partido (Lijphart, 2003). A cédula é parecida com a do sistema de voto alternativo: ela contém o nome dos candidatos, que devem ser postos em ordem pelos eleitores (Lijphart, 2003, p.174). Os sistemas eleitorais australiano e irlandês aproximam-se, nesse sentido, quanto ao tipo de voto (“ordinal”, nos dois casos) apesar de estarem fundamentados em concepções distintas de representação política: majoritária, no caso australiano, e proporcional, na Irlanda (Tavares, 1994, p. 40)

No entanto, a representação proporcional mais comum, segundo Lijphart (2003), é a do **sistema de listas**, encontrado, em seu estudo sobre as democracias contemporâneas, em nada menos do que a metade (18 de 36) das democracias pesquisadas pelo autor, “na maior parte do período de 1945 a 1996” (Lijphart, 2003, p. 173). Para Cintra (2006), da mesma forma, “o sistema proporcional é hoje praticado, sobretudo, mediante o uso de listas partidárias” (Cintra, 2006, p. 130).

Apesar de pequenas variações, em todas essas fórmulas de listas:

(...) há o requisito de que os partidos indiquem suas listas de candidatos para os distritos plurinominais; que os eleitores votem em uma ou em outra das listas partidárias (embora algumas vezes eles possam diversificar seus votos por entre as várias listas) e que as cadeiras sejam distribuídas na proporção do número de votos que cada partido obteve. (Lijphart, 2003, p. 173)¹²

¹¹ Com exceção de algumas eleições estaduais da Alemanha em que é utilizada a lista aberta (Shugart, 2001)

¹² No Brasil, conforme interpretação de Tavares (1999, 2003), o caso da chamada “lista única”, a partir de coligações partidárias em eleições proporcionais, destoaria, claramente, desta noção de que, em sistemas de lista, as cadeiras são distribuídas “na proporção do número de votos que

Lijphart (2003) também chama atenção para outra diferença entre as fórmulas de lista em RP: a possibilidade de elas serem abertas (voto ordinal), parcialmente abertas (voto categórico) ou fechadas (voto categórico). Em listas fechadas, caso da Costa Rica, Israel e Espanha, os eleitores só têm a possibilidade de votar na lista como um todo, sendo excluída a possibilidade de manifestar preferência por candidato específico, e a eleição de cada candidato se dá, estritamente, a partir da ordem em que cada um foi indicado pelo partido.

No caso das listas completamente abertas, tal qual o sistema Finlandês, os eleitores votam nos candidatos individuais da lista, e a ordem em que os mesmos são eleitos depende dos votos que são recebidos individualmente. Nas listas parcialmente abertas, como na Bélgica e na Holanda, os eleitores podem manifestar as suas preferências por candidatos individuais, embora, como adverte Lijphart (2003), exista uma tendência de que prevaleça “a ordem da lista tal qual foi apresentada pelos partidos” (Lijphart, 2003, p. 173).

1.1 Lista Aberta “versus” Lista Fechada

Essa apresentação dos diferentes tipos de lista no sistema de representação proporcional, realizada por Lijphart (2003), reforça o argumento de Nicolau (2005) de que o aspecto fundamental para a distinção dos sistemas proporcionais de lista é, exatamente, saber em quem os eleitores podem votar (se no candidato ou no partido) (Nicolau, 2005, p. 23). Em alguns casos, os eleitores podem votar apenas em candidatos (caso da Finlândia); em outros, podem votar apenas nos partidos (caso da Costa Rica, Israel e da Espanha); e, finalmente, em outros o eleitor pode votar de duas formas: tanto na lista, quanto em candidatos específicos (caso da

cada partido obteve”. No Brasil, a coligação em eleições proporcionais, permitida pela legislação eleitoral, substitui o “cociente partidário” pelo “cociente da coligação”, de forma que a distribuição de cadeiras passa a ser feita na proporção do número de votos que a coligação obteve. O que, associado ao voto preferencial ou uninominal, pode produzir “carência de identidade e de mediação partidárias no comportamento legislativo” (Tavares, 1999; 2003). Essa discussão será retomada em momento específico.

Bélgica e da Holanda) (Nicolau, 2005, p. 23; Lijphart, 2003). Interessa, assim, ao discutir os tipos de lista, diferenciar a “estrutura de voto, que determina os graus de liberdade dos eleitores em relação à oferta de candidatos e partidos em uma eleição”. (Schmitt et al., 1999).

Nesse sentido, é possível posicionar os tipos de boletins de voto, nos sistemas proporcionais, em um *continuum* que:

(...) parte da extremidade na qual o partido possui poder total e exclusivo de ordenar a distribuição das probabilidades de eleição entre seus próprios candidatos (...) para atingir a extremidade em que, na definição dos representantes eleitos, o partido possui o poder mínimo e o eleitor, o poder máximo (Tavares, 1994, p. 41)

A partir desse aspecto básico concernente ao sistema de listas em eleições proporcionais (o grau de autonomia do eleitor frente aos partidos), e considerando que, em sistemas proporcionais de lista, as cadeiras são distribuídas para os partidos¹³ (Klein, 2007; Tavares, 1999), surgem, em resposta ao questionamento de “como as cadeiras conquistadas pelos partidos serão alocadas entre seus candidatos?” (Klein, 2007, p. 30), três modalidades específicas de lista: Lista Fechada, Lista flexível e Lista Aberta.

No sistema de Lista Fechada, “os partidos definem antes das eleições a ordem dos candidatos na lista. Neste caso, os eleitores não podem votar em nomes específicos, mas apenas no partido. As cadeiras que o partido obtiver vão para os primeiros nomes” (Nicolau, 2006b, p. 133). Israel, Espanha, Portugal, Argentina e África do Sul, e a Itália a partir de 2006, estão entre os países que utilizam essa modalidade de lista (Nicolau, 2006b, p. 133). Nesse tipo de lista:

É invariável a ordem de precedência dos candidatos, fixada pelo partido antes da eleição. Na distribuição das cadeiras pelo partido, segue-se a ordem previamente estipulada por este e conhecida do eleitor. Temos, nesse tipo, o caso extremo do voto

¹³ O problema da formação do “cociente partidário” no sistema eleitoral brasileiro será abordado em momento específico.

partidário, não personalizado. (Cintra, 2006, p. 131)

No sistema de Lista flexível, “os partidos definem a ordem dos candidatos antes das eleições, mas os eleitores podem votar em um determinado nome da lista. O voto dado na legenda confirma o ordenamento dos candidatos definido pelos partidos” (Nicolau, 2006b, p.133). Se o candidato obtiver um número grande de votos, ele pode mudar sua posição na lista. Esse sistema, por sua vez, é utilizado na Áustria, Holanda, Bélgica, Suécia, Dinamarca e Noruega (Nicolau, 2006, p. 133). Assim:

O eleitor pode, em alguns casos, mexer com a ordem prefixada, seja colocando um número diante do nome dos candidatos, para indicar quem deseja em primeiro lugar, segundo, terceiro, etc., diferentemente da ordem prefixada, seja dando um voto personalizado a um ou mais candidatos da lista (chamado voto preferencial). Em outros casos, pode também riscar nomes de candidatos que não deseja na lista, que se torna, então, semiaberta. (Cintra, 2006, p. 131)

A Lista aberta é o “sistema em que a decisão de quais candidatos serão eleitos depende exclusivamente dos eleitores. Os partidos apresentam uma lista de candidatos e o eleitor vota em um dos nomes” (Nicolau, 2006b, p. 133). Os nomes mais votados individualmente na lista ocupam as cadeiras. Essa modalidade de Lista é utilizada no Brasil, na Finlândia, como vimos anteriormente, no Chile e na Polônia (Nicolau, 2006b, p. 133).

No Brasil, ao contrário do caso Finlandês, o eleitor pode votar na legenda do partido (Klein, 2007, p. 31). No entanto, “o voto de legenda é contado para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos” (Nicolau, 2006b, p. 133). Isto é, a ordenação da lista se dá, unicamente, pela votação individual de cada de candidato, visto que não há, como na Bélgica e na Holanda, onde vigora a lista flexível, a possibilidade de o eleitor, ao votar no partido, “confirmar” uma lista previamente ordenada. O voto de legenda, desta forma, não tem nenhum efeito sobre a capacidade do partido em “ordenar a lista”, mas apenas sobre o número de cadeiras a serem conquistadas. O

eleitor, ao praticar o voto de legenda, nesse caso, está apenas delegando aos outros eleitores do partido a escolha dos candidatos preferidos (Shugart, 2005, p. 43). Em caso de coligação partidária, o voto de legenda pode, inclusive, beneficiar outro partido.

Em um quarto tipo específico de lista, menos comum, caracterizado por “Lista Livre”, conforme Klein (2007), a hierarquização dos candidatos pelo partido, assim como no caso da Lista Aberta, inexistente, e, além disso, “o eleitor tem direito a dar tantos votos quantos são as cadeiras do distrito e pode distribuir esses votos entre candidatos de diferentes partidos. É o Panachage (que vem do verbo francês *panacher*: misturar, variar), adotado pela Suíça e pelo Equador” (Klein, 2007, p. 32). Abaixo, vejam-se alguns dados sobre a incidência de determinados tipos de lista nas democracias contemporâneas:

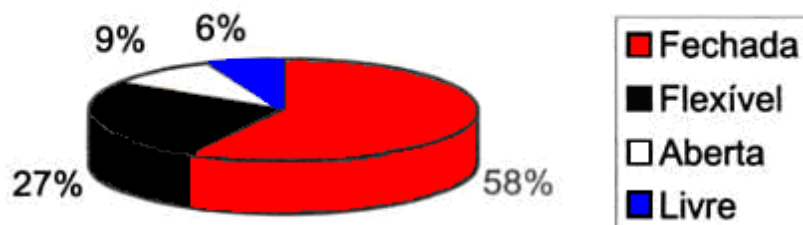


Figura 1- Sistemas de Lista entre as maiores democracias

Fonte: Gráfico extraído de KLEIN, 2007, p. 32

Essas distintas configurações do “boletim do voto” implicam em diferentes tipos de relacionamento entre eleitores e partidos, assim como entre ambos e os candidatos. Estabelecidas as principais características dos sistemas de listas, explorar-se-á alguns de seus efeitos esperados sobre eleitores, candidatos e partidos. O foco será, basicamente, sobre três conseqüências possíveis dos sistemas de lista nas eleições: personalização/partidarização do voto, padrões de reputação política e competição intrapartidária.

1.1.1 Impacto sobre os Eleitores

Os sistemas eleitorais de lista implicam, em cada uma de suas configurações específicas, em diferentes graus de liberdade de eleitores e partidos na distribuição do voto entre os candidatos. Os sistemas de lista se apresentam, como dito anteriormente, em um *continuum*, que vai da plena autonomia do eleitor frente ao partido, na atribuição do voto, ao total controle partidário da disposição dos candidatos no interior da lista.

Esses diferentes graus de liberdade do eleitor e dos partidos, na ordenação da lista, relacionam-se, por sua vez, com os níveis de partidarismo e personalismo das escolhas eleitorais. Como alerta Nicolau (2006c), a expressão “voto preferencial” tem sido utilizada para designar os sistemas eleitorais em que é permitido “aos eleitores votar em candidatos específicos da lista apresentada pelos partidos” (Nicolau, 2005, p. 24). O voto preferencial se diferencia do chamado “voto nominal”, característico dos sistemas majoritários (Klein, 2007, p. 33).

Dependendo da configuração da lista, e dos graus de liberdade que ela venha a permitir ao eleitor e aos partidos na ordenação dos candidatos, o voto preferencial pode se combinar com o voto personalizado, estrutura de votação em que “o principal motivo da decisão eleitoral é algum atributo pessoal do candidato” (Nicolau, 2006c, p.24). O voto preferencial, por si só, não personaliza totalmente a escolha a eleitoral. Nicolau (2006c), então, propõe uma tipologia das principais combinações possíveis entre voto preferencial, voto partidário e voto personalizado:

Voto preferencial Voto partidário (1)	Voto preferencial Voto personalizado (2)
Voto não-preferencial Voto partidário (3)	Voto não-preferencial Voto personalizado (4)

Figura 2 - Combinação entre voto preferencial/ não-preferencial e voto partidário/personalizado

Fonte: Quadro extraído de NICOLAU, 2006c, p. 25

A primeira combinação se dá entre voto preferencial e voto partidário. Nesse caso, mesmo podendo votar em um nome específico da lista, os eleitores “o fazem em pequena escala, pois a principal motivação para a escolha eleitoral é partidária” (Nicolau, 2006c, p.25). Esse é o caso da Bélgica, onde, no sistema de lista flexível, a ordenação da lista pelo partido tende a prevalecer porque os eleitores preferem votar apenas na legenda ou pelo fato de que o método de transferência de votos acaba beneficiando os candidatos escolhidos pelo partido (Klein, 2007, p. 31). Nesse tipo de lista, especificamente, o grau de partidarismo na escolha eleitoral é razoável, pois ainda é permitido que o partido ordene a lista, e que esta ordenação seja submetida à avaliação dos eleitores. Afinal,

A principal vantagem da lista flexível é a de poder combinar simultaneamente a vontade do partido e a dos eleitores. Os partidos apresentam uma lista ordenada de candidatos; caso o eleitor concorde com a lista, vota na legenda; caso queira votar em um candidato específico, pode fazê-lo. (Nicolau, 2007, p. 75)

Na segunda combinação, entre voto preferencial e personalizado, os atributos pessoais são imprescindíveis para a escolha eleitoral. Essa é a característica essencial do sistema de lista aberta e, da mesma forma, da “lista livre”. Nesse caso, o parlamentar, responsável pelas decisões legislativas, será escolhido diretamente pelo eleitor por meio de um voto personalizado (Klein, 2007, p. 44).

Na terceira combinação, entre voto não-preferencial e voto partidário, é encontrada a síntese do sistema de lista fechada. Aqui, o grau de partidarismo no voto é total, em virtude de a escolha eleitoral ser circunscrita ao voto na legenda do partido. Um dos efeitos possíveis do voto partidário é o da economia de informação, afinal, na lista fechada, ao votar na legenda do partido, o eleitor não precisa investir tempo para a análise do histórico de cada candidato e não se vê obrigado a comparar e decidir em meio a uma profusão de pretendentes ao cargo (Klein, 2007, p. 45)¹⁴. Outro efeito esperado do voto em lista fechada é o aumento da identificação partidária.

No que diz respeito ao cultivo do voto partidário, os efeitos esperados dos sistemas de lista aberta e fechada são, em tese, absolutamente diferenciados: o incentivo ao voto em legenda - proporcionado pelo sistema de lista fechada e flexível, conforme o estudo de Almeida (2006) - pode implicar em um maior estoque de informação aos eleitores, potencializando, inclusive, a lembrança do voto em eleições anteriores. De acordo com o autor, parte da explicação da “amnésia eleitoral”, no Brasil, em eleições proporcionais, seria encontrada na estrutura de voto, que privilegia a escolha de candidatos e não de partidos. O voto personalizado dificultaria, para o eleitor, a lembrança das escolhas feitas em pleitos passados:

¹⁴ A quarta combinação, entre voto não-preferencial e voto personalizado, não é conhecida, mesmo sendo possível (Nicolau, 2006, p. 25).

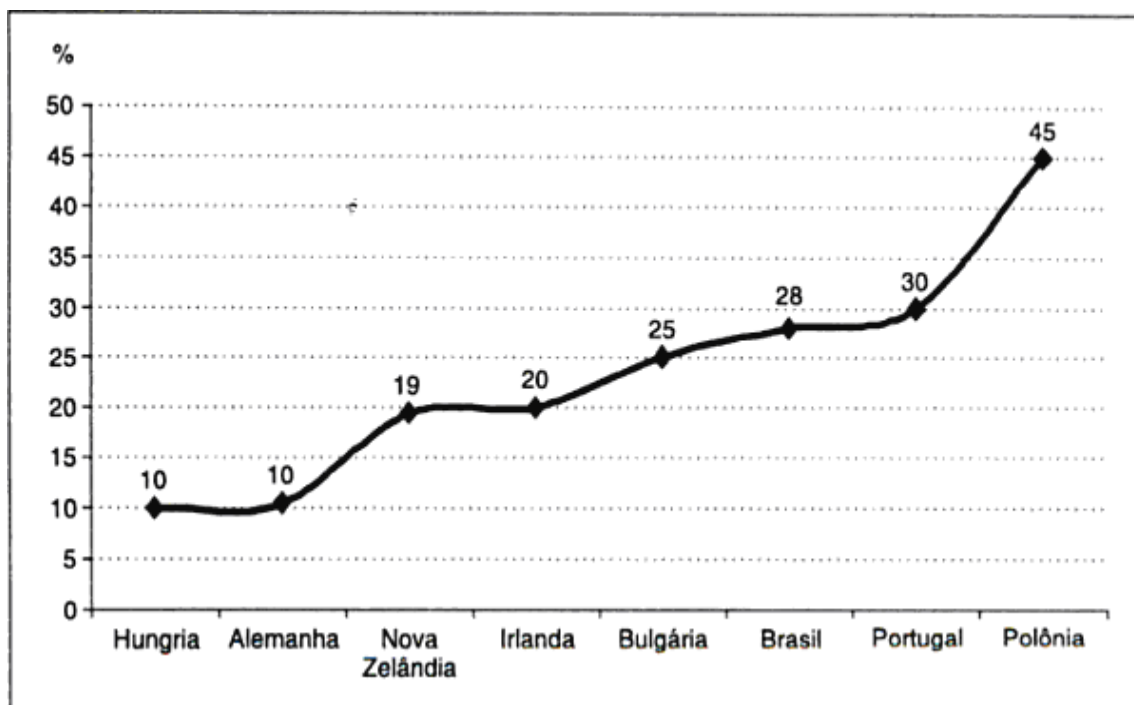


Figura 3 - Eleição 2001/02: não lembra em quem votou (%)

Fonte: Gráfico extraído de ALMEIDA, 2006, p. 42

Conforme o autor:

A conclusão é simples: é mais fácil lembrar o voto quando ele é no partido do que quando ele é na pessoa. Na Polônia, o voto em 2001 também foi na pessoa: os eleitores se defrontaram com uma cédula de votação contendo o nome de todos os candidatos e eles tinham de assinalar aquele de sua preferência. Fica claro que há uma tendência de maior amnésia eleitoral quando o voto é na pessoa (Brasil e Polônia), e de uma amnésia muito pequena quando o voto é no partido (Hungria, Alemanha, Nova Zelândia e Bulgária) (Almeida, 2006, p. 42)

1.1.2 Impacto sobre os Candidatos

O principal efeito esperado das listas sobre os candidatos é no modo como eles farão a sua campanha para o legislativo. No sistema de lista fechada, o estímulo ao cultivo de laços partidários, principalmente com os líderes dos partidos, os principais responsáveis pela inclusão e ordenação dos nomes nas listas partidárias, é bem maior. No sistema de lista aberta, pelo contrário, os candidatos têm um incentivo maior ao cultivo de laços com os eleitores, afinal, o voto dos

mesmos definirá, ao final do pleito, quem ocupará os primeiros lugares na lista (Klein, 2007, p. 54).

Como resultado desses incentivos diferenciados de cada tipo de lista ao cultivo de laços entre candidatos, partidos e eleitores, decorre o que Carey e Shugart (1995) denominam de “reputação pessoal” e “reputação partidária”. A construção de reputação pessoal, conforme os autores,

(...) is frequently associated by U.S. political scientists with legislative particularism--securing pork-barrel funding for projects that benefit specific districts, and providing errand-boy services to solve individual constituents' problems with government bureaucracy. (Carey e Shugart, 1995, p. 419)

A reputação individual torna-se preponderante quando a liderança do partido não possui meios “para estimular a cooperação dos candidatos visando a fixação de uma imagem pública associada à legenda.” (Schmitt et al., 1999). O sistema de lista aberta, ao conferir, em tese, poucos recursos às direções partidárias para a regulação da competição entre os candidatos (já que a ordem da lista depende do voto do eleitor), seria, assim, mais propenso a gerar reputação individual. Nesse caso, a mobilização de recursos individuais, pelos candidatos, seria determinante do sucesso eleitoral.

Conforme a interpretação de Shugart e Carey (1995), os sistemas proporcionais de lista fechada e as fórmulas majoritárias uninominais, com nomeação partidária, seriam, por sua vez, exemplos de instituições que atuariam no reforço das reputações partidárias, pois disponibilizariam um maior estoque de recursos aos dirigentes (Marengo dos Santos, 2006, p. 725). Afinal, nos sistemas de lista fechada, “parties present fixed ballots, and voters are allowed a single opportunity to choose among parties” (Shugart e Carey, 1995, p. 424).

No sistema de lista fechada, no entanto, a competição intrapartidária não é totalmente suprimida. Como ressalta Limongi (2003), a disputa eleitoral entre os candidatos, eminentemente individual, se transfere do período eleitoral para o

período pré-eleitoral, no interior dos partidos, de forma que, inevitavelmente, “há competição intrapartidária pelo menos até a Convenção que aprovará a ordem dos candidatos na lista” (Schmitt et al., 1999). Porém, o uso da reputação pessoal, algo necessário para que os candidatos se diferenciem uns dos outros no processo de ordenação da lista pelas direções partidárias, fica circunscrito ao interior das agremiações (Klein, 2007, p. 60). Assume-se, assim, que, devido ao fato de os candidatos precisarem acumular capital político a partir do trabalho partidário e do vínculo estabelecido com as lideranças para lograr êxito na ordenação da lista, exista, possivelmente, um maior incentivo à reputação partidária nos sistemas de lista fechada.

No sistema de lista aberta, como dito anteriormente, o formato das estratégias eleitorais, e o próprio perfil de acúmulo e investimento de capital político, têm características absolutamente diferenciadas. A reputação personalizada, e o cultivo de laços diretos entre candidatos e eleitores, vinculam-se, nesse caso, em tese, à oferta de benefícios “particularistas”, em detrimento dos benefícios “programáticos”, que são, por assim dizer, relegados a uma dimensão secundária das estratégias eleitorais. Essa, por exemplo, é a interpretação de Norris (2004):

In open-list multimember districts, electors cast a ballot for a party, but they can express their preference for a particular candidate or candidates within a party list. Where citizens exercise a preference vote (otherwise known as an open or nonblocked vote), this strengthens the chances that particular candidates will be elected and, therefore, change their rank on the list. Under these rules, politicians have a moderately strong incentive to offer particularistic benefits, to stand out from rivals within their own party. (Norris, 2004 p. 12)

Para Ames (2003), nesse sentido, “a RP de lista aberta personaliza a política e entrava o desenvolvimento partidário” (Ames, 2003, p. 89), visto que, basicamente, os candidatos, ao gozarem de um alto grau de autonomia em relação aos seus partidos, dependem, na maioria das vezes, de seu desempenho individual para alcançar o êxito eleitoral. O autor, ao tratar especificamente do caso brasileiro, mostra que, sob a regra de representação proporcional de lista aberta, os candidatos

cultivam seus redutos eleitorais, por meio de reputação personalizada, a partir dos seguintes tipos de estratégia de conexão eleitoral: 1) *concentrado-dominante*, o “caso clássico” de reduto eleitoral, onde o candidato domina um grupo de municípios próximos, praticando clientelismo, cultivando ligações familiares ou mesmo através de patronagem; 2) *concentrado-compartilhado*, estratégia utilizada por candidatos ligados a sindicatos ou a determinadas categorias profissionais; 3) *disperso-compartilhado*, estratégia característica dos candidatos que buscam votos em setores do eleitorado que não são numericamente expressivos, mas que são muito coesos, como os evangélicos; 4) *disperso-dominante*, estratégia característica dos candidatos que fizeram acordos com líderes locais ou que já ocuparam cargos na administração pública (Ames, 2003, p. 65-72).

1.1.3 Impacto sobre os Partidos

Existe certa relação entre os sistemas eleitorais proporcionais, e suas distintas modalidades de lista, e os padrões de organização, e de seleção de candidatos, nos partidos políticos. Em sistemas de lista fechada, os partidos costumam escolher seus candidatos de forma centralizada, altamente controlada, visto que o objetivo dos partidos é de que os membros da organização ajam, na arena eleitoral e legislativa, de acordo com as orientações das direções partidárias, que ordenam a lista (Klein, 2007, p. 73). Conforme Braga (2008):

O argumento é que, em um sistema eleitoral proporcional com lista fechada, os partidos têm pleno controle sobre esse processo pois, além de escolherem os candidatos que vão disputar as cadeiras parlamentares por sua legenda, também ordenam previamente a lista de candidatos. (Braga, 2008, p. 457)

A proibição do voto preferencial, no sistema de lista fechada, como dito anteriormente, diminui a necessidade de os candidatos cultivarem laços pessoais estreitos com os eleitores, e, em tese, os obriga a investirem na relação com os líderes dos partidos. A realização de primárias, nesse caso, mesmo não sendo

proibida, incentiva o cultivo de voto pessoal dentro do partido, o que torna os candidatos menos dependes dos líderes partidários, algo que contraria a lógica da lista fechada (Klein, 2007).

A necessidade de intensificação dos laços entre candidatos e líderes partidários, ao fortalecer em excesso os órgãos de direção, pode, no entanto, segundo uma visão mais crítica do sistema de lista fechada, prejudicar o grau de democracia interna dos partidos, fortalecendo o “caciquismo” e criando oligarquias internas (Klein, 2007, p. 78). Da mesma forma, uma excessiva autonomização dos candidatos em relação aos eleitores, em virtude da necessidade de um alto investimento em trabalho partidário para garantir, no interior do partido, um lugar na lista, pode implicar em problemas de accountability eleitoral.

No sistema de lista aberta, os candidatos, para lograrem êxito eleitoral, precisam, de fato, estabelecer uma conexão estreita com suas bases. Porém, essa “conexão” não implica, apenas e necessariamente, em clientelismo ou em políticas do tipo *pork-barrel*¹⁵, mas também na prestação de contas das atividades do mandato. No caso da Lista fechada, como os políticos precisam, primordialmente, investir em boas relações com o partido, existiria, na ausência de um mecanismo de accountability personalizada, um desestímulo à ligação direta entre parlamentares e eleitores, enfraquecendo, assim, o controle popular sobre os mandatos. Nicolau (2007) sintetiza esse argumento:

Em vez da “oligarquização”, acredito que o maior problema do sistema de lista fechada é a ausência de um mecanismo de *accountability* personalizada, ou seja, uma forma de estimular uma ligação mais direta dos representantes com os seus eleitores. Sabemos que o sistema atual tem uma série de distorções, mas os deputados são movidos pela necessidade de sempre estarem conectados às suas bases. No sistema de lista fechada, a principal motivação do deputado é cultivar o trabalho partidário (pois é este que garante a boa posição na

¹⁵ Conforme Nicolau (2006a, p. 705), “não existe uma relação necessária entre a lista aberta e o desenvolvimento de atividade parlamentar exclusivamente associada a atender demandas dos eleitores. Um deputado pode, por exemplo, investir esforços na vida legislativa (trabalho em comissões, liderança parlamentar, apresentação de projetos) e no reforço da reputação partidária (liderança da bancada, atividade de direção partidária).”

lista na eleição seguinte). Por isso, o parlamentar tem muito pouco interesse de prestar contas de seu mandato à população em geral. Não esqueçamos de que o sistema também poderia ser implementado nos estados e municípios, onde a relação entre representados e representantes é ainda mais forte. (Nicolau, 2007, p.73)

De acordo com Figueiredo e Limongi (2002), segundo a interpretação tradicional, o sistema de lista aberta, por sua vez, “enfraqueceria os partidos ao subtrair das lideranças os meios que poderiam ser empregados para punir o comportamento individualista e antipartidário dos políticos” (Figueiredo e Limongi, 2002, p.307). Dois efeitos podem ser derivados da “fraqueza” das lideranças em disciplinar os membros do partido: o personalismo político e a alta competição intrapartidária (Tavares, 1999; 2003; Mainwaring, 1991). Tavares (1999), discutindo o impacto do sistema de lista aberta na dinâmica eleitoral, ilustra bem quais seriam as principais conseqüências do voto uninominal¹⁶:

(...) a probabilidade de eleger-se e, por via de conseqüência, a base da força parlamentar, pertencem ao candidato e dependem diretamente de suas relações com os eleitores e não da hierarquização definida por lista partidária. A primeira conseqüência consiste na competição sem tréguas entre os candidatos do mesmo partido, o que compromete irremediavelmente a coesão, a solidariedade, a disciplina, a unidade e a identidade internas do partido precisamente nos momentos de mobilização eleitoral. (Tavares, 1999)

Da mesma forma, para Mainwaring (1991), em sua discussão do caso brasileiro, o sistema de lista aberta seria responsável, pelo menos indiretamente, por um comportamento altamente individualista e antipartidário dos políticos brasileiros (Mainwaring, 1991, p. 36). Para o autor, ao contrário da maioria dos outros sistemas de representação proporcional, onde os partidos possuem mecanismos fortes para controlar e influenciar quem se elege - e aqui Mainwaring (1991) faz menção indireta aos sistemas de lista fechada ou flexível - no sistema de proporcional de lista aberta, a competição intrapartidária é a tônica do processo eleitoral:

(...) Os candidatos podem normalmente fazer

¹⁶ O autor utiliza a expressão “voto uninominal” para definir a estrutura de votação em sistemas de lista aberta. No presente trabalho adotou-se, seguindo a recomendação de Nicolau (2006c), a expressão “voto preferencial”.

incursões eleitorais contra seus próprios colegas de partido com maior facilidade do que contra candidatos de outros partidos. Tomar votos de um candidato de outro partido é mais difícil porque, na medida em que o eleitorado associa vagas aspirações e imagens a diferentes partidos, é menos provável que um eleitor mude para um candidato de outro partido. (Mainwaring, 1991, p. 43)¹⁷

Nesse contexto, o sistema de lista aberta poderia causar maior imprevisibilidade na disputa eleitoral, afinal, a competição, nessa modalidade de lista, ocorre, ao mesmo tempo, entre colegas de partido e adversários, isto é, tanto no âmbito intrapartidário quanto no interpartidário. E tal nível de competitividade pode ter outro efeito: a ampliação dos gastos de campanha (Klein, 2007, p.67). Nicolau (2006a), analisando o caso brasileiro, defende a hipótese de que o alto custo das campanhas eleitorais, nas eleições para a Câmara dos Deputados, tem relação com a imprevisibilidade da disputa, pois:

No Brasil, a competição entre os candidatos de uma mesma lista tende a ser agravada pelo alto grau de incerteza que caracteriza uma eleição para deputado federal, com um número de candidatos de cada lista, em geral, muito superior ao potencial eleitoral do partido, e pela reduzida informação que os candidatos têm sobre o potencial eleitoral do partido e de seus colegas de lista. (Nicolau, 2006, p. 700)

Sendo assim, se pode sintetizar, conforme esquema proposto por Nicolau (2006), os diferentes efeitos, vantagens e desvantagens dos sistemas de lista aberta, fechada e flexível no seguinte quadro:

¹⁷ Nessa passagem, conforme interpretação de Figueiredo e Limongi (2002), Mainwaring (1991), sem querer, acaba admitindo a possibilidade de os brasileiros votarem partidariamente, algo impensável se fossemos levar realmente a sério a interpretação do autor de que, no Brasil, o sistema eleitoral desfigura a mediação partidária.

Modelo	Vantagens	Desvantagens
Lista aberta	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Maior grau de escolha eleitoral. ▼ Favorece uma maior renovação da elite política. 	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Estimula a personalização da escolha eleitoral. ▼ Disputa entre os candidatos do mesmo partido nas eleições. ▼ Dificulta o controle de gastos de campanha. ▼ Os dirigentes partidários têm pouco controle sobre quais candidatos serão eleitos.
Lista fechada	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Os dirigentes partidários têm controle sobre quais candidatos serão eleitos. ▼ Facilita o controle de gastos de campanha. ▼ Estimula a <i>partidarização</i> da escolha eleitoral. 	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Menor grau de escolha eleitoral. ▼ Dificulta a renovação da elite política.
Lista flexível	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Permite que tanto as preferências dos eleitores quanto as dos partidos sejam levadas em conta. ▼ Favorece uma maior <i>partidarização</i> da campanha. 	<ul style="list-style-type: none"> ▼ A competição entre os candidatos pode continuar. ▼ Não garante o controle dos gastos de campanha.

Figura 4 - Vantagens e desvantagens dos modelos de lista fechada, aberta e flexível

Fonte: Quadro extraído de NICOLAU, 2006c, p. 31

Em síntese, nessa seção, buscou-se revisar, de forma sistemática, o conjunto de efeitos dos diferentes sistemas de lista no comportamento de partidos, eleitores e candidatos. Na próxima seção, focar-se-á a discussão do sistema proporcional de lista aberta no Brasil propriamente dito. Para isso, será iniciada a revisão dos principais trabalhos acerca do tema, se dando ênfase, em um primeiro momento, às produções que apontaram para os “efeitos deletérios” de tal sistema eleitoral na política brasileira.

1.2 A “Lista Aberta” Brasileira em Perspectiva

O sistema eleitoral de lista aberta brasileiro foi alvo de duras críticas, por parte da bibliografia especializada, ao longo dos anos 90. Essa bibliografia, em síntese, o responsabilizava pelo incentivo ao individualismo dos políticos nas campanhas eleitorais e pela competição intrapartidária, o que inviabilizaria a coesão das organizações partidárias (Samuels, 1997).

Importa, assim, dizer que, dentre as produções mais influentes sobre o sistema eleitoral brasileiro¹⁸, o mais contundente ataque ao sistema de lista aberta foi realizado por Scott Mainwaring. Seu trabalho é a “síntese” mais bem acabada da perspectiva crítica a esse sistema.

Devido ao impacto produzido pelo diagnóstico de Mainwaring sobre os “efeitos” da “lista aberta brasileira” – diagnóstico que, além de influenciar, indiretamente, os trabalhos de Tavares (1999, 2003), mereceu análise detida Samuels (1997) e que é, sem dúvida, referência obrigatória para os trabalhos que mencionam o sistema eleitoral vigente no país – se tratará, nessa seção, dos argumentos principais do autor, somando-os com as discussões propostas por outros autores pertencentes à “linha” mais “crítica” do sistema eleitoral brasileiro.

No início do próximo capítulo, analisar-se-á o “núcleo duro” dessa crítica à luz da produção recente da ciência política brasileira e das mudanças que, desde o contexto em que o artigo de Mainwaring foi escrito (início dos anos 90), a legislação eleitoral do país tem sofrido¹⁹.

¹⁸ Destaca-se a influente produção de Jairo Nicolau (2007, 2006a, 2006b, 2006c, 2003, 1995), a importante coletânea organizada por Olavo Brasil de Lima Júnior (1991), a produção de José Antônio Giusti Tavares (2003, 1999), de Barry Ames (2003, 1995), de David Samuels (1997), entre outros.

¹⁹ Aspectos da legislação eleitoral, como a “Lei do Candidato Nato”, mencionados por Mainwaring (1991), estão, evidentemente, defasados na análise. Da mesma forma, a legislação atual que estabelece a “fidelidade partidária” sequer poderia ser imaginada à época da escrita do texto pelo autor. No entanto, se optou, aqui, por enfatizar o artigo de 1991, por mais que ele esteja defasado em alguns aspectos, exatamente porque, ainda hoje, ele “sintetiza”, com rara clareza, todo o conjunto de argumentos que são lançados, quase que diariamente, contra o “sistema de lista aberta” brasileiro.

1.2.1 Um esboço dos argumentos da “literatura crítica”

Mainwaring, em artigo publicado em 1991, defendeu o argumento de “que o sistema eleitoral brasileiro contribuiu para minar os esforços de construção de partidos políticos mais efetivos” (Mainwaring, 1991, p. 35). Afinal, “nenhuma outra democracia dá aos políticos tanta autonomia *vis-à-vis* seus partidos” (Mainwaring, 1991, p. 35).

Para sustentar esse ponto de vista, Mainwaring (1991) recorre ao exame da legislação eleitoral brasileira, que, conforme o autor, em determinados aspectos, “não tem paralelo no mundo”, pois, inegavelmente, ela reforça o individualismo e a autonomia dos políticos frente seus partidos (Mainwaring, 1991, p. 35). O autor, então, para contextualizar o sistema eleitoral brasileiro, recorre a uma tipologia dos formatos de lista eleitoral, defendendo que, por meio da lista aberta, a legislação do país dá aos eleitores “um peso relativo excepcional na escolha intrapartidária” (Mainwaring, 1991, p. 37).

Segundo a tipologia proposta por Mainwaring (1991), o formato de lista que privilegia os votos preferenciais na determinação da ordem dos candidatos (o caso brasileiro) “dá maior peso à votação popular e menor às organizações partidárias na determinação de quem se elege” (Mainwaring, 1991, p. 37). No entanto, adverte o autor que, na prática, “alguns mecanismos podem contrabalançar essas tendências” (Mainwaring, 1991, p. 37).

Dentre as configurações possíveis dos sistemas de lista com voto preferencial (o autor também destaca, além da lista aberta, o sistema eleitoral italiano e o Voto Único Transferível Irlandês) encontra-se o sistema de lista aberta praticado no Brasil e na Finlândia. Conforme o autor, o sistema é “simples”, pois

(...) O eleitor vota em apenas um deputado, e seu voto não pode ser transferido a outras pessoas. As cadeiras são distribuídas primeiramente aos partidos de acordo com o número de votos obtidos pelo conjunto de seus candidatos, e depois, em cada partido, de acordo com o número de votos de cada candidato. (Mainwaring, 1991, p. 38).

Mainwaring (1991) defende, então, que, nesse sistema, mesmo que o número de cadeiras seja determinado pelo cociente partidário (total dos votos do partido), os candidatos precisam empenhar-se pessoalmente na busca de votos individuais, afinal, são esses votos que garantem o seu lugar na lista e, por conseguinte, a eleição (Mainwaring, 1991, p. 39). Dessa necessidade de buscar votos individuais, decorre, para o autor, o forte incentivo do sistema de lista aberta brasileiro ao “individualismo nas campanhas, especialmente porque o prestígio e o poder de um candidato são grandemente fortalecidos por um total de votos massivo” (Mainwaring, 1991, p. 39).

Para além do formato de lista, Mainwaring (1991) elenca um conjunto de características da legislação eleitoral brasileira que, em sua perspectiva, contribuem para a autonomização dos políticos frente aos seus partidos, quais sejam:

(1) **A Lei do Candidato Nato.** Por essa regra, os vereadores, deputados estaduais, federais e senadores têm, necessariamente, por direito, em caso de tentativa de reeleição, de figurar na lista do partido para o mesmo cargo em eleições seguintes;

(2) **O fato de a legislação brasileira permitir que os partidos apresentem um número alto de candidatos a cargos proporcionais²⁰**, de forma que, para deputado estadual e federal, “um partido pode apresentar 1 1/2 vezes o número de cadeiras a serem preenchidas” e, na eleição para câmaras de vereadores, até “três vezes o número de cadeiras a serem preenchidas”. Para as coligações, a situação se agravaria, afinal, a legislação permite que, no caso de coligação entre dois partidos, se possa apresentar o dobro do número de candidatos. Na coligação entre três partidos, a situação é pior ainda: é possível apresentar até o triplo do número de candidatos. Conforme o autor, essa profusão de postulantes aos cargos legislativos

²⁰ Na eleição para a Câmara dos Deputados, no Brasil, os distritos correspondem às unidades da federação e suas magnitudes variam de oito (Acre, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins) e 70 cadeiras (São Paulo). A magnitude média dos distritos é 19.” (Klein, 2007, p. 27). No Rio Grande do Sul, a magnitude é 31.

teria efeitos perniciosos ao sistema político, tais como a “despolitização do eleitorado”²¹, o baixo controle partidário dos eleitos e o aumento dos esforços individuais de campanha;

(3) A falta, na legislação eleitoral, de um dispositivo que impeça os representantes eleitos de migrar de partido. Afinal, “em muitos sistemas de representação proporcional, os representantes devem seu mandato ao partido e espera-se ou obriga-se a que eles renunciem se quiserem mudar de partido” (Mainwaring, 1991, p. 40). E, no Brasil, “a medida isolada” do comportamento extremamente “frouxo” entre candidatos e partidos é, exatamente, “a frequência atordoante com que os políticos mudam de partido” (Mainwaring, 1991, p. 40);

(4) A ausência de mecanismos que vinculem os políticos a compromissos organizacionais mínimos (Mainwaring, 1991, p. 41). Conforme o Mainwaring (1991), os mecanismos que criam uma condição de obrigação entre representantes e a liderança partidária em votações-chave têm um forte impacto na coesão organizacional dos partidos. O autor afirma, então, que os “pequenos partidos de esquerda”, no Brasil, são uma “exceção” ao disponibilizarem tais mecanismos para a sua liderança.

(5) O estímulo à criação de novos partidos incentivado pelas normas do congresso nacional, devido ao fato de pequenos partidos terem os mesmos “privilégios” de partidos grandes, tais como “espaço para a liderança partidária, assistência de secretaria, telefones, um automóvel etc” (Mainwaring, 1991, p. 42). O autor sustenta, inclusive que, em virtude de tais “privilégios”, “o resultado é que há um incentivo para que as pessoas se elejam por uma legenda e depois formem outro partido.” (Mainwaring, 1991, p. 42).

(6) A falta de uma cláusula de barreira à entrada de partidos no

²¹ Para o autor, “a existência de um grande número de candidatos aumenta as dificuldades do eleitorado de se lembrar quem o representa no Congresso” (Mainwaring, 1991, p. 40). Tal diagnóstico parece ter sido retomado por Rennó (2006) em sua discussão sobre os “sistemas eleitorais complexos” e o caso brasileiro.

congresso. A ausência, por parte da legislação eleitoral, de uma votação mínima para que os partidos obtenham representação política permitirá, conforme o autor, a representação de um número exagerado de partidos e, além disso, o incentivo à migração partidária, pois a ausência da cláusula de barreira “minimiza os riscos de formação de partidos personalistas através da reunião de pequenos grupos dissidentes”. (Mainwaring, 1991, p. 42)

Dessas características do sistema eleitoral brasileiro, Mainwaring (1991) deriva o diagnóstico de que “nenhuma democracia do mundo ocidental dá aos políticos tanta autonomia em relação a seus partidos quanto o Brasil” (Mainwaring, 1991, p. 43). Para o autor, que, estrategicamente, não isola nenhum um elemento específico como determinante de tal vaticínio sobre o sistema eleitoral brasileiro, “(...) a questão não diz respeito a nenhuma medida isolada, mas sim a um conjunto de medidas que fazem a legislação brasileira sobressair. As conseqüências dessa legislação eleitoral foram deletérias” (Mainwaring, 1991, p. 42).

As conseqüências deletérias da legislação eleitoral brasileira - que, em síntese, se circunscrevem ao grau de autonomia dos políticos frente aos seus partidos - estão, conforme Mainwaring (1991), personificadas nos seguintes fenômenos políticos encontrados no país:

A) Individualismo nas campanhas eleitorais: para o autor, “prevalece uma acirrada competição entre as pessoas que concorrem a cargos proporcionais (por exemplo, entre candidatos a deputado federal)” (Mainwaring, 1991, p. 43). E “entre os partidos sempre-cabe-mais-um, a competição intrapartidária é freqüentemente — e talvez até usualmente — mais acirrada do que a competição interpartidária.” (Mainwaring, 1991, p. 43);

B) Corrupção e alta despesa individual nas campanhas: afinal, “devido à existência de tal recompensa para as campanhas individuais e devido aos significativos benefícios provenientes da vitória, o sistema de representação proporcional com lista aberta estimula uma enorme despesa individual e a corrupção

financeira nas campanhas.” (Mainwaring, 1991, p. 44);

C) *Autonomia dos representantes eleitos em relação aos partidos*: afinal, os políticos “não devem seus mandatos ao partido, mas sim à sua própria iniciativa” (Mainwaring, 1991, p. 45);

Mainwaring (1991) rejeita, no entanto, a hipótese de que os sistemas de lista aberta, em sua generalidade, têm efeitos deletérios sobre as organizações partidárias. O autor lembra, então, o caso Finlandês onde “o sistema partidário é marcado por profundas divisões ideológicas; os partidos são programáticos; as organizações partidárias são fortes. Os políticos têm compromissos fortes com seus partidos, que são muito mais disciplinados que os brasileiros” (Mainwaring, 1991, p. 46). Em contraste, no Brasil:

No Brasil, os partidos sempre-cabe-mais-um não fazem muito esforço para ajudar alguns candidatos mais do que outros, nem têm muitas condições de fazê-lo. Eles são cautelosos sobre como favorecem alguns candidatos em relação a outros. A facilidade de mudar de partido significa que os líderes enfrentam um equilíbrio delicado. Por um lado, eles querem que sua própria facção partidária seja dominante. Por outro, eles precisam oferecer espaços substanciais a outras facções para evitar defecções massivas para outros partidos (incluindo os novos). Os chefes partidários podem não querer fazer muitas concessões sobre quem controla as posições no nível superior, mas podem oferecer concessões significativas ao autorizarem um jogo livre nas eleições proporcionais. O aparato estatal favorece alguns candidatos, mas é mais o Estado que a organização partidária que faz isso. (Mainwaring, 1991, p. 47)

Mainwaring (1991) pergunta, então, sobre o porquê de, ao contrário dos outros sistemas de lista aberta, nós encontrarmos, no Brasil, partidos muito mais individualistas. Procurando causalidades possíveis para tal fenômeno, o autor, estrategicamente, descarta - de pronto - qualquer determinismo das regras eleitorais, isto é, a possibilidade de o sistema de lista aberta ser inequivocamente o “culpado” pelo grau de autonomia dos políticos brasileiros e, por conseguinte, pela debilidade da mediação partidária. O autor aponta, assim, para outras variáveis explicativas do individualismo político brasileiro:

Não é simplesmente a lista aberta que distingue o caso brasileiro, mas sim um conjunto de características incomuns

criadas para dar aos políticos mais autonomia *vis-à-vis* seus partidos do que em qualquer democracia ocidental. Como foi observado acima, o sistema eleitoral do Brasil contém muitas medidas não usuais que enfraquecem o controle partidário sobre os políticos. Reciprocamente, em outros países, as características do sistema eleitoral neutralizam o individualismo estimulado pela votação preferencial. (Mainwaring, 1991, p.48).

Outras diferenças, de caráter contextual, são apontadas pelo autor como variáveis explicativas do excessivo individualismo político brasileiro frente a outros países que também adotaram a lista aberta: o tempo de introdução da modalidade de lista (no Brasil ela foi adotada em 1934, precedendo uma década do surgimento do primeiro partido de massas), o nível de enraizamento das organizações partidárias, o sistema de governo, a natureza federalista do sistema político brasileiro e, por fim, o baixo nível de identificação partidária e de informação dos eleitores brasileiros (Mainwaring, 1991, p. 48-49). Ao final, o autor defende que a *rationale* própria do sistema eleitoral brasileiro pode ser encontrada em suas “raízes políticas”, isto é, nas preferências da própria elite política:

Deletéria de alguns pontos de vista, a legislação eleitoral brasileira faz sentido de outros. Esses mecanismos legislativos não surgem acidentalmente; ao contrário, eles são uma criação deliberada da classe política, projetados para assegurar que os partidos não tenham um controle forte sobre os políticos. (Mainwaring, 1991, p. 51)

Ao tratar do voto preferencial de lista aberta no Brasil, chamando-o de “voto uninominal”, Tavares (2003) parece incorporar claramente essa perspectiva de análise apresentada por Mainwaring (1991). Conforme o autor:

“A cultura política brasileira provê o *rationale* e o conteúdo normativo subjacentes à instituição e à prática do voto uninominal na representação proporcional: a noção de que, adquirido pela via de uma obrigação pública mas, por esse motivo, direta, atomizada e não sancionável, entre o eleito e a multidão de eleitores, o mandato representativo pertence privada, exclusiva e discricionariamente ao representante (Tavares, 2003, p. 291)”

Tavares (2003), por sua vez, soma mais uma variável proveniente do sistema eleitoral às causas da “debilidade” do quadro partidário brasileiro: a coligação

interpartidária nas eleições proporcionais (Tavares, 1999, 2003). Conforme o autor, devido à existência de uma lista única, em caso de coligação nas proporcionais, “as cadeiras conquistadas pela coligação partidária são distribuídas diretamente entre os candidatos, na ordem decrescente da votação pessoal de cada um, fazendo-se completa abstração dos partidos” (Tavares, 2003, p. 293).

Tal prática, combinada com o voto preferencial ou uninominal, prejudica inteiramente o cociente partidário. Para o autor, a representação proporcional, no Brasil, não constitui, ao contrário do que normalmente vem sendo afirmado, um caso de “lista aberta”, mas de representação proporcional sem listas partidárias (Tavares 1999, 2003). Isto é,

(...) na prática do sistema eleitoral brasileiro, o voto uninominal, isto é, a ausência de lista, não só converte o cociente partidário no agregado bizarro das preferências dos eleitores por candidatos individuais - o que ocorre mesmo nos casos em que não há coligação partidária - , mas, quando combinado com coligações interpartidárias, faz literalmente desaparecer, nas eleições proporcionais, a própria noção de cociente partidário, substituindo-a pela de cociente da coligação. As cadeiras legislativas obtidas pela coligação e não ocupadas pelos candidatos que lograram individualmente o cociente eleitoral não são distribuídas entre os partidos que a compõem segundo a magnitude relativa dos votos de cada um no conjunto dos votos da coligação para, apenas em um segundo momento, distribuírem-se as cadeiras que couberem a cada partido entre os seus candidatos mais votados. Essas cadeiras nem sequer, rigorosamente, pertencem aos partidos, mas aos candidatos da coalizão, segundo a ordem decrescente da votação pessoal de cada um, e *com total abstração dos partidos*, podendo eleger-se o candidato de um partido com os votos de candidatos de outro. (Tavares, 1999)

2.0 A Construção das Candidaturas: “Lista Aberta”, Seleção de Candidatos, Partidos e Carreiras políticas no Brasil

Após apontarmos os argumentos centrais trazidos pela “literatura crítica” ao “sistema de lista aberta brasileiro”, se fará, neste capítulo, a apresentação da perspectiva teórica que guiará a presente dissertação. Pretende-se, inicialmente, elencar, de forma sistemática, no item 2.1, os argumentos principais trabalhos que,

dentro da ciência política brasileira, têm revisitado a temática da “lista aberta” desde uma perspectiva mais “otimista”, relativizando o “diagnóstico terrível” apresentado por Mainwaring (1991) sobre esse sistema, discutido no capítulo anterior.

No “centro” da perspectiva teórica mais “otimista” – que será adotada como a “lente teórica” do presente trabalho – está, justamente, a valorização da relação existente entre a chamada “lista aberta”, a legislação eleitoral brasileira e a dimensão interna, propriamente “organizacional”, dos partidos políticos. No item 2.2, far-se-á uma breve menção da literatura sobre seleção de candidatos no Brasil e, após isso, serão discutidos os procedimentais “formais” e “informais” imbricados nas dinâmicas e processos que definem “como” alguém se torna candidato a cargo eletivo no país (e que acabam por “reforçar” o papel “regulador” e a intervenção dos partidos políticos na dinâmica das eleições proporcionais), quais sejam:

A) “Formalidades” da legislação eleitoral brasileira: o conjunto de requisitos necessários (impostos legalmente) pra alguém postular candidatura (o “monopólio partidário” da representação política);

B) Requisitos internos das organizações partidárias: pré-requisitos para concorrer” em cada partido, dispostos na concepção de “filiação” e de “candidatura” inscrita nos estatutos partidários.

No item 2.3, adentrar-se-á, para além de questões estatutárias das siglas e da legislação eleitoral, num aspecto importante – e estruturante do terceiro capítulo, que trata das entrevistas com os dirigentes partidários acerca do papel cumprido pelas mesmas na definição e na organização das “listas” eleitorais –, qual seja: o papel cumprido pelos “selecionadores” (“selectorates”) nas dinâmicas partidárias internas, e informais, de seleção e definição de candidaturas. Para isso, se tratará do “controle partidário” sobre a confecção das listas, assim como dos “critérios” mobilizados e do grau de “inclusividade” desses que denominamos “selecionadores” partidários. Além disso, abordar-se-á, em subitem específico, outro aspecto da legislação eleitoral brasileira que reforça a “regulação partidária” sobre as eleições

proporcionais: o modelo brasileiro de propaganda eleitoral, isto é, o “Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral” (HGPE).

No item 2.4, tratar-se-á da abordagem teórica sobre carreiras políticas, e de como ela se conecta ao estudo das organizações partidárias e dos processos de seleção de candidatos (no bojo dos desdobramentos do sistema de lista aberta). Se tratará, em síntese, dos imbricamentos entre “lista aberta”, atributos individuais dos candidatos e tipos de recrutamento político-partidário.

O objetivo é traçar um diagnóstico, mais ou menos sistemático, de como a bibliografia tradicional tem interpretado os possíveis “efeitos” do sistema de lista aberta sobre os padrões de carreira política no Brasil, assim como encaminhar o tipo de abordagem mais pertinente à problemática adotada no presente trabalho. Por fim, será elencado o conjunto de dimensões a serem exploradas no presente estudo, que se propõe a realizar um exame empírico do perfil de recrutamento de candidatos nas eleições para a Câmara dos Deputados, em 2010, no Rio Grande do Sul.

2.1 Um outro “olhar” sobre a “Lista Aberta” Brasileira

As críticas que o sistema eleitoral brasileiro tem sofrido, nos últimos anos, – e que são muito bem “sintetizadas” no artigo de Mainwaring (1991) –, tem sido alvo de análise e problematização pela bibliografia especializada. No geral, muitos dos textos que relativizam o diagnóstico de Mainwaring (1991) apontam para a existência de mecanismos que podem mitigar, a partir do reforço do controle partidário sobre a dinâmica eleitoral nas eleições proporcionais, os incentivos ao individualismo e à competição intrapartidária provenientes do sistema de lista aberta (Figueiredo e Limongi, 2002; Klein, 2007; Nicolau, 2006a; Carneiro, 2009; Braga, Veiga e Miriade, 2009; Braga, 2008; Schmitt et al., 1999).

Primeiramente, a respeito da crítica de Mainwaring (1991) ao incentivo à reputação individual provocado pelo sistema de lista aberta brasileiro, Samuels

(1997), que caracteriza o sistema eleitoral brasileiro como “centrado no candidato”²², alerta para a possibilidade de determinados partidos, por meio de seus processos internos, se contraporem à tendência individualizante do sistema, constituindo reputação partidária “apesar” da lista aberta. Este seria o caso “clássico” do Partido dos Trabalhadores, o PT. Nicolau (2006a) sintetiza o argumento de Samuels:

No Brasil, por exemplo, mesmo com um sistema altamente centrado no candidato, um partido (PT) conseguiu desenvolver mecanismos de reforço da reputação partidária (Samuels, 1999; Leal, 2005). A simples escolha de certas regras internas, tais como o incentivo de atividades partidárias entre as eleições, a profissionalização de um grande número de dirigentes, a punição para os deputados que não votam segundo a deliberação da bancada e a obrigatoriedade de contribuição mensal colaborou para que o PT conseguisse criar uma estrutura organizacional diferente da dos demais partidos brasileiros. (Nicolau, 2006a, p. 700).

Desde a perspectiva da política comparada, Marengo dos Santos (2006), por sua vez, apresenta um conjunto de dados que, no mínimo, relativiza os ditos impactos negativos das regras eleitorais, principalmente quanto ao incremento de reputações personalizadas. Em seu estudo quantitativo sobre os efeitos de diferentes modelos de lista eleitoral sobre a configuração dos sistemas partidários, o autor conclui que:

A antiguidade das organizações partidárias mostrou-se um forte preditor sobre a estabilidade na distribuição temporal de votos: quanto maior o tempo de vida médio dos partidos, menores as taxas de volatilidade eleitoral. Se a estabilidade na distribuição partidária das preferências eleitorais constitui um indicador apropriado sobre a consistência dos vínculos entre eleitores e partidos e, em decorrência disto, as oportunidades para estratégias de deserção e infidelidade partidária (Marengo dos Santos, 2003; 2004), então, a criação de incentivos para a geração de votos estáveis e identidades partidárias parece resultar menos de reformas institucionais – a indiferença dos modelos de listas sobre a volatilidade demonstram isto – e mais da rotina eleitoral provocada pela

²² Segundo Samuels (1997), “os sistemas eleitorais centrados no candidato oferecem enormes incentivos ao personalismo” (Samuels, 1997). Dentre os sistemas eleitorais que podem ser assim caracterizados, encontram-se “os SNTV — *Single Non-Transferable Vote Systems* (Sistemas de Voto Único Não-Transferível), STV — *Single Transferable Vote Systems* (Sistemas de Voto Único Transferível) e Open-list PR — *Open-list Proportional Representation Systems* (Sistemas de Representação Proporcional com Listas Abertas)” (Samuels, 1997).

manutenção, uma eleição após a outra, durante largo período de tempo, das mesmas legendas. Esta parece constituir a indicação mais favorável para a conversão de reputações personalizadas em reputações partidárias. (Marengo dos Santos, 2006, p. 743)

Em segundo lugar, é importante lembrar que o sistema de lista aberta exige que os partidos definam, internamente e conforme seus arranjos particulares, os nomes que irão freqüentar a relação final de candidatos que será apresentada aos eleitores. No caso brasileiro, os partidos detêm total controle sobre o processo de seleção de candidatos e ao acesso à lista (Braga, 2008). Como se sabe, cabe às convenções partidárias a definição da nominata de candidatos. Mas, no entanto, como lembram Leoni et al. (2003), citando o próprio Mainwaring (1999):

De acordo com Mainwaring (1999, p.249), embora as convenções tenham autoridade formal sobre a seleção de candidatos, elas quase sempre ratificam acordos que foram feitos por dirigentes do partido e autoridades do governo antes da realização da convenção. Em geral, apresenta-se à convenção uma chapa única, combinada e definida anteriormente. (Leoni et al., 2003, p. 48)

Essa passagem reforça a idéia que os dirigentes partidários possuem, sim, autoridade na consecução do processo de composição das listas e, por conseguinte, de definição das candidaturas individuais no Brasil²³. Tratando especificamente do caso de São Paulo, Braga (2008) sustenta que “o processo de seleção de candidatos tende para o pólo da exclusão” (Braga, 2008, p. 481). Para a autora, “a afirmação pioneira de um dos brasilianistas mais críticos dos partidos brasileiros, o estudioso Mainwaring (1991 e 2002), de que o processo de seleção de candidatos no Brasil envolveria grande participação popular e pouco controle por parte das lideranças partidárias, não têm, portanto, lastro empírico” (Braga, 2008, p. 481). Afinal,

A investigação dos estatutos e dos resultados de convenções mostra que a participação no nível local não é tão intensa e

²³ Conforme Nicolau (2006a), dois aspectos devem ser salientados acerca da escolha de candidatos pelos partidos no Brasil. Segundo o autor, “o primeiro é que nenhum partido utiliza prévias internas com os filiados para a escolha dos nomes que comporão a lista, o segundo é que as convenções oficiais têm caráter meramente homologatório, já que os candidatos são escolhidos antes que elas aconteçam.” (Nicolau, 2006a, p. 695).

que as lideranças possuem diversos mecanismos para restringir essa participação, desde a convocação para as convenções, limitada a poucos membros, até a intervenção em diretórios e a nomeação de comissões provisórias. E, sobretudo, os dirigentes têm assento cativo nas instâncias partidárias responsáveis pela seleção. Mesmo o PT, partido onde, formalmente, há maior abertura para o envolvimento dos filiados nesse processo, é a organização que impõe o maior número de requisitos para ser candidato. Neste aspecto é, pois, o processo mais restritivo". (Braga, 2008, p. 481)

Além disso, no âmbito da legislação eleitoral, algumas modificações recentes têm contribuído para a ampliação, pelo menos no âmbito formal, do poder dos partidos no processo de preenchimento das listas. A "Lei do Candidato Nato" – que dava ao representante legislativo (deputados federais, estaduais, vereadores, etc) o direito de figurar na lista partidária independentemente da vontade da direção partidária (tirando autonomia dos partidos na escolha de candidatos) – foi declarada inconstitucional em 2002 (Figueiredo e Limongi, 2002). E, por sua vez, a ausência de um dispositivo legal que pudesse coibir a "infidelidade partidária" - um dos principais exemplos utilizados por Mainwaring (1991) para caracterizar a "permissividade" da legislação eleitoral brasileira - está sendo atacada, atualmente, pela Resolução nº 22.526/07 do TSE.

A nova interpretação do TSE sobre a fidelidade partidária prevê que "os partidos políticos e as coligações conservam direito à vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda" (TSE - Res.n.22.526 - DJ 09/05/2007, p. 143). Conforme Gomes (2008),

(...) dois são os pressupostos autorizadores da decretação da perda de cargo eletivo por infidelidade: efetiva desfiliação partidária e ausência de justa causa para a desfiliação. A desfiliação traduz-se no ato pelo qual o mandatário rompe com o partido pelo qual foi eleito. A justa causa é tipificada na Resolução em testilha, sendo previstas quatro situações: i) incorporação ou fusão do partido; ii) criação de novo partido; iii) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; iv) grave discriminação pessoal. (Gomes, 2008, p. 80)²⁴²⁵

²⁴ Nessa passagem, o autor se remete à Resolução nº 22.610/07, que foi editada pelo TSE com o

Apesar de alguns dos pressupostos da decretação da perda de cargo eletivo por infidelidade terem caráter “indeterminado” - de forma que só podem ser precisados “à luz do caso concreto” (Gomes, 2008, p. 81) –, a Resolução nº 22.526/07 afirma-se como uma das atuais fontes normativas da competição político-partidária no país (Marchetti e Cortez, 2009,p. 17). Isto é, a partir dela, e de outros dispositivos legais, constitui-se “o controle do mercado político por meio, tanto da definição dos requisitos e obrigações a ser cumpridos para a entrada nesse mercado, quanto das práticas e condutas que podem implicar na exclusão do ator político deste mercado” (Marchetti e Cortez, 2009,p. 18). Nesse caso, é no mínimo plausível esperar que algum constrangimento às trocas de legenda seja imposto por meio desta alteração legal.

Em terceiro lugar, para além da análise da legislação eleitoral atual, outra possibilidade de problematização do diagnóstico de Mainwaring (1991) pode ser encontrada quando o sistema de lista aberta é encarado como um sistema que potencialmente “fornece estímulos à união partidária” (Klein, 2007, p.62). Em síntese: boa parte dos candidatos precisa dos votos de seus companheiros de partido e de coligação para se eleger.

No sistema de lista aberta, como em qualquer sistema de listas partidárias, “o primeiro critério para a alocação das cadeiras é o total de votos dado à agremiação” (Klein, 2007, p. 62). Isto é, o partido que não obtém o conjunto de votos necessários para atingir o cociente eleitoral está automaticamente fora da distribuição de cadeiras. Sendo assim, como frisa Klein (2007), se a busca por coligações mostra que um “partido solitário” tem, às vezes, dificuldade para atingir o cociente partidário – e precisa do voto de outros partidos para ganhar a sua cota de cadeiras, o que foi

objetivo específico de disciplinar e tipificar o processo de perda de cargo eletivo em função de “pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda”, tal como previsto na Resolução nº 22.526/07.

²⁵ A fundação de um novo partido é um caso típico em que a justa causa para desfiliação pode ser argüida, com a conseqüente manutenção de cargo eletivo. Nesse caso, podemos citar, como exemplo recente, o caso do PSD (Partido Social Democrático), fundado para abrigar dissidentes do DEM, como o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e o ex-candidato à presidência da república, Guilherme Afif Domingos.

fortemente criticado por Tavares (1999) na passagem acima referida – “que dirá o esforço individual de um candidato” (Klein, 2007, p. 62-63).

Assim, cabe lembrar que a “transferência de votos” no sistema de lista aberta brasileiro é, em virtude do cálculo do cociente eleitoral, realizada a partir da soma dos votos de cada candidato ao agregado geral do partido. Algo que, claramente, fortalece a representação partidária. Como afirma Nicolau (2007),

(...) ainda que as campanhas sejam concentradas nos candidatos, a distribuição das cadeiras é feita a partir dos votos totais obtidos por uma legenda (ou coligação). O eleitor, em geral, vota em um nome de sua predileção, mas não sabe que, no processo de apuração, os votos desse candidato serão somados aos de outros. Se o candidato tiver mais votos do que o quociente eleitoral, ele ajuda outros nomes da lista a se elegerem; se tiver menos, será ajudado pelos votos de outros candidatos (Nicolau, 2007, p. 71).

As sobras de voto de determinado candidato podem, assim, ajudar significativamente seus colegas de partido ou de coligação. Além disso, se olharmos pelo prisma da competição intrapartidária, é possível chegar à conclusão de que um candidato com alta capacidade de agregação de votos (“puxador de votos”) não será, necessariamente, encarado como um adversário pelos companheiros de partido que têm menores possibilidades eleitorais. Afinal,

(...) Quanto mais votos o puxador trazer para a legenda, maiores as chances desses candidatos se elegerem. O puxador só será uma ameaça interna se obtiver votos em cima dos redutos eleitorais específicos desses candidatos. E, mesmo assim, isso não lhes é fatal para alcançar o sucesso, uma vez que esses votos continuam a contar para o partido. O pior dos mundos seria perder votos para concorrentes de outros partidos, o que significa uma “perda total” (Klein, 2007, p.65)

Decorre disso que, ao contrário do postulado por Mainwaring (1991), “em um sistema de “lista aberta”, a competição intrapartidária não suplanta a interpartidária. Como os votos na lista são transferidos, qualquer voto dado a um candidato do partido aumenta as chances de os demais se elegerem. Votos em outra lista têm efeito contrário” (Figueiredo e Limongi, 2002, p. 309).

Assim, na montagem das listas, os partidos precisam levar em consideração, como nos têm mostrado alguns estudos recentes, diferentes níveis de agregação de votos pelas candidaturas individuais. Isto é, deve interessar tanto o “puxador de voto” (candidato altamente competitivo com grandes possibilidades eleitorais) quanto o candidato com menor potencial eleitoral que, mesmo não tendo possibilidade de se eleger, possa somar, ao agregado geral do partido, uma quantidade razoável de votos.

Em seu estudo sobre a composição de listas partidárias, Carneiro (2009), por meio de entrevistas realizadas com dirigentes no Rio de Janeiro, caracteriza com precisão o tipo de estratégia eleitoral que os partidos lançam mão na formatação de suas nominatas. Para a autora, “não se pode afirmar que os partidos não exerçam controle ou tenham um papel coadjuvante no processo de seleção de candidatos” (Carneiro, 2009, p. 140). Os dirigentes objetivam, em síntese, atingir, da forma mais racional possível, o cociente eleitoral. Isto é, “os partidos atuam cientes das regras do sistema eleitoral e do comportamento dos eleitores” em defesa dos interesses do partido (Carneiro, 2009, p. 140). E, para isso, “as listas são confeccionadas com uma espécie de ordenamento interno desconhecido dos eleitores” (Carneiro, 2009, p. 140). Trata-se, nesse caso, das “regras informais” de seleção que operam no interior dos partidos. A autora, na passagem abaixo caracteriza a forma como a estratégia eleitoral é empregada pelos partidos, no Rio de Janeiro²⁶, nas eleições para deputado federal e estadual:

(...) As legendas traçam estratégias entre as listas estaduais e federais, conduzindo, inclusive, candidatos de uma lista para outra ou buscando inserir nomes em determinadas localidades para ambas as disputas não só para marcar a presença do partido, mas, principalmente, propagar a campanha de outros candidatos do partido e no fim distribuir o apoio ao candidato majoritário; observam a distribuição de candidatos e de votos nas diversas regiões do Estado, não só dos seus candidatos como também dos candidatos dos outros partidos; simulam o resultado das urnas e quem possivelmente conquistará as cadeiras que o partido terá direito (o horário eleitoral é um excelente artifício para direcionar o resultado, pois nele entram em ação os “puxadores de voto”); dentre outras estratégias. Enfim, as

²⁶ Acredita-se que, mesmo tratando de um caso específico, o estudo traça um interessante panorama dos procedimentos utilizados por dirigentes partidários na confecção das listas eleitorais. Obviamente, tais estudos sobre o processo de seleção de candidatos a deputado federal precisam de um maior aprofundamento, principalmente a partir da realidade de outras unidades da federação.

listas não são preenchidas de modo aleatório, um exemplo disso é o fato dessas listagens serem vistas por várias lideranças como divididas em três grandes partes: “a cabeça” (onde se encontrariam os candidatos com potencial eleitoral elevado e com grandes chances de serem eleitos), “o corpo” (aqui estariam os candidatos com votação expressiva, mas inferior aos ocupantes do setor anterior, vitais para o desempenho da legenda) e o “rabo” (aqui entrariam os candidatos sem chances de eleição e com poucos votos, mesmo assim com chances de contribuir com o partido, rendendo votos úteis na distribuição das sobras). Ou seja, as lideranças, ao montarem as listas, pensam, em um primeiro momento, no todo, no desempenho da legenda e não em candidaturas isoladas como se costuma afirmar ao se tratar das eleições no sistema eleitoral brasileiro: o primeiro critério é definir quanto votos possivelmente pode ser alcançado pela legenda. (Carneiro, 2009, p. 176-177)

Tal relato só reforça a idéia de que os partidos atuam no processo de seleção de candidatos e de formatação das listas e que, nesse processo, alguma racionalidade eleitoral está presente. Os dirigentes, segundo a autora, organizam a lista visando maximizar o desempenho eleitoral do partido, sendo que, para isso, é necessário priorizar diferentes tipos de candidato.

Para Klein (2007), as direções partidárias têm interesse em formatar uma estratégia eleitoral minimamente racional nas eleições proporcionais. Por isso, é preciso “evitar que candidatos do partido disputem o mesmo eleitorado enquanto há outros eleitores que não estão sendo cortejados ou, o que é pior, estão sendo assediados por candidatos de outros partidos” (Klein, 2007, p. 63). Conforme Carneiro (2009), de fato, os responsáveis pela montagem das listas partidárias executam, às vezes, determinados “cortes” ou remanejamentos nas nominatas “para se evitar a divisão de votos entre candidatos de uma mesma região do Estado ou no interior de uma mesma base eleitoral.” (Carneiro, 2009, p. 135)

Ainda no plano da atuação partidária em eleições proporcionais, se pode adentrar na discussão de outra crítica disparada por Mainwaring (1991) contra o sistema eleitoral brasileiro: o incentivo ao alto número de candidatos nas eleições proporcionais, que, na interpretação do autor, implica no baixo controle partidário sobre as candidaturas. Conforme Braga, Veiga e Miríade (2009), tal crítica não encontra, definitivamente, respaldo na realidade. Para caracterizar o equívoco dessa postulação de Mainwaring (1991) – a de que os partidos lançam um número elevado

de candidatos à Câmara dos Deputados, com objetivo de aumentar sua representação – as autoras analisaram o resultado dos processos de seleção de candidatos a deputado federal de alguns partidos brasileiros entre 1994 e 2006:

Figura 5 - Número de Candidatos a Deputado Federal, Brasil (1994 -2006)

	1994	1998	2002	2006
PT	373	328	422	351
PMDB	399	350	322	340
PSDB	272	292	275	308
PFL/DEM	236	276	230	227
PPR/PPB/PP	266	289	194	175
Total de candidatos dos cinco partidos	1.546	1.535	1.443	1.401
Total geral de candidatos	3.036	3.451	4.296	4.956
Número de vagas permitido por listas partidárias*	694	694	694	694

*Número calculado segundo a legislação eleitoral que permite que cada partido lance uma vez e meia a magnitude do distrito, ou seja, o número de cadeiras que cada estado possui na Câmara dos Deputados.

Fonte: Tabela extraída de BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 132

É possível, assim, verificar que mesmo que a legislação eleitoral permita aos partidos a composição de lista partidária com um número de candidatos que corresponda a uma vez e meia a magnitude do distrito eleitoral “nenhuma das organizações partidárias analisadas chegou ao total de 694 candidaturas em nenhum dos pleitos” (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 132). Conforme as autoras, uma das respostas possíveis ao fato de os partidos terem lançado menos candidatos do que, pela legislação eleitoral, poderiam “tem a ver com as estratégias eleitorais de seus dirigentes partidários que, ao passarem a ter maior domínio do ambiente eleitoral, começaram a repensar seus cálculos políticos para se manterem em vantagem no jogo político” (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 133). E, além disso, os dados também revelam que “outros partidos no sistema partidário também passaram a contribuir decisivamente para o aumento do número de ofertas de candidatos no mercado eleitoral” (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 133).

Rennó (2006), por sua vez, ao discutir o impacto das coligações eleitorais no número de candidatos em eleições proporcionais, revê a possibilidade de

incremento do número de concorrentes em virtude da prática de alianças eleitorais entre os partidos brasileiros. O autor, citando o caso de Minas Gerais, chega a uma conclusão absolutamente diversa da de Mainwaring (1991): o número de candidatos, em caso de coligação partidária, diminui se comparado com que os partidos poderiam apresentar concorrendo isoladamente:

Coligações, na verdade, reduzem o número de candidatos que competem nas eleições. Uma coligação em Minas Gerais pode apresentar até 106 candidatos. Se essa coligação é formada por quatro partidos, e se esses partidos competissem isoladamente ao invés de coligados, o número total possível de candidatos poderia chegar a 318 candidatos, em vez dos 106 que a coligação pode apresentar. (Rennó, 2006, p. 64)

Quando o artigo de Mainwaring foi publicado, em 1991, de fato, o tamanho da coligação incidia diretamente na quantidade de candidatos que os partidos poderiam apresentar para disputa de cadeiras na Câmara dos Deputados, sendo que, por exemplo, a uma coligação entre três partidos, era permitido apresentar até o triplo do número de candidatos. No entanto, conforme a nova Lei n°.9504/97, também chamada de Leis das Eleições, “havendo coligação, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados até o dobro do número de cadeiras a serem preenchidas” (Gomes, 2008, p. 200). Os efeitos da nova legislação foram, nesse sentido, captados com precisão por Rennó (2006). E cabe lembrar que a prática das alianças eleitorais tem, aparentemente, se tornado cada vez maior entre os partidos brasileiros.

Do ponto de vista da racionalidade eleitoral propriamente dita, segundo análise de Klein (2007), também não parece fazer muito sentido a aposta partidária em um alto número de candidatos em eleições proporcionais. Para o autor, não importa tanto a quantidade de candidatos – afinal, o efeito de um grande número de concorrentes pelo partido pode ser o de, por exemplo, atomizar o tempo de TV de cada candidato no HGPE, dificultando a eleição – mas, sim, a qualidade ou o “tipo” de cada candidato - o que, por sua vez, “indica a relevância da seleção interna e da coordenação feita pela direção partidária” (Klein, 2007, p. 64-65).

Nicolau (2006a) defende, nesse sentido, que os organizadores das listas partidárias tenderiam a levar em conta, mais do que o número de candidatos, “critérios geográficos, atraindo diversas regiões do estado e evitando superposições de candidatos da mesma área, e tenderiam a privilegiar nomes com prestígio junto a setores específicos do eleitorado” (Nicolau, 2006a, p. 9).

Além disso, parece que, ao deslocarmos a discussão sobre o preenchimento das listas partidárias da “quantidade” de candidatos para a “qualidade” dos mesmos, se torna possível relativizar outra crítica de Mainwaring (1991) ao sistema eleitoral brasileiro: o fomento à competição intrapartidária. O argumento de Mainwaring (1991) acerca da alta competição intrapartidária incentivada pelo sistema de lista aberta se sustenta, basicamente, sobre a noção de que os candidatos são iguais entre si e que, por isso, teriam, necessariamente, os mesmos recursos e, principalmente, o mesmo interesse partidário em suas campanhas. Se assim fosse, todos os concorrentes estariam devidamente “equipados” para “combater” seus adversários dentro e fora do partido. Sabe-se, no entanto, que na realidade não é bem assim que as coisas funcionam.

Como visto anteriormente, alguns trabalhos sobre o processo de seleção de candidatos no Brasil, como o de Carneiro (2009), têm demonstrado que os partidos “hierarquizam” a composição de suas listas, atribuindo valores diferenciados aos candidatos, afinal:

Nas campanhas eleitorais, principalmente no horário eleitoral gratuito, é feita uma diferenciação entre os candidatos, pois um candidato com recursos econômicos, com grande viabilidade eleitoral e com história de liderança em algum setor ou movimento não poderá ser colocado em situação de igualdade com um candidato com o perfil exatamente oposto. Além disso, o espaço na TV também é um ótimo momento para investir e fortalecer um nome, que mesmo não se elegendo, mas revelando potencial para tal em virtude do bom desempenho eleitoral, possa se tornar um excelente nome para a candidatura de prefeito em algum município, atraindo apoiadores e patrocinadores para este novo pleito. (Carneiro, 2009, p. 108)

Essa passagem evidencia que os candidatos, para os partidos, têm *status* e perfis diferentes, isto é, “uns são mais fortes que outros. Uns tentam a reeleição, são puxadores de votos, outros estão apenas iniciando” (Klein, 2007, p. 65). E, desse modo, decorre que, em virtude da diferenciação do perfil dos candidatos, “a coordenação partidária não tratará indivíduos diferentes de forma idêntica” (Klein, 2007, p.66). Os partidos operam seletivamente, investindo em determinados *perfis de candidato*, conforme, por exemplo, o nível de competitividade eleitoral de cada um. Para isso, dentre os recursos partidários disponíveis para a distribuição e investimento em determinados candidatos, está o próprio fundo partidário e o tempo de TV no HGPE (Braga, 2008). E é a partir do controle sobre tais recursos que os partidos acabam “realizando uma ordenação informal dos candidatos.” (Braga, 2008, p. 459).

Assim, parte-se aqui da idéia de que, mesmo no sistema de lista aberta, é possível que os partidos exerçam controle, em seus processos internos de recrutamento e a partir fornecimento de incentivos seletivos (Tempo de TV, por exemplo), sobre as chances de seus candidatos na arena eleitoral. No próximo item abordar-se-á, a dupla dimensão do processo de seleção de candidatos no Brasil: os requisitos legais e os critérios intrapartidários.

2.2 A Seleção de Candidatos no Brasil: Aspectos Formais e Informais

Cabe, inicialmente, alertar que a temática em questão, a seleção partidária de candidatos – a despeito do acúmulo de pesquisas nos últimos anos – ainda é recente no Brasil, afinal, “até muito pouco tempo atrás os trabalhos que faziam referência ao tema eram unânimes em afirmar a ausência de estudos” (Altmann, 2010, p. 48). Tal realidade tem mudado, principalmente a partir dos anos 2000. Dentre os trabalhos recentes, de referência sobre assunto, encontram-se, a título de exemplificação, os que influenciaram diretamente a presente pesquisa: Braga 2008; Braga, Veiga e Miríade (2009); Bolognesi, 2009; Perissinotto e Miríade, 2009; Noll e Leal, 2008; Altmann, 2010; Álvares, 2008a; Álvares, 2008b; Álvares, 2009.

Desta feita, embora se possa ainda reclamar de certa “obscuridade” e “desconhecimento” de como, em seus processos internos, os partidos lidam com “jardim secreto” da elaboração das listas – para usar uma expressão de Álvares, 2008a –, o acúmulo empírico sobre o tema tem avançado, como expresso por Braga e Veiga (2009):

nos últimos anos o processo de seleção de candidaturas se tornou objeto de estudo mais recorrente na Ciência Política brasileira e em países da América Latina, o que indica que cada vez mais esta fase da vida partidária ganha maior relevância para a compreensão do funcionamento das instituições numa democracia partidária, deixando, portanto, de ser subestimada. (Braga e Veiga, 2009, p.1)

Dito isso, cabe lembrar que existe uma necessária “interface” entre o formato da seleção de candidatos e determinadas “propriedades” dos sistemas eleitorais. De acordo com a definição proposta por Cox (1997), é possível apontar para a existência de duas dimensões básicas nos sistemas eleitorais: a interpartidária e a intrapartidária. Essa distinção analítica nos parece bastante profícua para as pretensões do presente trabalho. O autor, em síntese, define sistema eleitoral assim:

An "electoral system" is understood here to be a set of laws and party rules that regulate electoral competition between and within parties. Electoral systems have many aspects, and can govern elections to many offices - executive, legislative, and judicial - simultaneously. Here I shall focus on the legislative electoral system and four of its aspects: those laws and rules regulating how parties make their nominations; how citizens vote and how those votes are counted; what the district structure of the polity will be; and how counted votes are translated into seats. The second, third, and fourth of these aspects are determined by electoral law, the first by a combination of law and party regulations. (Cox, 1997, p. 38)

Assumindo que, de fato, como proposto por Cox (1997), o sistema eleitoral é um conjunto de leis e regras partidárias que regulam a competição entre e no interior dos partidos, o propósito de nosso trabalho é o de, exatamente, explorar, a partir da análise do caso das eleições proporcionais brasileiras, a primeira dimensão apontada pelo autor na definição acima, isto é, as “leis” e as “regras” que regulam como os partidos indicam os seus candidatos.

Essa dimensão intrapartidária, que, segundo o autor, é determinada por uma combinação entre a lei eleitoral (entendida como todo o “sistema”) e a regulação partidária, refere-se, basicamente, à forma como a representação é colocada dentro dos partidos, e em que o grau os legisladores cultivam, para isso, votos pessoais ou partidários (Shugart, 2001, p. 2). Em resumo, trata-se do debate não apenas sobre o formato das listas partidárias – e sobre os efeitos desse “formato” sobre o processo de indicação de candidatos –, mas, também, da discussão sobre os papéis cumpridos pela legislação eleitoral “formal” e pela organização interna de cada partido (os estatutos) nesse processo.

Como exposto por Cox (1997), as leis eleitorais regulam a competição eleitoral também no interior dos partidos. No caso da indicação de candidatos, existe, assim, uma combinação entre os incentivos externos – provenientes do sistema eleitoral (o tipo de lista, por exemplo) e da própria legislação (critérios “formais” e requisitos que devem ser exigidos de quem quer ser candidato por qualquer partido) – e a dimensão interna da regulação partidária (isto é, as regras e os procedimentos próprios de cada partido, em plano estatutário, para nominação de candidatos). A relevância das diferentes modalidades de lista para os sistemas de representação proporcional é incontestável, mas os outros fatores (como a legislação eleitoral vigente no país e os “estatutos partidários”) também têm seu peso.

No presente trabalho, já tratamos, de forma mais detida, de parte daquilo que se chamou acima de “incentivos externos” atuantes no processo de indicação de candidatos no Brasil: isto é, o conjunto de interpretações acerca dos efeitos possíveis do “sistema de lista aberta” no contexto partidário-eleitoral brasileiro. No próximo subitem, tem-se, assim, o objetivo de encaminhar outros dois pontos elencados: o debate sobre a legislação eleitoral brasileira – principalmente, no âmbito das mudanças que ela tem sofrido nos últimos anos – e sobre os requisitos estatutários, internos de cada partido, a respeito do papel dos filiados e das exigências para alguém postular candidatura.

2.2.1 Quem pode ser candidato? Requisitos Legais e Critérios Intrapartidários

No caso brasileiro, uma especificidade, que reforça a regulação partidária, é justamente o fato de os partidos deterem, por disposição constitucional, o monopólio da representação política. É vedada, em absoluto, a ação do candidato “independente” ou “avulso” – que concorre a cargo eletivo “por fora” das organizações partidárias –, diferentemente do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos. A filiação partidária é, desta forma, determinante para quem deseja participar de disputa por cargo público.

O caso norte-americano é paradigmático até mesmo pela dimensão eleitoral de algumas candidaturas “avulsas” ocorridas naquele país. Em 1992, concorrendo contra Bill Clinton e George H. W. Bush, que buscava reeleição, o empresário Ross Perot terminou a eleição presidencial em terceiro lugar, com quase 20 milhões de votos (pouco menos de 20% do eleitorado). Conforme Braga (2008), a exigência de filiação partidária para alguém participar da competição eleitoral “coloca o Brasil entre os poucos países na América Latina que dão o monopólio da representação política às organizações partidárias” (BRAGA, 2008, p. 479). Na América latina, apenas a legislação eleitoral de El Salvador e Equador, até o ano de 1996, apresentou essa exigência (FREIDENBERG e LÓPEZ *apud* BRAGA, 2008, p. 479).

O direito eleitoral brasileiro define, então, como “capacidade eleitoral passiva” a condição de elegibilidade (em outros termos, o direito de ser votado). Esse direito é exercido só a partir do cumprimento de determinados requisitos, quais sejam: nacionalidade, idade (mínima de 21 anos²⁷, para o cargo de deputado federal) e não ter causas penais antecedentes. Por último, mais dois requisitos: o alistamento eleitoral²⁸ – lembrando que nem todos que podem votar podem ser votados, tal

²⁷ Conforme o Art. 14, 3º, VI da Constituição Federal, a idade mínima é condição de elegibilidade, sendo: de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador; trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal; e vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz. Não existe idade máxima para concorrer.

²⁸ A “capacidade eleitoral ativa” - conforme o código eleitoral brasileiro - define o direito de votar e é adquirida a partir do “alistamento” junto à Justiça eleitoral. O voto é obrigatório para os maiores de 18

como acontece com o analfabeto e o menor de 18 e maior de 16 anos – e a filiação partidária – de, pelo menos, um ano antes do pleito – na circunscrição eleitoral onde deseja concorrer. (Braga, Veiga, Miríade, 2009, p. 127).

Dentre os “filtros” estabelecidos pela própria legislação eleitoral para alguém postular candidatura, está, portanto, a necessidade de se estar filiado a partido político. Indo, nesse âmbito, para além da legislação, os partidos também estabelecem a sua “política interna”, fixando critérios estatutários para a filiação e para a “atuação” do filiado dentro da organização. Álvares (2004) elaborou um quadro que expõe²⁹, de forma comparativa, os principais pontos “da concepção sobre os filiados de alguns partidos e as regras de sua filiação” (Álvares, 2006, p. 12). Afinal, conforme a autora, “apesar de um eixo recorrente ao padrão de filiação e às demais normas que submetem os integrantes do partido, há algumas diferenças entre eles” (Álvares, 2006, p. 12). Tratando dos estatutos partidários, Álvares (2006) entende que:

O pré-requisito para um cidadão ou cidadã brasileiro/a se tornar um candidato ou candidata, consta das normas eleitorais, tem unanimidade estatutária e constitui um atributo fundamental na competição eleitoral – ser filiado a um partido. Está entre os direitos do filiado “votar e ser votado para os cargos partidários e para os cargos públicos eletivos”. Dos 27 estatutos partidários analisados, o do PT é o único que contém um item específico determinando os pré-requisitos para um filiado ser candidato do partido (Art.128). As condições relativas à filiação partidária constante nos estatutos revelam um processo ampliado de inclusão dos cidadãos entre os membros pretendentes de candidatura, visto que a maioria dos partidos estabelece a idade mínima de 18 anos para o processo de filiação e legisla, entre os direitos deste, o ato de votar e ser votado. (Álvares, 2006, p.14)

Apesar do processo “ampliado” e da “inclusividade” dos estatutos partidários quanto à possibilidade de alguém atuar internamente e postular candidatura, – com exceção do PT, que estabelece um critério específico para isso – os partidos têm

anos e menores de 70 anos. É facultativo para os analfabetos, menores de 18 anos e maiores de 16 e maiores de 70 anos. Não podem alistar-se, como eleitores, os estrangeiros (com exceção dos portugueses com residência permanente no país) e os assim chamados “conscritos” (médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários que prestam serviço militar obrigatório).

²⁹ Está disponível no anexo deste trabalho.

sua capacidade de regulação do ingresso e do acesso a postos para carreira política garantida pelo “monopólio da representação política” que, nas palavras de Braga Sousa (2008, p.470), “permite a seus dirigentes a imposição de lealdades e a manutenção das relações hierárquicas”.

A regulação partidária do acesso à “condição de candidato” ampliou seu espectro, nos últimos anos, em virtude de não estar mais em vigor o mecanismo do “candidato nato”, “que garantia o registro da candidatura para o mesmo cargo pelo partido ao qual estivessem filiados aos deputados federais e estaduais, vereadores e ainda aos suplentes que tivessem substituído o parlamentar em algum momento do mandato” (Altmann, 2010, p. 52). Os responsáveis pela escolha dos candidatos não possuíam, desta forma, poder para retirar ou barrar a entrada de parlamentares nas “listas” (Nicolau, 2006, p. 694). Inclusive, esse mecanismo, como dito anteriormente, foi apontado por Mainwaring (1991) como ilustrativo da “permissividade” da legislação eleitoral brasileira. Como explicado no primeiro capítulo, tal dispositivo foi declarado inconstitucional em 2002. Altmann (2010) ainda detalha que:

Em 2002, entretanto, a pedido do então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, que em uma ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) questionou a validade da candidatura nata, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou este dispositivo inconstitucional, razão pela qual ele deixou de vigorar nas eleições a partir daquele ano (VALE PARAIBANO, 2002). Com a decisão do STF, o TSE emitiu a Resolução 21.079, de 30 abr. 2002, na qual consagrou o final desse instituto. (Altmman, 2010, p.51)

Ainda dentro do debate acerca dos marcos legais que regulam a atuação dos partidos políticos, quando da definição das candidaturas, está a cota de candidatos por gênero, que os partidos também devem considerar. Conforme Álvares (2008b), “desde 1995 o Brasil convivia com uma lei de cotas nacional aprovada pelo Legislativo, uma emenda de lei eleitoral apresentada pela então deputada Martha Suplicy, garantindo um percentual de 20% das vagas de cada partido ou coligação para preenchimento de candidaturas de mulheres nas eleições municipais de 1996” (Álvares, 2008b, p. 926). Após isso,

Os debates legislativos, tanto relativos à constitucionalidade da medida quanto para mostrar o peso das barreiras culturais em interpretações sobre a mulher em cargo eletivo, favoreceram uma nova redação da emenda para aprovação e novas propostas para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, sendo votada a legislação eleitoral e aprovado, em definitivo, em 1997, o texto final assegurando a adoção de uma cota partidária mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. (Álvares, 2008b, p. 926)

Em 2009, a revisão da Lei Nº 9.504/1997 suscitou novo debate jurídico sobre as cotas de gênero. Discutiu-se, basicamente, se, a partir de então, estava estabelecida a obrigatoriedade do preenchimento da cota de 30% para mulheres, e não simples exigência da reserva das vagas de gênero (que não precisaria, necessariamente, ser preenchida). No entanto, a alteração da Lei Nº 9.504/1997 – pela Lei 12.034/09, apelidada de “minirreforma eleitoral” – foi interpretada no sentido da obrigatoriedade do preenchimento da cota, dada a nova redação do dispositivo.

A Lei nº 9.504/97 estabelecia que “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”. A Lei 12.034/09, que revisou a lei anterior, trocou a expressão “deverá reservar” por outra de caráter imperativo (“preencherá”), estabelecendo a seguinte redação: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. O entendimento do TSE, em 2010, foi pela obrigatoriedade do preenchimento das vagas com, ao menos, 30% “para um dos sexos”, o que, na prática, se reverte para as mulheres. Essa interpretação da lei gerou certa apreensão em alguns dirigentes partidários, como se verá no capítulo 4.

Por fim, conforme Altmann (2010), “a legislação brasileira remete aos partidos políticos o estabelecimento de normas específicas para a escolha dos candidatos, conforme o art. 7º da Lei 9.504/97” (Altmann, 2010, p. 52). Nesse ponto, os partidos políticos podem estabelecer, com ampla liberdade, seus mecanismos internos de “controle” e “filtragem” para filiação e candidatura. Porém, os estudos que visam detectar, entre os partidos, critérios adicionais para alguém ser candidato, isto é,

requisitos para além do previsto na legislação vigente no país, têm mostrado que “em todos os partidos, com exceção de um, o requisito básico estipulado nos estatutos é o mesmo da legislação eleitoral: a filiação de no mínimo um ano” (Altmann, 2010, p. 52-53).

O caso *sui generis* é o do PT, conforme Altmann (2010). Citando Braga (2008), a autora lembra que a “especificidade petista” é fruto das características desse partido, vinculadas à “origem” externa, de caráter societário e “ex-parlamentar”, e à coesão ideológica, que configuraram seu “modelo genético”, nos termos de Panebianco (2005). Desta forma, no âmbito da sua “concepção de candidato”, o PT seria, diferentemente da maioria das siglas, mais “rigoroso” quanto ao “acesso à lista”, isto é, à possibilidade de participação eleitoral, afinal,

(...) enquanto em todas as legendas a condição de filiado é suficiente para a conquista de uma vaga como candidato, no PT o acesso à lista seria mais restrito, em função das exigências de: contribuição financeira, compromisso programático (mediante assinatura do “Compromisso partidário do candidato petista”, elaborado pela direção nacional do partido) e aprovação das instâncias de direção ou parcela de membros” (Altmann, 2010, p. 52).

Esse maior rigor, conforme Braga (2008), está expresso no chamado “Compromisso Partidário do Candidato Petista”, que, em síntese:

(...) é um documento criado pelo Diretório Nacional do PT, por meio do qual o partido estabelece normas, com abrangência nacional, para o comportamento do candidato durante a campanha e depois de eleito. Este documento é um bom exemplo dos meios elaborados pelos dirigentes petistas para fortalecerem o seu controle sobre as candidaturas e respectivas campanhas eleitorais e, também, sobre os quadros eleitos. Dentre outras regras, cabe chamar atenção para as seguintes condições: obriga todo candidato a contribuir financeiramente com o partido e a veicular a sigla do partido em seu material de campanha e ainda restringe o financiamento de campanha. Caso eleito, o documento reforça o caráter partidário do mandato, seja por meio do dever de submeter ao partido os nomes que irão compor o primeiro e segundo escalão do governo, seja por meio de formar uma “bancada coletiva”, no caso do Legislativo. (Braga, 2008, p.472).

2.2.2 “Controle”, “Selecionadores” e Grau de Inclusividade nos Partidos

No Brasil, trabalhos recentes já citados, como os de Braga (2008) e Braga, Veiga e Miríade (2009), têm buscado problematizar o diagnóstico de Mainwaring (1991) sobre os efeitos da “lista aberta” nos partidos políticos por meio de uma perspectiva de análise que combina dois aspectos: 1º) A avaliação das restrições impostas pela legislação eleitoral brasileira às candidaturas, como a vedação ao candidato “avulso”, mencionada no item anterior, que estabelece o “monopólio partidário” da representação política; 2º) A análise das “regras”, dos “critérios” e dos “procedimentos” internos que conformam a nomeação de cada partido (um exemplo é o “Compromisso Partidário do Candidato” do PT, citado acima, que estabelece regimentos e obrigações aos candidatos, reforçando o controle partidário).

O diagnóstico de Mainwaring (1991), em síntese, apontava para uma “maleabilidade” excessiva dos partidos quanto à possibilidade de “qualquer um” fazer “carreira” “dentro deles”, ou seja: o partido, menos que “conformador” de “lealdades” e fornecedor de “identidade políticas” sólidas (produzindo a “representação”), seria, na verdade, uma extensão do domínio de “políticos personalistas” que dele se valeriam como simples “veículo” dos seus próprios interesses. Isso, como aponta Mainwaring (1991), seria efeito do “formato” das instituições brasileiras, isto é: “a combinação de presidencialismo, federalismo robusto e sistema proporcional de lista aberta produziria incentivos que tornariam os partidos frágeis e débeis do ponto de vista organizativo e ideológico” (Altmann, 2010, p. 53). Quais seriam os desdobramentos disso para as candidaturas?

Recapitulando: o “jogo livre” das eleições proporcionais. Ele está “encarnado”, por exemplo, no processo de nomeação partidária dos candidatos: altamente “descentralizado”, sem influência das direções nacionais dos partidos e “moldado” conforme o “caso específico” de cada partido em cada instância da federação: municipal, estadual ou em âmbito nacional (Mainwaring, 2001). Como variáveis importantes para o alto grau de autonomia dos políticos frente a seus partidos, somavam-se, ainda, na interpretação de Mainwaring (1991; 2001), – devido ao

contexto e à legislação eleitoral própria da época em que foi escrito, principalmente, seu artigo mais crítico, em 1991 –, a Lei do Candidato Nato, mencionada anteriormente, e o incentivo ao grande número de candidatos em virtude da magnitude dos distritos.

A questão do alto número de candidatos nas proporcionais, especificamente na disputa para deputado federal, já tem sido questionada empiricamente, principalmente pelo trabalho de Braga, Veiga e Miríade (2009). Klein (2007), além disso, afirma que candidatos realmente competitivos e relevantes são em número muito menor do que a totalidade que “se lança” em busca da vaga. Nicolau (2006), por sua vez, em estudo recente sobre o sistema eleitoral brasileiro, afirma que apesar do “incentivo geral” ao grande número de candidatos “nenhum partido conseguiu preencher sozinho todas as vagas disponíveis nas três últimas eleições para a Câmara dos Deputados (1994, 1998 e 2002)” (Nicolau, 2006, p.695-696).

O que nos interessa discutir aqui, mais especificamente, é a “premissa” que está no núcleo esquema teórico de Mainwaring (1991): o afastamento de qualquer possibilidade de “autonomia” das instituições partidárias frente o sistema político-eleitoral. Elas seriam, basicamente, “efeitos” ou “conseqüências” da “configuração” dele. O Brasil, por derivação desse tipo de raciocínio, seria, assim, devido aos “efeitos individualizantes” do sistema de lista aberta, o país dos *catch-all parties*: máquinas partidárias sem identidade alguma, altamente permeáveis, que admitem qualquer candidato (de preferência “popular”, “bem votado” e com dinheiro para custear a campanha), visando, estritamente, o “resultado eleitoral” que ele possa trazer.

As “carreiras políticas”, por conseguinte, seriam basicamente “individuais”, baseadas na capacidade de mobilização de “recursos” de cada um. Em resumo: não haveria, de parte dos políticos, qualquer “dívida” com “estruturas partidárias” que fosse decorrente da “investidura” neles, em algum momento, do “capital coletivo” da organização.

Contra esse “diagnóstico pessimista” do “papel” dos partidos políticos na produção da representação no Brasil (“papel”, talvez, até mesmo inexistente, dado, na concepção do autor, o grau de autonomia dos candidatos), apoiando-se na teoria das organizações partidárias de Panebianco (2005), trabalhos recentes, como dito, têm defendido que – ao contrário das análises que creditam ao “tipo de lista” ou ao “sistema político” a fortaleza ou debilidade dos partidos políticos – é preciso atentar para a premissa de que, independentemente da lista ser “aberta”, “fechada” ou “flexível”, os partidos buscam sua “estabilidade organizativa”, isto é, procuram manter “*uma linha de autoridade no seu interior*” (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 126).

Para isso, se torna necessário o controle, pelas organizações partidárias, de determinadas “zonas de incerteza” (Panebianco, 2005) constituídas:

pelos seguintes aspectos: *competência* (saber especializado no manejo das relações político-organizativas internas e externas ao partido); *relações com o ambiente externo*; *comunicação interna*; *controle das regras organizativas*; *fontes de financiamento e recrutamento político*. (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p. 126).

Conforme Braga (2008), exatamente pela necessidade de manutenção de certa estabilidade organizativa no interior das organizações partidárias, não se pode derivar do sistema lista aberta a necessária debilidade e “frouxidão” dos vínculos entre políticos e partidos no Brasil, afinal a “linha de autoridade” no interior do partido depende, sempre, de “recursos vitais” a serem monopolizados e distribuídos pela direção partidária (Braga, 2008). E uma das “zonas de incerteza” controladas pelos dirigentes é exatamente “*o acesso à lista partidária*” (Braga, 2008, p. 458).

O meio possível de investigação do quanto os partidos são “rigorosos” no controle do “acesso” às suas listas é o exame dos processos internos de seleção de candidatos. Conforme Braga (2008), “processo de seleção é um dos momentos centrais da vida dos partidos porque permite conhecer seu funcionamento interno e,

o mais importante, identificar sua estrutura de autoridade” (Braga, 2008, p. 468).

As regras e os procedimentos internos de seleção de cada legenda são, conforme Norris (1997), um dos níveis de análise a serem levados em conta em um estudo de recrutamento de candidatos. Para a autora, outros níveis também devem ser observados, tais como, por exemplo, a configuração específica do sistema eleitoral e do sistema partidário, a oferta de candidatos e o papel dos “gatekeepers” (líderes partidários ou outros tipos de “selecionadores”) - que, muitas vezes, são essenciais para a definição de quem será escolhido.

Nesse caso, trabalhos como os já citados – de Braga (2008), Braga, Veiga e Miríade (2009) e Carneiro (2009) – tem se esmerado no sentido de “captar” o grau de controle partidário da confecção das listas (Braga, 2008) por meio da análise da “estrutura organizacional dos partidos” (grau de centralização e descentralização), dos métodos internos de escolha dos candidatos, da atuação dos “selecionadores” (os responsáveis pela formatação da lista) e, por fim, do “tipo de candidato”. Conforme Braga (2008), tal análise é realizada “com base tanto nas regras formais determinadas pela legislação eleitoral e partidária como naquelas estabelecidas nos estatutos dos partidos”³⁰ (Braga, 2008, p. 468).

As análises acerca do papel dos “selecionadores” e das regras internas de cada partido - ao buscarem basicamente avaliar o grau de “inclusão” e “exclusão” das listas partidárias (Braga, 2008) – focam, desta forma, no exame dos critérios internos - geralmente informais ou estatutários - para a definição dos “escolhidos” de cada partido.

Sobre os selecionadores partidários (selectorate), sua atuação, em cada partido, é variável, conforme o conjunto de regras internas aos partidos. No PT, se, por um lado, exige-se um tempo maior para participação em convenção (um ano),

³⁰ Para a autora, como a lei 9504/97 também faculta aos partidos as normas para escolha de candidatos, “é necessária sua observação para ver se existem mais restrições além daquelas ditadas pela lei” (Braga, 2008, p. 470). O caso do PT, nesse ponto, é o mais evidente.

também é cobrada a legitimação das pré-candidaturas por meio da indicação por “setores” do partido, o que acaba contribuindo para uma maior participação interna na definição daqueles que vão disputar cargos eletivos pelo partido.

Conforme Braga (2008), em estudo sobre seleção de candidatos em São Paulo, partidos como PFL (atual DEM) e PP seriam, no entanto, mais “excludentes” no processo, tendo nas lideranças do partido um alto grau de concentração da elaboração das listas (que seriam submetidas apenas para aprovação em convenções de caráter “simbólico”). No PSDB e PMDB, por sua vez,

(...) a participação dos filiados nas convenções e, portanto, na homologação da chapa partidária se dá de maneira mais ampla. Nesses dois partidos, embora a lista partidária também já chegue fechada na convenção, ou seja, não haja nenhuma discussão com a massa dos convencionais na sua montagem, esses participam do processo de homologação aprovando ou não a lista de candidatos previamente escolhida pela cúpula do partido.(Braga, 2008,p. 475)

Ao contrário de PFL (DEM) e PP, PMDB e PSDB não seriam tão “excludentes” em seu processo de seleção. No entanto, o grau de participação nesses partidos não se aproximaria do que ocorre no PT. No entanto, mesmo no PT, “partido onde, formalmente, há maior abertura para o envolvimento dos filiados (...), é a organização que impõe o maior número de requisitos para ser candidato. Neste aspecto é, pois, o processo mais restritivo” (Braga, 2008, p. 481).

Parte-se aqui, então, em concordância com Braga (2008), da idéia de que o perfil organizacional de cada partido - sua “trama interna” - é uma esfera dotada de certa autonomia “relativa” em relação aos incentivos gerados pela legislação eleitoral. Essa perspectiva teórica nos parece ser profícua para o contraponto ao diagnóstico de Mainwaring (1991) que aponta o individualismo político como o principal efeito do sistema de “lista aberta” na política brasileira.

É sabido, desde Duverger (1970), que o sistema eleitoral exerce papel importante sobre a dimensão organizativa dos partidos (Panebianco, 2005, p. 407).

Duverger (1970) nos lembra, por exemplo, que o tamanho das circunscrições eleitorais, notadamente, e o “regime de escrutínio” (em lista ou uninominal) têm grande importância na definição do grau de influência dos partidos na designação dos candidatos. Fazendo certas ressalvas no sentido de alertar para o caráter “tendencial” do processo, o autor afirma que, as “dimensões” do quadro eleitoral (tamanho da circunscrição) são “muito importantes”, de forma que:

Poder-se-ia, aqui, sugerir uma fórmula quase matemática: a influência dos partidos sobre as candidaturas varia na razão direta do tamanho da circunscrição. Quanto maior é circunscrição, tanto maior é influência dos partidos; Quanto menor, tanto mais se restringe a intervenção (Duverger, 1970, p. 391) ³¹

A respeito do “escrutínio de lista”, Duverger (1970) defende que seus efeitos têm menos “valia” do que o impacto do tamanho das circunscrições sobre o papel dos partidos nas eleições. Mas, no entanto,

O que há é que o escrutínio de lista, por seu caráter coletivo, diminui, naturalmente, a importância das personalidades, obriga a acordo entre vários indivíduos, dá à sua comunidade de ideias e tendências predominância sobre as qualidades de cada um, elementos todos que vão, naturalmente, no sentido de influência crescente dos partidos. (Duverger, 1970, p. 392)

Porém, em “Os Partidos Políticos”, Duverger (1970) tratou também de matizar os efeitos que o sistema de lista, e outros componentes do sistema eleitoral, podem ter sobre o desempenho das organizações partidárias na arena eleitoral. Para o autor, a estrutura interna de cada partido conta nesse processo. Partidos de massa, por exemplo, são, normalmente, menos afeitos aos padrões individualistas de candidatura. O patrocínio do partido é, nesse caso, mais valorizado e tende a levar em conta, por exemplo, o grau de antiguidade partidária de cada membro na hora de definir quem vai ser submetido ao sufrágio do eleitor. Da mesma forma, partidos centralizados - por submeterem seus processos de decisão interna à direção

³¹ Conforme Duverger (1970), em uma circunscrição maior, a importância da “etiqueta política” (o partido) é ampliada em virtude da maior dificuldade de contato pessoal entre candidatos e eleitores. Além disso, do ponto de vista financeiro, nas grandes circunscrições, pela necessidade de um gasto mais elevado, “só podem garantir as despesas os partidos e as organizações coletivas, que tendem a tomar a natureza de partidos” (Duverger, 1970, p. 391).

nacional - disponibilizam com menos facilidade sua investidura aos candidatos (Duverger, 1970, p. 393-394).

Nesse contexto, importa destacar, como assevera Panebianco (2005), que é pouco provável que a influência das “coerções institucionais” - no caso, do sistema eleitoral - exerça sempre efeitos “uniformes” sobre as organizações partidárias. Pois sempre existirá “diferenças de partido para partido” na adaptação a essas coerções (Panebianco, 2005, p. 408). O grau de adaptação dependerá, assim, do grau de institucionalização dos partidos:

Os partidos fragilmente institucionalizados são mais “plásticos”, mais adaptáveis do que os partidos com forte institucionalização, porque são mais dependentes do ambiente externo. Portanto, uma institucionalização forte comporta um grau de adaptação menor, e uma institucionalização fraca, um grau de adaptação maior às coerções institucionais. (Panebianco, 2005, p. 409)

Conforme Panebianco (2005), dois processos, atuando de forma combinada, “provocam” a institucionalização dos partidos:

A) A criação de interesses para a manutenção da organização;

B) O desenvolvimento de lealdades organizativas difusas (Panebianco, 2005, p. 101).

O desenvolvimento dos “interesses organizativos” decorre da necessidade que as organizações, para sua sobrevivência, têm de distribuir os incentivos seletivos para alguns de seus membros, o que o pressupõe a elaboração de procedimentos de recrutamento e seleção das elites e dos quadros dirigentes. As lealdades organizativas dependem, por sua vez, da distribuição de incentivos coletivos (identitários) para os membros da organização e para “usuários” externos, o “eleitorado fiel” (Panebianco, 2005, p. 101).

Sendo assim, como afirma Marengo dos Santos (2000),

A natureza predominante dos incentivos [coletivos/seletivos] e o controle sobre sua distribuição [concentrado/disperso] delinearão os contornos de cada organização partidária. Coesão e homogeneidade organizativas seriam conformadas pelas relações entre líderes e agrupamentos *intra-partidários* e a capacidade dos dirigentes em administrar *áreas de incerteza*, pontos críticos que, ao serem controlados, fornecem os meios para a construção de identidades partidárias consistentes: atributos coletivamente valorizados, reconhecidos nos quadros dirigentes; relações com a periferia partidária; controle sobre o fluxo de informações internas; e, mecanismos de recrutamento e seleção de candidatos a postos políticos (Marenco dos Santos, 2000, p. 36)

Nesse sentido, o “rigor” no tipo de recrutamento, e o tipo relação entre a organização e seu membro, são elementos explicativos da “consistência” dos partidos políticos. Os atributos dos candidatos, muitas vezes, “espelham”, por assim dizer, seu grau de “comprometimento” com os partidos, seja possuindo “investidura partidária”, seja apresentando pouco “comprometimento” com a organização.

A respeito dos processos de recrutamento de candidatos, Siavelis e Morgerstern (2004) advertem, no entanto, que existe uma diferença entre a “seleção” interna, realizada em cada partido, e a “atração” de potenciais concorrentes a um cargo. Para os autores, “political recruitment can be defined as how potential candidates are attracted to compete for political office” (Siavelis e Morgerstern, 2004, p. 5-6). E a seleção de candidatos “concerns the processes by which candidates are chosen from among the pool of potential candidates” (Siavelis e Morgerstern, 2004, p. 5-6).

Essa “distinção” entre recrutamento e seleção, conforme Perissinotto e Miríade (2009), tem caráter analítico, pois “com muita frequência, processos de recrutamento são, ao mesmo tempo, processos de seleção” (Perissinotto e Miríade, 2009). As diferenças, na prática, podem não ter grande visibilidade exatamente porque o processo de recrutamento das elites políticas contempla um conjunto de “filtros” que engloba, ao mesmo tempo, tanto processos de recrutamento quanto processos de seleção.

Assim, quatro “filtros” podem ser destacados:

O primeiro “opera, predominantemente, por meio de obstáculos sociais à política e pode ser detectado pela comparação entre os atributos da população em geral e os atributos daqueles que se filiam a um determinado partido” (Perissinotto e Miríade, 2009). O segundo, “de natureza tanto social quanto organizacional, poderia ser identificado por meio da comparação entre os atributos dos filiados ao partido e os atributos dos aspirantes (isto é, daqueles que almejam ser candidatos)” (Perissinotto e Miríade, 2009).

O terceiro, “predominantemente organizacional, pode ser identificado comparando-se os atributos dos aspirantes e os atributos dos que efetivamente são lançados como candidatos” (Perissinotto e Miríade, 2009). O quarto, “predominantemente político, apareceria por meio da comparação entre atributos dos candidatos e dos eleitos”. (Perissinotto e Miríade, 2009).

Como se verá posteriormente, quanto às diferenças entre “seleção” e “recrutamento”, raras vezes os dois processos acontecem. Isto é, pouco partidos têm possibilidade de, realmente, “selecionar”, dentre um “conjunto” maior de candidatos já recrutados, aqueles que vão participar das listas. Normalmente, o número de candidatos “em potencial” não é tão maior do que o número de vagas.

2.2.2.1 Sobre o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral nas Proporcionais

Ainda a respeito da regulação partidária nas eleições proporcionais, Braga, Veiga e Miríade (2009) defendem que – como, no Brasil, o número de candidatos não chega a superar o número de vagas nas listas partidárias, isto é, o processo de seleção não é competitivo – a verdadeira competição, no interior das organizações partidárias, se dá exatamente pelo apoio partidário ou, para ser mais preciso, “na

distribuição de recursos de campanha” (Braga, Veiga e Miriade, 2009, p. 125). E, desta forma:

Vale ainda lembrar que no Brasil o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral é distribuído para os partidos que dividem o tempo de exposição na TV entre os seus candidatos. Nota-se que alguns candidatos são privilegiados com mais tempo do que outros, e quem define tal distribuição são os líderes partidários. (Braga, 2008, p. 125)

Mancini (1996) alerta para importância dos padrões de regulação das campanhas eleitorais em cada sistema político. A regulação, no caso brasileiro, se dá exatamente a partir da proibição do uso da propaganda eleitoral paga, e por meio da cessão do tempo de TV aos partidos e não aos candidatos. Ames (2003), que qualifica as normas que regulam a campanha eleitoral brasileira como “permissivas” e “restritivas” (e cita o HGPE como exemplo de restrição), ilustra bem os possíveis efeitos do monopólio partidário sobre o uso da televisão. Conforme o autor, o tempo de TV, no Brasil, “é distribuído pelos partidos de acordo com a importância da disputa de que participa o candidato, de modo que centenas deles somente são contemplados com alguns segundos por semana” (Ames, 2003, p.64).

O fato de a legislação eleitoral brasileira, especificamente a Lei nº 9.504/97³² (que regula diretamente as eleições), vedar a propaganda paga e ceder o tempo de TV aos partidos e não aos candidatos, torna, assim, as organizações partidárias altamente relevantes, para não dizer indispensáveis, na conformação das estratégias de uso do HGPE nas campanhas proporcionais. Isto é, “o modelo de propaganda eleitoral na televisão favorece os partidos políticos simplesmente porque os torna intermediários indispensáveis das campanhas através do rádio e da televisão” (Albuquerque, 2005, p. 30). E o tempo de TV figura, nesse contexto, como um *recurso escasso* a ser distribuído conforme o interesse da direção partidária.

Sendo assim, o HGPE vem sendo, nos últimos anos, alvo de análise por parte da bibliografia especializada pelo fato de ele ser um possível instrumento de controle

³² Lei 9.504/97 - Art. 44. A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido nesta Lei, vedada a veiculação de propaganda paga.

partidário da competição eleitoral nas proporcionais (Schmitt et. al., 1999; Albuquerque et. al., 2008). Alguns trabalhos chegam a defender que partir dele se tem “a chance de observar e descrever de maneira relativamente simplificada o que em qualquer outro sistema político-eleitoral seria extremamente difícil, e mesmo custoso, de ser estudado: a dinâmica da competição eleitoral.” (Schmitt et. al., 1999). Para isso, Schmitt et. al. (1999) propõem alguns indicadores para análise da importância dos partidos na campanha eleitoral pela televisão:

A importância dos partidos na campanha eleitoral pode ser avaliada segundo dois conjuntos de indicadores. O primeiro destina-se a medir a divisão do tempo entre os partidos, e também a relação entre os critérios de distribuição do tempo e o seu retorno eleitoral; o segundo, a produção de imagens partidárias no HGPE. (Schmitt et al., 1999)

Schmitt et. al. (1999), em seu estudo, sustenta uma conclusão “forte” de que o horário eleitoral constitui-se em uma espécie de “ordenamento informal” dos candidatos. Tal conclusão é extraída da análise da correlação entre o tempo de exposição no HGPE e a votação de candidatos a deputado federal e a vereador, no Rio de Janeiro, nas eleições de 1994 e 1996. Para os autores, a robustez desta correlação sugere “a configuração de um sistema no qual estão presentes não apenas candidatos isolados, envolvidos exclusivamente com a promoção de suas reputações individuais, mas partidos que atuam como agentes efetivos na definição dos resultados eleitorais.” (Schmitt et. al., 1999). Isto é, o HGPE configura-se, nesse caso, como um instrumento efetivo de controle do desempenho dos candidatos na arena eleitoral pelas direções partidárias.

Apesar de a eficácia eleitoral do HGPE ainda ser muito questionada³³ – no que concerne ao tempo de TV garantir, de fato, a eleição de determinado candidato – isso não evidencia, necessariamente, que ele não cumpra algum papel de relevância na eleição proporcional³⁴. Além disso, a exposição diferenciada de candidatos no HGPE é um indício de hierarquização da lista pelas direções

³³Cabe destacar, por exemplo, os trabalhos recentes de Albuquerque et. al. (2008) e Albuquerque (2010).

³⁴ Esse ponto será discutido, de forma mais detida, no último capítulo, que trata do HGPE a deputado federal, em 2010, no Rio Grande do Sul.

partidárias. Mesmo que “mais tempo de TV” não implique, necessariamente, em um melhor desempenho nas urnas.

O HGPE é um espaço eminentemente partidário. Se o candidato ali tem um maior destaque, alguma “importância”, para utilizar um termo de Albuquerque (2010), ele possui para a organização partidária. Assim, mesmo que o HGPE não garanta, por sua falta de eficácia eleitoral, a *lista informal*, ele pode dar acesso aos *candidatos que supostamente são priorizados* pelos partidos. Nesse caso, pode se considerar que “do mesmo modo que há o conceito de partidos relevantes (isto é, os que realmente contam) na arena legislativa, há candidatos efetivos, relevantes na arena eleitoral” (Klein, 2007, p. 66), pode-se vislumbrar como cada partido lida com a competição eleitoral.

A idéia de uma *priorização* partidária dos candidatos, em eleições proporcionais, vai claramente de encontro à noção de Mainwaring (1991) de que, no Brasil, “os partidos sempre-cabe-mais-um não fazem muito esforço para ajudar alguns candidatos mais do que outros, nem têm muitas condições de fazê-lo” (Mainwaring, 1991, p. 47). E permite problematizar o juízo do autor de que os líderes partidários “podem oferecer concessões significativas ao autorizarem um jogo livre nas eleições proporcionais” (Mainwaring, 1991, p. 47).

Albuquerque (2010) – utilizando o conceito de “incentivos seletivos”³⁵ proposto por Panebianco (2005) – lança, por exemplo, uma hipótese nova de que, para além da “racionalidade eleitoral” (isto é, da “projeção” de desempenho de cada candidato), “a distribuição do tempo no HGPE tem como principal propósito atender às demandas de poder internas ao partido, oferecendo (...) “incentivos seletivos” para as lideranças de acordo com a sua importância (isto é, cota de poder, no partido)” (Albuquerque, 2010, p. 6-7).

³⁵ Conforme Panebianco (2005), os incentivos seletivos são, geralmente, incentivos de status, poder, material, distribuídos desigualmente pelo partido. E eles se diferenciam dos incentivos coletivos que são “benefícios ou promessas de benefícios que a organização deve distribuir igualmente entre todos os participantes” (Panebianco, 2005, p. 17).

Para Carneiro (2009), no entanto, é a partir da "projeção" mesmo do desempenho individual dos candidatos³⁶ que "as listas são confeccionadas com uma espécie de ordenamento interno desconhecido dos eleitores." (Carneiro, 2009, p. 140). Isto é, os partidos focariam as campanhas em "*candidatos prioritários*" (chamados de "puxadores de legenda" ou "cabeça de chapa"), o que acabaria por atrair a atenção do eleitor para esses nomes. E os demais candidatos ("rabo da chapa") teriam um papel de complementar a nominata, somando votos." (Carneiro, 2009, p.140-141). Para a autora, ao contrário de Albuquerque (2010), os dirigentes partidários manejariam o HGPE a partir de uma racionalidade eminentemente eleitoral.

2.3 "Lista Aberta" e Carreiras políticas no Brasil: Atributos e Perfis de Recrutamento

Tratando do processo reconstrução de carreiras políticas, a "sabedoria convencional" sobre o sistema eleitoral brasileiro, para usar uma expressão de Samuels (1997), costuma atribuir, como se viu até aqui, ao sistema de lista aberta a "criação de um contexto no qual a dimensão individual seria determinante (...), em detrimento aos partidos, que seriam meros veículos (descartáveis) usados por um conjunto de políticos autônomos" (Madeira, 2006, p.24). No entanto, tal diagnóstico, deveria, como se pretende demonstrar no presente trabalho, pelo menos, ser matizado, de forma a se levar em conta também, com dito, certo grau de "autonomização" da estrutura organizativa dos partidos, o que se reflete sobre o grau de lealdade e o tipo de estratégia dos indivíduos que a compõem.

Caso contrário, poder-se-ia esperar, a partir da configuração específica de cada sistema eleitoral, certa "homogeneidade" entre as organizações partidárias no tocante ao comportamento de seus membros. Tratando do fenômeno das

³⁶ A autora lembra que, segundo o diagnóstico da literatura especializada, nos sistemas eleitorais de representação proporcional com lista aberta, os votos seriam o principal critério de inserção de nomes na lista. E o caso brasileiro não fugiria a essa regra (Carneiro, 2009, p.140).

“migrações partidárias” Marenco dos Santos (2003) alerta para importância de se matizar os efeitos da regras eleitorais sobre a estrutura de carreira dos membros partidários:

Em uma aproximação preliminar, pareceria consistente a associação entre lista aberta e o incentivo a adoção de estratégias individualistas entre indivíduos que se lançam a uma carreira política. Considerando que a possibilidade de êxito na competição por uma cadeira parlamentar esteja vinculada ao desempenho nominal individual e este dependa da capacidade em cortejar lealdades eleitorais pessoais, poder-se-ia supor que seu resultado deveria ser o incentivo a resultados maximizadores. Entre estes, a troca de legendas apareceria como recurso para otimizar trajetórias políticas. Contudo, para confirmar a suposição de que a estrutura de oportunidades configurada pelas regras eleitorais incentiva estratégias de infidelidade partidária, seria necessário apresentar este como um comportamento invariante, atravessando conjunturas, geografias e fronteiras partidárias. Trabalho anterior (Santos, 2001) mostrou o contraste entre a migração residual no primeiro multipartidarismo e o atual, bem como as discrepâncias estaduais na frequência das trocas de partido. (Marenco dos Santos, 2003, p. 5)

Da mesma forma, como é possível explicar que em sistemas eleitorais com lista aberta - que, como já foi dito, tendem a fomentar o individualismo político – surjam partidos com clara vocação “coletivista”, isto é, que constituem reputação partidária a despeito dos incentivos em contrário do sistema eleitoral? Ou mesmo que a alta magnitude dos distritos - em vez de incentivar o aumento dos esforços individuais das campanhas, tal como definido por Mainwaring (1991) - se reverta, para alguns partidos, em um esforço por campanhas coletivas, partidárias, que possam diminuir custos (como já falava Duverger)?³⁷

As respostas podem estar, assim, contidas na configuração organizacional específica de cada partido. Não se trata, no entanto, de apostar em um determinismo organizacional. Mas, sim, de levar em conta a premissa de Panebianco (2005) de que o grau de adaptação dos partidos às coerções institucionais depende de seu nível de institucionalização (isto é, de seus arranjos internos e de sua estabilidade organizativa).

³⁷

O caso do PT, no Brasil, ilustra bem esse fenômeno (Samuels, 1997; Leal, 2005)

A partir disso é possível conjecturar que o impacto dos sistemas eleitorais nas organizações partidárias depende do nível em que cada partido se encontra em um *continuum* de institucionalização – para utilizar um termo presente na discussão de Mainwaring e Torcal (2005) sobre a institucionalização dos sistemas partidários – que vai dos partidos “plásticos” (altamente permeáveis aos incentivos individualizantes do sistema de lista aberta, por exemplo) aos partidos fortemente institucionalizados (pouco permeáveis ao ambiente externo e com alto grau de autonomia na condução do ingresso e da mobilidade de carreira de seus membros). Cabe lembrar, por fim, que a idéia de que a institucionalização partidária pode ser “medida” em um *continuum* é subjacente a perspectiva teórica de Panebianco (2005) sobre os partidos políticos:

De fato, as organizações não se institucionalizam todas do mesmo modo nem com a mesma intensidade. Há diferenças evidentes de partido para partido. Todos os partidos devem se institucionalizar numa certa medida para sobreviver, mas enquanto em alguns casos o processo gera instituições *fortes*, em outros gera instituições fracas. Disso decorre a hipótese, central no meu entendimento, de que os partidos se diferenciam principalmente pelo grau de institucionalização alcançado, que, por sua vez, depende das modalidades de formação do partido, do tipo de modelo originário (e também do tipo de influências ambientais a que a organização é submetida). Essa afirmação subentende a idéia de que é possível, ao menos teoricamente, “medir” o nível de institucionalização dos diferentes partidos e que, portanto, é possível colocá-los num extremo ou outro de um *continuum* que vai de um máximo a um mínimo de institucionalização. (Panebianco, 2005, p. 103)

Argumenta-se, no presente trabalho, que a análise do “perfil e da trajetória dos homens de partido” (nesse caso, candidatos a um cargo legislativo) pode oferecer, assim, - como alerta Marengo dos Santos (2000) - um olhar privilegiado sobre a questão discutida acima: a institucionalização ou “consistência” das organizações partidárias (Marengo dos Santos, 2000, 2001, 2003). Isto é - para além de demonstrarem a composição social e o tipo de representação presente nos partidos, por exemplo - o perfil e a trajetória dos “homens de partido” - em outros termos, as “carreiras políticas” - constituem-se em aspectos relevantes “na mensuração do grau de institucionalização de um sistema partidário” (Madeira, 2006, p. 45). Afinal,

Motivações e estratégias dos quadros partidários, relações de poder entre lideranças, aspirantes a cargos e aderentes, e

recursos disponíveis para fomentar lealdades eleitorais, parecem exercer um efeito ainda mais imediato sobre a configuração dos partidos (Marengo dos Santos, 2000, p. 34)

A institucionalização partidária pode ser o resultado da capacidade que as lideranças têm, a partir de uma gama de recursos disponíveis, de modular “as estratégias dos diferentes agentes na organização” (Marengo dos Santos, 2000, p. 224). E uma das “áreas de incerteza” a serem controladas, com esse objetivo, é a “estrutura de oportunidades” para carreiras políticas (Marengo dos Santos, 2000, p. 224). Conforme Marengo dos Santos (2001):

Em circunstâncias nas quais as organizações partidárias são os principais fornecedores dos insumos necessários para a arregimentação eleitoral (eleitores fiéis, bandeiras políticas, pessoal de apoio, finanças), ou quando estes não podem ser obtidos junto a outras fontes, aspirantes à carreira parlamentar terão incentivos para permanecer fiéis às suas estruturas, sendo premiados por sua lealdade com a investidura eleitoral. (Marengo dos Santos, 2001, p. 70)

Nesse caso, “o quanto as oportunidades de carreira são efetivamente controladas por organizações partidárias condiciona as estratégias de indivíduos que aspiram à profissionalização política”. (Marengo dos Santos, 2001, p. 70). Assim, menos que derivar a força ou fraqueza (o comportamento e a configuração específica) de cada partido dos incentivos do sistema eleitoral, cabe avaliar por meio de que lógicas os partidos operam concretamente, de forma a verificar o grau de controle dos mesmos sobre determinadas “zonas de incerteza” e, por conseguinte, a sua capacidade de fomentar lealdades à organização. Estudos de recrutamento político parecem ser privilegiados para tal empreitada, afinal, eles nos apresentam o grau de controle das organizações sobre o ingresso e a mobilidade de carreira de seus membros. Sendo que os “partidos são colocados à prova de modo mais severo quando perdem o controle sobre a seleção de candidatos ao ingresso ou continuidade em uma carreira política” (Marengo dos Santos, 2001, p. 81).

Um inventário dos recursos mobilizados pelos membros partidários em suas carreiras pode ser um caminho para se avaliar o grau de institucionalização de um

partido. Padrões de carreira de caráter endógeno - isto é, quando o partido dispõe de um “viveiro” interno de militantes, uma reserva de candidatos em potencial (Dogan,1999 , p.172-173) - podem caracterizar partidos mais institucionalizados. Esse perfil de carreira – onde a investidura partidária, a trajetória longa e a experiência política adquirida contam – pode denunciar o peso e a importância que a organização partidária têm sobre as estruturas de oportunidades que configuram as estratégias de seus membros (Marengo dos Santos, 2000, 2001).

Os “profissionais da política” são forjados por meio de treinamento prévio, decorrente de um período de socialização em instituições políticas, e por recursos fornecidos pelas funções políticas exercidas (Dogan,1999,p.171). Panebianco (2005), nesse sentido, alerta para a relação existente entre a afirmação interna dos “profissionais” e a institucionalização dos partidos:

De fato, maior institucionalização significa maior autonomia em reação ao ambiente. O que implica que os critérios sobre os quais se definem as desigualdades internas tendem a ser predominantemente *endógenos*, peculiares à organização como tal. Por outro lado, tais critérios são, ao menos em parte, exógenos, impostos pelo exterior, no caso de uma fraca institucionalização. Na verdade, isso significa que, quanto mais institucionalizado é o partido, maior é a participação do tipo “profissional” no seu interior (e, portanto, os critérios que regulam o seu sistema de desigualdades são aqueles próprios de uma estrutura burocrático-profissional). Por sua vez, quando menos institucionalizado é o partido, mais a participação no seu interior tende a ser do tipo “civil” (transferências de recursos externos para a organização, detidos em razão da estreita relação com a posição no sistema de desigualdades sociais). Em outras palavras, quanto mais fraca é a institucionalização, mais “autoridades” e menos “profissionais” encontramos ao longo da hierarquia interna, nos cargos eletivos etc. (Panebianco, 2005, p. 114).

O que está em jogo é o tipo de capital – se individual ou coletivo – atuante na estruturação das carreiras políticas. No caso dos partidos poucos institucionalizados, predomina, entre os membros, o “capital pessoal de notoriedade ou de popularidade”, que, normalmente, é proveniente de outros domínios (Bourdieu, 1989, p.191). Já nos partidos consolidados prepondera o capital controlado exclusivamente pela instituição, cuja transferência obedece a uma lógica de investidura em que a “instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição,

àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam” (Bourdieu, 1989, p.191).

Quando o recrutamento é de tipo “lateral” (Marengo dos Santos, 2000) prepondera o capital individual nas estruturas de carreira. Sendo assim, ele “tende a valorizar atributos adquiridos *fora* das fronteiras organizacionais. Prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios mais eficazes para a arregimentação de apoio” (Marengo dos Santos, 2000, p. 39). A partir disso, são os dirigentes partidários que passam a necessitar da “notoriedade” emprestada pelo nome dos candidatos à lista do partido, o que gera carreiras políticas “mais rápidas e descontínuas, recrutando aspirantes com escassa ou pequena experiência política” (Marengo dos Santos, 2000, p. 39).

A esse respeito, pode-se, a título de exemplificação, apresentar a hipótese de Miguel (2003) sobre o papel que a exposição na mídia (capital individual) pode ter na progressão de uma carreira política:

(...) a mídia interfere na estrutura da carreira política, exatamente por influenciar a produção de capital político. Em especial, os meios de comunicação geram novos “atalhos” na carreira, na medida em que indivíduos com alta visibilidade midiática podem postular cargos mais elevados do que seria esperado em um desenvolvimento “normal” da carreira política. (Miguel, 2003, p. 116)

A análise das listas partidárias nos parece ser um bom “retrato”³⁸ - mesmo que momentâneo – do perfil dos membros partidários e, principalmente, dos recursos que são mobilizados pelos mesmos em suas carreiras (se endógenos ou exógenos). Em resumo, se trata de avaliar o perfil de quem “está se lançando” para determinado cargo em cada partido para, a partir disso, buscar conexões entre esse “perfil” e o grau de consolidação da organização. Observando, porém, as diferenças

³⁸ A análise de uma eleição específica, como defende-se no presente trabalho, ao proporcionar um estudo daqueles ainda buscam “chegar lá”, isto é, dos postulantes a determinado cargo legislativo, pode proporcionar um diálogo interessante com a literatura sobre recrutamento parlamentar que, ano após ano, vem se sedimentando no Brasil. O estudo de Noll e Leal (2008) sobre carreiras políticas em nível local (Vereadores), focado nas eleições de 2004, é um bom exemplo disso. Da mesma forma, destaca-se o artigo de Perissinotto e Miriade (2009) sobre os candidatos à Câmara dos Deputados em 2006.

entre aqueles que se “lançam” e os que, de fato, são eleitos.

A opção pela análise do perfil dos que querem “chegar lá”, daqueles que ainda postulam um cargo legislativo, também se vincula à idéia de que os estudos sobre recrutamento devem dar conta não apenas das “características dos eleitos, mas também das características dos membros dos partidos políticos, dos que buscam ser candidatos e dos que efetivamente são indicados como tais” (Perissinotto e Miríade, 2009, p. 302). No caso da presente pesquisa, focar-se-á, basicamente, sobre o perfil dos indicados e na comparação destes com os eleitos.

Nesse tipo de análise, no entanto, é importante atentar para “o rigor” exigido pelo tipo de cargo em disputa, isto é, se o cargo demanda experiência política, profissionalização e uma trajetória mais longa para se “chegar lá”. Segundo Miguel (2003), é possível estabelecer, mesmo que intuitivamente, a estrutura de carreira política no Brasil:

O cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal, embora, caso trate-se de uma cidade de grande porte, este último cargo seja elevado demais para suas pretensões. E assim por diante, até a Presidência da República, que está indiscutivelmente no topo da carreira política brasileira. Na maior parte dos casos, pretendentes à Presidência já desempenharam a função de Governador Estadual e/ou Ministro de Estado (Miguel, 2003, p. 117)

Obviamente, essa estrutura não é rígida e nem opera em padrões evolutivos. Isto é, “o político pode preferir disputar um cargo menos importante, em que espera obter uma vitória consagradora” (Miguel, 2003, p. 117). Além disso, a própria maleabilidade da carreira política, no Brasil, permite “saltos” de carreira. Mudanças no clima de opinião podem, por exemplo, premiar outsiders que venham a disputar cargos considerados, a priori, intangíveis (Miguel, 2003, p. 117).

Cabe destacar, porém, que as carreiras estáveis – que caracterizam um

padrão endógeno de recrutamento, o que é próprio, como argumentou-se aqui, dos partidos mais institucionalizados – notabilizam-se pelo formato de *cursus honorum* “em que ingressando nos níveis mais inferiores da hierarquia partidária, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até uma cadeira parlamentar é, em regra, longo” (Marenco dos Santos, 2000, p. 39). Nesse caso, a longevidade dos vínculos estabelecidos entre candidato e partido podem apontar para a existência de um “estágio probatório” que significa, antes de mais nada, a

(...) condição para que o aspirante a um posto parlamentar possa resgatar o investimento realizado previamente sob a forma de dedicação e lealdade às tarefas partidárias, deferência às suas lideranças, progressão na hierarquia interna, relações firmadas e convertidas em arregimentação de suporte eleitoral (Marenco dos Santos, 2003, p. 27)

Nossa opção pela análise das nominatas ao cargo de Deputado Federal se relaciona, assim, com o fato de o mesmo estar em um grau mais alto na “hierarquia” dos cargos públicos, o que exigiria, por parte dos partidos, seleção “mais rigorosa, até mesmo pela menor magnitude eleitoral comparada ao tamanho do colégio. O candidato deveria dispor de um currículo elaborado tanto pelas relações com as lideranças partidárias quanto pelo trabalho demonstrado junto às bases” (Noll e Leal, 2008, p. 3). Por “seleção mais rigorosa” entenda-se um padrão de recrutamento de candidatos mais “duro” – com investidura partidária, carreiras mais longas, vínculos partidários sólidos e experiência política (Marenco dos Santos, 2000) – e que tente inibir descontinuidades, isto é, a tentativa de “saltos na carreira”, tal como ocorre com vereadores que tentam ascender rapidamente à Câmara dos Deputados (Miguel, 2008, p.126).

A partir disso, defende-se, no presente trabalho, que a análise do perfil dos candidatos, seguindo a trilha teórica de Panebianco (2005), pode ser um bom caminho para se dar conta do complexo relacionamento existente entre os modelos de lista eleitoral e as organizações partidárias. Tratando do recrutamento parlamentar, Marenco dos Santos (2000) alerta que a “natureza” da competição engendrada pelo sistema de lista aberta no Brasil – entre partidos, e, da mesma

forma, entre candidatos do mesmo ou de diferentes partidos – recomendar “um tratamento mais atento aos ocupantes de cadeiras parlamentares, indo além do formalismo presente em estudos baseados unicamente em variáveis eleitorais agregadas” (Marenco dos Santos, 2000, p. 63). Isto é, a dinâmica dessa competição:

(...) sugere recuperar uma representação em *carne e osso*, identificando as características e recursos políticos possuídos pelos eleitos, sua variação temporal, geográfica ou segundo diferentes legendas partidárias. Com isto, pode-se extrair elementos para um diagnóstico sobre as condições de ingresso nesta parcela da elite política e a ocorrência de mudanças na estrutura de oportunidades para carreiras parlamentares (Marenco dos Santos, 2000, p. 63)

Adaptando essa recomendação do autor para a nossa análise do perfil dos postulantes a uma cadeira na Câmara dos Deputados, pretende-se, no presente trabalho, detectar a última das variações apontadas (a referente às organizações partidárias), focando, especificamente, os partidos com representação na bancada gaúcha. Nossa análise se limita ao exame da variação dos padrões de recrutamento entre os partidos exatamente porque “a representação política é monopólio dos partidos. São eles que definem entre seus quadros quem poderá ou não concorrer a determinado cargo eletivo. Logo, é dentro do partido que se devem construir as carreiras políticas” (Noll e Leal, 2008, p.3). Parte-se aqui, como já foi dito, da ideia de que os partidos são organizações consolidadas quando conseguem produzir lealdades estáveis junto a “candidatos a carreiras políticas” (Marenco dos Santos, 2003).

O exame empírico dos padrões partidários de recrutamento de candidatos - por meio da recuperação da representação política em “carne e osso”, como defende Marenco dos Santos (2000) - possibilita, assim, reproblematicar a ideia de que a adoção do sistema de lista aberta no Brasil tem acarretado, necessariamente, na “desfiguração” dos partidos políticos. A coexistência, “dentro” do sistema, de partidos mais “rigorosos” em seu processo de confecção das listas – isto é, organizações que apresentam um grau maior de profissionalização de seus quadros e recrutamento endógeno (Dogan, 1999) – com partidos mais frágeis pode ser, como procurar-se-á defender no presente trabalho, um bom indicativo da debilidade desse

argumento.

Sendo assim, proceder-se-á a análise das nominatas à Câmara dos Deputados, apresentadas nas eleições de 2010, pelos 11 partidos com representação na Bancada Gaúcha na 53ª legislatura (2007-2011). Para isso, foram utilizadas as seguintes dimensões de análise que serão abaixo detalhadas: experiência política, vinculação partidária, capital associativo, escolaridade, ocupação profissional, gênero e idade.

A experiência política é, antes de qualquer coisa, o “currículo” de cada candidato (postos ocupados no legislativo e no executivo). Conforme Norris (1997), a experiência política é uma clara fonte de capital político. Além disso, no que tange aos padrões de recrutamento e de carreira política, o sucesso de políticos “amadores” – isto é, indivíduos sem passagem por cargos políticos e com vínculos partidários frágeis – pode denunciar “a presença de escassa profissionalização e precários vínculos hierárquicos internos às organizações políticas” (Marengo dos Santos, 2000, p. 12-13).

Em se tratando aqui de um estudo sobre o perfil de candidatos a um dos cargos mais altos na hierarquia das carreiras legislativas no Brasil, espera-se que os aspirantes possuam carreiras mais sedimentadas, com alguma passagem por outros cargos públicos, confirmando a tendência de forte profissionalização da política já verificada em outros estudos (Perissinotto e Miríade, 2009). Esse dado nos parece importante, ademais, para a diferenciação dos partidos quanto ao tipo de candidato apresentado.

O tempo de filiação partidária evidencia a vinculação de cada aspirante a uma vaga na Câmara dos Deputados com o seu partido. Além disso, o exame do tempo de filiação nos possibilita, de certa forma, avaliar como cada partido, de fato, tem lidado com a “oferta” de candidatos – elemento que, como destaca Norris (1997), tem importância nos processos de seleção.

Partidos que, na composição de suas listas, recorrem a indivíduos filiados há pouco tempo podem se encontrar em um nível mais baixo de institucionalização. Afinal, a presença de candidatos com carreiras descontínuas na lista – isto é, indivíduos com trajetórias curtas no partido (ou até mesmo no início de carreira) e inexperientes no exercício de cargos públicos – pode evidenciar que o partido, diante da falta de candidatos experientes e com “serviços prestados à organização”, precisa pegar “carona” na popularidade de alguém³⁹ ou incluir, em sua lista, de forma indiscriminada, indivíduos que possam somar votos para atingir o cociente.

O que se advoga, no presente trabalho, é que esse fenômeno não é uniforme entre as organizações partidárias. Nosso argumento de que o diagnóstico de Mainwaring (1991) sobre os efeitos individualizantes da “lista aberta” na política brasileira precisa ser matizado se fundamenta, desta forma, nas possíveis diferenças entre os padrões de recrutamento de candidatos entre os partidos⁴⁰. Isto é, enquanto alguns partidos, de fato, possuem um processo mais duro de recrutamento (trajetória partidária longa e experiência política) – o que os faz menos “permeáveis” ao individualismo político provocado pela lista aberta, e, por consequência, menos “descartáveis” pelos candidatos – outros precisam recorrer, prioritariamente, a estratégias como as citadas acima para a composição de suas listas.⁴¹

Por fim, a análise do capital associativo dos candidatos, pode nos dizer muito sobre as diferenças de recrutamento entre as organizações partidárias, especialmente sobre os recursos mobilizados nas carreiras dos candidatos. Conforme Marengo e Serna (2007), parlamentares de partidos conservadores, ao contrário dos partidos de esquerda, costumam apresentar um uso menor desse tipo

³⁹ O trabalho de Carneiro (2009) é bastante ilustrativo nesse ponto.

⁴⁰ Marengo dos Santos (2001) já havia apontado isso em seu estudo sobre a sedimentação das lealdades partidárias no Brasil.

⁴¹ Há presença de racionalidade eleitoral no processo de confecção das listas, tal como demonstrou o trabalho de Carneiro (2009). No entanto, como se argumenta aqui, há, por exemplo, uma diferença clara entre o “puxador de votos” que foi buscado fora das fronteiras partidárias – e que, assim, empresta a sua notoriedade ao partido para que este atinja o cociente eleitoral – e o “político profissional” que - após anos de serviços prestados a organização – arregimenta milhares de votos com base em capital partidário e, assim, consegue eleger mais alguns colegas da lista.

de capital (capital associativo) em suas carreiras. A hipótese é, basicamente, de que “os partidos ideológicos de esquerda utilizam muitos mais recursos coletivos e de identidade para constituir bases sociais, ao passo que os partidos conservadores baseiam-se, sobretudo, nos capitais e nos recursos individuais de dirigentes políticos” (Marenco e Serna, 2007, p. 98).

A análise da “ocupação”, da “escolaridade” e dos candidatos nos permite problematizar a noção - corrente na literatura mais crítica do sistema partidário brasileiro - de que os partidos, no país, seriam pouco representativos ou, no máximo, veículos dos interesses individuais (Mainwaring, 2001).

Trabalhos de corte sociológico, como os de Rodrigues (2002, 2009), têm mostrado, por exemplo, que, no Brasil, existe certa coerência entre o bloco ideológico em que se encontram os partidos – Direita, Centro ou Esquerda – e o perfil socioeconômico e socioprofissional de seus membros. Desta forma, longe de ser uma “geléia geral, inorgânica e amorfa” (Rodrigues, 2009, p. 22) – composta por organizações partidárias com estruturas pouco diferenciadas e, por consequência, nada representativas -, o sistema partidário brasileiro apresentaria certa consistência em seus padrões de recrutamento.

Segundo Rodrigues (2009), a avaliação da composição sócio-ocupacional, da dimensão patrimonial, dos níveis de escolaridade e da formação universitária das bancadas dos 6 (seis) partidos brasileiros mais importantes⁴² atesta que os mesmos se diferenciam, não apenas quanto à ideologia, mas “também quanto aos segmentos sociais neles representados”⁴³ (Rodrigues, 2009, p. 82). O autor alerta, no entanto, para o risco de se cair em “sociologismo” ao valorizarmos em excesso a composição social como variável explicativa das organizações partidárias. Afinal, como sabemos, os partidos não são reflexos das classes sociais (Rodrigues, 2009, p. 83).

⁴²O autor trabalhou com a representação de seis partidos (PPB (hoje PP), PFL (hoje DEM), PMDB, PSDB, PT, PDT) na 51ª Legislatura da Câmara dos Deputados (1999-2003).

⁴³A escolaridade dos candidatos pode ter relação, por exemplo, com o grau de inclusividade social de cada partido. Ver Bolognesi (2009), Braga, Veiga e Miríade (2009).

Desde outra perspectiva, Dogan (1999) destaca que certas profissões podem facilitar a carreira política, configurando o chamado recrutamento por “osmose”. Para Marengo dos Santos (2000), algumas profissões contribuem para o acúmulo de “capital de notoriedade”, isto é, favorecem o “destaque individual”. Conforme o autor, “a disponibilidade ou flexibilidade do tempo permitidas em certas profissões liberais, o preparo cultural e o próprio afazer profissional que predispõe o indivíduo para uma carreira política e o eleitor, para reconhecê-lo como *alguém preparado*⁴⁴” (Marengo dos Santos, 2000, p. 40. Grifo do autor). Por fim, do ponto de vista do grau de profissionalização dos quadros políticos, a análise das ocupações pode, também, nos apontar o número de candidatos que se assumem como políticos profissionais, em detrimento de suas ocupações de origem⁴⁵.

Por sua vez, categorias como gênero e idade são bastante tradicionais nos estudos sobre recrutamento de candidatos (Álvares, 2004; Álvares, 2008b; Bolognesi, 2009; Braga, Veiga e Miríade, 2009; Perissinoto e Miríade, 2009). Nosso objetivo aqui, ao incorporar a questão de gênero (Araújo e Alves, 2007), é o de avaliar, por meio da comparação interpartidária, as variações da representação feminina e o grau de inclusividade entre os partidos, a partir da modificação da legislação eleitoral para as cotas de gênero em 2010.

3.0 A Seleção de Candidatos à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul

Apresentado o processo partidário de seleção de candidatos no Brasil – e estabelecida a perspectiva teórica que irá guiar a análise – passar-se-á, então, ao estudo empírico proposto na presente dissertação. Objetivou-se, como dito anteriormente, mapear, com o auxílio do marco teórico discutido, o “perfil geral” das nominatas partidárias e o conjunto de lógicas e processos partidários, de caráter

⁴⁴Weber já apontava para a proximidade que certas profissões - como o caso do advogados – teriam com a política.

⁴⁵Cabe destacar que as informações disponibilizadas pelo TRE/RS sobre as ocupações dos candidatos são de caráter autodeclaratório.

formal e informal, que incidiram diretamente no processo de escolha dos postulantes a uma vaga, no caso específico aqui discutido, à Câmara dos Deputados, pelo Estado do Rio Grande do Sul - quinto maior colégio eleitoral do Brasil, com cerca de 8,1 milhões de eleitores ou 5,9% do eleitorado nacional - por ocasião do pleito de 2010.

Neste capítulo, far-se-á, inicialmente, um apanhado geral do cenário eleitoral gaúcho no pleito de 2010, com ênfase na disputa proporcional para a Câmara dos Deputados. Em segundo momento, serão apresentados os resultados colhidos na pesquisa de campo (entrevistas realizadas com quatro dirigentes partidários, especificamente) a partir do diálogo entre esses dados e as pesquisas já consolidadas, em âmbito nacional, sobre o processo de seleção de candidatos a cadeiras parlamentares.

3.1 O Contexto Eleitoral de 2010

Nas eleições estaduais de 2010, no Rio Grande do Sul, nove candidatos se lançaram à disputa do governo do Estado. Em comparação com o último pleito – de 2006 –, confirmou-se, assim, uma tendência, pelos menos momentânea, de diminuição no número de postulantes ao executivo gaúcho⁴⁶.

Dentre os candidatos, encontravam-se: a então detentora do cargo e candidata à reeleição, Yeda Crusius (PSDB), que contava com o apoio de mais sete legendas (PP / PSL / PSC / PPS / PHS / PRB / PT do B), e dois ex-prefeitos de Porto Alegre: Tarso Genro (PT) - chefe do executivo municipal porto-alegrense em duas oportunidades e titular de quatro ministérios no governo Lula -, que concorreu com o apoio dos aliados PSB, PR e PCdoB⁴⁷; e José Fogaça (PMDB), que, no início de

⁴⁶ Desde as eleições de 1990, o número de candidatos ao Palácio Piratini tem aumentado de forma crescente, atingindo seu ponto máximo no pleito de 2002, ocasião em que doze candidatos concorreram ao governo do RS. Essa tendência começou a ser revertida em 2006, com diminuição do número de postulantes para dez. Em 2010, novo decréscimo: agora, para nove candidatos.

⁴⁷ A campanha de Tarso Genro, após a malograda tentativa de obter os apoios de PDT e PTB, teve de

2010, abdicou do mandato municipal para o qual havia sido reeleito em 2008, visando – com o apoio do PDT⁴⁸ e de duas siglas menos expressivas: PSDC e PTN – disputar o governo do Estado.

Para além desses três candidatos com biografia mais robusta e com melhor posição nas pesquisas de intenção de voto, figuravam, em uma zona intermediária, candidaturas menores, quais sejam: Pedro Ruas (PSOL), Vereador de Porto Alegre, membro fundador e ex-presidente Regional do PDT; Montserrat Martins (PV), médico psiquiatra, estreante em disputas eleitorais, cuja candidatura tinha como objetivo principal dar sustentação à presidenciável Marina Silva (PV) no RS; e Aroldo Medina (PRP), oficial da Brigada Militar que já havia tentado chegar ao Piratini na eleição de 2002, quando candidatou-se pelo extinto Partido Liberal.

Por fim, coadjuvaram os representantes de siglas de pequena expressão: o PSTU apresentou Julio Flores, candidato ao governo do RS em 2002; o PMN, o empresário Carlos Schneider, também candidato em 2002, naquela ocasião pelo PSC; e o PCB, o advogado Humberto Carvalho.

Como esperado, três candidaturas centralizaram a eleição e despontaram, desde o início da campanha, como postulantes reais ao segundo turno: Tarso Genro (PT), José Fogaça (PMDB) e a governadora e candidata à reeleição Yeda Crusius

enfrentar certa desconfiança acerca da capacidade de o petista romper o isolamento e, por assim dizer, “encorpar-se” com uma coligação consistente composta pelo PSB e PCdoB – que, de fato, tentaram viabilizar a candidatura Beto Albuquerque o quanto foi possível (tanto que ela só foi retirada em maio de 2010, cerca de um mês antes da convenção dos partidos). Nesse período de negociações, aventou-se, inclusive, a possibilidade de o deputado socialista lançar-se candidato ao Piratini com o apoio de uma ampla coligação de partidos - a “Frente Ampla Gaúcha”- que comportaria não apenas os comunistas e socialistas, mas também o PP e o PPS, partidos da base de sustentação do governo Yeda Crusius. Isso, somado ao apoio já consolidado do PDT a Fogaça, inviabilizaria, definitivamente, a construção de uma frente política ou coligação em torno da candidatura Tarso Genro. A chamada “Frente Ampla Gaúcha”, no entanto, não se concretizou com a confirmação do apoio, já esperado, de PP e PPS à reeleição da governadora Yeda Crusius. A outra tentativa frustrada do PSB para viabilizar a candidatura de Beto Albuquerque foi a de obter apoio do deputado estadual Luis Augusto Lara, então pré-candidato do PTB ao Piratini. A insistência do PTB com a candidatura de Lara inviabilizou esse acordo, não restando, então, alternativa viável à candidatura do PSB. Um mês após a desistência de Beto, o PTB, na véspera de sua convenção, retirou a candidatura de Lara, optou por não ter candidato próprio e por não integrar nenhuma candidatura majoritária, apostando apenas na coligação com o DEM nas proporcionais. O que, desta vez, frustrou a expectativa de apoio a José Fogaça.

⁴⁸ A assunção do vice-prefeito pedetista José Fortunati à titularidade do executivo municipal de Porto Alegre foi, à época, considerada decisiva para o apoio do partido à candidatura de Fogaça ao Piratini.

(PSDB). Juntos, os três somaram quase a totalidade dos votos válidos no primeiro turno: 97%. No entanto, os percentuais alcançados por Fogaça e Yeda - 24,74% e 18,40% dos votos válidos, respectivamente - não impediram a vitória do candidato do PT ainda no primeiro turno, feito inédito no Estado desde 1990, quando passou a vigorar o sistema de dois turnos na eleição para o executivo estadual.

Tabela 1 - Resultado da eleição para Governador do Rio Grande do Sul, 2010

Candidato	Partido/Coligação	1º Turno
Tarso Genro	PT/PSB/PCdoB/PR	3.416.460
José Fogaça	PMDB/PDT/PSDC/PTN	1.554.836
Yeda Crusius	PSDB / PP / PSL / PSC / PPS / PHS / PRB / PTdoB	1.156.386
Montserrat Martins	PV	93.466
Pedro Ruas	PSOL	37.934
Aroldo Medina	PRP/PTC	11.264
Julio Flores	PSTU	7.938
Carlos Schneider	PMN	5.475
Humberto Carvalho	PCB	1.889
Total		6.285.648

Fonte: TRE/RS

Considerando as estratégias empregadas pelas principais candidaturas ao longo do pleito e o contexto político inscrito na disputa eleitoral de 2010, a vitória de Tarso Genro, já no primeiro turno, não chegou a ser surpreendente. Seja pelo forte desgaste enfrentado pela governadora Yeda Crusius, ou pela debilidade política da aliança de José Fogaça, o fato é que o petista gozou de ampla autonomia para impor sua agenda de campanha e vencer a eleição.

Antes mesmo da eleição, a governadora Yeda Crusius enfrentou forte desconfiança de setores da mídia, e da própria classe política, sobre sua própria pretensão de concorrer à reeleição. O desgaste do governo tucano – devastado por sucessivos escândalos de corrupção ao longo dos quatro anos de mandato – seria um “fardo pesado” demais para ser carregado em uma disputa majoritária. A alta rejeição enfrentada pela governadora – em torno de 42%, de acordo com a pesquisa Datafolha divulgada em julho de 2010 – era, por si só, um bom indicador do grau fragilidade de uma possível nova candidatura.

No entanto, definida a candidatura à reeleição, Yeda Crusius logrou êxito em obter o apoio dos dois partidos aliados mais “fiéis” ao seu governo na Assembléia

Legislativa, o PP e o PPS – que, em certo período, flertaram com a chamada "Frente Ampla Gaúcha" – encabeçada pelo Deputado Beto Albuquerque⁴⁹ – e com a candidatura de José Fogaça, do PMDB⁵⁰. Ao robustecer seu palanque com o apoio desses partidos, Yeda Crusius praticamente inviabilizou a candidatura do PSB, que rumou junto com o PCdoB para a aliança de Tarso Genro, e sepultou as chances de Fogaça ampliar sua coligação para além do PDT e dos pequenos partidos.

Contudo, mesmo com a conquista desses apoios, o afastamento da

⁴⁹ O PPS, pouco antes de definir seu apoio a Yeda, considerou publicamente a possibilidade de apoio ao Deputado socialista. A direção estadual do PP, por sua vez, aprofundou mais as negociações e convidou, por duas oportunidades, Beto Albuquerque para defender, em eventos internos do partido, a aliança entre PSB e PP junto às lideranças progressistas: a primeira, numa reunião-almoço entre Beto e a Associação de Prefeitos do PP; a segunda, na própria pré-convenção do partido (quando foi lançada a pré-candidatura de Ana Amélia Lemos ao Senado). Além disso, líderes progressistas de vulto, como o ex-ministro da agricultura Francisco Turra - ex-presidente estadual do PP, presidente da fundação Milton Campos e parente (tio) de Beto Albuquerque - e Pedro Bertolucci - presidente estadual do PP -, defenderam publicamente, em mais de uma oportunidade, a aliança com o PSB – e a concretização da chamada “terceira via” de Beto Albuquerque – como a “melhor alternativa” para o PP gaúcho em 2010. Pelo lado do PSB, para caracterizar mais claramente o grau de esforço do partido em firmar aliança com o PP (e a iminência desse acordo de fato acontecer), se pode dizer que, em certo momento, os socialistas chegaram a propor coligação em todos os níveis: na majoritária, o cargo de vice-governador, candidatura única ao senado e, por fim, coligação nas proporcionais (sendo que, neste caso específico, a aliança entre PSB e PP prejudicaria, sem sombra de dúvidas, a já diminuta representação do PSB na Assembléia Legislativa e na bancada gaúcha na Câmara dos Deputados). Cabe destacar, no entanto, que progressistas influentes, vinculados fortemente ao governo Yeda Crusius, - como o ex-presidente Celso Bernardi - mantiveram sempre uma posição mais favorável ao apoio à reeleição da tucana. Posição que se mostrou, ao final do processo, vitoriosa dentro do partido. Em entrevista ao autor, Celso Bernardi reafirmou que o PP tinha vínculo com o governo e seria difícil tomar outra posição que não o apoio a Yeda. Outro problema para o PP, em caso de apoio a Beto Albuquerque, seria o inevitável conflito entre o histórico do Deputado e de seu partido, franco apoiador do governo Lula e da candidatura de Dilma Rousseff, e as bases do PP gaúcho, majoritariamente antipetistas e, por consequência, tendentes a apoiar José Serra.

⁵⁰ Cabe ressaltar, porém, que a suposta “rivalidade” entre as bases do PMDB e do PP no interior do estado, foi, desde o início, conforme o relato das lideranças dos dois partidos à imprensa, um complicador das negociações para o apoio dos progressistas a Fogaça - a despeito da vontade das lideranças do PP na capital, que defendiam o apoio do partido ao ex-prefeito. A escolha da jornalista Ana Amélia Lemos - cuja eleição era o principal objetivo dos progressistas gaúchos em 2010 - como candidata única da coligação de Yeda ao Senado (ocupando todo o tempo do HGPE para o cargo) foi, no entanto, decisiva para o apoio do PP à reeleição da governadora. Ana Amélia não teria tal “privilégio” na chapa de Fogaça, que já havia destinado uma das vagas ao Senado para o ex-governador Germano Rigotto. O PPS, por sua vez, chegou, em certo período das negociações pré-eleitorais, a encaminhar aliança com o PDT nas proporcionais (Assembléia e Câmara dos Deputados) e, por consequência, o apoio a Fogaça. No entanto, a manobra que levou Berfran Rosado ao posto de candidato a vice-governador na chapa de Yeda fez com que o partido, após uma rápida interrupção nas negociações com os tucanos, retomasse o “caminho natural” do apoio a Yeda Crusius, replicando, no RS, o acordo nacional com José Serra, também do PSDB, como era o desejo das lideranças regionais do PPS. Como será discutido mais adiante, a coligação nas proporcionais também teve peso na escolha do PPS, e do próprio PP, pelo apoio à candidatura de Yeda.

campanha de José Serra⁵¹ e as dificuldades da governadora em diminuir sua rejeição⁵² neutralizaram a estratégia baseada em altas “doses” de “voto retrospectivo” adotada pela campanha do PSDB⁵³ e contribuíram para o insucesso da tucana em sua tentativa de reeleição. De fato, o eleitor não estava disposto a dar uma “segunda chance” ao governo que, durante praticamente três anos, enfrentou, quase que diariamente, denúncias de corrupção⁵⁴. Restou, para a aliança de Yeda, o

⁵¹ A campanha de Serra, sabedora do perfil “antipetista” das bases do PMDB no RS, flertou com a campanha de José Fogaça, causando, inclusive, fissuras internas na aliança entre PMDB e PDT (que apoiava regionalmente Dilma Rousseff). No segundo turno, atendendo o apelo de parte da bancada estadual e da bancada federal do PMDB, Fogaça e Rigotto declararam apoio a Serra. Ressalte-se, no entanto, que lideranças peemedebistas, como Mendes Ribeiro Filho, atual Ministro da Agricultura, apoiaram Dilma Rousseff desde o primeiro turno, seguindo a orientação do partido nacionalmente.

⁵² Ao final do primeiro turno, em 25 de setembro de 2010, o percentual de rejeição a Yeda ainda era de 35%, conforme pesquisa do Ibope.

⁵³ A divulgação de “realizações”, dos “números da gestão” e a comparação do “resultado” do governo do PSDB com o dos dois governos anteriores – do PMDB e do PT –, assim como a insistência com o “equilíbrio das contas” (o “chamado Déficit Zero”), foram, basicamente, os componentes da linha estratégica seguida pela campanha de Yeda no HGPE. Este extrato do HGPE - que utiliza a polêmica da ida da FORD para a Bahia, durante o governo Olívio, como núcleo persuasivo – ilustra a estratégia de “comparação dos governos” adotada por Yeda durante a eleição (estratégia que foi reforçada, com campanha negativa, mais ao final do pleito): “Yeda consolidou e atraiu 53 bilhões de reais em investimentos (...). Em 2008, a crise financeira fechou fábricas, causou demissões e mudou a vida de famílias espalhadas pelo mundo. Na mesma época, no RS, a notícia era outra: a ampliação da fábrica da General Motors em Gravataí. O Estado investiu 544 milhões de reais. A confiança no governo Yeda só aumentou e hoje a GM comemora a marca de 1 milhão e 500 mil veículos produzidos. A maior fábrica automotiva do hemisfério sul emprega 2354 pessoas. O desenvolvimento mudou a cidade de Gravataí que hoje tem emprego e esperança no futuro (...).Em Guaíba, nada disso aconteceu. O PT de Olívio e Tarso mandou a Ford embora do RS. O governo do PMDB de Rigotto e Fogaça também não fez nada no local. Yeda implantou o Distrito Industrial de Guaíba, e 6 novas empresas estão se instalando no terreno da Ford.” (Coligação “Confirma Rio Grande”, Programa sobre “Desenvolvimento”). No tema da “educação”, o cotejo entre os governos também foi direto: “Yeda recebeu escolas sucateadas, professores desmotivados, ensino comprometido. No governo do PT de Olívio e Tarso, a educação recebeu 8 bilhões. No governo do PMDB de Rigotto e Fogaça, foram 12 bilhões. Yeda investiu mais de 15 bilhões de reais. Construiu escolas e reformou 80% das que já existiam. Mais que dobrou as escolas com informática (...) Dobrou os recursos do PMDB de Rigotto e garantiu transporte escolar para todos”. (Coligação “Confirma Rio Grande”, Programa 14)

⁵⁴ Cabe lembrar que, em setembro de 2010, praticamente na metade da campanha eleitoral, a deflagração da “Operação Mercari” pela Polícia Federal - com diligências no Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) para investigação de um suposto “esquema de superfaturamento” na área de marketing do Banco - trouxe novamente à tona o “espectro de corrupção” que rondou o governo de Yeda Crusius durante boa parte de seu mandato. Mais uma vez, manchetes sobre corrupção em órgão vinculado ao governo do Estado tomaram conta da mídia local, tal como ocorrera no “caso Detran” três anos antes. O desgaste de Yeda era tanto que, via de regra, seus adversários pouco se preocuparam em explorar, de forma direta e com campanha negativa, os problemas enfrentados pelo governo estadual. No final da campanha, quando Tarso já estava consolidado em primeiro lugar nas pesquisas, foi Yeda que aumentou a frequência de seus ataques contra Fogaça e o candidato do PT. Tarso, no entanto, optou claramente por não modificar sua linha estratégica – que já se mostrava eficiente. Fogaça respondeu, mas timidamente, procurando não entrar em um embate mais forte com a governadora.

êxito eleitoral de eleger a jornalista Ana Amélia Lemos para o Senado e a manutenção do número de cadeiras do PSDB na Assembléia Legislativa.

José Fogaça, ao contrário de Yeda Crusius, chegou a gozar de certo “favoritismo” junto à mídia local e aos analistas políticos no período pré-eleitoral. A suposta “força” da coligação PMDB/PDT – partidos históricos e capilarizados em todo o Estado –, o potencial de ampliação dessa aliança – com o apoio do PP, PPS e do PTB, como mostrado anteriormente –, assim como a baixa rejeição do ex-prefeito, sua postura notoriamente “centrista”⁵⁵ e o apoio do ex-governador Germano Rigotto, candidato ao Senado, eram considerados “trunfos” importantes que aumentavam a expectativa de êxito eleitoral do peemedebista.

No entanto, ao contrário do que foi projetado pelos prognósticos otimistas, a campanha de Fogaça teve grandes dificuldades. A movimentação de Yeda Crusius no sentido de garantir apoio a sua candidatura, discutida anteriormente, ao se somar à decisão do PTB e do DEM de concorrerem apenas nas proporcionais, eliminou qualquer possibilidade de ampliação da aliança de Fogaça. O aliado PDT, alinhado nacionalmente e regionalmente à candidatura de Dilma Rousseff, acabou forçando, antes mesmo do período eleitoral, o peemedebista a adotar posição favorável à presidenciável petista. Temendo uma forte revolta nas bases peemedebistas por conta disso, a campanha de Fogaça optou pela “neutralidade” em relação à disputa pela presidência da república, posição simbolizada no “conceito” de “imparcialidade ativa”, defendido pelo candidato peemedebista em entrevistas.

A “imparcialidade ativa” de Fogaça, no entanto, foi o “álibi” utilizado por setores do PDT – principalmente aqueles vinculados ao ex-governador Alceu

⁵⁵ A retomada do “centrismo” pelos peemedebistas, no RS, vincula-se, de forma definitiva, à vitória de Germano Rigotto contra a polarização entre Antônio Britto e Tarso Genro nas eleições para o governo do Estado em 2002. No entanto, ele também marca, claramente, a trajetória das vitórias eleitorais de José Fogaça em Porto Alegre. Em 2004, o “centrismo” foi consagrado no slogan “Fica o que tá bom, muda o que não tá”, utilizado em sua campanha para prefeitura, ainda pelo PPS. Em 2008, com praticamente a mesma estratégia, e já pelo PMDB, Fogaça se reelege prefeito. Sobre o discurso “moderado e conciliatório” adotado pela campanha vitoriosa de Fogaça em 2004, ver Dias (2009).

Collares⁵⁶, entusiasmado apoiador de Dilma Rousseff, e a lideranças do interior do Estado – para seguirem a orientação do diretório nacional de apoio à presidenciável petista e justificarem apoio à candidatura de Tarso Genro, a despeito da aliança formal do partido com Fogaça no Estado. Atitude que aumentou as fricções internas e a instabilidade política da aliança entre PMDB e PDT.

Além disso, no plano do discurso, a “imparcialidade ativa” se travestiu, ao fim e ao cabo, em algo sem identidade e sem sentido. Com a ausência de uma polarização mais forte entre os adversários – diferentemente do que ocorrera com Germano Rigotto, em 2002 –, o discurso “centrista” de Fogaça ficou girando em torno do lugar comum e de valores universalistas, como “união”, “mudança”, etc, sem ter consistência e objetividade para, de fato, impor a agenda da eleição⁵⁷.

Sem ter o que dizer e, com isso, desagradando peemedebistas pró-Serra e pedetistas pró-Dilma, Fogaça assistiu, então, sua campanha marchar inexoravelmente para uma retumbante derrota em primeiro turno. Derrota altamente deletéria para o PMDB gaúcho quando somada à campanha fracassada de Germano Rigotto para o Senado e às derrotas pontuais de importantes lideranças partidárias, como a do Deputado Federal e ex-ministro dos Transportes Eliseu Padilha em sua tentativa de reeleição.

Assim, podendo se beneficiar da fragilidade de seus adversários, da boa avaliação do governo Lula e da “exclusividade” do apoio do presidente e de Dilma Rousseff, Tarso Genro conseguiu desenvolver, com boa margem de autonomia, sua estratégia de campanha, calcada, principalmente, em seu retrospecto como gestor

⁵⁶ Alceu Collares compareceu a diversos comícios e caminhadas do candidato Tarso Genro em Porto Alegre. Com destaque para o primeiro, no Ginásio gigantinho, com o presidente Lula e Dilma Rousseff.

⁵⁷ Esta passagem do HGPE ilustra com precisão o tipo de discurso – moderado e conciliador – adotado por Fogaça na eleição: “Faz muita falta, na política do Rio Grande, a serenidade de reconhecer os esforços que outros governadores fizeram. No meu governo, eu vou retomar bons projetos, como a visão de educação integral do Collares, a política de atração de investimentos do Britto e do Rigotto. Recuperar a UERGS, criada no governo Olívio, e concluir as obras iniciadas pela Yeda. É com idéias novas e preservando bons projetos que nós vamos mudar o Rio Grande pra melhor.” (Pronunciamento de José Fogaça. Coligação “Juntos pelo Rio Grande”, Programa 6)

público, na prefeitura de Porto Alegre e no bem avaliado governo Lula, na valorização das ações do governo federal no RS e na proposta, mote de sua campanha, de “colar” o Rio Grande do Sul no “desenvolvimento do Brasil”⁵⁸. Somado a isso, Tarso buscou flexibilizar o discurso petista, seja apostando numa postura mais “conciliadora”, seja mitigando o uso da própria “simbologia do partido” – marcas e signos do PT – em sua campanha de rua e, principalmente, na TV⁵⁹.

No âmbito da eleição proporcional, estiveram em disputa 31 cadeiras, que foram postuladas por um total de 272 candidatos considerados “aptos”⁶⁰ pela Justiça Eleitoral. Se forem consideradas todas as eleições desde 1994, esse, no entanto, não foi, no período recente, o maior contingente de candidatos à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul⁶¹. No total, 25 partidos apresentaram “listas” em 2010, quais sejam: DEM, PCdoB, PCB, PDT, PHS, PMDB, PMN, PP, PPS, PR, PRB, PRP, PSB, PSC, PSDB, PSDC, PSL, PSOL, PSTU, PT, PTdoB, PTB, PTC,

⁵⁸ Os dois pronunciamentos seguintes, realizados no HGPE da coligação de Tarso Genro, ilustram bem a linha geral da campanha petista, baseada no vínculo de Tarso com o governo federal, com Lula e com Dilma Rousseff: “A minha idéia é criar um consenso político aqui no Estado, para o RS se integrar com o Brasil de frente para o Brasil. Crescer e se desenvolver de acordo com o Brasil. Essa visão de pluralidade, de busca de consenso, sem que se perca suas raízes e seus compromissos, eu acho que é o maior legado que o presidente Lula deixou para todos nós e particularmente para nós que estivemos no seu governo durante esse período.”(Pronunciamento de Tarso Genro. Coligação “Unidade Popular pelo RS”, Programa 1). “Conheço o Tarso Genro há muito tempo. Trabalhamos juntos nesses últimos anos no governo do presidente Lula e posso garantir: o Tarso é um realizador, uma pessoa que sabe o que é preciso fazer e faz. Na verdade, nem bem o sol se levanta e ele já está de pé. Tem uma extraordinária capacidade de trabalho e eu sei que ele tem tudo para colocar o meu RS no ritmo de crescimento do Brasil. Por isso, no RS, vamos de Tarso governador.”(Pronunciamento de Dilma Rousseff. Coligação “Unidade Popular pelo RS”, Programa 8).

⁵⁹ Um exemplo da mudança de postura do PT gaúcho, em 2010, foi a troca do nome da coligação partidária com PSB e PCdoB, tradicionalmente chamada de “Frente Popular”, para “Unidade Popular pelo Rio Grande”. Além disso, a campanha de Tarso na TV, contrariando o tradicional exclusivismo da simbologia petista, mesmo quando em coligação com outros partidos, diminuiu a frequência do uso das marcas partidárias tradicionais, como a “estrela”, por exemplo. A esse respeito, em certa altura da campanha, o então coordenador geral da campanha de Fogaça, Mendes Ribeiro filho, chegou a ironizar as mudanças promovidas no “visual” do programa de TV do PT, perguntando jocosamente em entrevista sobre o significado da “bola azul” (globo terrestre) que aparecia com destaque na abertura do programa de Tarso. “Bola azul” que, na opinião do Deputado peemedebista, tomava o lugar da tradicional “estrela” do PT. Outra forma de mostrar a “amplitude” (termo utilizado por Tarso quando da composição da coligação com PSB e PCdoB) da aliança petista foi a aparição de apoiadores – como Beto Albuquerque e Manuela D’ávila – nos programas eleitorais de Tarso e Paulo Paim.

⁶⁰ Que não tiveram problemas legais e, desta forma, obtiveram registro e foram para a urna.

⁶¹ Das cinco eleições realizadas desde 1994, 2010 figura em segundo lugar quanto ao número de postulantes à Câmara dos Deputados no RS. O maior número foi o de 2006, quando houve 287 candidatos. Em terceiro lugar ficou 2002, com 201 candidatos. Em quarto, a eleição de 1998, com 195. E em quinto, a eleição de 1994, com 194.

PTN, PV.

Tabela 2 - Número de candidatos apresentados pelos partidos e considerados "aptos" pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2010, no RS

Partido	Número de Candidatos
PSOL	30
PDT	26
PV	25
PMDB	24
PSB	23
PT	20
PTB	20
PSDB	18
PP	17
DEM	13
PCdoB	12
PMN	12
PPS	7
PTC	5
PR	3
PSC	3
PSDC	3
PSTU	3
PHS	2
PCB	1
PRB	1
PRP	1
PSL	1
PTdoB	1
PTN	1
Total	272

Fonte: TSE

Como referido anteriormente, os números acima tratam da quantidade de candidatos "aptos" que, de fato, concorreram em cada sigla. Como não poderia deixar de ser, alguns partidos apresentaram um número maior de postulantes. No entanto, 42 inscritos acabaram excluídos da eleição. Dos excluídos, vinte e dois foram por "indeferimento" (PSOL, 8; PCdoB,1; PMN,1; PDT,1; PTC,3; PTB, 2; PV,3; PSDB,1; PRP,2); e vinte por "renúncia" posterior à homologação do pedido de candidatura pelo TRE (PMDB, 6; PDT, 2; PP, 2; PSDB,3; PTB,2; PV,5).

Conforme a Lei das Eleições (Lei 9.594/97), é permitido que os partidos, em um prazo máximo de 60 dias antes do pleito, substituam os candidatos que venham

a falecer, renunciar ou que tenham sua candidatura indeferida. Porém, em boa parte das vezes, a renúncia e o indeferimento acabam por diminuir as “listas”, em virtude da dificuldade enfrentada pelos partidos para “repor” uma desistência ou um nome que tenha sido “barrado” pela Justiça Eleitoral.

Apesar da importância do detalhamento do número de candidatos apresentados pelos partidos individualmente, cabe lembrar que a competição eleitoral, nas proporcionais, também é estruturada em torno de coligações. Isto é, os partidos têm, sempre, duas possibilidades de inserção competitiva na disputa por cadeiras parlamentares: lançando-se “sozinhos” ou optando por coligação com outras siglas. O mecanismo de coligação é importante justamente porque ele define duas coisas: primeiramente, o número de candidatos que cada partido poderá apresentar; e, em segundo lugar, o “perfil” do quociente eleitoral a ser calculado para efeito do preenchimento das cadeiras parlamentares (Altmann, 2010, p. 86).

Pela legislação eleitoral brasileira, para as disputas proporcionais – cargos de Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal – os partidos, se concorrerem individualmente, podem apresentar até 150% do número do total de cadeiras em disputa (quarenta e seis, no caso do RS, que tem magnitude trinta e um). Em caso de coligação, independentemente de quantos partidos a compõem, é permitido registrar uma quantidade de candidatos correspondente até o dobro de cadeiras a serem preenchidas (no caso em questão, sessenta e duas).

A respeito do quociente eleitoral, como discutido por Tavares (1999, 2003), a coligação nas eleições proporcionais, permitida pela legislação eleitoral brasileira, implica, basicamente, na substituição do “cociente partidário” pelo “cociente da coligação”, ou seja: tanto a contabilização do número de votos quanto a distribuição das cadeiras passam a ser feitas levando em conta o desempenho da coligação como um todo (não importando a contribuição de cada partido separadamente). Para exemplificar isso, se pode lembrar que mesmo os votos de legenda, eminentemente partidários, contam, para efeito de distribuição de cadeiras, para a soma de votos da coligação e não para o desempenho específico do partido “A” ou “B” que está integrando a aliança. As coligações funcionam, assim, como uma “lista

única” ou como uma “grande legenda”.

Sendo assim, nas eleições de 2010, no Rio Grande do sul, foram apresentadas treze “listas” para a disputa à Câmara dos Deputados. Oito delas formadas apenas por um partido e outras cinco por coligações, quais sejam: a aliança “Rio Grande Afirmativo” (PRB/PP/PSL/PSC/PPS/PHS/PSDB/PTdoB); a “Unidade pelo Rio Grande” (PR/PSB/PCdoB); a “Aliança Trabalhista-Democrática” (PTB/DEM); a coligação PDT/PTN; e, por fim, a aliança “Juntos pelo Rio Grande 1” (PMDB/PSDC).

Percebe-se que as nove candidaturas ao executivo deram origem a um número maior de concorrentes na disputa para a Câmara dos Deputados. Isso se deveu, basicamente: à decisão do comando da campanha majoritária de José Fogaça – composta pelos partidos PMDB/PDT/PSDC/PTN – de concorrer com duas coligações diferentes ao Legislativo Federal. Desta forma, PDT/PTN e PMDB/PSDC se apresentaram como duas listas distintas⁶²; à escolha de PSB/PR/PCdoB por uma coligação proporcional sem o PT, apostando na força de seus dois principais “puxadores de voto”: Manuela D’ávila e Beto Albuquerque⁶³; à aliança PTB/DEM, que apresentou candidatos apenas nas proporcionais; e, por fim, à definição da coligação majoritária PTC/PRP (de Aroldo Medina), que optou por concorrer em

⁶² Conforme relato da mídia local em 2010, líderes do PDT justificaram a decisão de não coligar com PMDB na proporcional justamente pelo receio de, em virtude do grau de “competitividade” da lista peemedebista, o partido ter sua representação diminuída na Câmara dos Deputados. Para os pedetistas, os candidatos da lista do PDT não seriam tão “competitivos” quanto os do PMDB e, por isso, se correria o risco de quase todas as vagas alcançadas pela coligação serem “tomadas” por peemedebistas. A prática de campanhas majoritárias concorrerem com listas distintas ao legislativo é recorrente nas disputas eleitorais. Ver, por exemplo, o caso da eleição municipal de Pelotas, em 2008, conforme o relato encontrado no trabalho de Altmann (2010).

⁶³ Como veremos posteriormente, o HGPE da “Unidade pelo Rio Grande” foi praticamente todo voltado à promoção dessas duas candidaturas. Estratégia que, ao final da eleição, se mostrou acertada: Manuela D’ávila e Beto Albuquerque não só foram os candidatos a Deputado Federal mais votados - a primeira com um recorde histórico - como contribuíram, decisivamente, para ampliação da representação regional de seus partidos na Câmara dos Deputados. Cabe observar que, para esta eleição, o PCdoB apostou em uma estratégia nova, visto que, em 2002 e 2006, quando também esteve coligado na majoritária com o PT, o partido estendeu essa aliança para a proporcional à Câmara dos Deputados. Essa mudança pode ser atribuída, pelo menos parcialmente, à ascensão eleitoral recente da Deputada Federal Manuela D’ávila - que, já em 2006, foi decisiva para a eleição de deputados petistas, em virtude de sua alta votação. Tanto que a própria deputada, em 2010, ciente de seu “potencial eleitoral”, admitia, em entrevistas, que, desta vez, tinha, para além de sua eleição, a “tarefa partidária” de trazer o máximo possível de votos para a coligação do PCdoB.

listas separadas para a Câmara dos Deputados.

Sendo assim, a tabela abaixo traz o número de candidatos que concorreram em cada uma das listas:

Tabela 3 - Número de candidatos apresentados pelas listas e considerados "aptos" pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2010, no RS

Lista Partido/Coligação	Número de Candidatos
PRB/PP/PSL/PSC/PPS/PHS/PSDB/PTdoB	50
PR/PSB/PCdoB	38
PTB/DEM	33
PSOL	30
PMDB/PSDC	27
PDT/PTN	27
PV	25
PT	20
PMN	12
PTC	5
PSTU	3
PRP	1
PCB	1
Total	272

Fonte: TSE

Pode-se perceber, da leitura da tabela acima, que nenhuma coligação ou partido atingiu o máximo de candidatos estipulado pela legislação eleitoral. As listas da aliança “Rio Grande Afirmativo”, entre as coligações, e do PSOL, entre os partidos, foram as que mais se aproximaram do máximo legal permitido, em cada caso. Esse dado segue, assim, a mesma tendência encontrada em achados dos trabalhos de Altmann (2010) e de Braga, Veiga e Miríade (2009).

Se formos levar em conta o número de concorrentes e o total de vagas possíveis - conforme previsto na legislação eleitoral - seria possível que tivessem concorrido, no total, 678 candidatos. A “oferta”, para utilizar uma expressão retirada de Altmann (2010), ficou, assim, em 40,1% do total legal permitido⁶⁴.

⁶⁴ A oferta teria sido um pouco mais elástica se fossem desconsiderados alguns casos, como, por exemplo, o dos pequenos partidos – PTC, PSTU, PRP e PCB –, que, concorrendo sem coligação, apresentaram, de fato, pouquíssimos candidatos. Se esses quatro partidos fossem retirados do

Tabela 4 - Número de candidatos não apresentados pelas listas à Câmara dos Deputados no RS, em 2010, conforme o limite legal

Lista Partido/Coligação	Candidatos não apresentados
PRB/PP/PSL/PSC/PPS/PHS/PSDB/PTdoB	12
PSOL	16
PV	21
PR/PSB/PCdoB	24
PT	26
PTB/DEM	29
PMN	34
PMDB/PSDC	35
PDT/PTN	35
PTC	41
PSTU	43
PRP	45
PCB	45
Total	406

Fonte: TSE

Quando observamos os partidos que conformam o objeto de análise do presente trabalho, nota-se uma heterogeneidade grande quanto à possibilidade de coligação e, principalmente, quanto aos números apresentados. PT e PSOL não coligaram com nenhum partido e apresentaram números diferentes de candidatos (20 e 30, respectivamente). O PMDB coligou-se com o minúsculo PSDC e, juntos, apresentaram 27 candidatos (24 e 3, respectivamente). O PDT coligou-se com o PTN e, juntos, também apresentaram 27 candidatos (26 e 1, respectivamente).

O PSDB, o PP e o PPS contribuíram com 42 dos 50 candidatos da coligação “Rio Grande Afirmativo” (sendo eles, 18 tucanos, 17 progressistas e 7 pepessistas). PSB e PCdoB, por sua vez, contribuíram com 35 dos 38 candidatos da coligação “Unidos pelo Rio Grande” (23 socialistas e 12 comunistas contra apenas 3 do PR). E, finalmente, PTB e DEM, em coligação, apresentaram 33 candidatos (20 e 13, respectivamente).

Antes de passarmos aos dados finais da eleição, cabe, rapidamente, fazer um

cálculo, o percentual, no entanto, ainda seria pouco superior a 50%

relato da situação da bancada gaúcha no Legislativo Federal na 53ª legislatura. Na eleição de 2006, onze partidos obtiveram representação: o PT, com sete cadeiras, o PMDB e o PP, com cinco cadeiras cada, possuíam, juntos, a maior “fatia” da representação gaúcha na Câmara dos Deputados; PTB e PDT, por sua vez, possuíam três vagas cada; PSDB e DEM (ainda PFL) tinham duas vagas cada; e, finalmente, PSB, PCdoB, PSOL e PPS possuíam apenas uma cadeira cada um.

Em relação à bancada que tomou posse, ocorreu apenas uma alteração pontual na configuração geral da representação partidária ao longo da 53ª legislatura. Foi, exatamente, a ampliação da representação do DEM (ainda PFL) com a posse do suplente da coligação PFL/PSDB/PPS, Matteo Chiarelli (PFL), na Câmara dos Deputados, em virtude da nomeação do titular Nelson Proença, do PPS, para o secretariado do governo Yeda Crusius⁶⁵. Essa ampliação, no entanto, durou alguns meses, até a ruptura de Nelson Proença com o governo Yeda, em dezembro de 2007, e seu conseqüente retorno à Câmara⁶⁶.

Outro dado que deve ser observado é a perspectiva de reeleição dos parlamentares eleitos para 53ª legislatura, informação essa que remonta às próprias escolhas de carreira dos membros do legislativo em questão⁶⁷. Dos 31 deputados federais eleitos que compunham a bancada gaúcha que tomou posse em janeiro de

⁶⁵ Ressalte-se que Matteo Chiarelli só tomou posse - com a nomeação de Nelson Proença para o secretariado estadual de Yeda Crusius - devido à efetivação do primeiro suplente da coligação, Cláudio Diaz, do PSDB, na vaga deixada pelo Deputado Julio Redecker (PSDB), que faleceu no desastre aéreo da TAM em julho de 2007. Com a morte de Redecker, Chiarelli tornou-se o primeiro suplente de Nelson Proença.

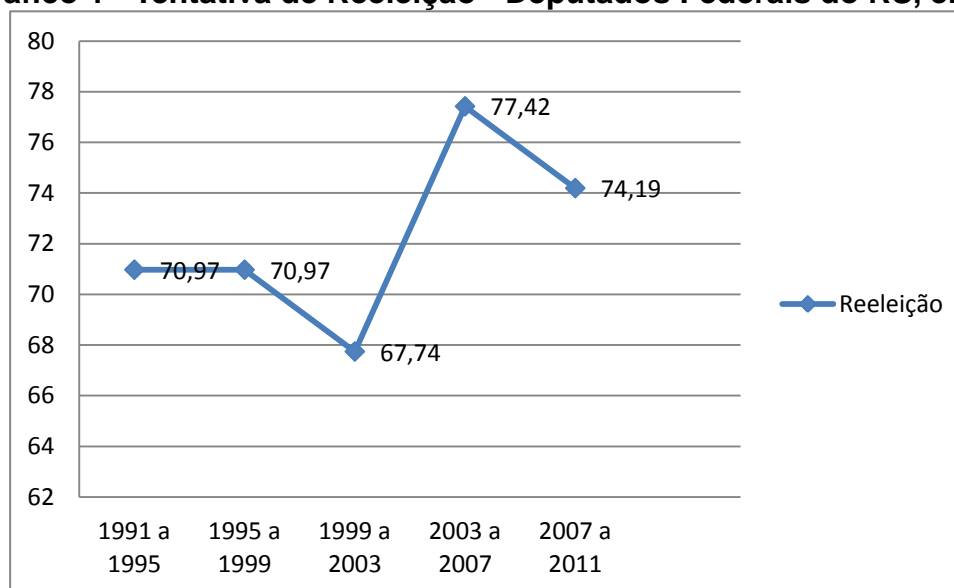
⁶⁶ Além disso, tivemos a posse e efetivação dos suplentes petistas Fernando Marroni e Emilia Fernandes, em virtude da eleição de Tarcísio Zimmermann para a prefeitura de Novo Hamburgo em 2008 e do falecimento do Deputado Federal Adão Pretto, em 2009. No entanto, essas duas posses não alteraram o espectro da representação partidária na bancada gaúcha pelo fato de suplentes e titulares serem todos, no caso, filiados ao PT. No PMDB, Cezar Schirmer, depois eleito prefeito de Santa Maria, e Osvaldo Biolchi chegaram a assumir, como suplentes, em Brasília em virtude da nomeação do titular Osmar Terra para o secretariado de Yeda Crusius. O mesmo aconteceu, num breve período, com o suplente Dr. Basegio, do PDT, que chegou a ocupar a vaga do titular Enio Bacci, membro do secretariado de Yeda por alguns meses.

⁶⁷ Conforme Leoni, Pereira e Rennó (2003), “os deputados federais brasileiros têm cinco escolhas principais de carreira política: retirar-se do jogo político (aposentar-se); concorrer a um cargo legislativo estadual (ambição regressiva); concorrer à reeleição (ambição estática); e concorrer a cargos mais altos (ambição progressiva)” (Leoni, Pereira e Rennó, 2003, p. 44). Uma discussão mais aprofundada sobre a chamada “ambição progressiva” de carreira pode ser vista em Samuels (2002).

2007, oito não buscaram a reeleição em 2010 por diferentes razões, quais sejam: 1) Adão Preto e Julio Redecker, que faleceram durante a legislatura, dando lugar a suplentes; 2) Tarcísio Zimmermann - eleito para o seu terceiro mandato em 2006 -, que assumiu o executivo municipal de Novo Hamburgo, no início de 2009; 3) Pompeo de Mattos, que, após três mandatos consecutivos, optou por ser candidato a vice-governador do Estado na chapa de José Fogaça; 4) e, por fim, quatro casos que corresponderiam, na tipologia de Leoni, Pereira e Rennó (2003), a uma “retirada”, pelo menos parcial, do jogo político ou “aposentadoria”: Ibsen Pinheiro (quatro mandatos e ex-presidente da casa), Nelson Proença (cinco mandatos), Pastor Paulo Roberto (primeiro mandato) e Germano Bonow (primeiro mandato)⁶⁸⁶⁹.

O gráfico abaixo ilustra, em percentual, a tentativa de reeleição dos membros titulares que tomaram posse nas bancadas federais eleitas⁷⁰ pelo Rio Grande do sul para as últimas cinco legislaturas:

Gráfico 1 - Tentativa de Reeleição - Deputados Federais do RS, em %



⁶⁸ Ressalte-se que, mesmo sendo um deputado primeiro mandato nessa legislatura, tal como o também “desistente” Pastor Paulo Roberto, Germano Bonow, do DEM, possui longa carreira pública: quatro mandatos de deputado estadual, passagens pela secretaria estadual da saúde do Estado do Rio Grande do Sul, pelo BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) e uma candidatura a vice-governador do Estado, em 2002, na chapa de Antônio Britto.

⁶⁹ Nelson Proença e Germano Bonow atuaram fortemente na campanha presidencial de 2010, o segundo, inclusive, como coordenador geral do “comitê pró-Serra” no RS. Posteriormente, ambos passaram, no entanto, a se dedicar a atividades no setor privado. Já Ibsen Pinheiro, pelo contrário, foi quindado, após as eleições de 2010, ao posto de presidente estadual do PMDB e, atualmente, em 2012, foi cotado para candidato a vice-prefeito ou prefeito de Porto Alegre.

⁷⁰ Considerou-se aqui as bancadas tais como elas saíram das urnas. Não levamos em conta modificações *a posteriori*, durante a legislatura, com a eventual posse e efetivação de suplentes.

Fonte: TSE

A se considerar a tentativa de reeleição dos membros titulares eleitos, pelo Rio Grande do Sul, para as últimas cinco legislaturas da Câmara dos Deputados, é possível vislumbrar que, nas eleições de 2010, confirmou-se uma tendência histórica de expectativas de continuidade na carreira de deputado federal ou, nas palavras de Leoni, Pereira e Rennó (2003), uma tendência majoritária à “ambição estática”, ou seja, o “desejo ou tendência a concorrer à reeleição, isto é, a ficar no mesmo posto” (Leoni, Pereira e Rennó, 2003, p. 47). O menor percentual da série histórica foi encontrado na 51ª legislatura, quando 67,74% dos parlamentares eleitos tentaram se reeleger. E o “ápice” foi na 52ª legislatura, quando quase 80% dos parlamentares eleitos buscaram um novo mandato nas urnas.

A partir dessa realidade, os partidos desenharam suas estratégias eleitorais para 2010. Como dito anteriormente, partidos médios, PSB e PCdoB, embalados pelas boas perspectivas de seus “puxadores de voto” - Beto Albuquerque e Manuela D’ávila-, buscaram alçar “vôo próprio”, deixando de lado a tradicional parceria com o PT. Essa observação, no entanto, é mais cabível ao PCdoB, já que os socialistas, em 2002 e 2006, apresentaram candidaturas próprias ao executivo gaúcho, com Caleb de Oliveira e Beto Grill, respectivamente.

Partidos com candidatura própria ao governo do Estado, PSDB e PMDB, tentaram, com diferentes graus de sucesso, se utilizar do expediente da coligação na proporcional como “moeda de troca” para a ampliação do tempo de HGPE e do apoio político a seus candidatos, visando, assim, maximizar a possibilidade vitória. Nesse quesito, os tucanos lograram maior êxito que os peemedebistas, que, tendo assegurado o apoio do PDT com a participação do partido na majoritária, só conseguiram o apoio dos pequenos PSDC e PTN, com ambos coligando na proporcional, em listas separadas, com PMDB e PDT, respectivamente.

No entanto, a “lógica da eleição majoritária” é, inevitavelmente, “tensionada” pelos interesses partidários na definição da coligação nas proporcionais. No caso do PSDB, veja-se, por exemplo, toda manobra feita para que o PPS, com a candidatura

de Berfran Rosado a vice-governador na chapa de Yeda Crusius, ampliasse a coligação de Yeda – para efeitos de TV e de apoio partidário – e, ao mesmo tempo, compusesse a mesma lista de PP e PSDB para a Câmara dos Deputados, tal como era o desejo dos progressistas⁷¹. Ao fim, a ida de Berfran, o único candidato competitivo do PPS à Câmara dos Deputados, para a chapa majoritária alijou o partido da possibilidade de, pelo menos, manter a vaga ocupada por Nelson Proença naquela casa.

PTB e DEM, por sua vez, ao descartarem a candidatura de Luis Augusto Lara ao governo do Estado, assim como o apoio a outros candidatos, coligaram no sentido de, primordialmente, preservar a sua representação na bancada federal gaúcha. O PTB, assim, ao contrário do DEM, modificou a estratégia adotada em 2006, quando, em coligação com o PMDB na majoritária, optou por concorrer em lista separada na proporcional, coligado com o pequeno PMN. Naquela eleição, os Democratas, ainda denominados PFL, compuseram uma lista que também continha o PSDB e o PPS.

Pelo lado do DEM, em 2010, tratava-se, basicamente, de garantir a reeleição de seu presidente estadual, Onyx Lorenzoni, e, ao mesmo tempo, de manter a vaga do Deputado Federal Germano Bonow, que não havia se candidatado à reeleição. Para isso, inclusive, os Democratas lançaram o Deputado Estadual Marquinho Lang, candidato natural à reeleição na Assembleia Legislativa, com o objetivo de dar maior competitividade à lista do partido em busca da vaga “deixada” por Bonow. Por sua vez, o PTB, para garantir suas três vagas (já que o Deputado “Pastor” Paulo Roberto não quis concorrer à reeleição), tinha como “trunfo” o potencial eleitoral do ex-goleiro gremista Danrlei de Deus.

⁷¹ O próprio PSDB, durante certo tempo, teve receio de coligar com o Partido Progressista na proporcional devido ao “grau de competitividade” da lista do PP. O próprio candidato Nelson Marchezan Júnior chegou a afirmar que candidatos do PP com grande potencial financeiro e eleitoral tinham interesse na coligação por serem sabedores do menor potencial dos candidatos tucanos. O objetivo da coligação seria, assim, de apenas facilitar o atingimento do cociente eleitoral com a agregação dos votos dos tucanos, já que os progressistas tomariam naturalmente os primeiros lugares da lista.

Siglas menores, como PRB, PR e PSC, buscaram coligação com partidos mais expressivos, no caso PSDB, PPS e PP, no sentido de, ao se vincularem a uma candidatura majoritária competitiva e a partidos com mais votos na proporcional, ganharem força para a difícil tarefa de conquistar uma vaga. Esses partidos, normalmente, apostam a maioria de seus recursos – redes de militância e recursos financeiros – em “candidatos preferenciais”, com maior potencial eleitoral dentre todos da lista, e normalmente ligados a um grupo específico. No caso em questão, PSC e PRB, partidos com razoável penetração junto às Igrejas Evangélicas, investiram nas candidaturas do Pastor Getúlio Vargas, líder da Igreja Batista Betel, do cantor “gospel” Luis Amaro Prestes de Oliveira e do Pastor Waldir Canal, Vereador de Porto Alegre, comunicador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus⁷². A partir disso, o esforço de coligação se deu exatamente pela fragilidade das siglas garantirem “sozinhas” uma votação razoável que proporcionasse o cociente eleitoral a seus candidatos mais competitivos.

Por fim, PT e PSOL, partidos com candidatura majoritária, não coligaram nas proporcionais. O PSOL, receando não atingir o cociente eleitoral, destinou a maioria de seus recursos – tempo de HGPE e inserções, principalmente - para a candidata Luciana Genro. O PT, por sua vez, teve sua lista preenchida com candidatos com grande potencial eleitoral, muito deles deputados federais tentando reeleição e deputados estaduais que buscavam o primeiro mandato na Câmara dos Deputados.

Então, passamos à tabela com os resultados da eleição de 2010, enfocando os partidos e coligações que romperam o cociente eleitoral e conseguiram eleger candidatos à Câmara dos Deputados:

Tabela 5 - Número de votos e de cadeiras obtidas por partido/coligação nas eleições de 2010 à Câmara dos Deputados, no RS

Partido/Coligação	Votos	Cadeiras
--------------------------	--------------	-----------------

⁷² Sobre as redes estabelecidas e os imbricamentos entre o campo político-partidário e o campo religioso no processo eleitoral de Porto Alegre – assim como o caso específico do PRB e do PSC gaúchos –, ver Meirelles (2011).

PT	1.533.623	8
PRB/PP/PSL/PSC/PPS/PHS/PSDB/PTdoB	1.317.848	7
PR/PSB/PCdoB	925.554	5
PTB/DEM	807.042	4
PMDB/PSDC	778.330	4
PDT/PTN	519.667	3
PSOL	179.578	-
PV	76.732	-
PRP	9.812	-
PSTU	8.579	-
PMN	4.007	-
PTC	2.606	-
PCB	1.957	-
Total	6.165.335	31

Fonte: TSE

Das treze listas que disputaram a eleição, seis conquistaram uma cadeira, pelo menos. Ao todo, nove partidos conseguiram eleger representantes à Câmara dos Deputados. De todos os nove, apenas o PT não se utilizou do expediente da coligação⁷³. O partido também conquistou a maior bancada, com o total de oito parlamentares, seguido pelo PP, com seis, e pelo PMDB, com quatro. Três partidos - PDT, PTB e PSB - conquistaram três cadeiras. O PCdoB, duas vagas. Por sua vez, PSDB e DEM elegeram, cada um, um representante.

No que diz respeito à reeleição, 23 deputados federais eleitos pelo Estado em 2006 tentaram, nas eleições de 2010, um novo mandato na Câmara dos Deputados, totalizando um percentual de “tentativa de reeleição” de 74,19%, como mostrado anteriormente. Destes, apenas três (Eliseu Padilha, Luciana Genro e Ruy Pulleti) não conseguiram seu intento. O caso de Luciana Genro, dos três, foi o que teve maior repercussão junto à mídia local: apesar de ter obtido, no quadro geral do Estado, a oitava maior votação para a Câmara dos Deputados, nas eleições de

⁷³ Deve-se levar em conta, no entanto, que PMDB e PDT, coligados com os minúsculos PSDC e PTN, não contaram, por assim dizer, com “parceiros de coligação” à sua “altura”, como todos os outros partidos.

2010, Genro foi excluída da lista dos eleitos pelo fato de seu partido, o PSOL, não ter conseguido romper o cociente eleitoral.

O índice de “sucesso” na tentativa de reeleição para a Câmara dos Deputados foi, assim, de 87%. Já o índice de “permanência” na bancada gaúcha dos membros eleitos para a legislatura 2007-2011 foi, no entanto – e aqui, para efeitos comparativos, levamos em conta a composição da posse, em janeiro de 2007 – de 64,50%⁷⁴. Colaboraram para esse percentual, não apenas os três deputados que não se reelegeram, mas também as “desistências” (de Ibsen Pinheiro, Nelson Proença, Germano Bonow e do Pastor Paulo Roberto), a eleição de Tarcísio Zimmermann, em Novo Hamburgo, a candidatura de Pompeo de Mattos à vice-governadoria do Estado e o falecimento dos deputados Julio Redecker e Adão Pretto. Onze deputados “novos” foram empossados em janeiro de 2011, totalizando 35,50% dos membros bancada na gaúcha na 54ª legislatura.

A caracterização de “novos” deputados, em princípio, é a mais correta porque nenhum deles havia tido passagem pela Câmara dos Deputados em legislaturas anteriores, seja na condição de titular ou mesmo assumindo, em alguma ocasião, como suplente. No entanto, muitos “novatos” – sete, no total – já possuíam experiência política razoável, com passagens pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, quais sejam: Alceu Moreira⁷⁵ (dois mandatos e ex-presidente da casa), de Dionilso Marcon (três mandatos), Elvino Bohn Gass⁷⁶ (três mandatos), Giovanni Cherini (quatro mandatos e ex-presidente da casa), Jerônimo Goergen (dois mandatos), Ronaldo Zulke⁷⁷ (três mandatos) e, por fim, Nelson Marchezan Júnior, com um mandato.

Ao lado desses, elegeram-se candidatos com menor expressão política e com experiência parlamentar inferior, como Assis Mello – líder metalúrgico e ex-vereador

⁷⁴ Ao se levar em consideração a bancada que “terminou” a legislatura – comportando os suplentes que assumiram titularidade no período em função de renúncia ou falecimento– o índice de permanência também é de 64,50%.

⁷⁵ Ex-Prefeito de Osório e ex-Secretário de Habitação no governo Germano Rigotto (2002-2006).

⁷⁶ Líder e Vice-Líder da bancada do PT na Casa em várias oportunidades.

⁷⁷ 1º Vice-Presidente da AL/RS em duas oportunidades: nos anos de 2003-2004, e de 2005-2006.

em Caxias do Sul –, e dois ex-membros de executivos municipais: Dr. Alexandre Roso (vice-prefeito de São Leopoldo em duas oportunidades) e José Stédile (prefeito de Cachoeirinha também por dois mandatos). Por fim, dentre os “novatos”, o que mais se aproxima do perfil de “outsider”⁷⁸, em 2010, foi o popular ex-goleiro do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, Danrlei de Deus, do PTB, quarto mais votado na eleição, - que não possuía nenhuma experiência prévia no executivo ou no legislativo. Com a exceção de Danrlei, pode-se dizer que a maioria dos “novatos” que passaram a integrar representação gaúcha eleita na 54ª legislatura possuía razoável “capital político” acumulado.

Encerradas as considerações mais gerais sobre o pleito de 2010 – objetivo secundário, mas não menos importante para a presente dissertação –, passamos ao segundo objetivo deste capítulo, qual seja: precisar a forma como cada partido, em sua particularidade organizacional, definiu aqueles que teriam o direito de postular como candidato – nas eleições de 2010 e neste Estado da federação – uma vaga à Câmara dos Deputados

3.2 A confecção das “listas” conforme os Dirigentes Partidários

O objetivo deste capítulo é de mapear, a partir das informações obtidas por meio de entrevistas com dirigentes partidários, ao longo do segundo semestre de 2010, o processo de “montagem” das listas partidárias em 4 (quatro) organizações partidárias que conformam o objeto de presente pesquisa: PP, DEM, PMDB e PT. Evidentemente, essa amostra de entrevistas, em virtude da complexidade do tema, alvo de diversas pesquisas recentes (Carneiro, 2009; Bolognesi, 2009; Braga, 2008; Braga e Veiga, 2009), é insuficiente e, no máximo, vai nos permitir uma aproximação inicial com o que se propõe. Por fim, acredita-se que, mesmo que mínima, uma contribuição dentro dessa temática se justifica, afinal

⁷⁸ Por “outsider”, entenda-se aqueles que “ingressam na política mais tarde, após uma vida profissional já estabelecida, conquistando sua cadeira parlamentar sem a necessidade de percorrer todas as escalas da carreira e de um longo estágio no interior de organizações partidárias” (Marengo dos Santos, 1997).

Embora a produção acadêmica já tenha acumulado conhecimento significativo sobre a formação das preferências eleitorais, de um lado, e a dinâmica das decisões legislativas, de outro, continuamos sabendo pouco sobre a participação da organização partidária na seleção dos operadores da representação no Legislativo. (Braga, 2008, p.455)

Trata-se aqui, de abordar algumas questões, sempre presentes, nas pesquisas sobre “seleção de candidatos” efetuadas nos diferentes Estados da federação. Para além da óbvia interrogação de “quem seleciona” os postulantes, alguns dos principais eixos de análise sobre essa “fase de seleção” intrapartidária, anterior à eleição, são sintetizados, com precisão, por Braga e Veiga (2009):

Existem restrições para a participação nessa fase da seleção nos partidos? Se existem, qual o impacto dessas restrições na quantidade e natureza dos selecionadores? Quais os mecanismos estratégicos usados para selecionar? Em quais critérios os selecionadores se baseiam para incluir e/ou excluir um postulante? (Braga e Veiga, 2009, p. 2)

Centrar-se-á a análise, neste capítulo, na aproximação, por meio das “pistas” disponibilizadas em cada entrevista, daquela que é a dimensão mais essencial dos estudos que buscam evidenciar o processo de seleção de candidatos no Brasil: a configuração específica do “quadro de membros responsáveis pela escolha” dos nomes que freqüentarão as listas (Braga, 2008, p. 473). Conforme Braga (2008), “a identificação do corpo que detém esse controle revela os vários processos de tomada de decisões intrapartidários e indica os tipos de relações existentes entre os membros e aderentes do partido”. (Braga, 2008, p. 473).

Existem, como destaca a autora, determinados “graus” de inclusão na seleção de candidatos. Isto é, “nos extremos temos o caso dos candidatos escolhidos por um único líder do partido, que detém o monopólio da seleção, e, do outro lado, a possibilidade de que a seleção seja definida por meio das primárias, definindo, portanto, um nível máximo de participação”. (Braga e Veiga, 2009, p.2).

Essa discussão é particularmente importante exatamente pelo conteúdo das críticas desferidas contra o “sistema de lista aberta” de que já se tratou nos capítulos

anteriores. Então, não se trata, neste capítulo, de traçar um “retrato fiel” – tal qual tem feito alguns dos excelentes trabalhos sobre seleção de candidatos que já foram citados –, de como se dá a seleção de cada partido – com todos os seus “filtros” e suas etapas – ou de se discutir, a partir do caso concreto, a completude ou incompletude explicativa deste ou daquele “modelo” teórico de seleção⁷⁹.

Nosso objetivo é bem mais simples: problematizar, por via empírica, seguindo a linha dos estudos de Carneiro (2009); Braga e Veiga (2009) e Braga (2008), as principais críticas feitas, pela literatura, ao “sistema de lista aberta” brasileiro enquanto um suposto “fomentador” de processos de montagem de lista partidária em que, conforme a interpretação mais famosa, a de Mainwaring (2001), a seleção seria descentralizada e amplamente aberta, “ou seja, os próprios aspirantes a candidato se auto-selecionariam” (Carneiro, 2009, p. 62). A regulação partidária, nesse caso, seria inexistente.

Essa “constatação” de Mainwaring (1991) se sustenta, como lembra Carneiro (2009), sobre a ideia de que a baixa intervenção das direções nacionais – mesmo com a variável institucional importante do federalismo brasileiro – gera baixa controle partidário sobre a escolha de candidatos, principalmente para o legislativo federal. Nas palavras do autor:

(...)com exceção dos Estados Unidos, todas as democracias industriais avançadas possuem um processo de seleção mais centralizado do que o Brasil. Em todos os outros países, as organizações partidárias nacionais desempenham um papel importante na escolha dos candidatos para o Congresso Nacional” (Mainwaring, 2001, p. 308).

Interessante a citação dos Estados Unidos, em comparação com o Brasil, pois aquele país também é uma federação, até mais robusta que a brasileira, e que nem por isso tem impedido a estruturação de partidos fortes em solo americano (guardados outros fatores, como o sistema eleitoral diferente, etc). Em países de dinâmica federativa, não haveria, a priori, o porquê de se vincular, de forma tão

⁷⁹ Para uma discussão aprofundada sobre “modelos de seleção de candidatos”, ver Altmann (2010).

estreita, “processo de seleção centralizado” e “papel importante” dos partidos na seleção de candidatos ao Congresso com atuação das “organizações partidárias nacionais” nesse processo. Afinal, a “conclusão desses autores pode ter negligenciado o fato de que ausência de interferência do diretório nacional não significa métodos de seleção descentralizados e pouco controle do partido” (Carneiro, 2009, p.53).

Em âmbito municipal, por exemplo, como mostraram empiricamente Braga e Veiga (2009), o grau de “centralização” da produção das nominatas partidárias depende de determinados fatores, como a “estrutura organizacional da legenda. Partidos com uma estrutura restrita, sem diretórios zonais, tendem a apresentar um processo de recrutamento mais centralizado em decorrência da falta de capilaridade, possibilitada pela existência das zonais” (Braga e Veiga, 2009, p.22). No entanto, o fato de não existir “intervenção” nacional no processo de decisão de quem irá ocupar as nominatas não impede que os partidos, em nível local, tenham controle do “acesso à lista”, como mostram as autoras.

No plano estadual (que mais interessa a esta pesquisa), Carneiro (2009), em seu estudo sobre o Estado do Rio de Janeiro, a partir de 31 entrevistas abertas e semi-estruturadas com dirigentes e lideranças partidárias, concluiu que

(...) processo de seleção de candidatos ao cargo de deputado federal no Estado do Rio de Janeiro na última eleição é centralizado e fechado em todos os partidos porque a decisão se encontra nas mãos de um número reduzido de agentes partidários, com destaque para o diretório partidário e da respectiva comissão executiva. Tais pessoas, no decorrer de encontros informais vão costurando a nominata que julgam ser a mais competitiva para as eleições que se aproximam, contrariando as conclusões de Mainwaring (...) (Carneiro, 2009, p. 178)

O âmbito estadual é “lócus” importante ou campo fértil de análise das dinâmicas de seleção dos candidatos a deputado federal no Brasil – inclusive com vistas à comparação de suas características entre Estados –, exatamente pelo que já se mencionou acima: a dinâmica federativa brasileira tende a reforçar

“subsistemas partidários” estaduais (Lima Júnior, 1997) e, por consequência, o papel dos diretórios partidários na produção desse elemento vital para a democracia: a representação política. A “descentralização”, nesse caso, não pode ser um “sinônimo” de descontrole do processo e de ausência de um “papel partidário” na seleção de candidatos.

Torna-se a repetir, no entanto: os dados de que se dispõe, nesta pesquisa, impedem totalmente uma tomada de posição tão “categórica”, como a de Carneiro (2009), acerca do grau de controle partidário sobre a formatação das nominatas à Câmara dos Deputados. Somente um estudo longo e aprofundado, no Rio Grande do Sul, como o da autora, que abarque muito mais do que quatro partidos e quatro dirigentes, pode permitir um juízo tão rigoroso.

Pelo exposto, a síntese do argumento até agora neste capítulo é, então, a seguinte: a constatação de Mainwaring (1991), de que os candidatos o são porque assim querem ser, pouco importando o que os dirigentes e/ou “selecionadores” acharem disso, pode se fragilizar quando confrontada aos dados empíricos. É o que, de forma minimalista, se pretende avaliar, aqui, por meio da análise do material colhido nas entrevistas.

Outra limitação: as nossas entrevistas foram feitas com dirigentes partidários para, de forma geral, se obter informações sobre como cada partido “se organiza” para fazer sua “lista” e quais critérios são levados em conta. Alguns desses dirigentes não eram necessariamente, ou não cumpriam a função de “selecionadores”, não eram selectorates. Por isso, a necessidade de estudos muito mais aprofundados no Estado, ao estilo do que fez Carneiro (2009) no Rio de Janeiro, visando entrevistar, em cada partido, aqueles que, de fato, são selectorates, no sentido atribuído a esse termo por Rahat e Hazan, para reconstituir empiricamente a “agência partidária que seleciona os candidatos, a qual pode ser constituída por uma ou muitas pessoas” (Altmann, 2010, p.182).

Até por esse motivo não será possível avaliar, em graus, qual organização partidária tem processo mais “inclusivo” ou “exclusivo” na seleção de candidatos. Interessará, apenas, avaliar se existe alguma centralização ou controle partidário dessa dinâmica.

Por fim, quanto às entrevistas: elas foram realizadas, em paralelo à montagem do Banco de Dados quantitativo, entre setembro e outubro de 2010. Foram entrevistados os dirigentes estaduais: do PP (Vice-Presidente Estadual), DEM (Secretário Geral Estadual), PMDB (Ex-Presidente estadual), PT (Presidente Estadual). As entrevistas tiveram em média 1 e (uma) hora e meia.

Duas entrevistas foram realizadas na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul – em se tratando, ambos os casos, dos dirigentes de PT e PMDB serem parlamentares da Casa –, uma foi concedida na sede estadual do Democratas, em Porto Alegre, e, por fim, uma entrevista foi realizada na sede do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), cujo diretor, à época, era dirigente estadual do Partido Progressista no Estado. O transcorrer das entrevistas foi extremamente agradável e informal, tendo, todos os dirigentes, demonstrado interesse em participar e em fornecer informações para esta pesquisa.

Neste trabalho, se optou pela entrevista *semi-estruturada*⁸⁰, a partir de um conjunto de *perguntas abertas e fechadas*, buscando “orientar” e “intervir” minimamente nas respostas dos entrevistados. A ideia, basicamente, era de dar-lhes ampla liberdade para encadear argumentos com o pesquisador intervindo, apenas, para adicionar uma nova pergunta – em caso de “esgotamento” da discussão do ponto em questão –, ou, como aconteceu diversas vezes, para tentar aprofundar mais algum ponto pertinente à pesquisa que tenha passado “de relance” na resposta

⁸⁰ Boni e Quaresma (2005) apontam uma série de vantagens da chamada entrevista “semi-estruturada” que foram claramente percebidas na execução deste trabalho. Conforme as autoras, as vantagens são a “elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas” (Boni e Quaresma, 2005, p. 75). Por fim, ela também possibilita “uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados” (Boni e Quaresma, 2005, p. 75).

do entrevistado. As perguntas foram, assim, um roteiro básico de orientação das entrevistas e não foram respondidas em ordem, necessariamente.

Essa opção metodológica foi inspirada no trabalho de Carneiro (2009). Também utilizando entrevistas semi-estruturadas, para a autora, tal como no presente trabalho, as “perguntas serviram apenas de guia, pois o objetivo era de que o entrevistado pudesse expor sua experiência e percepções com o mínimo de interrupções (...), contribuindo para a construção do que é chamado aqui de processo “real” de seleção de candidatos” (Carneiro, 2009, p.10).

Abordou-se, basicamente, o perfil das nominatas à Câmara dos Deputados em 2010, a forma como os candidatos foram selecionados e a organização, de cada partido, para montar sua “lista”: instâncias partidárias e “atores” envolvidos, que influenciam no processo, papel dos dirigentes do partido, critérios, etc. Para isso, em consonância com a proposta de Álvares (2009), se priorizou, no roteiro semi-estruturado⁸¹, perguntas que buscassem identificar: 1º) Os critérios formais e informais da escolha de candidatos entre os filiados; 2º) Quais recursos pessoais (capital político) dos competidores influíram na formação da lista partidária; 3º) Características de carreira dos candidatos a deputado federal pelos partidos estudados.

A partir dessas informações, buscou-se acessar tanto o perfil geral de cada nominata partidária (atributos individuais dos candidatos), quanto às diferenças mais substantivas entre os “ritos” internos utilizados pelos partidos quando da confecção das listas. Os “ritos” partidários para seleção de candidatos serão tratados neste capítulo em subitens específicos. Os atributos individuais e os “valores” mobilizados pelos dirigentes, dentro do perfil de candidato em cada partido, serão tratados, em cotejo com os dados quantitativos, no quarto capítulo.

⁸¹ O roteiro utilizado na presente pesquisa foi inspirado nos estudos recentes sobre recrutamento de candidatos realizados por Bolognesi (2009), no Paraná, e o já citado de Carneiro (2009), no Estado do Rio de Janeiro.

Passamos, assim, à análise pormenorizada de cada “caso”. Optou-se, aqui, por uma análise em “pares” de partido. Em virtude de serem poucas entrevistas, usou-se dois critérios para separação: PP e PMDB, por terem a mesma “origem” de “herdeiros diretos” do bipartidarismo (ARENA e MDB). DEM e PT por, conforme a classificação corrente da literatura, estarem em “pólos opostos” do espectro ideológico. Por último, essas duas siglas não guardam “similaridades” organizacionais – principalmente, quanto ao “modelo genético” (Panebianco, 2005), o que se reverte, também, no formato de recrutamento de candidatos e de “montagem” das listas, como se verá adiante.

3.2.1 PT - DEM

Surgido como a “face regional” do “reposicionamento” político-estratégico do antigo PFL nacional – partido herdeiro direto da antiga ARENA, a partir de setores que romperam com o PDS, optando por apoiar Tancredo Neves contra Maluf no colégio eleitoral que elegeria o presidente da “Nova República” – o atual Democratas do Rio Grande do Sul, assim como antigo PFL estadual, está longe de possuir, ou de já ter possuído, na política gaúcha, em algum momento, papel sequer próximo do que teve em âmbito nacional, principalmente durante o governo Fernando Henrique, quando foi um “ator” importantíssimo para viabilização parlamentar da agenda de reformas propostas pelo presidente (Corbellini, 2005).

Fortemente vinculado ao deputado federal que é seu atual presidente (e que exerce essa função desde o início dos anos 2000), o Democratas gaúcho teve, como maior expressão de influência regional, o vice-governador Paulo Afonso Feijó, durante o governo Yeda Crusius. Rompido com a governadora, desde o início do mandato, Feijó jamais esteve próximo do núcleo do poder, tampouco participou de decisões estratégicas e, por fim, atuou, em certo momento, como forte fator desestabilizador do governo Tucano, acossado, principalmente a partir do segundo ano de gestão, por denúncias de corrupção em órgãos públicos.

Anteriormente, o PFL havia ocupado espaço periférico no governo Rigotto,

quando preencheu, com alguns de seus quadros, cargos de segundo escalão. Na gestão de Antônio Britto, o partido chegou a ser melhor “contemplado” pelo governo, ocupando, com Germano Bonow, a Secretaria Estadual da Saúde, mas, para além disso, nenhuma outra função de destaque.

Por fim, ainda antes, nos anos 80, com a filiação “repentina” do governador Jair Soares, do então PDS, juntamente com o Senador Carlos Chiarelli, o PFL chegou, momentaneamente, a “ensaiar” uma possível “estruturação” em âmbito regional. No entanto, nada ocorreu. Tendo o governador Jair Soares, inclusive, regressado à sua sigla de origem – o atual PP – no ano de 1997.

Em síntese, dessa pequena recapitulação histórica da sigla no RS, se pode concluir que, comparativamente ao PFL nacional, o PFL (e atual DEM) gaúcho jamais foi “ator” decisivo na viabilização de coalizões de governo na AL/RS ou na influência do “conteúdo” de reformas em âmbito estadual (Corbellini, 2005). Da mesma forma, o partido, mesmo fazendo parte dos governos de Jair Soares, Britto, Rigotto e Yeda, nunca teve um “peso” parlamentar, em tamanho de bancada, que lhe “catapultasse” para o “centro de decisões” de cada gestão – nem mesmo no governo de Jair ou quando teve o vice-governador do Estado – e, por isso, jamais teve acesso a espaços mais “privilegiados” para cúmulo de capital político, seja por meio da produção de políticas públicas ou pela ocupação de “pastas” com “orçamento” e visibilidade política, tal como o “antigo” PFL nacional fazia (Corbellini, 2005).

Isto é, nem mesmo daquilo que o antigo PFL se “alimentou” por muito tempo – a valorização dos “espaços” no “governo”, de forma a obter, como seu apoio “fiel” e peso parlamentar, recursos políticos e eleitorais (Tarouco, 1999; Corbellini, 2005) – o PFL gaúcho pode dispor em sua trajetória. Assim, a limitação regional do partido – seja em penetração eleitoral, seja em influência política, até mesmo pela “força” do PP regional, que com ele compartilha o mesmo “território de caça” – e, principalmente, a característica de sua liderança estadual – altamente centralizada na figura de seu presidente atual – aproximam o DEM estadual, ainda mais, do “modelo” de “partido de quadros”, que já estava lá na “origem” do partido

nacionalmente, nos anos 80 (Tarouco, 1999). Nas palavras de Tarouco (1999), sobre o PFL nacional, o “modelo de Duverger” seria apropriado para o partido, afinal:

(...) o partido surgiu a partir de um grupo dentro do Congresso Nacional, com vistas a objetivos especificamente eleitorais, num momento de retomada do sufrágio popular (transição democrática) e teve que construir uma estrutura organizacional centralizada a fim de garantir a coesão e a disciplina internas. (Tarouco, 1999, p. 15).

No caso do DEM/RS, com a inexistência de lideranças regionais que possam, internamente, rivalizar com seu atual presidente e com a dependência que a própria “estrutura partidária” tem do mandato de sua liderança de maior “destaque”, o partido parece, inclusive, estar “reforçando” esse modelo de organização “centralizada” ou “personalizada”. A passagem abaixo da entrevista realizada com o então secretário-geral da sigla ilustra bem o que se quer dizer:

A minha filiação específica foi de cunho pessoal, por amizade. Ela se deu através do deputado x, que ele, como formação, ele é médico veterinário. E ele, algum tempo atrás, na minha época de acadêmico, eu também sou médico veterinário, ele era presidente do sindicato dos veterinários, no Rio Grande do Sul, quando ele fazia a primeira campanha dele. E nesse período eu era estudante na mesma universidade a qual ele estudou (...). Com o tempo eu fui me envolvendo politicamente com ele, conseqüentemente partidariamente por ele ser o presidente do partido, com mandato, e hoje estou totalmente absorvido por essas questões partidárias junto a ele e junto ao partido. (Dirigente Estadual do DEM)

A vinculação estritamente pessoal entre o secretário-geral da sigla e o presidente do partido, inclusive por questão de origem profissional, é mais do evidente e nem precisa ser comentada. De início, ela foi o principal fator de ingresso na sigla, e, posteriormente, foi se materializando na condução da atuação partidária. O vínculo parece ter, inclusive, com tempo, se enrijecido.

O atrelamento do mandato da liderança partidária, na Câmara dos Deputados, à sua atuação, por assim dizer, “institucional” na organização dos democratas (e os desdobramentos disso para a organização), está, no entanto, expressa, primeiramente, no fato de o secretário-geral entrevistado acumular, ao

mesmo tempo, essa função, eminentemente partidária, com o exercício da chefia de gabinete do presidente do partido em Brasília, por ser “necessário” que assim seja, tal como expresso na fala abaixo:

Hoje, eu tenho acumulado comigo a secretaria-geral do partido. Sou chefe de gabinete do deputado x porque é difícil tu dissociar até aonde que vai as ações do deputado e do presidente. (Dirigente Estadual do DEM)

O fato de o secretário-geral ocupar as duas funções (no partido e em Brasília), por si só, não quer dizer muita coisa. No entanto, ao apontar a dificuldade de “dissociação” entre atuação do presidente regional como “presidente de partido” e “deputado”, o entrevistado criou um “nexo” de “necessidade” de ele estar naquela “função”, isto é: a organização partidária seria, em termos, “prejudicada” se, por acaso, o cargo fosse ocupado por alguém que não fizesse parte do mandato.

Em segundo lugar, na perspectiva da teoria das organizações partidárias, que pode contribuir para, por exemplo, se ver o “peso” das lideranças frente à autonomização do partido como organização, Mayer e Babireski (2010) lembram dois pontos destacados por Panebianco (2005) como necessários para que um partido atinja um grau maior de institucionalização:

(...)A) Desenvolvimento da burocracia partidária. A centralização da estrutura partidária é capaz de produzir uma burocracia nacional forte, que coordena as ações intermediárias e periféricas do partido; (...) c) Financiamento. Mediante a realidade de uma forte institucionalização, os recursos financeiros advêm com regularidade de uma pluralidade de fontes, garantindo a manutenção da burocracia interna; (Mayer e Barbièreski, 2010, p. 7)

À parte a interpretação do que será, de fato, uma burocracia partidária, o que não é nosso objetivo discutir aqui, deve-se se pressupor, ao menos, que uma “estrutura” de partido, no sentido expresso por Panebianco (2005), deve guardar certa “autonomia”, principalmente quanto ao segundo ponto mencionado: financiamento. Ao ser “dependente” de uma “única fonte” para, por exemplo, distribuir “incentivos seletivos” (um passo importante de organizações partidárias que rumam para a institucionalização), ela se “fragiliza” e enfraquece sua

capacidade de manutenção.

Evidentemente, se deve atentar para os “graus” em que isso pode ocorrer (o que é difícil de mensurar): nem sempre, nos partidos, se terá uma incrível pluralidade de “fontes”, mas a dependência exagerada configura um caso de problemas de institucionalização. Então, tratando do financiamento da campanha de 2010, afirmou o dirigente do DEM entrevistado:

Como ele é a liderança máxima do partido no Estado, tá no terceiro mandato, foi eleito para o terceiro mandato de deputado federal e é o presidente regional do partido e vice-presidente nacional do partido, é natural que ele tenha maior capacidade de captação financeira. Então ele puxou a captação financeira pra ele. Foi ele que captou no nome dele e pagou o programa de rádio e de televisão pra todos os candidatos, tanto estadual quanto federal (...)
(Dirigente Estadual do DEM)

No caso específico, a estratégia, realmente, era de se valer da visibilidade da “liderança maior” do partido para financiar o conjunto das campanhas. Isto é, recorrer ao “apelo público” da liderança “facilita”. E, neste caso específico, essa foi a fonte, ou a principal fonte, de arrecadação da eleição, inclusive, para os outros candidatos. Dada a configuração do sistema eleitoral brasileiro, e a necessidade de se atingir o chamado cociente partidário, o Democratas, coligado ao PTB, em 2010, precisaria mais do que o potencial de seu principal “nome” na disputa proporcional para manter sua vaga na bancada do RS na Câmara dos Deputados. Assim, buscou ampliar o conjunto da votação dos outros “nomes” da sigla, mesmo que, comparativamente, eles não tenham tanta capacidade de trazer votos. Evidentemente, a propaganda eleitoral facilita tudo isso. E em caso de o partido, ou, como foi o caso, de um candidato específico, não arcar com os custos do programa de rádio e TV, deixando-os sob responsabilidades dos candidatos individualmente, o “desincentivo” a uma candidatura “sem chances” é muito maior.

O que se caracteriza é bastante razoável estrategicamente. No entanto, chama a atenção que a “mediação partidária” do processo foi “retirada” para facilitar as coisas: o próprio candidato doava a seus “companheiros” de chapa. O peso da

liderança e sua “notoriedade”, assim, se sobrepõe, de diversas formas, à “organicidade” do partido: no âmbito da distribuição de “incentivos seletivos” materiais, no caso de recursos de campanha, a organização se mostrou altamente dependente da “visibilidade” da liderança. Tratando do fundo partidário, e de sua insuficiência, o dirigente afirmou que:

Tem partidos que usam outra (sic) estratégia (...), nós não usamos, que é a questão do desconto partidário. Todo filiado, ou não filiado, que vai exercer um cargo de partido, ou por indicação de partido, um “X” do que cabe a ele da remuneração prevista dessa indicação retorna pro cofre dos partidos exatamente para subsidiar campanhas.(...) Mas tem duas formas de fazer isso: desconto em folha (...) ou autorizar o meu o banco, em no momento em que houver o depósito dos meus proventos, depositar na conta (...) E tem partidos que só fazem a indicação mediante a assinatura dessa autorização. (Dirigente Estadual do DEM)

O dirigente do DEM, referindo-se ao PT, como exemplificou após a passagem acima, critica diretamente a questão da contribuição compulsória naquele partido. Isto é, a indicação partidária para ocupação de função pública só ocorreria, no PT, em caso de compromisso expresso com a contribuição partidária. O dirigente admitiria, tal qual é a orientação do partido, apenas um tipo mais “voluntário” de contribuição, que dependesse da vontade individual e não ficasse condicionado, por assim dizer, com um compromisso de “desconto em folha” (para o dirigente considerado, inclusive, ilegal).

Tal processo não ocorreria, por exemplo, no PT: partido dotado de uma “estrutura” mais autonomizada e que se vale, muitas vezes, do “capital coletivo” e partidário: o dirigente do partido afirmou que, mais que uma fonte de financiamento, como expresso na fala transcrita abaixo, a contribuição serviria como “mecanismo” de controle do “representante do partido”, seja um “representante” que tenha mandato ou que alguém que ocupe função por indicação partidária. E, sobre a contribuição, o dirigente é categórico: “isso funciona”.

O partido recebe o fundo partidário. O PT e o PCdoB, eu acho que são os que mais têm contribuição pessoal. No caso do PT, a contribuição dos parlamentares, vereadores, deputados, assessores e

cargos de confiança funciona, é cobrado. E isso é a principal fonte, junto com o fundo partidário, de financiamento do partido. (Dirigente Estadual do PT)

Mesmo se tratando, nas falas, de dois temas diferentes – a fala do dirigente do DEM tratava do financiamento de campanha e a do dirigente do PT do financiamento do partido –, é possível identificar diferenças: primeiro porque, no primeiro caso, o partido recorreu à visibilidade de sua principal liderança para se financiar na campanha. As doações, no caso, não tiveram “mediação partidária” foram de candidato para candidato. Além disso, há uma crítica dura à contribuição compulsória: considerada ilegal e ilegítima.

No caso do PT, o partido tem como uma das principais fontes de recursos a contribuição compulsória: quem ocupa cargo, indicado pelo ou “votado” pelo partido, contribui com a organização. A partir disso, se estabelece um vínculo diretamente com a organização.

O que se quer, com essa discussão inicial sobre “fontes de financiamento” de campanha, é apontar para as características diametralmente opostas entre DEM e PT, quanto à autonomização da “estrutura partidária” frente às lideranças. E as características organizacionais – partido de “massa” ou de “quadros”, nos termos de Duverger, por exemplo – são importantes para a análise de como cada partido estrutura seu processo de seleção de candidatos.

O caso do Partido dos Trabalhadores, conforme a bibliografia especializada, seria – devido ao seu “modelo genético” de caráter mais “societário”, de representação dos setores mais organizados da sociedade civil, do chamado “novo sindicalismo”, dos movimentos populares, da militância de esquerda (Amaral, 2011, p.2) – mais próximo da ideia de “partido de massas”. No caso do Rio Grande do Sul, a “veia” sindical petista, por exemplo, sempre foi “forte”: veja-se a liderança de Olívio Dutra, ex-presidente do sindicato dos bancários de Porto Alegre. Desta origem, também são provenientes: Paulo Paim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas; José Fortunati (hoje no PDT), também ex-presidente do sindicato dos

bancários; Marco Maia, também ex-líder Metalúrgico, entre outros.

Em resumo, “fortemente ligado aos movimentos sociais – e particularmente ao movimento sindical – desde a sua origem, o PT ilustra melhor do que qualquer outro partido brasileiro o modelo de partido de massas de Duverger” (Albuquerque e Martins, 2010, p.14). E isso o faz uma organização política, em tese, com duas características, que se já tratou no segundo capítulo. Primeira: maior rigor quanto à possibilidade de alguém postular candidatura pela sigla (Braga, 2008):

o processo de seleção de candidatos do PT é o de maior exclusão, exigindo, além da filiação por um ano, contribuição financeira, compromisso programático e aprovação pela direção partidária ou apoio de parcela dos membros. Uma das explicações para esse padrão está na sua origem extra-parlamentar, mais vinculado a variados setores sociais, bem como ao seu perfil ideológico e à sua estratégia organizacional (Braga, 2008, p.472)

Segunda: maior "permeabilidade" à participação nas decisões internas, dentre elas uma decisão fundamental: no caso, de quem irá representar, eventualmente, o partido no parlamento. Isto é, nos termos de Braga (2008), “o PT, por meio de seu estatuto, garante, por um lado, que amplos setores do partido participem desse processo indicando seus quadros e, por outro, procura garantir que seus candidatos possuam alguma representatividade junto ao conjunto dos filiados, valorizando de alguma forma a democracia interna” (Braga, 2008, p.472).

O DEM, (ex-PFL), por sua vez, por sua “centralização” e característica de partidos de quadros, tenderia, conforme relato de Braga (2008), após observação de uma convenção do partido em São Paulo:

É a convenção partidária estadual que homologa as chapas neles apresentadas. A observação da dinâmica das suas convenções para as eleições de 2006 revelou que há diferenças importantes entre eles no que diz respeito à participação dos filiados nesse processo de seleção. Com relação ao PP e ao PFL, a convenção funciona apenas como ato simbólico, onde a lista partidária é homologada pelos presentes sem que haja menção dos componentes e mesmo sem qualquer discussão sobre possíveis nomes a serem incluídos na lista previamente elaborada por seus dirigentes. Trata-se, portanto, de um sistema de nomeação puro, ou seja, os candidatos integrantes das

listas do PP e do PFL não passam por um processo de aprovação, configurando processos mais exclusivos. (Braga, 2008, p. 475).

As diferenças do DEM (ex-PFL) com o PT se dão exatamente a partir do caráter “processual” e mais “inclusivo” que a definição de candidaturas tem no último. Isto é, antes de tudo, haveria um conjunto de indicações para pré-candidatura, dos mais diversos setores partidários, e, além disso, tais “indicações” deveriam possuir o mínimo de “legitimidade interna”, uma forma, assim, de combinar a “participação” dos setores partidários com a “representatividade” das candidaturas. Para isso, existem, conforme o Estatuto do partido, como mostra Braga (2008, p. 476), critérios mínimos para examinar o pedido de indicação da pré-candidatura:

“Art. 129: A Comissão Executiva da instância de direção correspondente somente examinará pedido de indicação à pré-candidatura se vier acompanhado de assinaturas ou votos favoráveis de no mínimo:

- B - ao cargo de deputado federal:
 - B. a. - 1/3 dos membros do Diretório Estadual; ou
 - B. b. - 5% das Comissões Executivas Municipais; ou
 - B. c. - 1% dos filiados no Estado; ou
 - B. d. - Encontro Setorial Estadual ou Nacional.”

O processo de “se tornar candidato” no PT é, assim, “participativo”, mas “limitado” por condições caras à organização, como, por exemplo, a “representatividade” interna de quem quer concorrer. “Participação” e “representatividade” seriam garantidas por meio de um “Encontro” anterior à “Convenção Partidária” propriamente dita, que teria, em todos os partidos, caráter apenas “simbólico”. O “Encontro” é a grande diferença do PT:

A diferença é que antes da realização da convenção, uma exigência da legislação eleitoral, há a promoção de um “Encontro”, previsto em estatuto, do qual participam delegados escolhidos no âmbito dos municípios, sendo que o critério para a definição dos delegados é estipulado em uma resolução do Diretório Nacional. Por este motivo, boa parte da bibliografia concluiu pelo caráter diferenciado do PT em comparação aos demais partidos, no que tange aos métodos de seleção de candidatos, que envolveriam de forma mais ativa o conjunto dos membros do partido, inclusive nas esferas municipais de poder. (Altmann, 2010, p. 95)

Para avaliar o processo de confecção das listas, de forma a fazer uma

“conexão” com a bibliografia e o que foi exposto até aqui, fez-se as seguintes perguntas, dentre outras, aos dirigentes entrevistados, no caso do DEM e do PT:

Quem participa do processo de seleção de candidatos no seu partido? Quem decide quais os nomes que irão figurar na lista final? Como se dá esse processo? Qual é o grau de participação dos membros do partido nas decisões sobre a composição da lista final de candidatos?

Sobe o processo de seleção de candidatos para deputado federal, o dirigente do PT respondeu:

Pra deputado estadual e federal, a instância é a direção estadual. Então, normalmente, antes da abertura do processo de campanha, se faz uma convenção pra afinar a política de alianças, pra afinar o programa (...). Com o Tarso, agora, a gente já fez lá em julho de 2009 o nosso encontro. (...) As candidaturas proporcionais elas vão surgindo por vontade pessoal, indicação de grupos, por indicação de um sindicato, por uma região, por uma categoria profissional (...). As pessoas fazem seus registros, pré-registros no partido. E vão sendo analisadas pela direção estadual até a convenção que homologa as candidaturas. Se chega numa situação em que tenha mais candidato do que vaga, a solução é decidir por voto quais os que ficam, democraticamente. A instância correspondente. Ou o diretório municipal, pros casos municipais, e o diretório estadual pro estado. Essa é a regra. Pode a convenção delegar pra executiva, etc. Que a executiva (...) pode estar às vezes mandatada. Se não der nenhum problema, olha a executiva está mandatada pelo encontro, pelo partido, pra encaminhar. (Dirigente Estadual do PT)

Como apontado por Braga (2008), o “Encontro” petista, no caso citado para essa pesquisa, ocorrido em período bem anterior à eleição, que se daria no ano seguinte, é o “marco” a partir do qual o processo de definição de candidatos é estabelecido. A análise de quem ofereceu seu nome é realizada pelo diretório, no caso dos cargos pra Deputado Estadual e Federal, e, ao fim, o candidato é homologado ou não na convenção partidária (definida em lei). Como se vê, a convenção tende a ser meramente homologatória, como nos outros partidos – e, conforme Altmann (2010), até mesmo o “encontro” tem um caráter apenas de apresentação das candidaturas, pois as indicações e definições já foram feitas. O diferencial do PT está, como confirmado pelo dirigente entrevistado, na participação dos diferentes grupos partidários no processo de indicação, isto é, as pré-candidaturas são “construídas” internamente, não são definidas de modo “exclusivo”,

sem intervenção. Existe certa “participação” interna. Por fim, existem “mecanismos” de definição, posteriores, para casos de falta de vagas ou outros problemas. Essas questões decididas pelo diretório, por votação, ou pela executiva do partido, desde que ela esteja legitimada pelo “encontro” pra decidir.

O caso do DEM, nesta pesquisa, é próximo ao do descrito por Braga (2008): não há, de parte do dirigente, menção a um processo anterior à convenção, que tenha envolvido algum órgão ou instância partidária. Há tão somente a convenção, com a lista já definida. Mesmo perguntado sobre a existência de algum procedimento anterior, o dirigente não frisou nada, em termos mais “concretos”, que se aproxime da participação de setores, ou da atuação de instâncias ou órgãos partidários para a “construção” de pré-candidaturas. Dada a escassez de candidatos, muito lembrada pelo dirigente, não haveria necessidade de “cortes” ou “filtragem” de listas. Porém, isso não quer dizer que o partido não possa “barrar”, mesmo em um contexto de falta de candidatos, uma candidatura:

O processo de decisão normalmente se dá nos últimos meses do prazo legal. E a questão da escolha, mais especificamente, se dá através de convenção do diretório, no caso estadual, pra deputado federal. Tu tem um prazo estatutário aonde tu tem que inscrever uma chapa, que essa chapa, em tese, é dos que vão concorrer ou dos que gostariam de concorrer. E essa chapa é colocada ao crivo do diretório, que passa ou não. Eu te contei o exemplo de sapucaia onde o candidato não passou. (Dirigente Estadual do DEM)

Os dois casos, bastante diversos, um mais “participativo” e “inclusivo” – dada a necessidade de indicações de “setores” do partido para candidaturas – e outro mais “simbólico”, devido, normalmente, à ausência de disputa pelas vagas ou de problemas neste sentido, têm algo em comum: ambos os partidos podem ocorrer a instâncias legitimadas – diretório estadual ou executiva “mandatada”, no caso do PT – a própria convenção – no caso do DEM – para “barrar” candidaturas e intervir na lista. O dirigente do DEM, partido mais frágil se comparado ao PT, lembrou, inclusive, que, antes, com a existência da Lei do Candidato Nato, que garantia a lista para quem detinha mandato, isso era dificultado, mas que, agora, o partido pode se

valer, como acabou se valendo certa vez, da exclusão de um nome na convenção.

O que se quer mostrar, nesse breve relato da situação de DEM e do PT, é que as convenções partidárias não têm, ao contrário do que sustenta Mainwaring (2001), uma alta “permeabilidade” à participação popular ou grande “abertura”, pelo contrário: elas seriam, desde a perspectiva apresentada até aqui, simples homologadoras de processos de negociação, caso do PT, ou de definição, caso do DEM (Braga, 2008; Altmann, 2010). No máximo, em caso excepcional, o partido pode barrar alguém na lista por via da convenção, como citou o dirigente do DEM. Nossas entrevistas, assim, reforçam as percepções, presentes na literatura, de que “o caráter homologatório das convenções parece sinalizar a importância dos líderes, das cúpulas partidárias e/ou dos grupos internos no processo de escolha dos candidatos” (Altmann, 2010, p. 96).

3.2.2 PMDB - PP

PP e PMDB, partidos sucedâneos de ARENA e MDB, herdaram de suas “matrizes” forte enraizamento no interior do Rio Grande do Sul, estando organizados, no Estado, em quase a totalidade dos municípios. 487 municípios (destes 465 com diretório), no caso do PP; e em 493 municípios (destes 479 com diretório), no caso do PMDB (dados do TRE/RS).

Essa característica em comum faz com que, ambos partidos, de certa forma, busquem “descentralizar”, como se verá, o processo de prospecção de candidatos, e de formatação das listas, por meio de suas “coordenadorias regionais”. Essas coordenadorias têm, dentre suas atribuições, a função de, antes do processo eleitoral, arregimentar e indicar possíveis candidatos. Nas palavras dos dirigentes entrevistados:

Nós temos 26 coordenadorias regionais. Então, e isto é feito, o partido tenta fazer isso, as 26 coordenadorias são chamadas. Nós fazemos sempre um questionário. Um ano antes da eleição. Porque

um ano antes o cara tem que estar filiado ao partido pra concorrer (...). Tu faz (sic) um ofício pros presidentes, vê os nomes da região. (...) Aí vem lá uma lista de quais são os nomes da região. Quais são os nomes potenciais da região. Quais são os nomes potenciais para concorrer a deputado estadual e federal (...). Nós fazemos sempre um questionário (...). Então, isto, é feito pelo partido, o partido tem isso como norma, mandar, pedir, organizar as coordenadorias e ver os nomes possíveis a deputado estadual e federal.
(Dirigente Estadual do PP/RS)

O PMDB tem coordenadorias regionais. São 34 coordenadorias regionais. As coordenadorias regionais, na medida em que se pode botar um candidato e meio por vaga, (...) buscam também descobrir segmentos sociais organizados, que pudessem ter representados.
(Dirigente Estadual do PMDB/RS)

O PMDB tem, ao todo, 34 coordenadorias no Estado. O número de municípios “cobertos” por coordenadoria varia de um mínimo de quatro (Canoas, Esteio, Nova Santa Rita, Sapucaia Do Sul) a um máximo de trinta e cinco (Vale do Taquari). Os critérios de composição são estabelecidos de acordo com o que for decidido na “Comissão Executiva Estadual” do partido, como disposto no “Regimento Interno das Coordenadorias Regionais do PMDB/RS”. O “Diretório Metropolitano” do partido, em Porto Alegre, é considerado como uma coordenadoria. Podem ser membros da coordenadoria todos os filiados do partido na região respectiva.

A função das coordenadorias, no PMDB, é, basicamente, de representação e organização regional do partido: “apoio aos municípios da região”; “troca de experiências e interesses entre os municípios”; “reuniões regulares com a direção partidária, lideranças locais e nacionais” (Art. 12 -“Regimento Interno Das Coordenadorias Regionais do PMDB/RS”). Administrativamente elas são estruturadas por dois órgãos: a) Assembléia Ordinária; b) Comissão Executiva.

A “Assembléia Ordinária” é composta por autoridades locais (prefeitos, vice-prefeitos, deputados com domicílio na região e vereadores do partido), por ex-prefeitos, ex-vereadores e ex-deputados do partido que atuem na região e por representantes de cada “setor” do partido (“mulheres”, “juventude”, “movimento negro”, etc). A Comissão executiva é organizada em quatro funções: a)

Coordenador; b) Vice-Coordenador; c) Secretário-Geral; d) Tesoureiro.

O mandato dos membros da Comissão Executiva é de dois anos, permitida uma única reeleição. Por fim o PMDB possui, inclusive, além de suas associações de prefeitos e vereadores, uma Associação das coordenadorias regionais.

O PP, por sua vez, possui, ao todo, 26 coordenadorias (número estabelecido conforme os critérios da FAMURS). O número de municípios cobertos por coordenadoria varia de 7 (Lavras do Sul, Dom Pedrito, Caçapava do Sul, Aceguá, Hulha Negra, Candiota, Bagé) a um máximo de 42 (a chamada “Zona da Produção”: Planalto, Ronda Alta, etc).

Suas “competências” são (dentre elas expressamente recomendar nomes para concorrer ao Diretório Estadual): a) Auxiliar na organização partidária da região; b) Tomar iniciativas para assuntos de interesse econômico e político; c) Promover demandas e ações conjuntas de interesse da região; d) Sugerir nomes, ao Diretório Estadual, para concorrer a cargos eletivos; e) Sugerir nomes, ao Diretório Estadual, para preencher cargos estaduais; f) Prezar pela ética no Partido Progressista.

Administrativamente, também como no caso das coordenadorias do PMDB, elas são compostas por dois órgãos: a) Assembléia Ordinária (integrantes), que é integrada pela própria Comissão Executiva (abaixo descrita), Presidentes Municipais, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, Membros do Diretório Estadual, Deputados, Presidentes dos Movimentos do Partido; b) Comissão Executiva (composição), estruturada em quatro funções: um Coordenador, um Subcoordenador, um Secretário e um Tesoureiro, podendo, a cada dez Municípios, eleger mais 01 Sub-Coordenador. O mandato da Comissão executiva também é, neste caso, de 02 anos com possibilidade de uma única reeleição.

Tratando do caso do PMDB paulista, Braga (2008) aponta certa “inclusividade” dos procedimentos internos do partido quanto à participação dos filiados nas convenções e no processo de homologação das chapas. O sistema de

indicação do partido seria mais inclusivo,

(...) uma vez que é acompanhado por um processo de aprovação dos delegados. Esse processo de consulta ao convencional parece, em última análise, que acaba restringindo em algum grau a margem de manobra dos líderes organizativos, o que implica esforços contínuos de sua parte para manter e ampliar o número de adeptos sob sua influência.

(Braga, 2008, p. 475-476)

No caso do PMDB/RS – em virtude de as coordenadorias regionais terem até “regimento” dentro do partido, que reforça o seu papel como instrumento “formal” para inserção regional e captação de candidatos, e de a participação dos filiados ser garantida em cada uma delas, a despeito de certa filtragem na composição da “Assembléia Ordinária” – a inclusividade parece ser um pouco maior, ultrapassando, de fato, a mera “participação” dos filiados na convenção (que não foi referida com relevância pelo dirigente peemedebista). Isto é, assim como afirmam Braga (2008) e Altmann (2010), as convenções partidárias, e este é mais um caso, são meramente “simbólicas”, na grande maioria das vezes.

Se levarmos em conta o caráter “processual” da formatação das listas, que, como disse o dirigente do PP, leva “pelo menos” um ano, as coordenadorias, compostas por setores organizados e influentes do PMDB (“mulheres” e “juventude”, principalmente, mas também prefeitos, vice-prefeitos), podem influenciar no processo de escolha dos candidatos, sem que ele seja excessivamente concentrado nas mãos do diretório estadual. Da mesma forma, em estando habilitadas a indicar candidatos, as coordenadorias facilitam “acertos internos”, entre lideranças, para que os votos de uma região não sejam “divididos” entre mais de uma candidatura competitiva.

Evidentemente, há de se destacar que a abertura para a “influência” de setores organizados no processo de indicação dos candidatos não atesta, por si só, que ele é amplamente “democrático” e “aberto”. O que se quer dizer é que, em comparação com o caso do Democratas, por exemplo, em que anteriormente à

convenção, não existe um “processo” ou, mesmo, um “procedimento” do partido que viabilize a “articulação” e arregimentação de candidaturas (a busca é “individual”, de certa forma), no PMDB e no PP as coordenadorias atuam nesse sentido, indicando, procurando nomes e fazendo os “acertos” locais. As diferenças de “tamanho” entre os partidos são explicativas dessas diferenças, com toda a certeza.

No caso do Partido Progressista, Braga (2008), também em estudo sobre o estado de São Paulo, aponta para a “fragilidade” da organização do partido naquele estado, com ele “possuindo apenas órgãos internos provisórios, inclusive o diretório estadual” (Braga, 2008, p. 461). Desta forma, não é de se estranhar que, nesse contexto de “instabilidade” organizativa, – em que não existem “grupos internos” organizados ou articulação institucional interna para a definição de candidaturas, por meio, por exemplo, de mecanismos como os que citamos acima –, o processo de nomeação seja mais “excludente”: os dirigentes fazem a lista e aprovam em convenção, sem grande influência ou “consulta” externa.

O caso do PP paulista não se repete no PP/RS: mais amplo organizacionalmente, contando com representação municipal, em quase sua totalidade, por diretórios eleitos, e não por comissões provisórias (instáveis e “ao arbítrio” do diretório estadual), este se vale de sua “capilaridade” municipal e regional para formatação de suas “listas”, consultando, por via das coordenadorias, seus grupos e lideranças organizadas. Além disso, o critério “regionalização” é fortíssimo no PP gaúcho e está expresso na própria concepção de sua organização:

O Partido Progressista quase que adota o voto distrital. Nós temos, realmente, uma representação baseada na representação de regiões. Se tu olhar (sic) a nossa bancada de hoje, tu vai sentir (sic) exatamente isso. Cada região tem o seu deputado. Eles têm o perfil da região. (Dirigente Estadual do PP)

No entanto, o fato de a lista sofrer influência externa, por parte das coordenadorias, como já se disse, e de existir uma formalização das mesmas como “instrumento” regional pra busca de candidatos (casos de PP e PMDB), não

“neutraliza”, a priori, a possibilidade de intervenção do diretório regional na definição das nominatas, principalmente, quando o desequilíbrio regional quanto ao número de candidatos pode “dividir votos” e prejudicar a representação do partido. Esse aspecto é apontado como muito relevante para os partidos que foram objeto do estudo de Carneiro (2009) no Rio de Janeiro. Conforme a autora:

Os partidos são, pois, detentores exclusivos da função de selecionar e se adaptam à realidade, tentando constantemente minimizar a disputa intrapartidária e as incertezas do resultado do pleito. Para tanto, coordenam as estratégias individuais de seus candidatos, têm relativo grau de controle sobre a distribuição de votos dentro da legenda. (Carneiro, 2009, p. 176)

Isto é, os dirigentes:

(...) observam a distribuição de candidatos e de votos nas diversas regiões do Estado, não só dos seus candidatos como também dos candidatos dos outros partidos. (Carneiro, 2009, p. 176)

Para os dirigentes de PT e PMDB, aqui entrevistados, a possibilidade de se “orientar” a lista “racionalmente”, evitando, por exemplo, a divisão de votos numa região, não foi, no entanto, considerada uma prática partidária recorrente. Para eles, isso correria, no máximo, no plano “informal” em ambos os partidos: “discussão”, “conversação”, mas jamais no sentido de um possível “veto” partidário, em qualquer instância, a uma candidatura para “evitar” a “divisão de votos”.

O dirigente do PMDB enfatizou, por outro lado, que os próprios candidatos podem “acertar” entre si a “entrada”, para campanha, em determinada região em troca da “abertura” de espaço em outra, que seja de interesse, para melhorar a votação. No entanto, o dirigente enfatizou que os mecanismos propriamente partidários para “definir” isso são mínimos e, no caso do PMDB, inexistentes.

O dirigente do PT afirmou que, seguidos os “ritos internos” do partido, dificilmente se poderia intervir e forçar a retirada de uma candidatura para evitar a “divisão de votos”. No caso do PT, de fato, devido à “legitimação” interna que as candidaturas ganham no processo de indicação pelos grupos organizados, os

“custos” de uma ação dessas seriam muito grandes.

Por fim, a fala do dirigente do PP foi a que, em princípio, mais se aproximou do que é exposto pelo estudo Carneiro (2009), isto é, no sentido de um “cálculo” do desempenho possível dos candidatos e, a partir disso, da necessidade de “intervenção” de órgão partidário ou do diretório estadual, para se evitar “perdas” com o “choque” de mais de uma candidatura onde não há “voto” suficiente para eleger muitos candidatos:

Normalmente, (...) o deputado tem uma chance de reeleição muito grande. Ele é o primeiro a saber que ele tem uma região com 300 mil votos. A necessidade de fazer é 40, 50 mil votos. Ele tem um trabalho feito, ele tem segurança. O partido tem que analisar que numa região de 300 mil votos cabe perfeitamente dois, três candidatos do partido. Cabe. E nessa eleição de 2010 nós tivemos uma região, que no meu ponto de vista, houve um desequilíbrio pelo excesso de candidatos do partido. (Dirigente Estadual do PP)

Conforme Carneiro (2009), os dirigentes partidários procurariam “manejar” a lista de forma “racional”, em busca da maximização dos resultados eleitorais, e, por isso, detectar e “bloquear” disputas “regionais” seria importante. O raciocínio do dirigente entrevistado vai nesse sentido:

Aí acabou detonando todos eles com 37, 38 mil votos. Nessa mesma região, dos nossos 5 suplentes 3 são da mesma região. Houve um excesso de candidatos de uma região. E falta de candidatos em outra região. Não há com um partido não fazer uma reflexão boa sobre isso. Não há como um partido não se dar conta de que tu tem que ter um certo equilíbrio na distribuição das vagas. Nós não podemos fazer um equívoco de excesso de candidatos em região e falta de candidatos na outra região. (Dirigente Estadual do PP)

Por fim, e esse é um destaque importante que se deve fazer: o fato de os dirigentes encararem racionalmente a lista (como ilustra bem a fala do dirigente do PP), por si só, não atesta que eles tenham de fato mecanismos para garantir, internamente, a “ordem” das nominatas, retirando ou colocando candidatos. No caso do PMDB, o entrevistado afirmou categoricamente que o partido não possuía um “poder coercitivo” para fazer isso. No PT, o dirigente vinculou a possibilidade de evitar o “racha” de votos entre candidatos a uma “negociação informal” e que, em

estando estatutariamente e legalmente fundamentada uma candidatura, dificilmente ela poderia ser retirada no por uma “vontade” do diretório estadual petista.

O dirigente do PP, mesmo admitindo a “necessidade”, de se fazer uma “reflexão” sobre a disputa regional, afirmou também que afastar de alguém a possibilidade de ser candidato pode, simplesmente, provocar a perda de uma liderança importante e, por conseqüência, fragilizar a legenda. O mesmo dirigente ainda lembrou que isso era ainda “pior” quando inexistia o novo entendimento do TSE e do Supremo Tribunal Federal sobre o caráter dos mandatos (do candidato ou do partido), estabelecendo a chamada fidelidade partidária.

4.0 Perfil Socioeconômico, Vínculos Partidários e Inserção Social dos Aspirantes à Deputado Federal

Conhecido e analisado o formato de organização partidária e os critérios para a escolha dos candidatos a Deputado Federal e composição das “listas” – nos quatro partidos em que se realizou entrevistas –, passar-se-á a discussão do perfil dos selecionados, de totalidade dos partidos, para a disputa por uma cadeira na Câmara dos Deputados, no pleito de 2010, no Rio Grande do Sul.

Como referido na introdução, o presente trabalho – no esteio da produção recente sobre o perfil dos aspirantes a cadeiras legislativas no Brasil – foi desenvolvido com base em 4 (quatro) fontes de dados principais: 1ª) O registro das candidaturas no TRE/RS; 2ª) O acesso a 112 “sites” de divulgação de candidaturas a deputado federal durante os meses de agosto e setembro de 2010; 3ª) A observação sistemática do HGPE e a análise do material de divulgação dos candidatos; 4ª) Entrevistas, por meio de questionários semi-estruturados, com dirigentes de 4 (quatro) partidos: DEM, PT, PMDB e PP.

Os dados retirados do “site” do TRE/RS foram declarados pelos próprios candidatos no momento do registro de suas candidaturas na justiça eleitoral. O banco do TRE/RS dispõe, basicamente, de informações de caráter socioeconômico

e político, tais como: ocupação, votação, idade, estado civil, origem, sexo, escolaridade, patrimônio declarado, receita de campanha, gastos de campanha e o resultado da eleição⁸².

Por sua vez, as informações obtidas nos diferentes “veículos” de divulgação das candidaturas – “HGPE”, “site” pessoal do candidato e “material” de campanha – abarcam, em geral, os cargos ocupados no executivo e no legislativo (trajetória político-administrativa prévia) e a inserção social dos postulantes (redes de apoio e vínculos associativos). Por fim, alguns dados foram colhidos nos depoimentos de candidatos para os “portais” de seus partidos na internet – sendo que alguns partidos disponibilizaram, inclusive, vídeos específicos para promoção de seus aspirantes ao legislativo federal, caso de PDT, PMDB, PPS e o PSB – e para “sites” de notícia que fizeram a cobertura do pleito de 2010. A partir desse material empírico, buscou-se identificar, de forma geral, os atributos principais daqueles que almejavam uma cadeira à Câmara dos Deputados na última eleição.

Para isso, os dados foram organizados de acordo com o nome, número, coligação e o partido de cada candidato. O programa de análise estatística utilizado foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 15.0.

A opção por não se trabalhar apenas com os dados disponibilizados pelo TRE/RS – apesar da segurança e da fidedignidade que a redução do material empírico a essa fonte de dados pode propiciar – vincula-se à insuficiência dessas informações para a caracterização das organizações partidárias estudadas, principalmente quanto à “experiência político-administrativa”, os vínculos político-partidários dos candidatos (Marenco dos Santos, 2000, 2001, 2003; Madeira, 2002, 2006) e seu grau de “treinamento eleitoral prévio” (Marques, 2007) – o que será explorado nos subitens 4.2.2 e 4.2.3 – e quanto à inserção social em redes associativas e de representação de interesses dos mesmos (Marenco e Serna, 2007; Serna, 2004), objeto de análise no subitem 4.2.4.

⁸² <http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/framesetPrincipal.jsp>

O objetivo é, assim, além de verificar o perfil socioeconômico das nominatas – representação de gênero, faixa etária, escolaridade e perfis ocupacionais, tal como já vem sendo trabalhado pela bibliografia consolidada (Carneiro, 2009; Marques, 2007; Bolognesi, 2009; Braga, Veiga e Miríade, 2009; Perissinoto e Miríade, 2009) – avaliar, propriamente, a relação estabelecida entre os “aspirantes a deputado federal” e o “campo da política”, indo na mesma trilha dos trabalhos de Altmann (2010) e de Noll e Leal (2008) sobre recrutamento para o cargo de vereador. No caso da presente pesquisa, no entanto, se tratará de um grau “superior” no âmbito das carreiras políticas: a disputa para o legislativo federal. Neste capítulo não se tratará, assim, como lembrado por Altmann (2010), de *como* os candidatos foram selecionados, mais de *quem* eles são e quais atributos e características possuem (Altmann, 2010, p. 127).

Primeiramente, serão analisados os atributos individuais dos candidatos, a partir do diálogo com a bibliografia citada acima. Os dados dizem respeito ao total de 237 candidatos – aptos e inaptos – listados pelos 11 (onze) partidos que conformam objeto de análise do presente trabalho para a disputa de uma vaga à Câmara dos Deputados, no RS, em 2010. Para um aprofundamento da análise dos 4 (quatro) partidos nos quais realizou-se entrevistas, será estabelecido um “diálogo” entre esses dados e alguns excertos da “fala” dos dirigentes entrevistados. Em um segundo momento, passar-se-á à análise do “perfil político” dos candidatos, nesse caso o universo de pesquisa se limitou a 214⁸³ candidatos, isto é, apenas os que, de fato, disputaram a eleição (“aptos”). Na análise do tempo de filiação, excluiu-se, ainda, os candidatos do PSOL, em virtude da fundação dessa legenda ser muito recente (ano de 2005).

Passa-se, assim, à análise descritiva dos dados obtidos. O objetivo é o de, basicamente, buscar o diálogo mais profícuo possível com a literatura sobre

⁸³ Na análise da “participação em eleições anteriores”, pela impossibilidade de avaliar a condição de “apto” ou “inapto”, de cada candidato, nas nominatas de pleitos passados, se trabalhou com a totalidade 238 candidatos (“aptos” e “inaptos”).

recrutamento parlamentar e recrutamento de candidatos. Os dados de natureza quantitativa serão, sempre que oportunamente, “cruzados” com as informações adquiridas por via qualitativa, isto é, através das entrevistas. Assim, buscar-se-á uma análise integrada dos dados obtidos.

4.1 Perfil Socioeconômico

Inicialmente, pretende-se traçar o perfil socioeconômico dos candidatos. Abordar-se-á, assim, a composição social ampla das nominatas, buscando, basicamente, detectar os principais atributos dos candidatos. Para isso, acompanhando a literatura sobre recrutamento de candidatos (Braga, Veiga e Miríade, 2009; Bolognesi, 2009; Perissinotto e Miríade, 2009, Noll e Leal, 2008; Altmann, 2010), vamos nos fixar em quatro variáveis presentes nos estudos consolidados: sexo, idade, escolaridade e ocupação.

4.1.1 Representação Feminina: legislação que inclui, realidade que exclui

Em virtude da adoção do sistema de cotas que, no Brasil, reserva 30% do número de candidaturas às mulheres em cada partido⁸⁴, a questão de gênero ganha uma importância especial nos estudos de recrutamento de candidatos. Em geral, estudos recentes têm apontado para o número reduzido de mulheres presentes em disputas legislativas em comparação com o elevado número de homens (Braga, Veiga e Miríade, 2009; Perissinotto e Miríade, 2009, Noll e Leal, 2008; Araújo e Alves, 2007).

A bibliografia especializada, no entanto, tem afirmado que a “filtragem” por sexo, isto é, a exclusão das mulheres do mundo político, não ocorre no interior dos partidos – pelo menos, não totalmente – “mas também, e principalmente, fora deles”

⁸⁴ A legislação exige o preenchimento de, pelo menos, 30% das vagas para “um dos sexos”, o que, na prática, se reverte para as mulheres.

(Perissinoto e Miríade, 2009, p. 307). Argumenta-se, basicamente, que o “filtro” que exclui as candidaturas femininas teria uma natureza “social” (Bolognesi, 2009, p. 76). Isto é, conforme Braga, Veiga e Miríade (2009), o baixo número de mulheres candidatas não pode ser atribuído apenas a um possível “bloqueio” das candidaturas pelos partidos, mas também pela baixa “oferta de candidatas”:

(...) o baixo número de mulheres candidatas e eleitas pode ser resultado da ausência de *demanda dos selecionadores* – que tenderiam, direta ou indiretamente, a dificultar as candidaturas femininas – ou da falta de *oferta de candidatas* – na medida em que a divisão do trabalho dentro de casa, a discriminação no mercado de trabalho e o tradicional padrão de socialização fariam com que a mulher tivesse menos recursos de tempo e dinheiro, além de menor nível de ambição política. (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p.134)

No caso do Rio Grande do Sul, em 2010, encontramos uma realidade não muito diferente da apontada por estudos nacionais recentes sobre recrutamento. No conjunto, considerando todos os candidatos escolhidos pelos partidos nas eleições para Câmara dos Deputados, a presença das mulheres ficou abaixo dos 30% exigidos pelas cotas (26,4%).

Tabela 6 - Sexo dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentuais

Sexo	%
Masculino	73,6
Feminino	26,4
Total	100,0%

Fonte: TRE/RS N: 314

Conforme Araújo e Alves (2007), é possível considerar que, em distritos grandes, em virtude da diversificação da oferta de candidatos, “se tornem necessários investimentos maiores por parte dos candidatos e partidos, seja na forma de capital financeiro, ou de outros capitais tais como redes de apoio ou estrutura partidária” (Araújo e Alves, 2007, p. 569). E isso, por sua vez, seria parte das razões pelas quais as mulheres tenderiam a se candidatar menos em distritos maiores do que nos distritos menores, e, da mesma forma, a se eleger menos (Araújo e Alves, 2007, p. 569).

No entanto, mesmo nas eleições em distritos menores, como o caso estudado por Altmann (2010), em Pelotas, no pleito municipal de 2008, o percentual de mulheres tem sido decepcionante: naquela eleição, elas compuseram apenas 24,2% das candidaturas ao legislativo. Percentual quase idêntico ao que obtivemos na eleição para Câmara em 2010. Como lembrado por Altmann (2010), os estudos de recrutamento eleitoral no Brasil “indicam que, mesmo após a aprovação das cotas de sexo (Lei 9.504/97), os partidos não têm atingido o patamar mínimo exigido pela legislação eleitoral (30%).” (Altmann, 2010, p. 130).

No entanto, citando os trabalhos de Marques (2007) e Miguel e Queiroz (2006), a autora faz menção a dois fenômenos correlatos, relacionados à participação feminina nas eleições brasileiras, que merecem análise: em primeiro lugar, como mostrado por Marques (2007), o “efeito positivo” do dispositivo das cotas de gênero nas listas partidárias não deve ser descartado, visto, por exemplo, o fato de o número de candidatas mulheres estar efetivamente crescendo, como ilustra o autor com seu estudo sobre a eleição de 2004 em São Carlos. Por outro lado, “o simples aumento quantitativo das candidaturas femininas – ainda reconhecidamente reduzido, apesar de eventuais avanços – não esgota a questão” (Altmann, 2010, p. 130). Afinal,

Miguel e Queiroz (2006, p. 368) afirmam que o número de mulheres candidatas efetivamente cresceu no país, seja nas eleições municipais, seja nas gerais, em resposta ao incentivo trazido pela lei de cotas, mas que houve, igualmente, um incremento de candidaturas sem qualquer viabilidade eleitoral, lançadas apenas para indicar o esforço partidário para seguir o “espírito da lei. (Altmann, 2010, p. 130)

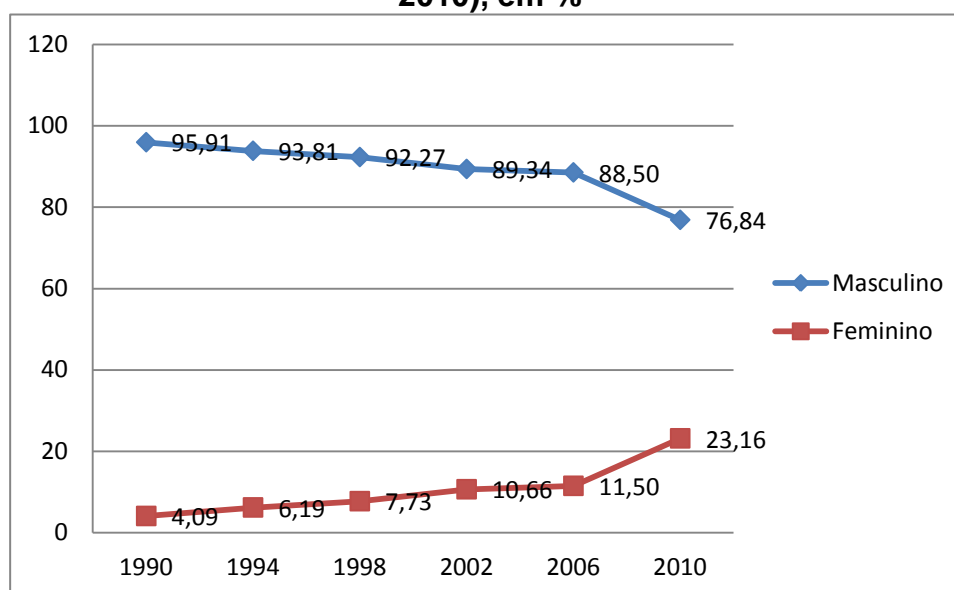
Em resumo: se, por um lado, as cotas, de fato, aumentaram as candidaturas femininas, por outro, muitas dessas candidaturas têm aspecto “meramente formal”, sem qualquer competitividade efetiva. Os partidos recorreriam, basicamente, a candidaturas “laranjas”, visando o cumprimento da lei – lembrando que, diferentemente de outras eleições, em 2010, ela passou a exigir **o preenchimento**

da cota, e não apenas a reserva de vagas.

Sendo assim, como se comportaria o RS nesse contexto?

Primeiramente, cabe avaliar se, ao longo das últimas eleições, o número de mulheres candidatas à Câmara dos Deputados tem aumentado, principalmente a partir da implantação do mecanismo de cotas. Nesse sentido, optou-se por avaliar, em série histórica, o percentual de mulheres dentre os candidatos considerados “aptos” pela justiça eleitoral, isto é, entre os que de fato disputaram cada eleição.

Gráfico 2 - Candidaturas à Câmara dos Deputados conforme o Sexo (1990-2010), em %



Fonte: TSE

Nota-se, no Estado, o incremento linear do percentual de mulheres candidatas nas últimas seis eleições. De um percentual de 4,09%, em 1990, chegou-se a 23,16%, em 2010. No entanto, os percentuais das eleições mais recentes (2002, 2006 e 2010) continuam abaixo dos 30% exigidos pela legislação, conforme a reserva de vagas iniciada com a Lei 9.504/97 - que vigorou já na eleição de 1998 - e reforçada com a nova redação dada pela Lei 12.034/09⁸⁵. Uma nota positiva é que, em 2010, o número de candidatas aptas a concorrer dobrou em relação ao pleito de

⁸⁵ Ressalte-se que mecanismo de cotas de gênero iniciou, no Brasil, como a Lei nº 9.100, de 1995, que, então, previa 20% de vagas reservadas para as mulheres.

2006. Efeito provável do maior rigor imprimido pela Lei 12.034/09.

Por outro lado, nota-se, na comparação entre o total de candidatos (aptos e inaptos) e os “aptos”, em 2010, a diminuição do percentual de mulheres, de 26,4% para 23,16%. Praticamente a metade dos candidatos considerados “inaptos” pela justiça eleitoral - 42 (quarenta e dois) – são mulheres. 20 (vinte) candidatas tiveram seu pedido de registro indeferido ou renunciaram.

Dentre as que tiveram suas candidaturas indeferidas, 3 (três) integravam o PSOL, 1 (uma) o PCdoB, 1 (uma) o PRP e 1 (uma) o PTB. Mas o dado que chama atenção é exatamente o número de candidatas que renunciaram: 14 (quatorze), sendo 6 (seis) do PMDB; 2 (duas) do PSDB; 2 (duas) do PTB; 3 (três) do PV e 1 (uma) do PP.

O registro com renúncia posterior pode ser um “atalho” utilizado pelos partidos pra “driblar” a Lei 12.034/09. O partido registra a candidata, preenche o percentual de 30%, cumprindo a lei, e a mesma renuncia com a campanha em andamento. Tal prática, por demais “estratégica”, no entanto, não foi, por óbvio, admitida explicitamente nas entrevistas realizadas com os dirigentes partidários. De outra feita, as renúncias podem manifestar - pura e simplesmente - a desistência, em meio ao pleito, de candidatas sem qualquer chance de eleição, dada a própria “artificialidade” do processo de seleção (isto é, a candidata apenas “ofereceu o nome” para o partido cumprir a cota, como alguns dirigentes admitiram em entrevista). A respeito da “artificialidade” do recrutamento de candidatas, as falas dos dirigentes do PP e do DEM parecem ser sugestivas:

Eu sou contra, contra as cotas das mulheres.(...) Isso não tem efeito nenhum, ninguém preenche as cotas. Pra que ter cotas? (...) As mulheres internamente tinham que ser prestigiadas, evidentemente, sim. Mas não é um espaço de 30% que elas têm agora... Tu tem que preencher, e não preenche.. Se tiver uma mulher que é líder, ela cria um espaço natural no partido. Então, eu sou contra as cotas das mulheres. O partido tem que ter consciência de que a mulher é importante em política. A minha mulher nunca fez política partidária, nunca foi num comício comigo, mas tem intuição

política muito melhor que a minha às vezes. Lê, acompanha política, tem intuição . Bom, o partido tem que aproveitar essa liderança. (...) Por que existe essas cotas? Tu imaginar que um partido não tenha capacidade, mas veja bem: um partido político que quer governar não tenha capacidade de saber valorizar, de dar o espaço para as mulheres. É preciso de um espaço. Mais isso não é problema das mulheres. Mas como que um partido que tenha uma noção de bem comum... Quais são os princípios básicos, né? Não tenha noção, bom, as pessoas tem méritos, tem que ser valorizado (sic) (...) Ai inventaram uma lei. Aumentou o número de mulher? Lógico que aumentou o número de mulher... (...)Aumentou a participação das mulheres na sociedade. O partido tem que saber valorizar isso. Vai ser uma lei que vai dizer? (...) Ninguém conseguiu preencher. Se preencheu com algumas laranjas. Sem nenhuma consciência política, sem consciência de ser candidato. Estes, sim, são os erros (...) Isso desvaloriza quem é candidato. É melhor o partido ter trinta candidatos, quarenta bem preparados. O cara vai fazer 2 mil votos (sic). Não é isso. Aqueles 2 mil votos que a pessoa vai fazer tu vai dar o tempo de televisão...(..) Investe em qualidade. (Dirigente estadual do PP)

Essa resolução diz que é 30% dos inscritos (...) É 30% de mulheres, mínimo 30% de mulheres...Se tu colocar dez, três têm que ser mulher(sic). Isto é um absurdo essa adequação de última hora. E com um detalhe: se o partido não tiver se adequadado na inscrição, não era aceita a inscrição da chapa. E vem prazo pra ti inscrever a chapa. Isto foi o que gerou todos os partidos, sem exceção, inclusive nós, botar pessoas – a fulana, a ciclana- que emprestou o nome (...) Não fez campanha, e fez zero voto. (...) O que a justiça depois reclamou que teve um grande número de laranjas, mas ela provocou isso, ela fez isso (...) Tu não tem como preparar 10, 15 pessoas. Em dois dias garimpar 10, 15 nomes do mesmo sexo para concorrer. Ainda mais daquele que normalmente tem menor disponibilidade. Ou por tradição, ou por disponibilidade ou por cultura. Seja lá pelo que for. Mas tu não tem mulheres se dispondo tanto pra concorrer. (Dirigente estadual do DEM)

Ambos os entrevistados destacaram que o recrutamento de mulheres, muitas vezes, tem um caráter meramente formal de preenchimento das cotas; confirmando, assim, a percepção de Miguel e Queiróz (2006, p. 368).

No caso específico do PP, o dirigente destacou, ao afirmar sua contrariedade às cotas para a mulheres, que, antes mais nada, em seu partido, a qualificação

pessoal e o “mérito” são determinantes para a escolha de um candidato, mais que o gênero. Isso fica claro na passagem em que o mesmo afirma que “*se tiver uma mulher que é líder, ela cria um espaço natural no partido*”.

Álvares (2008b) lembra o papel jogado pelo “porteiro” (gatekeeper) nos processos de seleção de candidatos. Conforme a autora, a demanda por candidatos relaciona diretamente os aspirantes aos que selecionam. Por isso, a “seleção depende então da percepção que o “porteiro” (gatekeeper) quanto aos recursos dos aspirantes em habilidades, experiência e qualificação” (Álvares, 2008b, p. 899).

Quando o dirigente progressista afirma que é melhor ter menos candidatos mais “bem preparados” - ou que se deve “investir em qualidade” - ficam mais claros alguns dos atributos que os candidatos devem possuir no partido. No caso específico da fala em questão, a “densidade eleitoral” pareceu ser o atributo mais próximo do que o dirigente entende por “qualidade”. “Densidade” que, inclusive, deve ser valorizada, conforme a fala do dirigente, para fins de distribuição de recursos partidários, como o “tempo de TV”.

Transparece na fala dirigente - por se tratar de um caso de “escassez” - o incômodo com a necessidade de preencher os 30% das cotas para mulheres com candidatas que, por ventura, venham apenas “ocupar” formalmente o espaço. Em caso de não-obrigatoriedade, certamente, o percentual de candidatas seria muito menor no partido. Conforme Álvares (2008b), na interação entre a oferta e demanda de nomes, o obstáculo à entrada de mulheres se dá também “pela avaliação do partido àqueles/as com mais qualificação e que expressem prospecção de força eleitoral” (Álvares, 2008b, p. 928).

Por sua vez, o fato de o dirigente estadual do DEM citar a questão da “disponibilidade” (além da “tradição” e da “cultura”) como fatores impeditivos das candidaturas femininas nos remete à discussão sobre o “tempo livre” enquanto recurso político de grande valia (Norris, 1997). Recurso que pode justamente estar faltando às mulheres brasileiras que eventualmente desejam militar no mundo da

política, visto que, muitas vezes, elas “estão submetidas a uma dupla jornada de trabalho, o que faz com que a participação em reuniões, comitês, grupos políticos, e outras atividades inerentes a atividade política, seja restrita ao universo masculino” (Bolognesi, 2009, p. 85).

Trata-se assim, conforme Álvares (2008b), ainda do condicionamento sociocultural que tem historicamente apartado as mulheres da política. A percepção do dirigente do DEM se coaduna, nesse caso, com a ideia de que um “filtro social” (ou mesmo “cultural”) tem impedido o ingresso de contingentes maiores de mulheres na política brasileira - o que faz com que a “oferta” de candidatas no dito “mercado político” ainda seja decepcionante.

No plano propriamente institucional, a postura refratária do dirigente do PP em relação ao mecanismo de cotas contrasta muito fortemente com a opinião expressada por outros dirigentes partidários, como o do PT. Isso, em certo sentido, só reforça o que já foi dito por Araújo e Alves (2007) acerca da maior “permeabilidade” dos partidos de esquerda às mulheres (ou, nesse caso, a mecanismos legais que as incluam no jogo político)⁸⁶:

[Opinião sobre as cotas] São corretas, necessárias, são um avanço para qualificar a democracia brasileira. O país continua patriarcal, continua machista. É um país que tem mais de 50% de mulheres na sua população e não tem 7% de mulheres na Câmara Federal. Ora, se isso não é uma distorção, se isso não é uma desigualdade a ser corrigida, enfim, então é difícil de entender o que é um processo de estímulo à formação da cidadania, um processo de estímulo à democracia, à participação das pessoas na luta, na vida democrática. Então, quando tem uma distorção, se as mulheres são 7% e objetivamente são 52% da população, tem que corrigir. E não é com apelo, não é pedindo, lembrando. Não, tem que corrigir com regras, que podem ser temporárias, podem ser mais permanentes, podem ser mais longas, menos longas, mas tem que corrigir.(...) Então, essa objetividade tem que ser respondida com medidas afirmativas, com ações afirmativas, com formas de a

⁸⁶ Em 2010, o PCdoB teve o melhor desempenho de todos os partidos no preenchimento das cotas, atingindo o número de candidaturas femininas necessárias para preencher o percentual exigido em lei em treze estados. O PT, por sua vez, aprovou, em 2011, uma alteração no seu estatuto que prevê a “paridade de gênero”: participação feminina de 50% na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias.

sociedade corrigir a distorção que herdamos. Quem é o culpado? Não se sabe. Mas que existe o problema, existe. Então, herdamos uma situação discriminatória, desigual, então, como corrigir? Corrigir por lei. (Dirigente estadual do PT)

Para finalizar, tratando da comparação interpartidária da representação feminina, passamos a avaliar as variações do percentual de candidatas entre os partidos que conformam o objeto do presente trabalho.

Tabela 7 - Sexo dos candidatos à Câmara dos Deputados no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Sexo	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB	
Masculino	68,4	75,0	73,3	76,9	72,7	
Feminino	31,6	25,0	26,7	23,1	27,3	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Sexo	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB	PSOL
Masculino	75,0	66,7	65,2	85,7	69,2	68,4
Feminino	25,0	33,3	34,8	14,3	30,8	31,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TRE/RS N: 237

Dentre os partidos, os que apresentaram 30% ou mais de candidatas em suas nominatas foram os seguintes: PSB (34,80%), PTB (33,33%), PP (31,60%), PSOL (31,60%), PCdoB (30,76%). Por sua vez, PSDB (27,3%), PMDB (26,7%), PT (25%), PDT (25%) e DEM (23,1%) ficaram abaixo do mínimo exigido pelas cotas. Por fim, o PPS foi o partido com o menor percentual de mulheres em sua nominata (14,30%). Esse partido foi o principal responsável por puxar “para baixo” o percentual de candidatas entre os partidos considerados de “esquerda” pela literatura convencional.

De fato, confirmando o exposto por Araújo e Alves (2007) a esquerda elegeu mais candidatas - ou elegeu as únicas: Maria do Rosário (PT) e Manuela D’ávila (PCdoB). No entanto, contrariando, a tendência verificada na literatura internacional, tal como destacada pelos autores, a “direita” e o “centro” “superaram” a “esquerda”

quanto ao número de candidatas⁸⁷. Muito, no entanto, pelo baixo percentual do PPS (que apresentou uma nominata muito pequena). Ao se retirar esse partido, os achados da presente pesquisa se assemelham ao que foi encontrado por Perissinotto e Miríade (2009) em seu estudo sobre o perfil dos candidatos à Câmara dos Deputados em 2006, quanto à relativa “superioridade” dos partidos de esquerda na representação feminina.

4.1.2 Participação por Faixa Etária

O perfil de faixa etária dos concorrentes parece acompanhar, no RS, a tendência já destacada pela literatura nacional (Noll e Leal, 2008; Bolognesi, 2009; Perissinotto e Miríade, 2009; Braga, Veiga e Miríade, 2009; Massia, 2011; Altmann, 2010; Damin e Rebello, 2009). Isto é, ele se concentra numa faixa intermediária, indicando o predomínio dos candidatos que possuem em torno de 45 anos. A tendência dos candidatos se concentrarem nessa faixa de idade, conforme (Braga, Veiga e Miríade, 2009, p.134), está “presente em vários países e já apontada pela literatura internacional”.

Tabela 8 - Faixa Etária dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentuais

Faixa Etária	%
De 16 a 25 anos	3,8
De 26 a 35 anos	11,5
De 36 a 45 anos	26,4
De 46 a 55 anos	36,0
De 56 a 65 anos	16,6
De 66 a 75 anos	4,5
De 76 a 85 anos	1,3
Total	100,0

Fonte: TRE/RS N: 314

Como se pode notar, a quantidade de concorrentes “mais jovens” à Câmara dos Deputados - isto é, com no máximo 35 anos de idade - é pequena (no total,

⁸⁷ Optou-se por trabalhar com a classificação ideológica normalmente utilizada pela ciência política brasileira. Essa classificação também foi utilizada por Araújo e Alves (2007): Esquerda: PDT, PCdoB, PT, PPS, PSOL e PSB; Centro: PMDB, PSDB; Direita: PP, PTB, DEM.

15,3%, o que equivale a 48 candidatos em 314). Na faixa acima dos 56 anos, o percentual é um pouco maior (22,4 %, o que equivale a 79 candidatos em 314), mas, mesmo assim, ainda distante da faixa intermediária, dos 36 aos 55 anos, que concentra 62% do total (196 candidatos dos 314 que disputaram o pleito).

A concentração da idade dos candidatos em torno dos 45 anos parece, assim, ser realmente a tônica das disputas legislativas. Conforme Marques (2007), isso se justifica pelo fato de o indivíduo, com essa idade, já “ter adquirido maturidade e estabilidade, o que lhe garante tempo, disponibilidade e capacidade de decisão maior para ingresso na disputa política” (Marques, 2007, p. 111). No caso aqui pesquisado, a mediana, entre os concorrentes, é de 47,5 anos. Entre os eleitos, os percentuais da faixa etária intermediária são mais ainda mais representativos: 54,8% dos que “chegaram lá” tem idade entre 46 a 55 anos.

Passamos assim a tratar da comparação interpartidária, avaliando as variações do percentual de candidatos entre os partidos conforme a faixa etária.

Tabela 9 - Faixa Etária dos candidatos à Câmara dos Deputados no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Faixa Etária	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
De 16 a 25 anos	-	-	3,3%	7,7%	-
De 26 a 35 anos	5,3%	10,0%	3,3%	7,7%	9,1%
De 36 a 45 anos	15,8%	20,0%	30,0%	46,2%	9,1%
De 46 a 55 anos	42,1%	50,0%	23,3%	15,4%	27,3%
De 56 a 65 anos	31,6%	20,0%	30,0%	23,1%	36,4%
De 66 a 75 anos	-	-	10,0%	-	18,2%
De 76 a 85 anos	5,3%	-	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Faixa Etária	PDT	PTB	PSB	PCdoB	PSOL
De 16 a 25 anos	-	-	-	7,7%	10,5%
De 26 a 35 anos	17,9%	16,7%	4,3%	7,7%	26,3%
De 36 a 45 anos	28,6%	20,8%	30,4%	38,5%	26,3%
De 46 a 55 anos	35,7%	37,5%	56,5%	38,5%	21,1%
De 56 a 65 anos	14,3%	20,8%	4,3%	7,7%	10,5%
De 66 a 75 anos	-	4,2%	4,3%	-	-
De 76 a 85 anos	3,6%	-	-	-	5,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TRE/RS N: 237

Destaca-se o grande percentual de candidatos jovens no PSOL. 36,8% dos candidatos desse partido se concentram na faixa de idade que vai de 16 a 35 anos, contrariando, em parte, a tendência apontada pela literatura. Isso tem relação com a forte penetração do partido no movimento estudantil, como se verá mais adiante.

PP, PSB e PT, dentre todos os partidos, são os que mais se aproximam do que é destacado pelos estudos já citados, ao concentrarem, respectivamente, 42,1%, 56,5% e 50% dos seus candidatos na faixa dos 46 a 55 anos. No PPS, que não está na tabela, 100% dos candidatos se encontram nessa faixa. O DEM, por sua vez, se destaca na faixa imediatamente anterior, dos 36 a 45 anos, concentrando nela 46,2% de seus candidatos. PMDB, PSDB e novamente o PP têm destaque na faixa etária a partir dos 56 anos, com, respectivamente, 40%, 54,6% e 36,9% de seus candidatos.

4.1.3 Escolaridade dos candidatos e Inclusividade das agremiações partidárias

A escolaridade é considerada um “filtro” importante na diferenciação entre candidatos e eleitos. Em sua análise sobre as eleições para a Câmara dos Deputados em 2006, Perissinotto e Miríade (2009) constataram que a diferença de escolaridade entre os aspirantes e aqueles que “chegam lá” é alta⁸⁸. Para as autoras, em referência aos estudos sobre elites políticas, a “educação superior” se constitui, assim, como “uma das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais.” (Perissinotto e Miríade, 2009, p. 307-308). Da mesma forma, para Rodrigues (2009), no Brasil, o grande número de deputados federais com diploma indica que “as pessoas com baixa escolaridade têm mínimas chances de chegar a deputado federal. Mas alguns chegam” (Rodrigues, 2009, p. 73).

Grande parte dos estudos sobre o perfil socioeconômico dos eleitos e dos

⁸⁸ Conforme os autores, “entre os partidos de direita, 48,4% dos candidatos tinham ensino superior completo, sendo que, entre os eleitos, esse percentual sobe para 78,7%; para os partidos de centro, os percentuais são 67,2% e 85,2%; para os partidos de esquerda, 56,7% e 78,6%” (Perissinotto e Miríade, 2009, p. 316).

candidatos a cargos eletivos no Brasil – principalmente, quando tratam especificamente dos concorrentes ao legislativo – tem confirmado essa perspectiva. Em síntese, os autores têm chamado atenção para o alto grau de escolaridade dos políticos (Noll e Leal, 2008; Braga, Veiga e Miríade, 2009; Bolognesi, 2009; Perissinotto e Miríade, 2009; Massia e Barreto, 2011)⁸⁹.

Tal peso do capital escolar pode ser entendido, basicamente, pelo grau de especialização e profissionalização crescente da política brasileira (Perissinotto e Miríade, 2007). O processo de autonomização do campo político – com a conseqüente imposição de “competências específicas” e de um “savoir-faire” especializado – “se expressa na exigência cada vez mais elevada da titulação escolar como princípio de legitimação.” (Bordignon, 2011, p. 6).

Não se trata, no entanto, da atribuição de uma “causalidade simples” entre “escolaridade” e “sucesso político” (como se a “aprendizagem escolar” e/ou o “conhecimento acadêmico” fossem simplesmente “convertidos” em “votos”), mas, para além disso, da afirmação progressiva do domínio de uma “competência específica” em decorrência do próprio processo de fechamento do campo político. Trata-se de se entender o “porquê” da “legitimação” propriamente “política” conferida pela titulação escolar.

Cabe lembrar que a distinção entre o “especialista” (o “político”) e o “profano”, em última análise, não está apenas na disposição da “capacidade técnica” do primeiro (que, desta feita, pode estar vinculada ao capital escolar), mas de, ao mesmo tempo, ele estar “convocado” e “autorizado” socialmente a falar sobre a “política”, exercendo, assim, sua “competência”. Daí, como afirma Bourdieu (2007), o sentido de “dependência” da “competência técnica” específica em relação à “competência social”:

“A competência “técnica” depende, fundamentalmente, da competência social e do sentimento correlato de ser estatutariamente fundamentado e convocado a exercer essa capacidade específica,

⁸⁹ Uma exceção pode ser atribuída ao trabalho de Altmann (2010) que versa sobre o caso de Pelotas/RS.

portanto, a detê-la, por intermédio da propensão para adquiri-la que é função da capacidade e da necessidade socialmente reconhecidas para proceder a tal aquisição. Ou dito em outras palavras, para compreender a relação entre o capital escolar e a propensão para responder as questões políticas, não basta levar em consideração a capacidade de compreender o discurso político, de reproduzi-lo, ate mesmo, de produzi-lo, que é garantida pelo diploma escolar; convém fazer intervir, também, o sentimento- autorizado e incentivado do ponto de vista social - de ter bons motivos para dedicar-se a política, de ser autorizado a falar de política, de ter autoridade para falar politicamente das coisas políticas, implementando uma cultura política específica, ou seja, princípios de classificação e de análise explicitamente políticos (...)" (Bourdieu, 2007, p. 382-383)

Segundo o sociólogo francês, a própria “propensão a adquirir” determinada capacidade (“investimento”) é função da “necessidade” socialmente reconhecida de proceder essa “aquisição”. A disposição da “capacidade específica” é, desta forma, correlata à “legitimação” social para isso. Assim, a “competência política” se traduz, conforme Bordignon (2011), em um tipo específico de “competência social”, fundado “tanto em uma dimensão “técnica” quanto no “valor simbólico” de determinados títulos escolares, capaz de investir aqueles que se investem dela de um direito estatutário sobre as “questões políticas” (Bordignon, 2011, p. 6). Isto é, em seu processo de objetivação, o campo político, tal como quaisquer outros “domínios de atividades especializadas”, impõe, por assim dizer, “seus modos de apreensão legítimos acionando determinadas disposições ou competências” (Bordignon, 2011, p.6).

Sendo assim, em comparação com a bibliografia brasileira sobre o perfil dos candidatos aos legislativos citada acima, os dados dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, tendem a reforçar a tendência expressa nos achados das pesquisas consolidadas nacionalmente. Os dados, em síntese, corroboram, aqui, a percepção de um “desequilíbrio” na distribuição dos tipos de capital escolar entre os candidatos, acentuando-se os percentuais daqueles que possuem o ensino superior.

Tabela 10 - Escolaridade dos candidatos a Deputado Federal pelo RS, nas eleições de 2010, em percentual

Escolaridade	%
Ensino Fundamental Incompleto	4,8
Ensino Fundamental Completo	6,0
Ensino Médio Incompleto	4,6
Ensino Médio Completo	23,6
Ensino Superior Incompleto	17,2
Ensino Superior Completo	43,9
Total	100,0

Fonte: TRE/RS N: 314

É expressivo que praticamente a metade dos concorrentes, quase 44% – e aqui trabalhamos com a totalidade dos registros, inclusive de candidatos declarados “inaptos” pela Justiça Eleitoral – tenha “ensino superior completo”. Tal dado tende a se reforçar quando comparado com os percentuais de aspirantes com “ensino fundamental incompleto” (4,8%), “fundamental completo” (6,0%) e “médio incompleto” (4,6%). Por fim, somando as categorias “ensino superior completo” com “superior incompleto” temos cerca de 60% do total de candidatos.

A comparação dos dados acima apresentados com os achados de estudos sobre seleção de candidatos já realizados em municípios do Rio Grande do Sul permite verificar concretamente a idéia de que o “capital escolar” – e, por conseqüência, a exigência de “profissionalização” dos candidatos – pode ter certa variação conforme a cargo disputado - dentro da “hierarquia” das carreiras políticas - e o “espaço concorrencial” (“tamanho dos municípios” e/ou a magnitude eleitoral por tamanho do colégio).

A título de exemplificação – e tomando, para efeitos comparativos, apenas o percentual de candidatos com “ensino superior completo” – encontramos duas realidades parcialmente distintas da apresentada na tabela cima, conforme o cargo em disputa (“Vereador”) e a magnitude do “espaço concorrencial” (“Município”⁹⁰): um total de 23,7% dos candidatos possuíam “superior completo” nas eleições para vereador em Pelotas, em 2008 (Altmann, 2010, p. 135); em Porto Alegre, 40% dos

⁹⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre níveis de “competição eleitoral”, recursos sociais e processos de recrutamento na região metropolitana de Porto Alegre, ver Bordignon (2010).

candidatos tinham essa condição, para o mesmo cargo, na eleição de 2004 (Noll e Leal, 2008, p.10).

O contraste com o caso pelotense é mais forte, afinal, conforme Altmann (2010), Pelotas – contrariando a tendência expressa pela literatura nacional sobre candidatos ao legislativo – revela “uma diversidade relativamente “equilibrada” de tipos de capital escolar” entre seus candidatos a vereador, devendo se ressaltar, por exemplo, o percentual de 21,1% de aspirantes com “ensino fundamental incompleto” que lá concorreram em 2008 (Altmann, 2010, p. 136). Já Porto Alegre - conforme Noll e Leal (2008) - tem (e os dados apresentados na tabela acima corroboram essa análise) um “perfil muito semelhante ao quadro político federal” (Noll e Leal, 2008, p. 11) ⁹¹.

Não é o objetivo do presente trabalho, evidentemente, investigar mais acuradamente o caráter desses contrastes. No entanto, como conclui Bordignon (2010), cabe lembrar que “os processos atrelados às disputas eleitorais parecem indicar a diversificação dos “trunfos” e recursos sociais, além de apontar para a valorização de determinadas categorias escolares e profissionais em níveis de competição distintos” (Bordignon, 2010, p. 24). O “grau zero da política” (a vereança) pode, assim, expressar - e o caso pelotense, dos dois apresentados para comparação, se aproxima mais disso - uma “maior interação” entre a esfera da política e as outras esferas sociais (Noll e Leal, 2008, p.9), afastando-se dos padrões nacionais, mais próximos da profissionalização e da especialização da atividade política e, por conseguinte, da “mais alta” escolaridade.

Tratando das diferenciações de capital escolar entre os candidatos por partido é possível vislumbrar as distinções no perfil de recrutamento e o grau de “inclusividade” das organizações partidárias (Braga, Veiga e Miríade, 2009). Em

⁹¹ Da mesma forma, o percentual de “superior incompleto” encontrado por Massia (2011) entre os candidatos à Assembleia Legislativa do RS em 2006 – 52%, no total – se aproxima do que pode ser encarado com um “perfil semelhante” ao quadro político federal. Esse percentual supera, inclusive, o que encontramos, neste trabalho, entre os candidatos à Câmara dos Deputados, no Estado, em 2010.

síntese, alguns partidos podem ter políticos cujas origens sociais “estão definidas por uma composição baseada na incorporação de capital escolar superior”, enquanto outros podem apresentar “um recrutamento escolar mais aberto” (Marengo e Serna, 2007, p. 100).

Tabela 11 - Escolaridade dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Escolaridade	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Ens. Fund. Incompleto	-	10,0	3,3	-	13,6
Ens. Fund. Completo	5,3	-	6,7	7,7	-
Ens. Médio Incompleto	5,3	-	-	-	4,5
Ens. Médio Completo	26,3	10,0	13,3	38,5	22,7
Ens. Sup. Incompleto	-	20,0	16,7	30,8	22,7
Ens. Sup. Completo	63,2	60,0	60,0	23,1	36,4
Total	100	100	100	100	100

Escolaridade	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB	PSOL
Fund. Incompleto	-	4,2	4,3	-	-	2,6
Fund. Completo	10,7	4,2	4,3	-	-	7,9
Médio Incompleto	-	4,2	4,3	-	-	2,6
Médio Completo	32,1	16,7	8,7	14,3	15,4	23,7
Sup. Incompleto	25,0	16,7	8,7	14,3	30,8	28,9
Sup. Completo	32,1	54,2	69,6	71,4	53,8	34,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: TRE/RS N: 237

PT e PSDB mostraram-se, em comparação com os demais partidos, um pouco mais inclusivos quanto a candidatos com o nível mínimo de escolaridade: 10% dos petistas não completaram o ensino fundamental; e, entre os tucanos, esse percentual foi de 13,6%. Ainda no âmbito dos candidatos menos escolarizados, PDT, PSOL e DEM – com, respectivamente, 10,7%, 7,9% e 7,7% – apresentaram os maiores percentuais de candidatos com “ensino fundamental completo”.

Nos casos de PSB e PPS, encontra-se o maior percentual de candidatos com “Superior Completo”: 69,6% e 71,4 %, respectivamente, – sendo que ambos são seguidos, nessa faixa de escolaridade, por PMDB e PT, com 60%. Na faixa dos candidatos com “Superior incompleto”, destacam-se o DEM, com 30,8%, o PCdoB,

também 30,8%, e, por fim, o PSOL, como 28,9%. O DEM, novamente, e o PDT, por sua vez, se destacam, principalmente, quanto aos percentuais de candidatos com “ensino médio completo”: 38,5% e 32,1%, respectivamente.

DEM, PSDB, PDT e PSOL mostram, distintivamente, um maior “equilíbrio” nos percentuais apresentados na faixa dos candidatos “mais escolarizados” (médio completo, superior incompleto e superior completo) – não “concentrando”, assim, sua “oferta de candidatos” no mais alto grau de escolarização, como acontece com os outros partidos.

A partir disso, seria, portanto, importante frisar que os dados acima apresentados contrariam, em parte, os achados de Braga, Veiga e Miríade (2009) nas eleições de 2006. O PT – conforme o achado das autoras e os dados apresentados por Bolognesi (2009) em seu estudo sobre a legenda no Paraná – apresentou-se, de fato, como um partido mais “aberto” a aspirantes com capital escolar inferior, provavelmente devido à sua origem mais vinculada à classe trabalhadora e aos movimentos sociais. No entanto, o PSDB – um partido que, conforme Braga, Veiga e Miríade (2009), teria um perfil de recrutamento de caráter mais “fechado” a aspirantes nesta condição – também mostrou certa “abertura” a candidatos com menor escolaridade – o que, certamente, ilustra as especificidades da seção desse partido no Rio Grande do Sul quando comparada à realidade dos tucanos em outros Estados da federação⁹².

Por fim, ainda no plano interpartidário, mas, agora, tratando especificamente dos valores dos “selecionadores” e dos critérios de escolha usados por estes, tal como defendido por Gallagher & Marsh (1988), foi possível detectar, em passagens das entrevistas realizadas com alguns dirigentes, o “peso” específico que o capital escolar pode ter, de fato, em algumas organizações partidárias; inclusive, como uma “qualidade” a ser buscada na “representação política”. O caso do dirigente do DEM,

⁹² A fraca sedimentação partidária do PSDB/RS será mais bem discutida quando avaliarmos o grau de vinculação partidária e de experiência política dos candidatos. O contraste com o caso petista ficará aí mais claro.

especificamente, chamou a atenção e merece ser citado:

“Então, muita coisa tem que amadurecer, de ambos os lados. [Primeiramente], o critério de o partido escolher as pessoas. Critérios não simplesmente pra dizer “temos nominata cheia”, pra aparecer somente número. E também a própria Justiça ter melhores critérios, não só critérios e regras pra concorrer, mas, sim, critérios pra posse (...). No último concurso para gari na cidade de Porto Alegre, teve 64 inscritos que eram bacharéis em Direito. 64 bacharéis em Direito se inscreveram para gari em Porto alegre. Hoje, pra ti te candidatar a qualquer coisa pra fazer leis pra ti e pra mim, basta tu saber ler e escrever (sic). E deu. Tu não tem (sic) que ter o menor critério, tu não tem (sic) a menor avaliação, tu não tem (sic) conhecimento nenhum, tu pode ser (sic) semi-analfabeto, como tem um caso agora recentemente. Então, eu acho que a própria Justiça tinha que regrar isso melhor, tinha que haver algum tipo - não sei qual -, mas algum tipo de seleção. Teria que haver. Talvez, num voto em lista o próprio partido pudesse fazer essa seleção. Automaticamente isso seria feito”. (Dirigente Estadual do DEM)

O discurso do dirigente parece corresponder ao que, em passagem anterior, caracterizou-se aqui como a “correlação” existente entre “competência social” e “competência técnica” (Bourdieu, 2007). A “competência técnica”, muito mais do que um “saber” com “fim em si mesmo”, é, antes de qualquer coisa, algo que “credencia” e “legitima” alguém a um “direito estatutário sobre a política”, a *fazer parte* dela, ao “exercício desse direito do qual se dotam aqueles que se sentem com direito de exercê-lo” (Bourdieu, 2007, p.383).

A fala do dirigente procede, assim, o que Bourdieu conceitua como “efeito de marcação”, isto é, um efeito produzido “pela imposição de propriedades”, das propriedades “necessárias”, as quais “impõe-se tanto ao individuo marcado, intimado deste modo a estar à altura de sua definição social, quanto aos outros, que esperam que ele realize sua essência” (Bourdieu, 2007, p.383). O discurso, por assim dizer, tem um caráter de “interdição” ao espaço da política para aqueles que, na perspectiva do dirigente entrevistado, não preenchem “critérios adequados” de escolaridade para o exercício de uma função “superior” a de “limpar ruas”, por assim dizer. Em última instância trata-se da “negação” de direitos para quem sabe apenas

“ler e escrever”, afinal, como afirma Bourdieu (2007) “a competência técnica é para a competência social o que a capacidade de falar é para o direito a palavra, ou seja, uma condição de exercício e, ao mesmo tempo, um efeito” (Bourdieu, 2007, p.383).

Por fim, cabe destacar a vinculação que o dirigente faz entre a “seleção” por escolaridade e o voto em lista (fechada). Dada autonomia de organização dos partidos brasileiros, prevista em legislação, a “interdição” de candidatos de “baixa escolaridade”, por exemplo, pode ser processada, independentemente do modelo de lista adotado (aberta ou fechada), a partir dos mecanismos internos de cada organização (principalmente, os “informais”, como o conjunto de critérios adotados).

No entanto, a fala do dirigente parece se relacionar com a ideia de que um “reforço” ainda maior do controle partidário pela lista fechada “legitimaria” mais facilmente esse tipo de ação (leia-se o “automaticamente seria feito”). A ideia de que a lista fechada, caso adotada, teria efeitos “excludentes” no processo de definição de candidaturas parece, nesse caso, fazer sentido.

4.1.4 Perfis Ocupacionais

A análise da ocupação, para além de demonstrar os segmentos sociais que são representados em cada partido (Rodrigues, 2002), possibilita detectar os tipos de profissão que facilitam as carreiras políticas (Dogan, 1999). No caso brasileiro, em contraste com a política local – que comportaria uma diversidade maior de ocupações, “desde as mais valorizadas em termos de prestígio e reconhecimento social e político (...) até aquelas que não exigem uma preparação acadêmica e não costumam ser associadas ao mundo da política” (Altmann, 2010, p. 137) –, a política nacional apresenta:

(...) presença residual de *trabalhadores manuais*, expressiva representação de proprietários e funcionários públicos, desproporcional presença de advogados e outros profissionais de formação superior, especialmente médicos. (Marenco do Santos, 2000, p. 82)

O espaço político nacional, no esteio da profissionalização política, é, em certo sentido, reservado aos “profissionais do campo” (Perissinotto e Miríade, 2009) ou - para utilizar a definição clássica weberiana - aos que “vivem da política” (Weber, 1984). Isto é, ele é “habitado” tanto pelos ditos “políticos profissionais” quanto por indivíduos provenientes de ocupações que estão, por assim dizer, em uma “zona” mais próxima da atividade política, possibilitando, inclusive, certos “requisitos necessários” para o ingresso neste círculo. Citando um exemplo, esse seria o caso “dos advogados e funcionários públicos, mais próximos do conhecimento jurídico e da familiaridade com as políticas públicas” (Marengo dos Santos, 2000, p.103). Perissinotto e Miríade (2009) argumentam nessa mesma linha:

(...) os funcionários públicos, pela intimidade com as questões do Estado, pelo nível razoavelmente alto de escolaridade, pela possibilidade de, em caso de derrota, terem a garantia de um emprego fixo e, por fim, pelo tempo livre de que dispõem para se dedicar à atividade política, são, em geral, presença garantida nos parlamentos. (Perissinotto e Miríade 2009, p. 306)

Ao traçar o perfil dos candidatos à Câmara dos Deputados, em todo o Brasil, nas eleições de 2006, Perissinotto e Miríade (2009) encontraram, no entanto, a “sub-representação” dos funcionários públicos, ao lado dos assalariados urbanos e dos comerciantes, entre os eleitos. Isso, evidentemente, em comparação com seu peso relativo no conjunto dos candidatos. Por outro lado, corroborando a perspectiva acima exposta, os autores aferiram razoável “representação” de advogados e empresários e, por fim, a “sobrerrepresentação” de médicos, engenheiros e, principalmente, daqueles que declararam, junto à justiça eleitoral, ter a “política” como atividade profissional principal⁹³. Sobre esse dado, os autores afirmam que:

Isso sugere que o mais importante atributo para passar da condição de candidato à de eleito consiste em já ser ou já ter sido político. Assim, (...) já começamos a perceber que a inclusão de alguns candidatos entre os eleitos tem muito a ver com a sua inserção prévia na vida política. (Perissinotto e Miríade 2009, p. 306)

⁹³ Esse dado é importante dado o caráter auto-declaratório da “ocupação” do candidato para o TRE. Afinal, alguns políticos profissionais “resistem em assim se classificar, seja por imperativo moral, seja por preferir o título/status de suas profissões de origem”. (Noll e Leal, 2008, p.15)

Noll e Leal (2008) advertem, porém, para o risco reducionista das interpretações que tendem a superestimar o peso dos “políticos profissionais” e, assim, a sentenciar que os que já pertencem ao “campo político tem mais chance de se manter que quem é de fora tem de entrar” (Noll e Leal, 2008, p.15). Afinal, houve, em algum momento, a “entrada” no campo político, o que os estudos de caráter sincrônico, como a aqui empreendido e o das autoras, ficam impossibilitados de detectar (Noll e Leal, 2008, p.15).

Tabela 12 - Ocupação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual

Ocupação	%
Político (Legislativo) *	17,7
Servidor Público	13,1
Outros**	11,0
Advogado	9,7
Trabalhadores Assalariados Urbanos	7,6
Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	5,5
Outras profissões com formação superior	5,1
Aposentado (exceto servidor público)	3,8
Empresário	3,4
Trabalhadores da Educação	3,0
Comerciante	2,5
Médico	2,5
Dona de Casa	2,1
Atividades de Prestação de Serviços	1,7
Economia/Administração	1,7
Trabalhadores do Setor Rural	1,7
Militar Reformado	1,3
Polícia Civil e Polícia Militar	1,3
Artes/Desportos	0,8
Artesão	0,8
Comunicador	0,8
Engenheiro	0,8
Historiador	0,8
Escritor	0,4
Produtor Agropecuário	0,4
Professor (Ensino Superior)	0,4
Total	100,0

*9,8% são Deputados Federais, 5,1% Deputados Estaduais e 3,7% Vereadores.

** Tal como declarado à Justiça Eleitoral

Fonte: TRE/RS N: 237

Como se pode notar, houve um predomínio, na eleição à Câmara dos Deputados, dos “profissionais do campo” (Perissinoto e Miríade, 2009). Dentre todas as categorias, destacaram-se, em primeiro lugar, aqueles se declararam “políticos”, com um percentual de 17,7%, seguidos pela categoria dos “servidores públicos” (13,1%). Logo atrás ficou um dos importantes “viveiros de ativismo político”, conforme (Perissinoto e Miríade, p. 313, 2009), isto é, a categoria dos “advogados”, que obteve 9,7%. Configurou-se, em síntese, além da afirmação dos políticos profissionais, a relativa “supremacia” das profissões mais próximas do “campo”.

Traçando um paralelo com o trabalho de Altmann (2010), encontrou-se, em comparação com a política local, uma diversidade menor de ocupações, com exceção, talvez, do percentual razoável de “trabalhadores assalariados urbanos”(7,6%). Mesmo a categoria dos “empresários”, com boa presença na eleição para a Câmara dos Deputados em 2006, conforme Perissinoto e Miríade (2009), e a dos “comerciantes” tiveram pouco destaque, obtendo, respectivamente, apenas 3,4% e 2,5% do total. O percentual de médicos também é ínfimo (2,5%).

Na próxima tabela apresentar-se-á a ocupação dos candidatos a deputado federal de acordo com os partidos que disputaram a eleição para Câmara dos Deputados em 2006 e que conformam o objeto da presente pesquisa.

Tabela 13 - Ocupação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Ocupação	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Advogado	5,3%	-	20,0%	-	9,1%
Aposentado (exceto servidor público)	5,3%	5,0%	3,3%	-	13,6%
Artes/Desportos	-	-	-	-	-
Artesão	-	-	-	-	4,5%
Atividades de Prestação de Serviços	-	-	-	-	13,6%
Comerciante	-	-	-	7,7%	4,5%
Comunicador	-	-	3,3%	7,7%	-
Dona de Casa	-	-	-	-	4,5%
Economia/Administração	5,3%	-	-	-	-
Empresário	15,8%	-	3,3%	7,7%	4,5%

Engenheiro	-	-	-	-	4,5%	
Escritor	-	-	-	-	-	
Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemel.	5,3%	5,0%	-	7,7%	4,5%	
Historiador	-	5,0%	-	-	-	
Médico	-	5,0%	10,0%	-	-	
Militar Reformado	-	-	-	7,7%	-	
Outras profissões com formação superior	10,5%	-	3,3%	-	9,1%	
Outros	-	10,0%	20,0%	15,4%	4,5%	
Polícia Civil e Polícia Militar	-	-	-	7,7%	-	
Político (Legislativo)	36,8%	45,0%	23,3%	23,1%	18,2%	
Produtor Agropecuário	-	-	3,3%	-	-	
Professor (Ensino Superior)	-	-	-	-	-	
Servidor Público	5,3%	10,0%	6,7%	7,7%	-	
Trabalhadores Assalariados Urbanos	10,5%	-	3,3%	7,7%	4,5%	
Trabalhadores da Educação	-	5,0%	-	-	-	
Trabalhadores do Setor Rural	-	10,0%	-	-	-	
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ocupação	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB	PSOL
Servidor Público	3,6%	20,8%	8,7%	14,3%	-	42,1%
Polícia Civil e Polícia Militar	-	-	-	14,3%	-	2,6%
Outras profissões com formação superior	-	8,3%	4,3%	14,3%	15,4%	2,6%
Trabalhadores Assalariados Urbanos	10,7%	12,5%	8,7%	14,3%	7,7%	7,9%
Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemel.	7,1%	4,2%	-	-	-	15,8%
Outros	14,3%	16,7%	8,7%	-	7,7%	10,5%
Advogado	10,7%	16,7%	8,7%	14,3%	15,4%	5,3%
Economia/Administração	7,1%	-	-	-	-	2,6%
Comerciante	7,1%	-	-	14,3%	-	2,6%
Político (Legislativo)	7,1%	8,3%	17,4%	14,3%	15,4%	2,6%
Historiador	-	-	-	-	-	2,6%
Escritor	-	-	-	-	7,7%	-
Aposentado (exceto servidor público)	7,1%	-	-	-	7,7%	-
Artes/Desportos	-	4,2%	-	-	7,7%	-
Trabalhadores do Setor Rural	-	-	8,7%	-	-	-
Trabalhadores da Educação	-	4,2%	13,0%	-	15,4%	-
Médico	3,6%	-	4,3%	-	-	-
Militar Reformado	3,6%	-	4,3%	-	-	-
Professor (Ensino Superior)	-	-	4,3%	-	-	-
Engenheiro	-	-	4,3%	-	-	-
Dona de Casa	7,1%	4,2%	4,3%	-	-	-

Empresário	7,1%	-	-	-	-	-
Artesão	3,6%	-	-	-	-	-
Comunicador	-	-	-	-	-	-
Produtor Agropecuário	-	-	-	-	-	-
Atividades de Prestação de Serviços	-	-	-	-	-	2,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TRE/RS N: 237

No caso do PT, chama atenção o fato desse partido obter o maior percentual de candidatos que se declaram “políticos” entre todos os partidos (45%). Esse dado – que indica um maior grau de “profissionalização política” de seus candidatos, tal como já demonstrado por Perissinoto e Miríade (2009) – será reforçado posteriormente, quando se verificar tempo de filiação e experiência política entre os concorrentes apresentados na lista petista. O partido ainda mostra um percentual de 10% entre os “funcionários públicos” e os “trabalhadores do setor rural”.

O PP também mostrou um alto percentual de políticos profissionais (35,8%). Os progressistas, no entanto, destacaram-se também quanto ao percentual de “empresários” em sua lista (15,8%) – o maior entre todos os partidos, o que vai ao encontro dos achados de Perissinotto e Miríade (2009) – de “Trabalhadores Assalariados Urbanos” (10,5%) e de candidatos com “Outras profissões com formação superior” (10,5%).

O PMDB destaca-se, basicamente, em três categorias: “políticos” (23,3%), “advogados” (20%) e “médicos” (10%), confirmando, quanto ao percentual de “médicos”, a pesquisa realizada por Perissinoto e Miríade (2009). O DEM mostra uma divisão equilibrada de seus percentuais entre diversas categorias de ocupação, destacando-se, como quase todos os partidos, no percentual de “políticos” (23,1%).

O PSDB também mostra uma divisão equilibrada de seus candidatos entre algumas categorias, tais como “Aposentado” (13,6%), “atividades de prestação de serviços” (13,6%), “advogados” (9,1%), “Outras profissões com formação superior” (9,1%) e “políticos” (18,2%). O PDT apresenta certa pulverização de candidatos

entre diversas categorias, com destaque tanto para a inclusividade da lista - seja nos setores “mais populares”, como “Dona de Casa” (7,1%), “aposentado” (7,1%), seja nas categorias mais de “elite”, como “empresários” e “comerciantes”, com 7,1% em ambas - quanto para o baixo percentual de candidatos do partido que se declararam “políticos” (7,1%).

O PTB se destaca pela forte representação de “servidores públicos” (20%), um percentual menor de “advogados” (10,7%), mas, assim como o PDT, tem poucos “políticos” na lista (8,3%). O PSB, apresentando percentuais equilibrados em várias categorias, tem maior destaque junto aos “trabalhadores da educação” (13%) e aos “políticos” (17,4%). O PPS apresenta equilíbrio perfeito entre os percentuais apresentados em diversas categorias, não obtendo destaque em nenhuma delas.

O PCdoB, por sua vez, se destaca pela divisão equilibrada dos seus candidatos entre 4 (quatro) categorias: “Outras profissões com formação superior”, “advogados”, “políticos” e “trabalhadores da Educação”, com 15,4% em todas elas. O PSOL, finalmente, se mostra enquanto um partido do “setor público” – o que será confirmado posteriormente quando se avaliar as redes associativas de seus candidatos – tendo o expressivo percentual de 42% de seus postulantes à Câmara como “servidores públicos”. Além disso, o partido apresenta um percentual de 15% de “estudantes” em sua lista.

Por fim, o exame do percentual dos eleitos que se auto-declararam “Políticos” permite uma comparação com as eleições para outros níveis da carreira legislativa. Noll e Leal (2008), mostraram que, dentre os eleitos para a Câmara de Vereadores de POA, em 2004, nada menos que 38,8% se auto-declararam “políticos”.

Na disputa para a Câmara dos Deputados, no Rio Grande do Sul, em 2010, esse percentual foi de 77,% (ou 24 dos 31 eleitos, especificamente). Os Advogados ficaram em “segundo lugar”, mas com apenas 6,5%. De resto, obtiveram apenas 1 (um) representante: Servidores Públicos, Trabalhadores Assalariados Urbanos, Artes/Desportos, Trabalhadores da Educação e os Médicos. Evidencia-se, como

esperado, que, nos “degraus mais altos” das carreiras legislativas, o nível de profissionalização é maior.

4.2 Vínculos Político-Partidários e Inserção Social dos Candidatos

Com a análise da inserção social e partidária dos candidatos realizar-se-á o exame empírico dos padrões de recrutamento nas organizações partidárias estudadas no presente trabalho. Pretende-se avaliar o perfil dos candidatos quanto ao seu “perfil associativo” (redes sociais e representação de interesses), vínculos partidários (tempo de filiação) e experiência política.

Parte-se aqui de dois modelos básicos de recrutamento político: de caráter “endógeno”, isto é, quando a trajetória, a experiência política e a vinculação partidária são valorizadas; ou “lateral”, quando as carreiras são construídas por meio de recursos individuais, adquiridos, via de regra, fora das fronteiras partidárias, isto é, sem o peso do capital partidário ou associativo (Marenco dos Santos, 2000, 2001; Marenco e Serna, 2007)

4.2.2 Tempo de Filiação

O tempo de filiação partidária pode nos dar “pistas” sobre o “rigor” e o “peso” do suporte partidário no curso de carreira dos candidatos. Em síntese: ele é uma dimensão importante para a avaliação da vinculação entre candidatos e partidos, de forma que a durabilidade desse vínculo “permite estimar a consistência dos laços de lealdade intra-partidários” (Marenco dos Santos, 2000, p. 178-179). Isto é,

A suposição, aqui, é a de que o tempo de filiação oferece evidências acerca das relações firmadas entre aspirantes à carreira parlamentar e cada organização partidária. Valores mais elevados indicam a exigência de uma espécie de *estágio probatório* como condição para que o candidato a um posto parlamentar possa resgatar o investimento realizado previamente, sob a forma de dedicação às tarefas partidárias, deferência às suas lideranças, progressão na hierarquia da máquina política. Por outro lado, períodos de filiação mais recentes, ou com uma defasagem entre o início da carreira e o vínculo partidário, sugerem a existência de

oportunidades franqueadas a *novatos* no partido, ou, de outra forma, menor capacidade de interferência da organização partidária na seleção de candidatos a uma carreira política. (Marengo dos Santos, 2001, p.77)

O grau de interferência da organização partidária na seleção de candidatos à carreira política – ao confirmar ou não a existência de algum “rigor” quanto à “lealdade organizativa” prévia à seleção, para usar um termo de Panebianco (2005) – é o ponto a ser destacado. A “clareza” dos requisitos para ingresso e mobilidade no interior do partido – ao explicitar o que o postulante deve dispor para ter “acesso” a postos mais altos e disputados – torna, como lembra Madeira (2002), maiores “o tempo e o investimento necessários para o desenvolvimento de carreiras políticas” (Madeira, 2002, p. 34).

O tempo, maior ou menor, “investido” pelo candidato, ao longo de sua carreira, no seu partido é uma dimensão fundamental do perfil de “socialização institucional” ocorrido no interior da organização. Tal processo, em si, demanda “dedicação” e “aprendizado” dos quadros partidários – o que, evidentemente, varia conforme o “rigor” exigido para “ascensão” no interior da hierarquia partidária. Para o estabelecimento das lealdades e compromissos entre o partido e seus membros, concorrem fatores como, por exemplo, experiências compartilhadas (“campanhas eleitorais” e “militância de base”), deferência a determinadas lideranças (a partir do convívio no “dia-a-dia” do partido) e, por fim, a incorporação prática de valores e bandeiras políticas específicas (Marengo dos Santos, 2000, 2001).

A partir disso, se pode estabelecer duas dinâmicas diferenciadas de “integração” dos membros às organizações partidárias. Partidos mais “institucionalizados” notabilizam-se pela chamada “integração vertical”⁹⁴ de seus quadros, que acontece quando “o ingresso na organização se dá nos níveis mais baixos da hierarquia partidária para, com base em um longo e constante aprendizado, ascender até os postos de comando mais altos no interior do mesmo” (Madeira, 2002, p. 34). Partidos menos “institucionalizados” apresentam um padrão

⁹⁴ Os conceitos de “Integração Vertical” e “Integração Horizontal” são provenientes do estudo de Panebianco (2005) sobre organizações partidárias. Valemo-nos, aqui, da interpretação realizada por Madeira (2002) acerca de tais conceitos.

de carreira mais próximo da “integração horizontal”, onde “o ingresso no partido pode se dar diretamente nos níveis mais altos da hierarquia, a partir, por exemplo, da conversão de capitais de outras esferas na esfera política” (Madeira, 2002, p. 34).

O grau de coesão partidária, por sua vez, está conectado ao tempo de socialização no interior do partido. “Coesão”, no caso, entendida como o conjunto de lealdades e vínculos pessoais por meio dos quais os “atores” políticos são “curtidos” e passam a estabelecer uma demarcação das fronteiras intra e interpartidárias (Madeira, 2002, p. 233). O estabelecimento mais ou menos rígido dessa “fronteira” partidária se relaciona com a incorporação progressiva de determinado “ethos” ou “espírito de corpo” pelos membros da organização, algo que somente o tempo pode propiciar (Madeira, 2002, p. 233). No mesmo sentido, Marengo e Serna (2007) definem que:

A durabilidade dos vínculos de lealdade partidária pode ser estimada considerando o tempo de filiação partidário médio (em anos) dentro de cada partido. Intervalos temporais mais longos sugerem lealdades mais fortes, bem como revelam a importância das organizações partidárias como estruturas de treinamento político dos quadros que são recrutados para carreiras políticas e as oportunidades para o incremento na coesão partidária. (Marengo e Serna, 2007, p.104)

Apresentada a perspectiva teórica da discussão proposta, objetiva-se, aqui, em síntese, constituir um retrato, com certa fidelidade, da configuração regional de dez das onze⁹⁵ agremiações em análise na presente pesquisa no tocante à “maturidade partidária”, por assim dizer, dos quadros apresentados à disputa pelas 31 vagas destinadas à representação gaúcha na Câmara dos Deputados em 2010. A “radiografia” do tempo de filiação dos candidatos – conforme o exame das listas partidárias apresentadas na eleição legislativa – nos proporcionará vislumbrar a consistência dos laços de lealdade estabelecidos entre candidatos e partidos, assim como a comparação, nesse quesito, entre as diferentes agremiações.

⁹⁵ Optou-se, aqui, por excluir o PSOL da análise em virtude de o partido ter sido fundado muito recentemente. Somente em 2005.

Em resumo, se trata de avaliar, a partir da realidade de cada organização, quais candidatos foram, de fato, “curtidos”, “treinados” e “testados” por seus partidos antes da postulação de uma vaga à Câmara dos Deputados. Lembrando sempre que esse posto, na hierarquia da carreira legislativa brasileira, caracteriza-se por ser a “principal porta de entrada na transição entre o espaço da política local e a política nacional” (Miguel, 2003, p. 122) – o que, em outras palavras, exige certo “currículo” dos postulantes.

Para tal empreitada, além dos dados quantitativos disponíveis, lançar-se-á mão: de alguns excertos das entrevistas realizadas com os dirigentes dos quatro partidos escolhidos, do diálogo com a bibliografia consolidada sobre recrutamento parlamentar e da reconstrução, ainda que bastante modesta, da trajetória e da configuração, no Rio Grande do Sul, de algumas das legendas pesquisadas, a partir de dados coletados nos “sites” dos partidos e por meio de contato com os diretórios estaduais. No entanto, primeiramente, passar-se-á à análise dos dados gerais, das nominatas à Câmara dos Deputados em conjunto, quanto ao tempo de filiação dos candidatos, conforme os dados disponibilizados pelo TRE/RS:

Tabela 14 - Tempo de filiação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual

Tempo de Filiação	(%) Geral
Menos de 5 anos	29,7
De 5 a menos de 10 anos	18,9
De 10 a menos de 20 anos	32,0
De 20 a 30 anos	18,9
Acima de 30 anos	0,6
Total	100,0
Média (em anos)	11,6

Fonte: TRE/RS N: 175

Tratando do conjunto de candidatos que concorreram à Câmara dos Deputados no RS, em 2010, os resultados mostraram certo equilíbrio entre as categorias, com uma vantagem mínima dos candidatos com filiação de 10 a menos de 20 anos (32%). Logo em seguida, com 29,7%, se encontram os candidatos com vínculos partidários mais recentes e próximos do mínimo exigido pela legislação

eleitoral: menos de 5 anos. Por fim, com percentuais iguais – 18,9 % – estão os candidatos situados em duas faixas: de 5 a menos de 10 anos de filiação e de 20 a 30 anos. Um percentual residual de candidatos – apenas 0,6% – superou a barreira dos 30 anos.

Somando as categorias, o dado relevante é a divisão, quase que “meio-a-meio”, entre candidatos com filiação bem mais recente (menos de 10 anos) – 48,6 % do total –, e candidatos com filiação mais antiga e vínculos partidários mais sólidos (de 10 até 30 anos): 50,9%. Em outras palavras: metade dos candidatos tem vinculação partidária acima de 10 anos. E quase 20% dos postulantes estão na faixa dos 20 a 30 anos de filiação.

Esse é um claro diferencial da eleição para a Câmara dos Deputados. Tal especificidade fica mais evidente quando, por exemplo, comparamos o percentual de candidatos nesta condição – mais de 10 anos de filiação – com o que ocorre em eleições para distritos menores – e para cargos inferiores na hierarquia da carreira legislativa – como, por exemplo, o caso do legislativo municipal de Pelotas, em 2008, relatado por Altmann (2010): lá apenas 14,5% dos postulantes à vereança possuíam mais de 10 anos de vinculação com seus partidos.

Por outro lado, naquela eleição, um percentual de 73,7% – quase três quartos do total de postulantes à vaga – tinha filiação partidária na faixa que se estendia do tempo mínimo de filiação estabelecido pela legislação eleitoral (de um 1 ano) a 5 anos. Para a Câmara dos Deputados, como mostra a tabela acima, o percentual de candidatos nessa condição é de 29,7%, ou pouco mais de um quarto do total.

Os dados, aqui, ilustram, desta forma, o que defendem Noll e Leal (2008): em cargos “superiores” na hierarquia legislativa a seleção seria mais rigorosa, dado o nível de competitividade do espaço concorrencial: maior tamanho do colégio e menor magnitude. Sendo assim, o candidato “deveria dispor de um currículo elaborado tanto pelas relações com as lideranças partidárias quanto pelo trabalho demonstrado junto às bases” (Noll e Leal, 2008, p.3), o que, no caso, exigiria, dentre

outros “pré-requisitos”, maior “dedicação” ao trabalho partidário e, por consequência, maior tempo de vínculo com a organização. Cite-se, por exemplo, o tempo médio de filiação do total de candidatos (em anos). Na eleição para o legislativo federal, em 2010, no RS, ele ficou em 11,6 anos. A título de comparação, em Pelotas, na disputa para o legislativo municipal, em 2008, ele foi de 5,1 anos.

Evidentemente, essa constatação deve ser aprofundada por meio de estudos comparativos que extrapolem os dois casos que se está, a título de ilustração, comparando aqui. Diferentes realidades estaduais e municipais – assim como entre pequenas cidades e grandes metrópoles – devem ser observadas, de forma a, de fato, se testar a hipótese da associação entre profissionalização política – e vínculos partidários mais longos – e espaços concorrenciais mais competitivos no conjunto das carreiras legislativas.

Analisando as diferenças por partido – para além dos dados gerais – se pode vislumbrar as especificidades da trajetória político-partidária dos quadros de cada organização, conforme a durabilidade dos vínculos partidários.

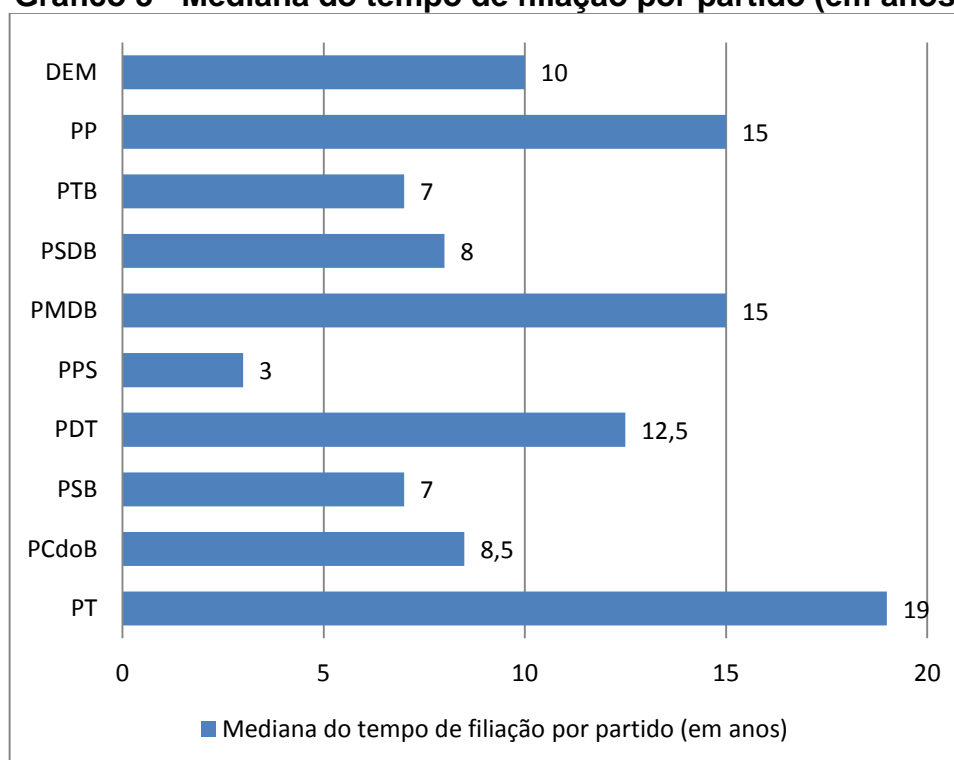
Tabela 15 - Tempo de filiação dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Tempo de Filiação	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Menos de 5 anos	27,8%	-	26,1%	41,7%	31,6%
De 5 a menos de 10 anos	-	15,8%	4,3%	8,3%	36,8%
De 10 a menos de 20 anos	50,0%	42,1%	39,1%	33,3%	26,3%
De 20 a 30 anos	22,2%	42,1%	26,1%	16,7%	5,3%
Acima de 30 anos	-	-	4,3%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Média (em anos)	14,33	17,95	14,7	10,5	8,26
Tempo de Filiação	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB
Menos de 5 anos	30,8%	36,8%	28,6%	83,3%	33,3%
De 5 a menos de 10 anos	15,4%	26,3%	38,1%	16,7%	25,0%
De 10 a menos de 20 anos	26,9%	26,3%	28,6%	-	25,0%
De 20 a 30 anos	26,9%	10,5%	4,8%	-	16,7%
Acima de 30 anos	-	-	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Média (em anos)	13,19	8,32	8,05	2,67	10,42

Fonte: TRE/RS N: 175

O cotejo do tempo de filiação médio mostra diferenças de perfil entre as agremiações que conformam o objeto da presente pesquisa. Nota-se, primeiramente, que o maior tempo médio, dentre as nominatas ao legislativo federal apresentadas pelos partidos em 2010 no RS, foi do PT: 17,95 anos. As duas siglas mais “tradicionais” da política gaúcha – PP e PMDB, “herdeiros” da ARENA e do MDB⁹⁶ – com, respectivamente, 14,33 e 14,7 anos, foram as que mais se aproximaram, nesse quesito, do Partido dos Trabalhadores. Quando se adota a mediana para comparação, os números tendem a ser os mesmos, com exceção de PCdoB, PSB e PTB (que têm “queda” mais acentuada) e do PT (que melhora ligeiramente seu “desempenho”).

Gráfico 3 - Mediana do tempo de filiação por partido (em anos)



⁹⁶ Como lembra Filomena (2010), PP e PMDB, em relação ao seu “modelo originário” (Panebianco, 2005), são organizações com lideranças com “legitimação interna” e os principais “devedores” da estrutura partidária prévia proveniente do bipartidarismo do período autoritário, “na medida em que descendem diretamente das agremiações políticas existentes no período do Regime Autoritário Militar, respectivamente: ARENA (Aliança Renovadora Nacional – apoiadora do regime) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro – opositor do regime). Logo, para os dois a lealdade das suas lideranças e dos seus parlamentares é, na origem, direta aos partidos e não a aspectos exógenos a eles” (Filomena, 2010, p. 8).

Desde a perspectiva intrapartidária, o PT também se destaca por ter sido o único partido a não apresentar candidatos com menos de 5 (cinco) anos de filiação partidária, assim como pelo percentual muito superior de postulantes na faixa dos 20 a 30 anos de filiação: 42,1%, perfazendo, desta feita, mais que o dobro do percentual apresentado, nessa faixa, quando são computados os candidatos de todos os partidos, dado que foi mostrado na Tabela 14. Pode-se conjecturar, nesse caso, que, provavelmente, muitos dos nomes presentes na “lista” petista são fundadores ou, se não for o caso, ao menos militantes de “primeira hora” do partido.

O perfil de filiação dos quadros petistas, aqui, parece, então, obedecer à mesma lógica já apontada por estudos consagrados sobre recrutamento parlamentar: carreiras políticas endógenas e partidárias (Marenco dos Santos, 2000, 2001, 2007). Perguntado sobre os “critérios” utilizados para a composição e escolha dos “nomes” do partido que iriam integrar a “lista” para a Câmara dos Deputados em 2010, no RS, o dirigente estadual do PT entrevistado reforçou, e agora se está tratando de uma fase anterior à ocupação da cadeira: ainda no âmbito da seleção dos “postulantes” à vaga, essa percepção encontrada na literatura sobre recrutamento parlamentar⁹⁷:

Não alcançamos o total das vagas permitidas para deputado federal. Tivemos, inclusive, que, como havia mais candidatos do que vagas, tivemos que estabelecer uma seleção. E aí os critérios são objetivos, são tempo de filiação, densidade eleitoral, se o cara vai ser candidato a alguma coisa (...) “Olha, eu quero ser candidato a deputado, há mas já fui na outra e fiz 500 (quinhentos) votos”. Aí vem o outro e diz: “Olha eu quero ser deputado, e já na outra eu fiz dez mil votos”. Bem, esse é um critério objetivo. O número de votos em experiências anteriores. É o compromisso partidário, é a construção do partido, a representação social, sindical, dos

⁹⁷ Conforme Madeira (2002): “em um partido em que aspectos como uma trajetória relativamente longa dentro da organização partidária, um grau mínimo de afinidade com suas principais lideranças e a existência de uma identificação pessoal ao que se pode chamar de ethos partidário são levados em consideração no momento da escolha de seus candidatos, a tendência é que a futura bancada do mesmo seja mais coesa em relação a um partido em que estes aspectos teriam uma influência marginal no referido processo” (Madeira, 2002, p. 31).

movimentos sociais, aí há um conjunto de critérios que são relativamente objetivos para determinar, né (sic), que no caso de falta de mais uma vaga, a gente tenha critérios objetivos para esse processo(...)
(Dirigente Estadual do PT)

O dirigente petista, mesmo citando a “densidade eleitoral” como um critério importante para a seleção de candidatos, tal como defendido pelos dirigentes do DEM, PP e PMDB entrevistados, elenca outros critérios – como o “tempo de filiação”, engajamento na “construção partidária”, vinculação com o meio “sindical” e com os “movimentos sociais” – que foram considerados pertinentes no processo de recrutamento eleitoral em um contexto de “escassez” de vagas enfrentado pelo partido em 2010. Além disso, cabe frisar que a falta de vagas – com a conseqüente necessidade de filtragem e seleção “objetiva”, por meio de “cortes” de nome na “lista” – só se fez presente no caso do PT dentre os partidos aqui analisados.

Pois, para a “solução” desse caso mais “delicado”, de “corte” efetivo de candidatos⁹⁸, o capital coletivo (“construção partidária”, “representação sindical” e nos “movimentos sociais”) se fez presente com relativa força dentre os “critérios” de composição de nominata partidária. Os dados sobre o PT que serão analisados posteriormente neste trabalho – no caso, as “redes” associativas e a experiência política dos candidatos petistas – vão ao encontro do que foi declarado pelo dirigente do partido. Reforça-se, aqui, então, a constatação de Marques (2007), também compartilhada pelos trabalhos de Altmann (2010) e de Bolognesi (2009), de que “no PT as chances de um outsider preencher fileiras no partido são bem menores, em detrimento não somente das restrições estatutárias, mas também da exigência de tempo de filiação” (Marques, 2007, p.125).

Realidade absolutamente inversa apresenta, por exemplo, o PPS, conforme

⁹⁸ O caso petista, aqui analisado, mostra a diferença entre processos de "recrutamento" e de "seleção" de candidatos, apontada por Siavelis e Morgerstern (2004). Nesse caso, houve, de fato, uma “segunda escolha” para além da atração inicial de possíveis candidatos, isto é, foram selecionados nomes entre um "pool" de candidatos já "recrutados". A existência dessas duas “etapas” de definição das candidaturas, no entanto, ficou longe de ser “regra” entre os partidos estudados.

análise da Tabela 15. Nada menos que 83,3% dos candidatos desse partido possuíam menos de 5 anos de filiação em 2010, isto é, seus vínculos com a organização – em termos de militância e vivência partidárias – eram precaríssimos e, praticamente, se remetiam, no tempo, à eleição anterior. O tempo médio de filiação ao partido é ínfimo: menos de 3 anos. O caso pepessista pode ser explicado, basicamente, pela debilidade histórica do partido enquanto organização política no Estado: herdeiro do antigo PCB – cujo nome abandonou em 1992 –, ele só viria, de fato, se estruturar com mais força no Rio Grande do Sul quando foi “tomado” pela facção política do ex-governador Antônio Britto, dissidente do PMDB no início dos anos 2000⁹⁹.

O PDT, por sua vez, em comparação com o seu “coirmão” trabalhista, o PTB, teve melhor “desempenho” quanto ao tempo de filiação partidária: a média dos pedetistas é de 13,19 anos contra 8,31 anos dos petebistas (a quarta média mais baixa dentre todos os partidos). Na faixa de 20 a 30 anos de filiação – que comporta os quadros mais “longevos” e próximos da “época” de fundação de cada partido –, o PDT é claramente superior: 26,9% de seus candidatos estavam nessa condição, contra 10,5% do PTB.

A maior durabilidade dos vínculos partidários entre os pedetistas, em comparação com o PTB, pode ser atribuída ao fato de o PDT ter atraído – já em sua fundação, logo após o controvertido “racha” entre Leonel Brizola e Ivete Vargas pela sigla histórica de Getúlio Vargas no início dos anos 80, – o “espólio” do antigo “trabalhismo gaúcho”, sendo boa parte dele egressa da ala “esquerda do MDB”, caso de lideranças como o ex-governador Alceu Collares e o ex-presidente estadual do partido, ex-deputado federal já falecido, Matheus Schmidt. O processo de fundação do PDT “contrasta”, por assim dizer, com a “retomada”, pós-redemocratização, do PTB gaúcho, em 1988, a partir da filiação de lideranças

⁹⁹ Migraram para o PPS, naquele momento, além do ex-governador Antônio Britto, o então Senador José Fogaça, o deputado federal Néelson Proença, os deputados estaduais Mario Bernd, Berfran Rosado, César Busatto e Paulo Odone Ribeiro e a vereadora de Porto Alegre Clênia Maranhão.

eleitorais mais midiáticas¹⁰⁰, pragmáticas e, de certa forma, “personalistas”, como o radialista de sucesso, e deputado estadual “puxador” e “campeão” de votos nas décadas de 80 e 90 no Rio Grande do Sul, Sérgio Zambiasi, eleito pela primeira vez no PMDB, e o ex-prefeito de Guaíba e ex-deputado estadual, Solon Tavares, que hoje dá nome ao Instituto de Estudos Políticos do partido.

A origem, nesse caso, mais “ideológica” e doutrinariamente alinhada do PDT – dada sua clara vinculação à “simbologia” e à “história” da tríade “trabalhista” de “Getúlio”, “Jango” e “Brizola” – pode ter contribuído para o compartilhamento, entre a militância, de “valores” e “bandeiras” políticas (“incentivos coletivos”) fundamentais para a “cimentagem” da coesão interna do partido, redundando em um perfil de recrutamento político mais “rigoroso” vis-à-vis o “pragmatismo eleitoral” das lideranças do “novo PTB” no Estado. Essas diferenças na “trajetória” regional – ou nas dinâmicas de “institucionalização”¹⁰¹, para se utilizar um termo de Panebianco (2005) – dos dois partidos podem, assim, se expressar, pelo menos parcialmente, no contraste do tempo de filiação de seus quadros políticos aqui pesquisados. Nesse plano, cabe a descrição de Filomena (2010) sobre o PTB gaúcho:

O PTB (...) origina-se como um partido de parlamentares e ganha representatividade a partir deles. Sendo assim, também é um partido com lealdades iniciais à organização partidária, mas, diferente do PMDB, organiza-se por penetração territorial a partir de um núcleo dirigente e no uso da popularidade da sua maior liderança: o radialista e à época deputado estadual Sérgio Zambiasi. (Filomena, 2010, p. 8-9)

No âmbito de institucionalização, no entanto, para o autor o PTB “não manifesta um alinhamento ideológico claro, mas faz referências ao *varguismo*, sem, contudo, defender os direitos dos trabalhadores de modo sistemático” (Filomena, 2010, p.10). Já o PDT tem sua legitimação “primeiro nos movimentos da sociedade

¹⁰⁰ Conforme Grill (2009), a “reorganização do PTB”, liderada por Sérgio Zambiasi, foi uma das mais “significativas” “novidades da política gaúcha” (Grill, 2009, p.5). Grill (2009) detalha o perfil dessa liderança: “Filho de militantes trabalhistas, seu prestígio eleitoral baseou-se fundamentalmente na sua atuação como radialista, mormente através da veiculação de programas de rádio centrados na filantropia. Dessa forma, comandando um programa diário na rádio Farroupilha, Zambiasi se elegeu deputado estadual em 1986 pelo PMDB com expressiva votação(...)” (Gril, 2009, p.5).

¹⁰¹ Para o autor italiano, a “institucionalização é efetivamente o processo por meio do qual a organização incorpora valores e objetivos dos fundadores do partido”. (PANEBIANCO, 2005, p.100).

civil” e depois no partido. E, por sua vez, é “sustentado no trabalhismo de roupagem social-democrata e em resquícios de populismo” (Filomena, 2010, p. 10).

PP e DEM (ex-PFL), “herdeiros” diretos da antiga ARENA, têm um desempenho, quanto ao tempo médio de filiação de seus candidatos, também, em certa medida, contrastante (ainda que em menor escala): a média dos progressistas é de 14,33 anos contra 10,5 anos dos Democratas. No entanto, o aspecto que melhor ilustra as diferenças de perfil entre os dois partidos é o percentual de candidatos com menos de 5 anos de filiação partidária: enquanto, no PP, 27,8% dos postulantes à vaga estão nessa condição, no DEM esse percentual vai a 41,7%.

A manutenção de “força regional” do PP – e a dificuldade de organização do PFL (atual DEM) no Estado –, de certa forma, já foram abordadas pela literatura sobre recrutamento parlamentar, especificamente pelos trabalhos que enfocaram os padrões de carreira política no Rio Grande do Sul. Conforme Marengo dos Santos (2000), um “traço de impessoalidade” manteve o PDS, hoje PP, vivo, a despeito das dissidências abertas, nas décadas de 80 e 90, por algumas lideranças de vulto do partido: casos como os do governador Jair Soares, em meio a sua gestão no governo no Estado, e do senador Carlos Chiarelli, ambos transferindo-se para o PFL¹⁰², nos anos 80. E, por fim, com a migração do deputado federal Nelson Marchezan, para o PSDB, em 1995 (Marengo dos Santos, 2000, p. 201).

Em 2003, nova dissidência importante no partido ocorreu logo após outra mudança de sigla, desta vez de “PPB” para “PP”, com a saída do deputado federal, e liderança ascendente, Júlio Redecker para o PSDB. No entanto, é possível depreender que, apesar da perda desses líderes, a “preservação da estrutura organizacional” do PDS/PPR/PPB/PP do Rio Grande do Sul tem sido realidade, o

¹⁰² Conforme Marengo dos Santos (2000), “nem a inesperada conquista da administração estadual contribuiu para viabilizar a organização pefelista no estado, incapaz de atrair contingente significativo de sua antiga matriz” (Marengo dos Santos, 2000, p 201). Para Madeira (2002), “apesar da migração para o PFL de algumas lideranças pedessistas gaúchas, a base do partido mantém-se no PDS, que continuou sendo, incontestavelmente, o maior partido de direita no estado” (Madeira, 2002, p. 127).

que se expressa na sua presença junto aos executivos municipais¹⁰³ (Marengo dos Santos, 2000, p. 201). A esse respeito, o “municipalismo” parecer ter ganhado, inclusive, como aparece na fala do dirigente partidário entrevistado para esse trabalho, certo “status” de “diferencial” dos progressistas gaúchos:

O partido progressista tem uma marca muito forte de ser um partido municipalista. (...) Como nós somos um partido municipalista, um dos primeiros pontos que o partido leva em conta é a liderança que o candidato venha a ter em nível municipal. Uma das marcas do partido é ter um bom número de prefeitos. Nós já chegamos a ter 174 prefeitos de 2000 a 2004 no Rio Grande do Sul. Hoje, temos 150 prefeitos. (Dirigente Estadual do PP)

Quadros (2011), trilhando outra linha de abordagem da dinâmica partidária, destaca a especificidade do PP/RS, quando comparado ao PP nacional, no âmbito de seu “discurso interno”, e quanto a questões “ideológicas” e valorativas fundamentais, não apenas para a formação de seus quadros políticos, mas, principalmente, para o fomento de uma militância “conservadora” e de “direita” combativa à agenda política e ao ideário considerado “de esquerda” (Quadros, 2011, p. 109).

Nesse ponto, ao discorrer sobre a importância da “formação política” dentro das organizações partidárias, a fala do dirigente estadual do PP/RS, abaixo transcrita, confirma, pelos menos parcialmente, a hipótese de Quadros (2011) de que, a despeito de ainda terem de administrar a “herança” política vinculada à ditadura militar, o fenômeno da chamada “direita envergonhada” – estudado por Rodrigues (1987) e por Power e Zucco Jr (2009) – é claramente percebido pelas lideranças Progressistas e, no mínimo, tem sofrido um processo de crítica interna. O discurso do dirigente entrevistado se aproxima, no conteúdo, do que é defendido pela Fundação Tarso Dutra, órgão de estudos políticos do PP/RS, tal como descrito

¹⁰³ Conforme Quadros (2011), o PP gaúcho tem mantido, ao longo das últimas décadas, certa estabilidade eleitoral no Estado, controlando cerca de 30% das prefeituras e 27% das cadeiras nas Câmaras Municipais, além de cerca de 18% das cadeiras na Assembléia Legislativa e na bancada gaúcha na Câmara dos Deputados (Quadros, 2011, p. 109).

por Quadros¹⁰⁴ (2011). Em resumo, ele mostra que existe o reconhecimento, em âmbito partidário, de um “espaço” para a “penetração” de ideais de “direita” na sociedade brasileira, tarefa que, para o entrevistado, os militantes e lideranças do partido deveriam “assumir” pra si¹⁰⁵:

Os partidos não querem assumir. O nosso Partido Progressista, por exemplo: deputado nenhum nosso, nem eu, ninguém quer ser da direita. Há um espaço na sociedade pro cara dizer o seguinte: eu sou da direita. Toda a pesquisa que tu fizer (sic) na sociedade brasileira: é uma sociedade com perfil de direita. Não digo “de direita!”, mas tem um perfil de direita. Ninguém quer assumir isso. Todo mundo quer ficar (sic) porque é mais simpático. Nós do PP, se tivéssemos assumido isso, nós não levaríamos 30 anos pra voltar ao poder, depois que saímos do poder. Mas essas coisas não fazem parte da agenda política, infelizmente. (Dirigente Estadual do PP).

Possivelmente a manutenção do “espólio” da antiga ARENA – a despeito da “fuga” de lideranças para o PFL nos anos 80 –, como descrito por Marengo dos Santos (2000), e a afirmação, nas últimas duas décadas, da influência do PP na política estadual – seja no desempenho eleitoral efetivo nos municípios, com uma razoável penetração em diferentes regiões do interior do Estado, seja, até mesmo, em termos “ideológicos” e “valorativos” ou na tentativa de construção e apropriação da agenda política mais à “direita”, como exposto por Quadros (2011) – tenham contribuído para dificuldade de sedimentação partidária do DEM no Rio Grande do Sul – hoje, resumido, com o afastamento de Germano Bonow da política partidária, a uma liderança regional de destaque: o deputado federal Onyx Lorenzoni¹⁰⁶ – em virtude de os dois partidos compartilharem, no espaço político, não apenas as

¹⁰⁴ Conforme Quadros (2011), “certas bandeiras ideológicas - particularmente as bandeiras conservadoras - possuem relevância para muitos militantes progressistas, ao menos no âmbito do discurso interno promovido pelo partido. O protagonismo na atividade de difusão deste discurso cabe à Fundação Tarso Dutra, que aglutina “os crentes” (ou “puristas”) no interior do PP gaúcho e difunde a valorização dos “incentivos coletivos”, para valerem-nos da terminologia de Panebianco”.

¹⁰⁵ É interessante comparar essa declaração, concedida ao autor em novembro de 2010, com o que foi afirmado pelo mesmo dirigente em entrevista para a pesquisa de Santin (2005): “eu não gosto dessas questões de centro, centro-esquerda, centro-direita. Eu acho que isto está um pouco superado. Nós somos um partido de centro, porque a virtude está no centro” (Santin, 2005, p.225).

¹⁰⁶ Político proveniente do antigo PL (Partido Liberal), atual PR (Partido da República).

mesmas “origens”, mas mais do que isso: o mesmo “território de caça”, afinal, enquanto “partidos vizinhos”, ambos ambicionam “bases eleitorais” muito próximas, para não dizer equivalentes ou praticamente iguais (Panebianco, 2005).

Para Panebianco, de acordo com Corbellini (2005), pelo fato de disputarem o mesmo “território de caça”, alianças entre “partidos vizinhos” se tornam, inclusive, mais instáveis, pois trazem consigo o perigo “para um desses parceiros (exatamente o perigo de perder as suas bases eleitorais)” (Corbellini, 2005, p. 41). Sendo assim, em que pese o lançamento da candidatura de Carlos Chiarelli ao Governo do Estado, em 1986¹⁰⁷, no esteio do governo de Jair Soares – liderança arenista “genuína” que, como o Senador, havia aberto dissidência no PDS naquele momento –, é possível que as sucessivas alianças entre DEM/PFL e PP/PPB/PPR/PDS no período pós-redemocratização – mais especificamente nas eleições ocorridas em 1990, 1994 e 1998 – tenham, de fato, obstaculizado o “nascimento” e a “estratificação das bases” pefelistas/democratas no Estado no período eleitoral que se iniciaria com a pós-redemocratização, contribuindo para a “monopolização” e manutenção do “nicho eleitoral” mais “à direita”, proveniente do “espólio” da antiga ARENA, pelo PP.

Isto é, ao não mostrar sua “face” eleitoralmente, preferindo “comodamente” abrigar-se junto ao “parceiro” PP (apoiando o então líder do PDS, Nelson Marchezan, em 1990, e Celso Bernardi, em 1994, para o governo do Estado¹⁰⁸), o PFL (hoje DEM) não conseguiu avançar, já naquele momento, sobre as “bases” que permanecem até hoje sob domínio dos Progressistas. O mesmo fenômeno¹⁰⁹ pode

¹⁰⁷ Chiarelli terminaria aquela eleição em 3º lugar, com 524.339 votos (10,87% do total), atrás de Pedro Simon, eleito governador pelo PMDB embalado eleitoralmente pelo Plano Cruzado do governo Sarney, e de Aldo Pinto, do PDT, em coligação com o PDS. Naquele ano, o PMDB obteria desempenho estrondoso nas eleições estaduais, fazendo vinte e um governadores em vinte e dois possíveis.

¹⁰⁸ Em 1998, PFL e PP (na época, PPB) fizeram parte da coligação de Antônio Britto ao governo do Estado, que reunia, ao todo, 11 partidos: PMDB/PPB/PTB/PSL/PSC/PL/PFL/PSD/PRP/PSDB/PTdoB.

¹⁰⁹ O caráter de “partidos vizinhos”, que disputam o mesmo “território de caça”, também pode explicar, ao menos parcialmente, os constantes “conflitos” e “afastamentos” políticos entre PDT e PT, ao longo das décadas de 90 e 2000, quando da ascensão petista no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Sendo que um desses “estranhamentos” entre os dois partidos – por acaso do desacerto entre PT e PDT, ambos integrantes do governo Olívio Dutra, na eleição para a prefeitura de Porto Alegre em

ter ocorrido com o “forte” PMDB e o “fraco” PSDB do RS, partidos que se aliançaram, em eleições estaduais, nos anos de 1994, 1998 e 2002 (governando, juntos, o Estado em duas oportunidades), vindo a se “separar”, por assim dizer, apenas no pleito de 2006¹¹⁰.

A manutenção da “força regional do PP”, com conseqüências prejudiciais ao enraizamento do DEM, citada acima, está expressa, assim, no perfil de “lealdade” e vinculação partidária dos quadros políticos de ambos os partidos: “laços” que são mais “fracos” entre os Democratas e mais “consistentes” nos Progressistas. Tal fenômeno é engendrado, basicamente, pela necessidade de “políticas” diferentes de recrutamento nas duas organizações e, até mesmo, pela “qualidade” e “quantidade” da “oferta” de “material humano” (candidatos e quadros políticos) nos dois partidos¹¹¹, como acabou transparecendo quando se perguntou – aos dirigentes entrevistados – sobre a pertinência de determinados “critérios” para o preenchimento das listas à Câmara dos Deputados em 2010:

Dois [critérios] não fazem, pelos menos pra nós. Dois não fazem. História e experiência. Esses dois não fazem, e eu te dou exemplos concretos. Na eleição geral passada, nem o “x” e nem o Deputado “x”, que na época foi o deputado mais votado no Estado(...), nenhum dos tinha histórico político, nenhum dos tinha filiações partidárias anteriores em nenhuma sigla e nenhum dos tinha experiência política. E os dois se candidataram e os dois se elegeram. Os dois. Um tinha o critério voto. Que se supunha que tinha, o que apareceu na urna por ele ser um comunicador, que tinha

2000 – acabou ocasionando a saída de Dilma Rousseff, dentre outros trabalhistas, do partido de Brizola para posterior ingresso no Partido dos Trabalhadores.

¹¹⁰ É interessante notar que, assim como aconteceu com o PFL nos anos 80, a surpreendente chegada do PSDB ao poder estadual – com a eleição de Yeda Crusius para governo do Estado em 2006 – não parece, em um primeiro momento, ter “impulsionado” a organização tucana no Rio Grande do Sul.

¹¹¹ A debilidade da organização partidária evidencia-se em padrões de recrutamento próximos da “integração vertical”, como descrito anteriormente. Nesse caso, são buscados indivíduos com capacidade de converter capitais provenientes de outros “campos” – “econômico”, “jornalístico”, etc – em capital político. O indivíduo passa a “integrar” o partido “por cima”, vindo de âmbitos exteriores onde ele já possuía uma posição de proeminência (Panebianco, 2005). Esse processo se dá, basicamente, pela ausência de uma “reserva interna”, no partido, de quadros “militantes”, isto é, de indivíduos “nascidos e criados” dentro do partido e a partir de suas diretrizes. A escassez de “quadros” diminui, por exemplo, a “oferta” de possíveis candidatos e provoca a busca incessante por “nomes competitivos” fora das fronteiras partidárias.

visibilidade, e nós imaginávamos que ele teria o voto e teve. E o outro não tinha a mídia, mas tinha a questão da sustentabilidade duma campanha, que tu sabe que, e não vamos ser hipócrita (sic), dizer que não existe. Ou tu tem (sic) o voto de massa por popularidade ou tu tem (sic) que ter disponibilidade financeira pra produzir propaganda pra chegar no voto. (Dirigente Estadual do DEM)

Uma das primeiras características é uma certa (sic) vivência, né, uma certa história no partido. Nós raramente temos um candidato que tenha uma filiação recente. (...) Um dos primeiro pontos que o partido leva em conta é uma liderança que esse candidato venha a ter em nível municipal. Para deputado estadual e federal, como é que funciona: vem dessa origem. Em primeiro lugar, leva-se em conta a atuação dos candidatos em nível municipal e regional. Então, nós temos muitos candidatos que já passaram por vereador e muitos candidatos que já foram prefeitos. (...) Então, a história política do candidato, e a sua alavancagem pra buscar voto pra ter liderança, é feita, exatamente, nesse trabalho em nível municipal, primeiro. (...) Que se destaque como um bom prefeito. (...) Nós estimulamos muito os ex-prefeitos nossos, ou atuais prefeitos, ou vice-prefeitos a concorrerem a deputado. Então, o primeiro critério forte, é o critério da regionalização, da liderança municipal. (Dirigente Estadual do PP)

O contraste está estabelecido exatamente pela ênfase que cada dirigente dá a determinados critérios. O dirigente do DEM apontou, diretamente, para a importância de atributos eminentemente individuais, como “popularidade” ou “disponibilidade” financeira, para alguém ser candidato pelo partido. O caso do “comunicador” eleito – conforme a fala do dirigente democrata – é um exemplo quase clássico do indivíduo – politicamente “inexperiente” e com trajetória partidária curta (ou quase inexistente) – que “converteu”, de forma exitosa, um capital adquirido “fora” das fronteiras organizacionais em capital político.

O dirigente democrata “descarta”, por assim dizer, dentre os critérios para seleção e composição da nominata do partido, aqueles mais relacionados à consistência dos vínculos entre o indivíduo e a organização – a “história” dentro da

sigla, por exemplo – e dá ênfase, contrariamente, à disponibilidade de “capital individual” (“visibilidade” ou “capacidade financeira”) como algo “determinante” para alguém se “tornar” candidato – o que evidencia um recrutamento mais próximo ao de “tipo” lateral – como tem sido a realidade do DEM em outros Estados, notadamente no Paraná, conforme estudo recente de Bolognesi (2009), – e tal como expresso historicamente no perfil de seus parlamentares na Câmara dos Deputados (Marengo dos Santos, 2000; Marengo e Serna, 2007). Por sua vez, a ênfase no “critério voto”, para utilizar uma expressão do próprio dirigente, aproxima sua posição do defendido por Carneiro (2009): a densidade eleitoral é essencial para os candidatos em sistemas de “lista aberta”, isto é, um sistema que, por definição, valoriza atributos individuais.

O dirigente do PP/RS, por sua vez, destaca exatamente a já apontada “vocação municipalista” do partido. Para ele, a inserção em âmbito regional, a partir da atuação administrativa nos executivos municipais – como prefeito e vice-prefeito –, é justamente a “base” da “musculatura política” necessária para que uma lideranç  Progressista possa almejar vaga no legislativo pela legenda. Nesse caso, quando os dirigentes do partido decidem “estimular” determinadas candidaturas, ao contrário do que apresentou o DEM, a “experiência política prévia”¹¹² do postulante conta como elemento distintivo.

Indo mais além, o dirigente afirma, na seq ncia da fala transcrita acima, que o “sucesso eleitoral”, no caso do PP gaúcho, vincula-se, sobremaneira, com “certa vocação político-administrativa”. Isto é, muitos dos “eleitos” pela legenda, em eleições ao legislativo estadual e federal, tiveram, conforme relato do entrevistado, uma “passagem destacada”, “fundamental na história do partido”, pelos executivos municipais.

O viés “municipalista” do PP – que, como apontado por Marengo dos Santos

¹¹² Deve-se, no entanto, alertar que o tipo de “experiência política prévia” pode apontar para uma autonomia maior ou menor do candidato em relação ao partido no curso de sua carreira política, como se verá posteriormente.

(2000), ainda expressa alguma “robustez” da organização Progressista – é, assim, confirmado pelo fato de, nas palavras do dirigente entrevistado, os progressistas terem o seu “trabalho” – de prospecção de candidatos ao legislativo – voltado para a busca de lideranças com “vocação executiva” já “testada” e “aprovada” nas administrações municipais do partido.   possível dizer, inclusive, que a ênfase do dirigente em tal “perfil administrativo” – tido, para ele, como a característica a ser buscada naqueles que postulam, pelo PP, a uma vaga no legislativo –   o desdobramento de um importante aspecto que, como defendido por Gallagher & Marsh (1988), integra o processo de seleção de candidatos nos partidos políticos: o conjunto de “valores” inevitavelmente mobilizado pelos “selecionadores” durante a “escolha” de quem vai ocupar as vagas.

Eu sempre considero que o melhor dividendo eleitoral é o prefeito ser um bom administrador e o deputado ser um bom realmente defensor das causas da sua região. Esse é o maior dividendo eleitoral. Não adianta o cara (sic) achar que é bom “político” só, que é bom de “discurso”, que tem que fazer “populismo”. Não. O cara (sic) tem que ser um bom gestor. E tanto o gestor pode ser até o deputado, ele sabendo aplicar os recursos para ter bons resultados (...)
(Dirigente Estadual do PP)

Ao tratar do que chama de “dividendo eleitoral”, o dirigente expressa um conjunto de “características” que, na sua percepção, um aspirante à carreira política deveria possuir. Em combinação como que foi dito anteriormente (acerca do estímulo da direção do partido a lideranç as “experimentadas” em cargos executivos municipais para a disputa de cadeiras legislativas), elas confirmam, no caso do PP/RS, de certa forma, a presenç a, já na etapa de seleção dos postulantes a vagas no legislativo, do que Marengo dos Santos (2000) atribui como algo mais próprio ao “perfil de carreira” dos parlamentares de partidos à direita do espectro político no Brasil (como o PFL/DEM e o próprio PP): o peso maior dos cargos administrativos (poder executivo) “para o ingresso e mobilidade na carreira” (Marengo dos Santos, 2000, p. 171).

Nota-se, no caso exposto aqui, não apenas a valorização partidária dada, de fato, à “vivência administrativa” dos candidatos em postos no executivo – o que será verificado empiricamente com dados ainda nessa seção –, mas, além disso, propriamente um “discurso” voltado à exaltação da “capacidade administrativa” (da “boa gestão”) como um elemento importante para quem quiser se “alçar” à carreira política (no executivo e, até mesmo, no legislativo). A declaração se aproxima, de certa forma, do que Wright-Mills (1962), no seu estudo sobre o processo de seleção parlamentar ao Congresso Americano, caracterizou como ascensão e valorização dos “quadros executivos” na vida política.

Por fim, perguntado sobre a possibilidade, sempre existente, de “atração”, pelo partido, de “nomes” com “notoriedade” – midiática e popular – que possam “incrementar” eleitoralmente as nominatas ao legislativo, o entrevistado respondeu:

Nós não temos, vamos admitir assim, alguém vinculado ao setor da mídia, com exceção, agora, pra provar que a regra é verdadeira, da Ana Amélia. Mas nós nunca tivemos um deputado que fosse vinculado ao rádio, à televisão, né, nunca foi candidato nosso. Nunca tivemos um candidato nosso vinculado à questão de religiosos, né, quer dizer, evangélico. Não, o partido não trabalha muito em cima disso. Trabalha em cima de lideranças regionais. O nosso partido, aqui no RS, nós temos um certo (sic) rigorismo nisso aí. O cara (sic) não pode ser uma pessoa que entrou ontem (...). Os candidatos têm uma história partidária, são filiados ao partido ao longo de anos e anos. (...) Então, há um trabalho partidário.(...) O cara (sic) pode ter muito voto, mas, normalmente, quando não tem história, não tem passagem no partido, nós fazemos uma seleção razoável (...) É complicado porque normalmente eles fazem mais votos que o cociente eleitoral precisa. Então, “me elegi por minha conta”. E é pura verdade também (...). Aí o partido não contou, a estrutura do partido não contou (...) Muitas vezes o cara (sic) diz: “não, não devo nada pro partido” (Dirigente Estadual do PP)

O dirigente estadual do PP não parece, em um primeiro momento, ser muito “simpático” a “forasteiros” que venham integrar o partido, mesmo que eles, por assim

dizer, “arrebanhem” um bom número de votos para a legenda progressista. Além disso, sua fala deixou transparecer que determinados “custos” – baixa “lealdade partidária”, por exemplo – estão imbricados no fato de alguém que “se fez por si mesmo”, sem qualquer “dívida” com estrutura partidária, é eleito¹¹³. Sua declaração vai, assim, no sentido oposto do que foi afirmado pelo dirigente do DEM, que descartou, de pronto, os critérios “experiência” e “história” partidária como aspectos “relevantes” para a seleção de postulantes ao legislativo pelo partido.

Pode-se depreender, do que foi tratado acima, que, a despeito dos percalços enfrentados nas últimas décadas¹¹⁴, o PP/RS se mantém como uma estrutura política “viva” e relevante no contexto político-eleitoral do Rio Grande do Sul. Como demonstrado pelos trabalhos de Marengo dos Santos (2000) e Quadros (2012), se trata de um partido que, além de carregar um “traço de impessoalidade”¹¹⁵, aposta, eleitoralmente, em uma forte estratégia de inserção nos executivos municipais e de “vocação administrativa”¹¹⁶ (até mesmo, como “mecanismo” de prospecção de

¹¹³ A caracterização de Ana Amélia Lemos, senadora eleita pelo PP/RS em 2010, como “exceção à regra” de o partido não buscar candidatos com reputação trazida de ambientes externos à organização e a própria política – como a mídia, por exemplo – é particularmente interessante. E é, em parte, explicativa das dificuldades enfrentadas pelo PP, no período pré-eleitoral de 2012, quando, na discussão sobre as coligações para a disputa da eleição à prefeitura de Porto Alegre, a senadora passou a trabalhar com força pelo apoio do partido à candidata Manuela D’ávila, do PCdoB, causando o profundo descontentamento de lideranças Progressistas da cidade, como ex-prefeito Guilherme Socias Villela, os vereadores João Antônio Dib e José Carlos Nedel e o arquiteto, e principal idealizador da Fundação Tarso Dutra, Percival Puggina. A atitude da senadora gerou um verdadeiro “racha partidário”, que teve seu ponto alto na divisão, quase que “meio a meio”, dos diretorianos do partido na votação realizada pelo diretório municipal do PP para decidir entre a coligação com Manuela D’ávila, defendida pela senadora, e o apoio ao prefeito José Fortunati, candidato à reeleição pelo PDT. Confirmado o apoio ao pedetista, a senadora Ana Amélia, descontente com a “derrota” sofrida “dentro” do seu próprio partido, optou por se “licenciar” do PP municipal para apoiar “informalmente” a candidata comunista. Muitos a acusaram, inclusive, de se achar “maior” que o PP.

¹¹⁴ Nesse ponto, o dirigente entrevistado citou, por exemplo, o “estigma” enfrentado pelo PP no período da ainda recente redemocratização, como principal partido “herdeiro” do regime militar, e os constantes “confrontos” com o diretório nacional.

¹¹⁵ A “derrota” política imposta à senadora Ana Amélia Lemos pela decisão do PP, em Porto Alegre, de não apoiar a candidata do PCdoB, assim como o constrangimento causado a lideranças do partido pela possibilidade real de apoio a uma candidatura “comunista”, podem ser um indício de que a estrutura partidária possui, de fato, certa “solidez” e não é tão “permeável” à vontade “personalista” daquela que é considerada como o “nome” de maior “expressão” eleitoral da legenda no Estado. Isto é, é possível dizer que as “fronteiras” “intra” e “interpartidárias” estão razoavelmente estabelecidas para membros influentes da organização e, até mesmo, podem acabar limitando, por assim dizer, as possibilidades de aliança do partido a determinado “campo político”.

¹¹⁶ De acordo com Santin (2005), em extenso trabalho sobre o PP do Rio Grande do Sul, o “desempenho político diferenciado” do PP/RS em relação ao PP “nacional” (em franco processo de

quadros parlamentares) e tenta, de alguma forma, enfrentar, por via da crítica interna, o fenômeno da “direita envergonhada”.

A consistência regional do Partido Progressista se reverte no fato de, hoje, o partido ter mais de duzentos mil filiados, o maior número de prefeitos (149 eleitos) e 1175 vereadores no Rio Grande do Sul (Quadros, 2012, p. 10/50)¹¹⁷. Como exposto por Madeira (2002), a robustez, em âmbito estadual, desse partido que já se chamou PDS/PPR/PPB pode ser atribuída à força de suas “lideranças intermediárias” – dentre elas o nosso próprio entrevistado – dado que, mesmo longe do executivo estadual – onde esteve presente, nas últimas duas décadas, apenas como “coadjuvante” de dois governos do PMDB e um do PSDB –, ele tem se mantido, sem dúvida, como o maior partido de direita do Estado, mostrando total superioridade se comparado ao Democratas.

Por sua vez, PMDB e PSDB – que conforme as definições correntes na literatura da ciência política brasileira ocupariam espaço ao “centro” político (Araújo e Alves, 2007; Rodrigues, 2002; Marengo dos Santos, 2001; Carreirão, 2006) – repetem, com desempenho comparativo ainda pior do PSDB, o mesmo padrão contrastante de PP e DEM quanto ao tempo médio de filiação de seus candidatos: a média dos peemedebistas é de 14,7 anos contra 8,26 anos dos tucanos (a terceira média mais baixa dentre todos os partidos). O contraste, entre os dois partidos, é ainda maior ao se fazer o cotejo do percentual de candidatos que ocupam a faixa de maior tempo de vínculo partidário (de 20 a 30 anos): enquanto, no PMDB, 26,1% dos postulantes à vaga estão nessa condição, no PSDB esse percentual é de apenas 5,3%. Isto é, dentre os tucanos, um número muito reduzido de candidatos deve ter participado dos primeiros anos de estruturação da legenda no RS, fundada em 1988.

decadência) pode ser atribuído, para os dirigentes partidários regionais, justamente “à capacidade administrativa, revelada em boas administrações realizadas por integrantes do partido” (Santin, 2005, p.156).

¹¹⁷ A título de comparação, hoje o DEM possui, no Rio Grande do Sul, 13 prefeitos, e 58.619 filiados

Como no caso de PP e PFL/DEM, conforme antecipamos acima, PMDB e PSDB, compartilhando o mesmo “território de caça”, se aliançaram por diversas vezes no Rio Grande do Sul (especificamente, nas eleições de 1994, 1998 e 2002). Além disso, em duas administrações peemedebistas, – governos Britto e Rigotto – os tucanos ocuparam a vice-governadoria do Estado. Na gestão de Antônio Britto, com Vicente Bogo. No governo de Germano Rigotto, com Antônio Hohlfeldt¹¹⁸.

Somado a isso, a dissidência peemedebista, nos anos 80, quando da fundação do PSDB no Estado, não foi numerosa e foi ainda menos relevante, em termos político-eleitorais, do que a que saiu do PDS para integrar o PFL¹¹⁹. Das lideranças peemedebistas que migraram para o ninho tucano, logo no início do partido, três nomes, com certa importância e expressão eleitoral, podem ser lembrados: o quadro “autêntico” de “primeira hora” do antigo MDB, Jorge Uequed; e os também deputados federais à época, Hermes Zanetti e João Gilberto Lucas Coelho, que, posteriormente, seria vice-governador pelo PSDB, na gestão de Alceu Collares. Líderes de vulto do (P)MDB gaúcho – como Pedro Jorge Simon, Mendes Ribeiro, Odacir Klein, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, Rospide Neto, dentre outros – permaneceram no partido.

Processo contrário ocorreu, por exemplo, em São Paulo, onde quadros históricos e de “alta relevância” do PMDB paulista – do porte de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Franco Montoro e Mário Covas – abandonaram o partido para fundar o PSDB. O peso do (P)MDB na estruturação do PSDB gaúcho não pode ser, assim, comparado, nem de longe, com o papel que importantes lideranças do PMDB

¹¹⁸ O PSDB também ocupou a vice-governadoria no governo do pedetista Alceu Collares, de 1991 a 1995, com João Gilberto Lucas Coelho.

¹¹⁹ Interessante que, ao longo dos anos 90 e 2000, o PSDB sofreu, no RS e no resto do Brasil, o que Madeira (2006) caracteriza como um processo de “arenização” dos seus quadros políticos, “principalmente após o partido assumir o controle sobre a máquina federal com a presidência de Fernando Henrique Cardoso” (Madeira, 2006, p.89). Liderança da Arena no RS, e ex-líder do governo João Figueiredo na Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, foi o primeiro a migrar, saindo do então PPR (ex-PDS) para integrar os quadros do PSDB gaúcho em 1995. O ex-arenista Sanhotene Felice, atual prefeito de Uruguaiana, faria o mesmo caminho, no início dos anos 2000. Por fim, em 2003 seria a vez Julio Redecker, membro da “Arena Jovem Gaúcha” na juventude, deixar o PP rumo ao ninho tucano.

de São Paulo, em ruptura com o “Quercismo”¹²⁰, jogaram na formação da organização tucana naquele Estado. Pelo contrário, é justamente a “ausência” de lideranças peemedebistas na formação do PSDB do Rio Grande do Sul que pode ter provocado esse ingresso, nos anos 90, de ex-arenistas na legenda (o caso mais notável foi o de Nelson Marchezan):

O fato do PSDB não ter sido fundado por lideranças de peso no âmbito estadual remanescentes do MDB deixa “um espaço vazio” justamente na legenda que passa a ter acesso direto à presidência da República a partir de 1995. Se as principais lideranças políticas remanescentes do MDB não ocupam este espaço (processo que ocorre no Rio Grande do Sul e na Bahia, por exemplo), não há no âmbito estadual barreiras que dificultam o ingresso de remanescentes da ARENA nesta legenda. (Madeira, 2006, p.152).

As lideranças peemedebistas de alto “gabarito”, como Pedro Simon, foram essenciais para a manutenção da quase totalidade do “espólio” do MDB “dentro” do PMDB gaúcho – apesar de algumas defecções “à esquerda” para o PDT e do suposto “perigo” que significou a fundação do PSDB no Estado–, principalmente, pelos resultados expressivos conquistados, já nos anos 80, quando o senador, embalado pelo sucesso estrondoso da legenda em todo o país graças ao “Plano Cruzado”, derrotou a aliança PDT/PDS (Aldo Pinto /Silvérius Kist) e conquistou, pela primeira vez, o Palácio Piratini para o PMDB, pondo fim à hegemonia de 20 anos da ARENA/PDS no Rio Grande do Sul. Tal feito peemedebista viria se repetir mais duas vezes, com Britto e Rigotto.

Ao contrário de Jair Soares, que saiu do PDS para ingressar no PFL no Estado durante o seu governo no Estado, após ruptura política com o presidente João Figueiredo (Madeira, 2002, p. 127), Simon, então governador do Rio Grande do Sul em 1988, optou por permanecer no PMDB, mesmo sendo convidado por Mário Covas, que viria a concorrer à presidência da República pelo PSDB no ano seguinte, para ingressar na organização tucana. Simon, à época, também foi

¹²⁰ Conforme Madeira (2006), para além da interpretação que houve uma ruptura à esquerda dentro do PMDB, “lideranças de peso do PMDB paulista como Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso e José Serra teriam ficado “sem ar” no interior da sigla em função da liderança de Orestes Quércia” (Madeira, 2006, p. 88).

sondado para trocar de partido por seu colega de PMDB, Antônio Britto, deputado federal constituinte e pré-candidato à prefeitura de Porto Alegre¹²¹ na eleição de 1988, e por Fernando Henrique Cardoso, então senador por São Paulo e um dos principais articuladores da fundação do PSDB.

Ainda tratando do MDB, e de seu “desaguar” praticamente “intacto” no PMDB gaúcho, a interpretação, trazida por Madeira (2006), a respeito do papel jogado pelo sistema bipartidário, criado pelo regime de exceção, na estruturação do multipartidarismo no período pós-redemocratização, também pode ser aventada como “chave explicativa” razoável para a manutenção do MDB gaúcho mais ou menos “coeso” dentro do PMDB, a despeito da fundação do PDT, sob liderança de Brizola e com o peso da “simbologia” do trabalhismo getulista no Rio Grande do Sul, e da “ameaça”, ainda que um pouco menor, trazida pelo PSDB, ao final dos anos 80.

Conforme Madeira (2006), a despeito de sua artificialidade de origem, ARENA e MDB passaram por um processo de lenta “sedimentação” ao longo das décadas 60 e 70, constituindo, pouco a pouco, o papel de “estruturadores das disputas e da construção de identidades político-partidárias” (Madeira, 2006, p. 198-199), por meio, principalmente, dos processos eleitorais que se sucederam à época¹²². E foi justamente a relevância que a clivagem política “ARENA X MDB” acabou tomando no final dos anos 70 que alçou ambos os partidos à condição de “matriz” do multipartidarismo pós-abertura. Isto é, para o autor, está claro que a paulatina estruturação do MDB e da ARENA, ao consolidar uma “nova clivagem” política, foi substituindo “clivagens anteriores” ao regime de 64:

¹²¹ Informação retirada da entrevista concedida por Antônio Britto, em setembro de 1988, para o programa “Roda vida”, da TV Cultura de São Paulo. A transcrição integral da entrevista está disponível no endereço http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/652/entrevistados/antonio_britto_1988.htm. Britto seria “assediado” pelo PSDB, por diversas vezes, ao longo da década de 90.

¹²² No caso do MDB, a divisão interna entre os chamados “autênticos” (a “oposição de verdade”) e os “moderados” (mais próximos do regime) representou um lento processo de substituição da clivagem representada pelas antigas legendas partidárias – prévias ao golpe de 64 – por uma nova. O crescimento eleitoral da oposição emedebista a partir da eleição de 1974 e a formação de um grupo de deputados federais mais jovens e dispostos a demarcar, de forma mais consistente, posição contra o regime militar foram, dentre outros fatores apontados por Madeira (2006), importantes para a estruturação de um “bipartidarismo de fato” no país naquele período.

No entanto, o que quase nenhuma análise salienta é que o fato de que independentemente do grau de estruturação dos atuais partidos políticos, no seu período inicial (principalmente o período denominado de Nova República) este novo multipartidarismo não atuava no vácuo. Um das principais contribuições do presente estudo é a constatação de que havia sim uma matriz a partir da qual o novo sistema partidário passa a se configurar ao longo principalmente das décadas de oitenta e noventa. Ainda no que tange a este aspecto, pode-se, por fim, afirmar que assim como a influência dos vínculos e laços atribuídos aos antigos partidos foi se enfraquecendo ao longo do período bipartidário, o mesmo é identificado na passagem do bipartidarismo ao atual multipartidarismo. (Madeira, 2006,p.199)

Então, considerando que as duas legendas estruturadas durante o regime tiveram papel na organização do novo multipartidarismo – e que ambas não eram, por assim dizer, partidos de “fachada”, mas legendas sedimentadas naquele momento –, é no mínimo plausível – e este, acreditamos, ser o caso de importantes líderes do (P)MDB gaúcho – que muitas lideranças forjadas, de forma mais efetiva, eleitoral e politicamente, no seio emedebista – e que constituíram, propriamente, sua carreira política galgando postos de vulto em meio as “lutas” oposicionistas contra a ditadura – não tenham tido interesse em “retomar”, pós-abertura, “heranças” e “lealdades” prévias a 64, optando, assim, por valorizar o “legado” conquistado a “duras penas” no período autoritário.

Isso explica, ao menos em parte, porque, por exemplo, líderes emedebistas de corte “trabalhista”, como o ex-petebista Pedro Simon¹²³, preferiram continuar no (P)MDB, se negando a ingressar no PDT, mesmo tendo o convite do “líder maior” e “herdeiro” do trabalhismo Leonel Brizola. Enquanto liderança majoritária do PMDB regional e, até mesmo, como nome de expressão nacional do partido, Simon, um “autêntico de primeira hora”, não teria motivos para abandonar seu partido – que, lembre-se, além de tudo, detinha poderosa máquina partidária em todo o Estado – mesmo que fosse para jogar um papel importante na “reorganização do

¹²³ Pedro Simon presidiu a UNE gaúcha. Em 1960 elegeu-se vereador pelo PTB. Em 1962, deputado estadual pelo partido. Um ano depois, tornou-se presidente do PTB gaúcho. Com o estabelecimento do bipartidarismo, ingressou no MDB em 1966, tornando-se presidente da sigla. Pelo MDB, foi eleito e reeleito deputado estadual. Em 1978, chegou ao Senado. Durante o bipartidarismo, acumulou o capital político do qual se valeria para fundar o PMDB (Grill, 2005, p. 542).

trabalhismo”¹²⁴. Papel que, certamente, ficaria abaixo da expressão maior de Brizola¹²⁵.

É nesse sentido – de resgate do que aconteceu nos chamados “anos de chumbo”, de recuperação do peso do MDB no início do multipartidarismo e da redemocratização e de reconstituição da relação que se estabeleceu entre os posicionamentos e pretensões das lideranças que voltavam do exílio e o que pensavam os líderes do partido de oposição naquele período – que o dirigente estadual do PMDB, entrevistado para este trabalho, deixa claro que, “ao contrário do que muitos pensavam”, a história da oposição ao regime militar – do MDB e de suas lideranças –, não poderia ser simplesmente “deixada de lado”, “negada” ou considerada “algo menor”, justamente naquele momento de estruturação de novos partidos, com a volta das lideranças anistiadas e a conseqüente abertura política:

Quando veio o pluripartidarismo, ali próximo a 1980, 79, por aí, as forças foram se acomodando, né. E aí, logo depois, surgiu o PT, os partidos comunistas também começaram a se arregimentar. E a deputada Ivete Vargas acabou, eu acho que, de um modo geral, com certo beneplácito, ainda com o que restava do período ditatorial, pegando a sigla do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que era muito emblemática, digamos assim, né, e tinha uma história, nos curtos períodos de democracia no Brasil(...). Acabou se apoderando da sigla “PTB”. Ela tinha, no imaginário popular, uma boa penetração. A vinda do Brizola, com as liberdades e garantias individuais sendo conquistadas, voltando ao país, imaginava-se que ele pudesse, junto com outras lideranças daqui, estarem unidas, nem tanto à direita, nem tanto à esquerda, mas de uma forma bastante bem posicionada, uma centro-esquerda, alguma coisa assim, era o que eu imaginava (...). Isso não

¹²⁴ A própria divisão entre PMDB e PDT, naquele momento, viabilizou, no Estado, principalmente por causa do “voto vinculado”, – legislação eleitoral casuística pensada no bojo da estratégia de “liberalização controlada” do regime militar – a vitória de Jair Soares, do PDS, nas eleições de 1982.

¹²⁵ A polarização entre Simon e Brizola, quando da definição dos rumos da “herança trabalhista” no Rio Grande do Sul na redemocratização, pode ser creditada, também, a outros fatores como a “extração social” das duas lideranças e seus “vínculos” com diferentes “famílias políticas”. De acordo com Grill (2009, p. 4), “esses alinhamentos guardam relação também com os perfis sociais das “famílias”, demonstrando uma tendência à vinculação de “famílias” com “raízes” em segmentos mais “tradicionais” ou em inserções mais “populares” e de extração mais baixa ao PDT, e à aproximação de “famílias” mais ligadas ao catolicismo e ao “empreendedorismo”, bem como de descendentes de imigrantes alemães, italianos, entre outros, ao PMDB”.

aconteceu, sabe-se lá por que motivos. As lideranças que aqui ficaram, dentre elas o Pedro Jorge Simon, isentam-se da responsabilidade dessa união não ter ocorrido. O pessoal mais próximo do Brizola diz que a culpa foi exatamente de lideranças como o Simon e outros que não permitiram essa aproximação. E depois o Brizola fazia algumas declarações como se nada tivesse acontecido nesse tempo todo de ditadura, como se não tivesse havido oposição nenhuma, como se as bases sociais, como se a sociedade não tivesse sido nunca instrumentalizada contrária a ditadura ou alguma coisa assim, né, ou conscientizada e tal. Isso também pegava mal no seio daqueles que minimamente, que nem eu, e muito modestamente foram contribuindo. Tinham o sonho de ver o país democrático e tudo, né. Então, eu já comecei a ficar meio assim: “mas que líder é esse que fica tanto tempo [fora] e vem aqui e meio que desautoriza todo mundo e xinga todo mundo?”. Eu não acho que seja exatamente assim, né. Aliás, não é isso que eu vivenciei (...). Foi o somatório de iniciativas, de participações, de gritos, de reverberações (...) que acabaram acabando com a ditadura. Então, peraí. Depois teve uma disputa jurídica, acho que a ditadura ainda tinha compromisso de que o PTB ficasse com a Ivete Vargas. Acabou ficando. E isso foi um solavanco grande na intenção do Brizola de ficar com a sigla. Criou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT. E aqueles que, como eu, achavam que ainda era um momento de ficar mais aglutinado à oposição porque ainda bandeiras haveriam de ser conquistadas e, de certa forma, a força de partidos maiúsculos, maiores, ainda poderia impor ao regime, aliás dar uma segurança, dar uma envergadura, pra que a eleição direta pra presidente fosse acontecer o mais rapidamente possível, pra que as liberdades e as garantias individuais não viessem a ter nenhum um risco de serem suprimidas, ou violentadas e tal, resolveram continuar no MDB. Então, nós fomos o sucedâneo, que era o PMDB. Só que a legislação disse que tinha que tudo ter “P” na frente. “P” de partido. Então, acrescentamos o “P” na frente do MDB porque dava a idéia de Movimento ainda, da necessidade de Movimento. (Dirigente Estadual do PMDB)

A fala do dirigente deixa claro que as “críticas” de Brizola, empenhado em retomar o PTB, tinham efeitos negativos grandes entre os emedebistas e “todos aqueles” que, de alguma forma, tinham “contribuído” para afirmação da oposição ao regime e para o processo de abertura democrática. A “história” da oposição ao

regime, que se confundia com a própria história do MDB, não poderia ser simplesmente “diminuída”, como se “nada”, nenhuma contestação ao regime, tivesse ocorrido. Além disso, ficou demonstrado que o peso do MDB na época, “partido maior e maiúsculo”, nas palavras do dirigente, e as “bandeiras” por ele esposadas, dentro do próprio contexto de recente “liberalização” do regime – isto é, com a possibilidade, sempre real, de “retrocessos” –, foram levados em conta no “cálculo” feito por aquela elite política que, em virtude do multipartidarismo, precisava tomar decisões no sentido de se “reposicionar” no jogo político. Preferiram, então, permanecer no partido em que estavam.

Acerca da disputa pelo “legado trabalhista” no período de abertura e organização do multipartidarismo, Grill (2005), assevera que, naquele momento, tanto Ivete Vargas, citada pelo nosso entrevistado, quanto o próprio Pedro Simon rivalizaram, de fato, com Brizola pela “herança”. Para o autor, os “trunfos acionados por ambos são elucidativos da disputa pelo uso do passado como um recurso político” (Grill, 2005, p. 533). Ivete Vargas “aliou às suas redes de relações no governo federal o uso do sobrenome e do parentesco, que a ligavam a Getúlio Vargas, para disputar a legenda, obtendo êxito” (Grill, 2005, p. 533). E Pedro Simon, por outro lado, se valeu do “papel desempenhado como líder do MDB (sigla que abrigou os trabalhistas durante o regime militar) no Rio Grande do Sul para mobilizar os quadros que se auto-intitulavam trabalhistas no sentido de permanecerem no PMDB” (Grill, 2005, p. 533).

Mantendo-se “aglutinada” a organização emedebista dentro do PMDB, tempos depois, por também não ter a “sombra” de lideranças importantes dentro do partido¹²⁶ – ao contrário do que ocorrera com o grupo fundador do PSDB paulista em relação ao “Quercismo” – Simon não mostrou interesse em ingressar nos quadros tucanos em 1988, o que, anos depois, abriu espaço para que ex-arenistas entrassem na sigla. E, como já foi afirmado, a debilidade regional do PSDB é, assim,

¹²⁶ Ressalte-se que essa “sombra” no interior do partido veio a surgir, para Simon, muitos anos depois: no início dos anos 2000, culminando na ruptura de Antônio Britto e seu grupo, que rumaram para o PPS após fortíssimo racha partidário em eleição da direção regional do partido. E, atualmente, com a ascensão do deputado federal Eliseu Padilha.

pelo menos parcialmente, explicada pela ausência, no RS, do “estuário” que deu origem a esse partido em Minas Gerais e em São Paulo: o (P)MDB. O “espaço aberto” na legenda foi ocupado, então, por ex-arenistas.

Nesse ponto, no caso gaúcho, inclusive, a entrada de uma liderança eleitoral de peso como Nelson Marchezan, no PSDB, acabou gerando certa “competição” interna pelo domínio da sigla nos anos 90 e no início dos anos 2000: de um lado, estava o ex-líder do PDS e, de outro, a professora universitária, comunicadora e ex-comentarista de economia na mídia local, Yeda Crusius¹²⁷. Com a morte de Marchezan em 2002 – que teve o “sobrenome” político e o “espólio” eleitoral herdado por seu filho¹²⁸, atualmente deputado federal¹²⁹ – Yeda passa a ter o controle do partido, elegendo-se, surpreendentemente, governadora na eleição de 2006, numa eleição fortemente nacionalizada¹³⁰. Esse fato, no entanto, dado os “percalços” da administração tucana – denúncias de corrupção, investigações da Polícia Federal, conflitos na base do governo, agenda política excessivamente “fiscalista”, dentre outros problemas –, não pareceu, tampouco, ter contribuído para a sedimentação regional da sigla ou, ao menos, para uma penetração maior dos tucanos nas bases eleitorais do PMDB, seu “partido vizinho” no Estado. PMDB que foi integrante da “coalizão” que, com grandes dificuldades, deu sustentação ao governo Yeda Crusius.

¹²⁷ Yeda Crusius ingressou no PSDB em 1990. Em 1995, passou a fazer parte da executiva nacional do partido. Antes de ingressar na política, Yeda foi professora universitária, na área de Economia, e trabalhou como comentarista nos principais veículos da RBS.

¹²⁸ Análise da “família Marchezan”, e de sua “base de herança política” no RS, pode ser encontrada em Grill (2003).

¹²⁹ A rivalidade interna com Crusius parece, inclusive, também ter sido “herdada” por Nelson Marchezan Júnior. Um exemplo disso é o embate público ocorrido entre ambos durante o processo pré-eleitoral de 2012, quando ocorreu a escolha do candidato do PSDB à prefeitura de Porto Alegre. Na ocasião, Marchezan Júnior acusou Yeda de querer “sabotá-lo” eleitoralmente, impedindo-o de concorrer a prefeito de Porto Alegre. Para Marchezan, que acabou derrotado pelo candidato de Yeda na prévia tucana – o desconhecido professor de Direito e advogado Wambert di Lorenzo –, o objetivo da ex-governadora era de lhe tirar “visibilidade política” com vistas a que ela pudesse concorrer para a Câmara dos Deputados, em 2014, como mais “tranqüilidade”, isto é, sem ter uma concorrência tão “forte” dentro da própria “lista” do partido.

¹³⁰ Geraldo Alckmin, candidato à presidência pelo PSDB naquela eleição, foi o mais votado nos dois turnos no Estado. Seu desempenho, em certa medida, beneficiou Yeda.

O PMDB detém, atualmente, 140 prefeitos (dentre as prefeituras de destaque, Caxias do Sul e Santa Maria), 107 vice-prefeitos, 1156 vereadores e aproximadamente 250 mil filiados no Rio Grande do Sul, conforme informações retiradas do “site” do partido¹³¹. O PSDB gaúcho, por sua vez, possui, atualmente, 17 prefeitos, 29 vice-prefeitos, 235 vereadores e aproximadamente 90 mil filiados (de acordo com os dados publicados no portal estadual do partido¹³² e no “site” do TSE)¹³³.

Por fim, dois pequenos partidos de esquerda¹³⁴, PCdoB e PSB, apresentam, respectivamente, as seguintes médias quanto ao tempo de filiação: 10,42 anos e 8,05 anos (a segunda média mais baixa entre todos os partidos). Ambos partidos, ao compartilharem o mesmo “território de caça” – de “centro-esquerda”, grosso modo – com o PT gaúcho ainda possuem enraizamento precário no Rio Grande do Sul¹³⁵. É de considerar, no entanto, que, nos últimos anos, – e especificamente nas duas últimas eleições estaduais –, ambos têm ampliado sua representação na Assembléia Legislativa e na bancada gaúcha na Câmara dos Deputados.

O PCdoB, em 2006, em coligação proporcional com o PT, além de manter sua cadeira na AL/RS, com a eleição de Raul Carrion¹³⁶, vereador de Porto Alegre, elegeu, com votação consagrada – 271.939 votos –, a também vereadora Manuela D’ávila¹³⁷ para a Câmara dos Deputados. Naquela eleição, o PSB, sem coligação,

¹³¹ www.pmdb-rs.org.br/

¹³² www.psdb-rs.com.br/

¹³³ Para ilustrar o impacto mínimo que o governo Yeda Crusius teve na ampliação da força regional do PSDB, se pode dizer que o número de prefeitos eleitos pelo partido, no RS, aumentou de 17 para 19, no comparativo das eleições de 2004 e 2008. Após a perda de dois executivos municipais, os tucanos administram, atualmente, 17 cidades.

¹³⁴ Entenda-se, aqui, por “Pequenos Partidos de Esquerda”, o que está consolidado na literatura. A expressão é utilizada, por exemplo, por Madeira (2006) e por Marengo do Santos (2000, 2001). Nesta definição, encontram-se, conforme os autores, os partidos PCdoB, PV, PCB/PPS e PSB.

¹³⁵ PCdoB e PSB estiveram juntos com o PT em diversas eleições estaduais. Compuseram governos petistas na prefeitura de Porto Alegre e no governo do Estado, além de compartilharem muitos executivos municipais. O PSB apoiou os petistas para o Palácio Piratini em 1990, 1994, 1998 e 2010 (indicando o candidato a vice-governador). Os socialistas lançaram, no entanto, candidatos próprios ao executivo estadual: em 2002, Caleb de Oliveira, e em 2006, Beto Grill. O PCdoB apoiou o PT, em disputas estaduais, nas eleições de 1994, 1998, 2002, 2006 (indicando o nome para vice-governador: Jussara Cony) e em 2010.

¹³⁶ Anteriormente, o PCdoB era representado no parlamento estadual por Jussara Cony.

¹³⁷ Manuela D’ávila foi diretora regional da UNE, militante da UJS (União da Juventude Socialista) e é

elegeria dois deputados estaduais – Heitor Schuch e Miki Breier –, e manteria a cadeira do deputado federal Beto Albuquerque, sua maior liderança no Estado¹³⁸.

Em 2010, concorrendo coligados (com mais o PR), PSB e PCdoB tiveram o seu melhor desempenho em eleições proporcionais no Rio Grande do Sul, principalmente para Câmara dos Deputados, devido à força eleitoral de seus dois “puxadores de voto” (Manuela D’ávila e Beto Albuquerque¹³⁹). Juntos, PCdoB e PSB elegeram 5 deputados federais: Manuela, Beto Albuquerque, o ex-prefeito de Cachoeirinha, José Stédile (PSB), o ex-vice-prefeito de São Leo Leopoldo, Alexandre Roso (PSB), e o vereador de Caxias do Sul, Assis Melo (PCdoB). Na Assembléia Legislativa, o PCdoB manteve a cadeira de Raul Carrion, e o PSB, além de manter os mandatos de Heitor Schuch e Miki Breier, ampliou a sua representação na Casa com a eleição de Catarina Paladini. Por fim, o PSB, ao compor a chapa vitoriosa de Tarso Genro ao executivo estadual, passou a ocupar a vice-governadoria do Estado, com Beto Grill.

Em âmbito municipal, o PSB tem, hoje, 12 prefeitos (dentre as prefeituras de maior destaque, Santana do Livramento e Cachoeirinha), 12 vice-prefeitos e 115 vereadores¹⁴⁰. O PCdoB, com números bem mais modestos, possui, atualmente, dois vice-prefeitos – Bagé e Santa Rosa –, nenhum prefeito e 21 vereadores, de

filiada ao PCdoB desde 2001. Elegeu-se vereadora em Porto Alegre na eleição de 2004. Foi eleita para a Câmara dos Deputados, com a maior votação do Estado, em 2006. Em 2010, repetiu o feito, desta vez arregimentando quase 500 mil votos (quarta maior votação para o cargo no Brasil e maior votação na região sul). Concorreu à prefeitura de Porto Alegre em 2008, ficando em terceiro lugar.

¹³⁸ Beto Albuquerque filiou-se ao PSB em 1986, sendo um dos fundadores do partido no Estado. Elegeu-se deputado estadual em 1990. Foi reeleito em 1994. Em 1998, eleito deputado federal, se licenciou da Câmara dos Deputados para assumir a Secretaria Estadual de Transportes, no governo Olívio Dutra, do PT. Em 2002, foi reeleito deputado federal, feito que foi repetido em 2006. Em 2010, após abandonar sua pré-candidatura ao governo do Estado, que contava com o apoio do PCdoB, optou por concorrer à reeleição para a Câmara dos Deputados, sendo o principal artífice do apoio do PSB e dos comunistas à candidatura de Tarso Genro. Com Tarso eleito governador, Beto Albuquerque se licenciou da Câmara para assumir a Secretaria Estadual de Infra-Estrutura e Logística. Outro fundador do PSB foi Fulvio Celso Petracco (Engenheiro, liderança estudantil nos anos 60 com atuação na “Campanha da Legalidade”). Filiou-se à legenda em 1961 (antes da cassação da mesma pelo golpe militar de 64). Com a redemocratização, Petracco refundou o partido no Estado, exercendo a presidência por alguns anos. Concorreu a governador em 1986, a prefeito de Porto Alegre em 1988, a deputado estadual em 1990 e a vereador em Porto Alegre no ano de 1996. Hoje, é presidente de honra do PSB/RS.

¹³⁹ Os dois deputados mais votados do Estado: com, respectivamente, 482.590 e 200.476 votos.

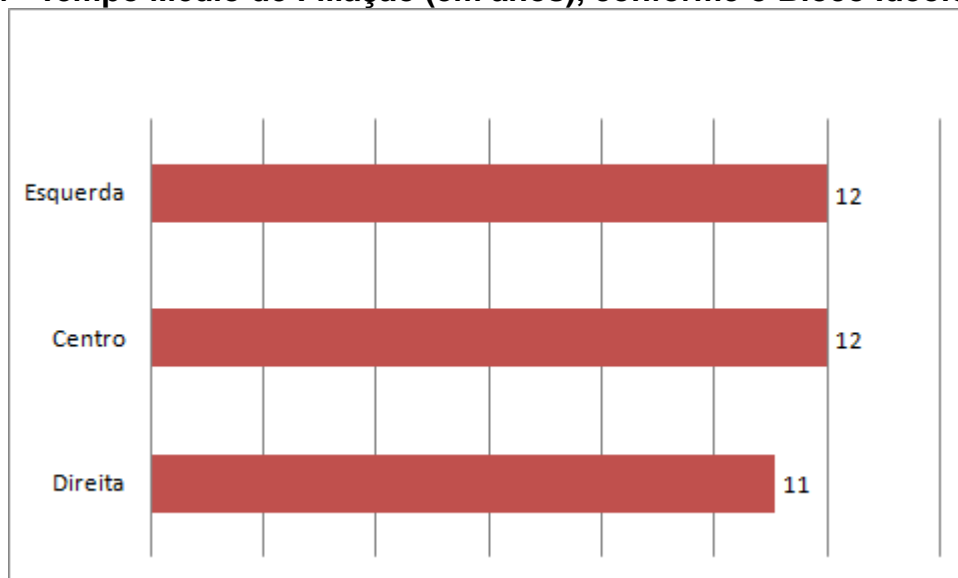
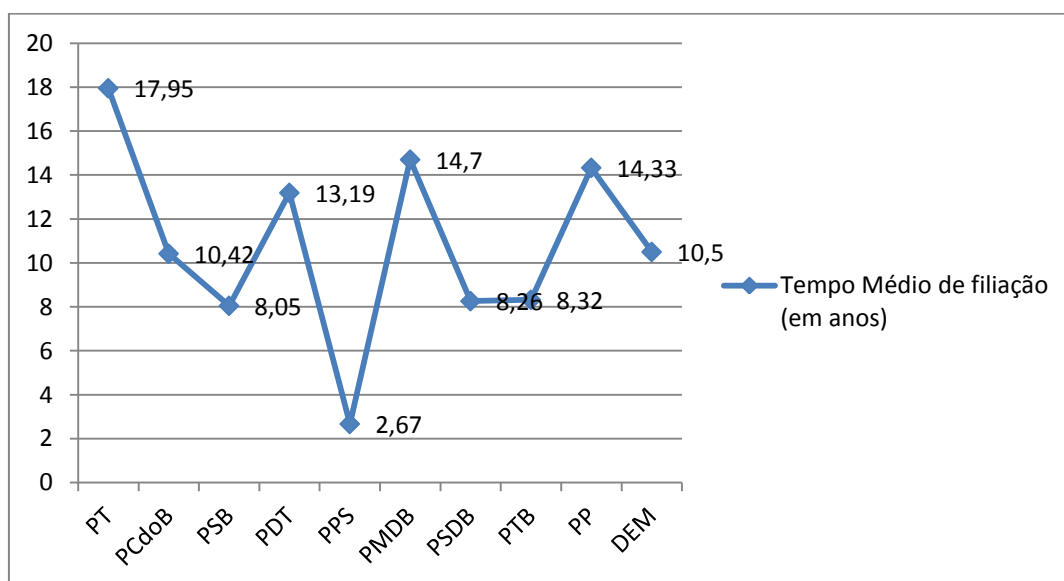
¹⁴⁰ Retirado do “site” estadual do partido: <http://www.psb.rs.org.br/>

acordo com informações obtidas junto ao diretório estadual do partido¹⁴¹. Quanto ao número de filiados no Estado, o PSB detém, hoje, 48.962 eleitores filiados. O PCdoB, 20.071. Os números são de julho de 2012, conforme informações coletadas no “site” do TSE.

Preliminarmente, pode-se afirmar que – apesar de o fato de a maior média de tempo de filiação ter sido obtida pelo PT confirmar o que vem sendo defendido pela literatura: a vinculação desse partido com seus membros é um dado relevante no contexto partidário brasileiro (Marenco dos Santos, 2001; Bolognesi, 2009; Marques, 2007; Altmann, 2010) – seria exagerado, e incorreto, expandir a realidade petista para outros partidos de esquerda, como se a distribuição do tempo de filiação médio entre o conjunto das legendas pesquisadas estivesse estruturada em termos “ideológicos”. Os candidatos de partidos de “esquerda” não possuem um vínculo de “lealdade partidária” com superioridade relevante aos de “direita” – e, muito menos, aos de centro. A diferenciação ideológica, aqui, não parece explicativa, diferentemente do ocorrido, por exemplo, entre os partidos estudados no exame dos perfis de recrutamento legislativo, no Brasil, Chile e Uruguai, desenvolvido por Marenco e Serna (2007). O cotejo do tempo médio de filiação, entre os três blocos ideológicos, está exposto no gráfico abaixo¹⁴²:

¹⁴¹ A título de comparação, o PT/RS detém 60 prefeitos, 80 vice-prefeitos e mais de 500 vereadores. O PDT, com boa penetração no interior, possui 69 prefeitos e 62 vice-prefeitos. O PTB, por sua vez, tem 31 prefeitos, 43 vice-prefeitos e 374 vereadores. Dados retirados de: www.ptbrs.org.br/; www.pdtrs.org.br/ e www.ptbrs.org.br/.

¹⁴² A divisão dos Blocos foi inspirada em Marenco (2001): *Direita* (PP, DEM, PTB), *Centro* (PMDB e PSDB) e *Esquerda* (PT, PDT, PSB, PPS, PC do B).

Gráfico 4 - Tempo Médio de Filiação (em anos), conforme o Bloco Ideológico**Gráfico 5 - Tempo Médio de Filiação (em anos) conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual**

Aqui, a variável regional, própria da configuração específica do sistema partidário do Rio Grande do Sul (Lima Júnior, 1997) – e dos “efeitos” produzidos pela transição regional do bipartidarismo para o multipartidarismo (Madeira, 2006) no Estado –, parece ganhar certa relevância explicativa para as disparidades existentes entre as organizações quanto aos vínculos de lealdade dos candidatos, mais do que

a disposição de cada partido no eixo “esquerda-direita”. Além disso, dada a disparidade das médias de tempo de filiação, a hipótese de “homogeneidade” dos efeitos da “lista aberta”, no sentido de uma fragilização “inevitável” dos vínculos entre candidatos e partidos e do fomento ao “estrito” individualismo, não pode ser levantada.

Para isso, o comportamento dos partidos políticos, em relação ao grau de vinculação de seus membros, deveria ser “invariante” (Marengo dos Santos, 2003) ou com discrepância mínima. Não é o que se encontrou. Utilizando o mesmo raciocínio de Marengo dos Santos e Serna (2007), “se os efeitos atribuídos ao sistema de lista aberta sugeridos por autores” como Mainwaring (1991) e Ames (2003) “podem explicar os padrões encontrados nos partidos” PPS, PSB e PTB, “eles não permitem compreender por que sob a mesma regra de competição eleitoral” o PT apresenta média de tempo de filiação bastante superior (o dobro do PSB e do PTB e quase seis vezes a média do PPS) e, menos ainda, as variações interpartidárias.

Da mesma forma, quanto ao espectro ideológico, partidos mais “antigos”, possuidores de lideranças com “legitimação interna” (Filomena, 2010) e devedores do bipartidarismo estruturador do sistema partidário pós-redemocratização (Madeira, 2006), no caso PP e PMDB, tiveram desempenho superior, quanto ao tempo de filiação de seus quadros, em relação a agremiações de esquerda, como o PSB, PPS, PCdoB e o próprio PDT.

“Coeso” em torno dos “remanescentes” do MDB – e sem sofrer com o processo de “arenização” ocorrido em outros Estados da federação (Madeira, 2006) –, o PMDB atravessou as últimas três décadas obtendo excelentes resultados eleitorais (três vitórias para o governo do Estado), a despeito da dissidência do início dos anos 2000 (grupo de Antônio Britto) e da “ambigüidade” política e falta de “identidade política” do partido nacionalmente. Com o forte “núcleo estruturador” (Filomena, 2010) e com a força de suas lideranças médias (Madeira, 2006), o PP sobreviveu à “ascensão e queda” do malufismo, nos anos 90, aos conflitos

constantes com a direção nacional, à “adesão” do PP nacional ao governo Lula e, por fim, ao seu longo afastamento do comando do executivo estadual (o último governador Progressista foi Jair Soares, no início dos anos 80).

A sedimentação regional de PMDB e PP, no entanto, parece ter “interditado” a estruturação regional de PSDB e DEM, apesar do acesso dos últimos ao comando do governo estadual (o PFL, atual DEM, nos anos 80, e o PSDB já nos anos 2000). Soma-se a isso, a debilidade organizacional do PSDB e os “desacertos” constantes no interior do comando partidário (entre Yeda Crusius e Nelson Marchezan; e, atualmente, entre a mesma e Nelson Marchezan Júnior). O DEM, por sua vez, apesar de ter uma direção regional bastante fechada (na pessoa de Onyx Lorenzoni¹⁴³), sofreu com o afastamento eleitoral de quadros importantes (Germano Bonow) e também parece “pagar o preço” – tal como tem ocorrido nacionalmente – pela oposição renhida que tem feito aos governos Lula e Rousseff.

O PDT, por sua vez, ao angariar parte do espólio trabalhista, também reivindicado pelo PTB e pelo PMDB, sobreviveu, ainda que com grandes dificuldades, à ascensão do petismo nos anos 90 – que lhe custou, por exemplo, a perda de importantes lideranças, como Dilma Rousseff e o “trabalhista histórico” Sereno Chaise, e fez minguar seu principal “território de caça” eleitoral: Porto Alegre e Região metropolitana¹⁴⁴ –, e à perda de seu líder maior e “liderança carismática” fundadora: Leonel Brizola. Os pedetistas apresentaram a quarta maior média de filiação partidária, ficando atrás apenas dos três maiores partidos do Estado: PT, PMDB e PP.

¹⁴³ A relação entre a estrutura regional do DEM e o mandato de Onyx Lorenzoni é praticamente “simbiótica”. Além de Onyx ser o presidente estadual do partido, seu chefe de gabinete já ocupou, ao mesmo tempo da função exercida no mandato, a secretaria-geral do DEM/RS e hoje exerce o cargo de Tesoureiro.

¹⁴⁴ Sobre isso, é esclarecedor o relato do presidente estadual do PDT, Romildo Bolzan Júnior, em entrevista ao Portal Regional Sul21: <http://sul21.com.br/jornal/2012/05/romildo-bolzan-foco-do-pdt-no-rs-e-retomada-na-regiao-metropolitana/>. Nas palavras do dirigente: “A nossa maior preocupação é com a região metropolitana, exatamente porque nessa região o PDT já foi hegemônico. Já foi praticamente o partido de todos os municípios de uma vez só e perdeu espaço político. Na verdade, ele foi substituído pelo PT e por outros partidos que tiveram capacidade de mobilizar melhor as suas cidades. O processo inicial do PDT, quando ressurgiu o trabalhismo, veio exatamente para a região metropolitana como uma onda avassaladora.”

O PTB, por outro lado, passa, no momento, por um teste importante: sedimentar-se como um partido relevante no contexto regional sem ter como “fiador” eleitoral sua liderança de maior expressão: o radialista, e ex-senador, Sérgio Zambiasi¹⁴⁵. Com o afastamento de Zambiasi da vida eleitoral, as lideranças do partido parecem ter optado, inicialmente, por buscar a manutenção da bancada petebista na Assembléia Legislativa (seis deputados estaduais) – o que lhe vale o acesso a “espaços” importantes no executivo estadual (três secretarias de estado) – e a inserção do partido nos executivos municipais da região metropolitana: participação na prefeitura de Porto Alegre (três secretarias municipais), e o governo das prefeituras de Alvorada e Guaíba e a vice-prefeitura de Viamão.

Para isso, o partido tem se valido de sua “flexibilidade de alianças” (compôs com os últimos três governos estaduais) e, principalmente em Porto Alegre, de uma “estratégia” de “inserção comunitária” junto aos setores mais vulneráveis e “excluídos”, além de contar com o comando de um “núcleo dirigente” coeso (Filomena, 2010)¹⁴⁶. Em certo sentido, o PTB permanece fiel as “metas” traçadas na estruturação de seu “modelo originário”: atuação “assistencial” (própria da origem de sua principal liderança) e controle restrito da máquina partidária (expansão por

¹⁴⁵ Ao lançar sua pré-candidatura ao governo do estado em 2010, que acabou não se confirmando, Luis Augusto Lara, então presidente estadual do PTB, afirmou que o partido precisaria – dali em diante – aprender a “caminhar” sem a principal liderança que o havia “conduzido” até aquele momento. No caso, Zambiasi.

¹⁴⁶ É importante sublinhar que, para além do afastamento eleitoral de Zambiasi e do ingresso de Danrlei no PSD, nos últimos anos, o PTB tem perdido muitas lideranças com peso político, vinculação partidária e densidade eleitoral na região metropolitana, como: Leão de Medeiros (ex-vereador e ex-presidente municipal do partido, que se afastou do partido), Sônia Santos (ex-vereadora, que se afastou de disputas eleitorais), Eliseu Santos (ex-vereador, deputados estadual e vice-prefeito de POA, morto em 2010), Nelcir Tessaro (ex-vereador e ex-presidente municipal, e atual membro do PSD). Além disso, alguns líderes do partido têm se enfraquecido, caso de Edir oliveira (ex-deputado federal e ex-prefeito de Gravataí, que sofreu forte refluxo eleitoral após a chamada “CPI das sanguessugas”, de 2006). Por outro lado, o partido tem procurado se fortalecer a partir da “atração” de membros de diversas legendas, casos de: Paulo Brum – ex-deputado estadual e ex-vereador pelo PSDB –, Ademir Schneider (liderança de Novo Hamburgo e quarto suplente estadual do PSDB na AL/RS com 45 mil votos), Elmar Schneider (ex-deputado estadual pelo PMDB) e Sérgio Stasinski (ex-prefeito de Gravataí e deputado estadual pelo PT). A busca por nomes com “densidade eleitoral” por “fora” da organização pode ser a tônica do partido no momento para “cobrir” as “perdas” com o desligamento e afastamento de lideranças partidárias com voto. Isso já ocorrera em 2010, caso de Danrlei, e é, em parte, explicativo da baixa média de filiação partidária entre os quadros petebistas pesquisados neste trabalho: apenas 8,31 anos.

“penetração territorial”). Soma-se a isso, ainda, a valorização dos espaços conquistados¹⁴⁷ pelo partido na burocracia estatal¹⁴⁸. Essas características do PTB regional podem ser importantes para “neutralizar”, também, o surgimento do PSD/RS. Ao ser fundado majoritariamente por ex-membros do PTB – caso do deputado federal Danrlei e do vereador Nelcir Tessaro –, e, em menor número, por ex-peemedebistas e ex-pedetistas, o PSD gaúcho foi, até agora, mais “prejudicial” ao PTB no Estado do que ao DEM (diferentemente do ocorrido em São Paulo e em Santa Catarina).

PSB e PCdoB apostam, basicamente, em suas grandes “estrelas” regionais: Manuela D’ávila e Beto Albuquerque. Com PSB e PCdoB atuando aliados, o desempenho eleitoral das duas lideranças avalizou o aumento da representação dos partidos na bancada gaúcha Câmara dos Deputados e contribuiu para, em aliança com o PT, o PSB conquistar a vice-governadoria do Estado em 2010. Para isso, no entanto, as “máquinas partidárias” foram disponibilizadas quase que de forma integral para as campanhas de Manuela e Beto Albuquerque (basta ver, como se mostrará, a distribuição do tempo de TV entre os candidatos a deputado federal dos

¹⁴⁷ Nesse ponto, o PTB gaúcho parece se comportar – guardadas as devidas proporções de um juízo sem grande lastro empírico – com algumas semelhanças e diferenças em relação ao PFL nacional dos anos 80 e 90: o PTB/RS, assim como o antigo PFL, é um partido que sobrevive e amplia seu capital político a partir da valorização dos “espaços” ocupados e dos “recursos” angariados em âmbito estatal. Para isso, ele valoriza ao máximo, e procura ampliar, a ocupação de espaços políticos na burocracia estatal (mesmo que isso “custe” certo “pragmatismo” e “flexibilidade” de alianças). No entanto, ele não pode ser caracterizado como um “partido de governo” – no sentido de possuir alto “poder de coalizão” e capacidade de intervenção na agenda política –, tal como a organização pefelista se mostrou nos anos 90, principalmente durante o governo Fernando Henrique. O PTB/RS, nesse sentido, está mais próximo da ideia de “partido no governo”, isto é, de um “aliado” com certa importância para a sustentação do executivo (na AL/RS, em específico, sustentou os últimos três governos estaduais, um deles com grandes problemas de coordenação: o de Yeda Crusius), mas periférico na definição do conteúdo das políticas públicas e detentor de um “poder de coalizão” não tão decisivo (o peso político parlamentar do PTB/RS na AL/RS – não tanto em “disciplina”, mas em “tamanho” mesmo no plenário – é muito inferior ao do antigo PFL na Câmara dos Deputados). Enfim, são hipóteses a serem avaliadas em estudos posteriores. Sobre o conceito de “partido de governo” e o papel do PFL na política brasileira até o início do governo Lula, ver Corbellini (2005).

¹⁴⁸ No plano interno, o partido tem procurado, inclusive, “profissionalizar” seus quadros para atuação na administração pública, por meio do fornecimento de “cursos de especialização em Gestão Pública” em parceria com a faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O curso, patrocinado pelo IST (Instituto Solon Tavares, do PTB) e pela faculdade de Economia da UFRGS já está na segunda edição e, até agora, formou cerca de 40 petebistas. Dados do diretório regional do partido e do site do IST (<http://www.istrs.org.br/>).

dois partidos). Sem o reforço das bases sociais partidárias¹⁴⁹ e de seu peso nos executivos municipais, comunistas e socialistas poderão ficar, num futuro próximo, cada vez mais dependentes do capital político acumulado por suas lideranças de maior vulto. A “fluidez” organizacional parece ser ainda maior no PSB: partido com segunda média mais baixa de filiação partidária entre todas as legendas pesquisadas.

O PPS, historicamente frágil no Estado, encontra-se ainda mais enfraquecido, principalmente após a perda de boa parte de seus líderes (muitos deles ainda da dissidência do PMDB): casos de Nelson Proença e Antônio Britto (que foram atuar no setor privado) e de César Busatto (que retornou para o PMDB). A morte de Bernardo de Souza, em 2010, retirou o peso político do PPS em Pelotas (onde havia chegado ao executivo municipal em 2004). O partido também perdeu o deputado estadual, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Carlos Gomes para o PRB.

Restou, então, ao PPS, após a derrota da chapa de Yeda Crusius em 2010, que tinha Berfran Rosado com candidato a vice, a manutenção dos vínculos com os governos que compõe na região metropolitana: prefeitura de Porto Alegre (onde detém o controle de uma secretaria municipal e de uma autarquia) e de Canoas, especialmente. Atualmente, o PPS tem sua bancada estadual reduzida a dois deputados (Paulo Odone e Luciano Azevedo) e nenhum deputado federal. O partido possui, ao todo, o comando de apenas 4 (quatro) municípios gaúchos: Estrela, Cristal, Salvador do Sul e Boa Vista do Ingra; 11 (onze) vice-prefeitos e 74 vereadores.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Regionalmente, PSB e PCdoB têm buscado, juntos, fortalecer seus vínculos sindicais por meio da atuação de quadros partidários na CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), autonomizando-se, assim, da influência sindical petista na CUT (Central Única dos Trabalhadores). A CTB é considerada o “braço sindical” dos dois partidos em todo o Brasil. O vice-presidente nacional da CTB, Vicente Selistre (PSB), é o segundo suplente a deputado federal pela coligação PSB-PCdoB-PR no Rio Grande do Sul. Com a licença retirada pela Deputada Manuela D’ávila para disputar a prefeitura de Porto Alegre, Selistre assumiu, como suplente, mandato na Câmara dos Deputados em julho de 2012.

¹⁵⁰ Dados retirados de <http://riograndedosul.pps.org.br/> e obtidos por meio de contato com o diretório estadual do partido.

Por fim, o PT corresponde ao que é mostrado pela literatura (Marenco dos Santos, 2000; 2001; Marenco e Serna, 2007; Marques, 2007; Bolognesi, 2009): vinculação consistente entre a organização e seus membros (endogeneidade). A vinculação partidária prévia, o investimento na organização, não são, assim, características apenas daqueles que já “chegaram lá”, mas, também, daqueles que ainda estão em estágio anterior, de postulação à vaga parlamentar. Nesse caso, é possível dizer que partidos em que “uma trajetória relativamente longa dentro da organização partidária” é levada em consideração no processo de escolha de candidatos (Madeira, 2002, p. 31) tendem a apresentar bancadas mais “coesas”, tal como tem sido demonstrado em relação ao referido partido pela literatura especializada.

4.2.3 Experiência Político-Administrativa

Tendo a experiência política como um elemento importante para se avaliar a trajetória dos candidatos – e, desse modo, o perfil de recrutamento de cada partido –, optou-se por verificar o caminho percorrido pelos candidatos, em termos de ocupação de postos no executivo e no legislativo, até a postulação atual a uma vaga na Câmara dos Deputados. Interessa, basicamente, avaliar quais cargos já foram ocupados, e em que nível de hierarquia.

No entanto, antes de passar aos dados, cabe destacar uma clara limitação metodológica da nossa pesquisa: apesar de se poder apontar, na trajetória de cada candidato, a existência ou não de “experiência política” – principalmente, no “executivo”, que é considerado um “atalho” importante para a mobilidade de carreiras políticas no Brasil (Marenco dos Santos, 2003) – não foi possível detectar *em que momento específico* se deu o vínculo do candidato com cada cargo (executivo ou legislativo), o que impossibilita um estudo de “caráter diacrônico” (Noll e Leal, 2008) – isto é, que isole o momento específico de “entrada na carreira”.

Essa deficiência inviabiliza, por exemplo, a avaliação da “experiência executiva” como um recurso para ingresso na carreira política – que, como visto,

“pesa”, em relação à entrada de carreira “por via legislativa”, para uma autonomia individual maior em relação ao partido (Marengo e Serna, 2007). A única aproximação possível desse escopo, de avaliação do momento de vinculação com cada cargo, foi por meio do isolamento do “último cargo ocupado” antes da candidatura atual.

A proposta metodológica adotada para obtenção das informações da “trajetória político-administrativa” dos candidatos foi a mesma utilizada para investigação de seus “recursos associativos” (subitem 4.2.5), qual seja: análise de conteúdo do conjunto dos “materiais de campanha”, por meio do recolhimento do material de divulgação dos candidatos (como “folders”, “jornais” e “santinhos”), visita aos “sites” e “blogs” das candidaturas – a partir da busca por nome em “mecanismos de pesquisa” na internet –, e, por fim, acompanhamento do horário eleitoral gratuito para deputado federal.

Sobre “experiência política” e carreira, conforme Marengo dos Santos (2000), no caso brasileiro, em geral,

(...) cargos administrativos parecem representar o aditivo para a projeção de carreiras públicas. Em contraste com a dinâmica negocial do Legislativo e suas limitações constitucionais ou políticas para produzir decisões, postos executivos dispõem de margens de ação mais aptas a produzir o sentimento de eficácia pelo titular e de reconhecimento por seus consumidores potenciais (...) (Marengo dos Santos, 2000, p. 102).

Desde o ponto de vista partidário, por outro lado, “o início da carreira política mediante cargos no poder Executivo implica em uma autonomia potencialmente maior em relação aos partidos” (Marengo e Serna, 2007, p. 103). Afinal,

(...)quando se trata do início de carreira mediante cargos eletivos no Executivo, como prefeitos, intendentess e governadores, isto sugere a posse de recursos políticos pessoais (reputação personalizada construída fora da carreira política, disponibilidade de recursos materiais e financeiros), o que mostra que o

indivíduo se impôs às organizações partidárias de fora para dentro, subvertendo suas prováveis hierarquias internas (...) (Marenco e Serna, 2007, p. 103).

Da mesma forma, para Miguel (2003),

O Executivo confere maior notoriedade, já que cada cargo é "único". Chefiar um Poder Executivo, em especial, significa disputar e ganhar uma eleição de alta visibilidade, seguida de um mandato também com grande publicidade potencial. O Poder Legislativo, por outro lado, é o espaço por excelência da socialização da elite política, em seus diferentes níveis (local, estadual, nacional) (Miguel, 2003, p. 118).

Para Marenco e Serna (2007), assim, o início de carreira em cargos legislativos é um dos aspectos que caracterizariam, por exemplo, maior consistência e presença mais significativa de capital "coletivo e partidário" nas organizações de esquerda. Isto é, como, neste caso, os quadros políticos iniciaram sua trajetória "por baixo", dispendo de um capital político mais "modesto", eles tendem a ser mais dependentes da estrutura partidária (Marenco e Serna, 2007, p. 104).

Feitas essas considerações iniciais, passamos aos dados. Inicialmente, aos dados gerais de "presença" de experiência política – "geral" e, especificamente, no executivo – entre os postulantes à vaga no legislativo federal, no RS, em 2010.

Tabela 16 - Experiência Político-Administrativa Prévia de Candidatos e Eleitos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual

	Candidatos	Eleitos
Com Experiência	41,60%	96,80%
Sem Experiência	58,40%	3,20%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração Própria do Autor N: 214

Tabela 17 - Experiência no Executivo de Candidatos e Eleitos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual, em%

	Candidatos	Eleitos
Com Experiência	21,50%	54,80%
Sem Experiência	78,50%	45,20%
Total	100%	100%

Fonte: Elaboração Própria do Autor N: 214

Mais de 40% dos candidatos tiveram algum tipo de experiência – no legislativo ou no executivo – antes de se lançarem à Câmara dos Deputados em 2010. Dentre os eleitos, apenas 1 (um) candidato não teve nenhum tipo de experiência antes da eleição. Quanto à experiência específica no executivo, apenas 21,50% dos candidatos ocuparam algum cargo¹⁵¹. No entanto, dentre os eleitos, o percentual de “experiência no executivo” é de 54,80%. O que mostra que, de fato, alguém ocupar um cargo executivo, em algum momento da “trajetória política”, pode ser um “atalho” importante na “mobilidade de carreira” (Marenco dos Santos, 2000) dentre os partidos pesquisados.

Quanto ao tipo de cargo ocupado, e origem – legislativo ou executivo --, registrou-se uma pluralidade razoável, que abrange quase a totalidade das funções públicas e de representação nos dois poderes:

Tabela 18 - Experiência Político-Administrativa Prévia (por cargo) de Candidatos e Eleitos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual

ÚLTIMO CARGO	CANDIDATOS		ELEITOS		CHANCES
	N	%	N	%	%
Prefeito	5	2,34	1	3,23	20,00
Vice-Prefeito	6	2,80	1	3,23	16,67
Secretário Municipal	6	2,80	-	-	-
Secretário Estadual	2	0,93	1	3,23	50,00
Vereador	30	14,02	1	3,23	3,33

¹⁵¹ Cargos pertencentes à “hierarquia” do executivo que foram considerados: secretário municipal, secretário estadual, prefeito, vice-prefeito, governador, vice-governador, ministro de estado.

Deputado Estadual	14	6,54	7	22,58	50,00
Deputado Federal	25	11,68	19	61,29	76,00
Sem Experiência	126	58,88	1	3,23	0,79
Total	214	100	31	100	

Fonte: Elaboração Própria do Autor N: 214

Destaca-se, de início, que o percentual de vereadores que se lançaram à Câmara dos Deputados em 2010 – 14% do total de candidaturas, percentual maior, inclusive, do que o encontrado na categoria “Deputado Federal”, 11,7% – confirma o postulado de Miguel (2003) acerca de o calendário eleitoral (“eleições solteiras”) incentivar candidaturas ao legislativo federal que tenham vinculação com a política municipal¹⁵².

Conforme o autor, os vereadores, ao contrário dos deputados estaduais, poderiam “ousar” uma candidatura à Câmara dos Deputados exatamente por não correrem o risco de perder seu mandato em caso de derrota. Nesta pesquisa, o percentual de candidatos que tiveram a “vereança” como último cargo público é relevante em quase todos os partidos.

Para além das “oportunidades” geradas pelas chamadas “eleições solteiras”, o cargo de vereador, como destaca Maluf (2006), por estar no “nível” mais baixo da “hierarquia das carreiras políticas” (Miguel, 2003), proporciona menos “incentivos” à permanência naquela esfera de representação. Isto é, em alguns casos, os incentivos à “ambição progressiva” (Samuels, 2002) são dominantes, ensejando prática do que Maluf (2007) denomina, em seu estudo sobre a Câmara de Vereadores de São Paulo, dos “vereadores de passagem”, que buscam sempre disputar outros cargos por meio de contínuas disputas eleitorais.

¹⁵² As candidaturas de “secretários municipais” também parecem obedecer à lógica descrita por Miguel (2003).

A possibilidade de institucionalização de “carreiras políticas” no legislativo municipal é, assim, menor. Tratando da Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo, que – comparativamente, se deve considerar como muito mais “especializada” e “profissionalizada” do que todas as outras que, eventualmente, “forneceram” candidatos para as “listas” a deputado federal estudadas neste trabalho – Maluf (2006) conclui que:

(...) a carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) ocorre apenas em caráter excepcional. Esta evidência foi obtida pela observação de que os vereadores se movimentam em duas direções; em uma delas mediante alta participação em disputas eleitorais para outros cargos eletivos antes, durante e depois de terem sido eleitos para a câmara paulistana. Em outra, pela predominância dos vereadores do tipo amador e sem qualquer outra vitória eleitoral, que deixam a câmara ao final do primeiro mandato. O que se depreende daí é que a carreira no legislativo municipal, mesmo se admitindo que a maioria da representação popular é composta de profissionais da política, ainda é pouco institucionalizada na Edilidade paulistana. (Maluf, 2006, p. 154)

A “alta participação em disputas eleitorais”, característica dos vereadores paulistanos, como demonstra Maluf (2006), é um dos fatores que “inviabilizam” a sedimentação de carreiras políticas no legislativo municipal da capital paulista. No entanto, como lembra o autor, isso não pode ser, simplesmente, “generalizado”, como se “jamais” se pensasse em fazer a “opção” pelo “cultivo” de carreira em âmbito municipal.

Afinal, o “funil” dos cargos políticos é bastante estreito, a “oportunidade” de ocupação de vagas nos níveis superiores é restrita e, dependendo de onde se dá “o ponto de partida da vida política” (um ponto muito “inferior” na hierarquia de carreira, por exemplo), é “tão racional” uma opção mais “conservadora”, no sentido de se “orientar” a carreira para a “manutenção” no plano municipal, quanto a busca por um cargo estadual ou federal (Maluf, 2006, p. 27).

Por exemplo, a partir do caso em estudo: ao se partir de um “ponto” menos “privilegiado” – uma pequena Câmara de Vereadores “no interior do interior” do RS –

a possibilidade de se atingir cargos mais próximos do “topo da carreira” é, por essa lógica, menor. Assim, devido às “dificuldades”, é “racional” achar “melhor” cultivar “ambições menores”: manter-se onde está ou, no máximo, tentar uma “vaga” no plano estadual. Por essa possibilidade de “escolha” sempre existir, em estudo sobre a Câmara Municipal de São Paulo e a do Rio de Janeiro (no caso, duas Câmaras de “grandes centros” urbanos), Maluf (2010) afirma que “o município, em particular a câmara municipal (ao menos das duas maiores metrópoles brasileiras), pode ser tanto ponto de partida para uma carreira vertical, quanto de permanência, de rearticulação, ou mesmo de chegada (neste último caso residualmente)” (Maluf, 2010, p.26).

No entanto, mesmo em se admitindo que, devido a determinadas características do cargo (o mais baixo na hierarquia das carreiras), os vereadores podem ter, de fato, “opções conservadoras” de carreira, em virtude da dificuldade de “chegar” em “pontos mais altos” (dado o “filtro” dos cargos políticos), é, no mínimo, razoável acreditar também que os “incentivos” para se “arriscar” numa candidatura para postos “mais altos” são muito atrativos para esse cargo.

Um primeiro incentivo é, justamente, o já apontado por Miguel (2003): com as eleições solteiras, e o conseqüente baixo custo de uma candidatura (em caso de derrota, o cargo municipal “estará lá”), os vereadores não têm impeditivos fortes para “deixar” de “ousar” “algo maior”, como têm, por exemplo, os deputados estaduais (com 6%, na presente pesquisa).

Por fim, outro incentivo, diretamente relacionado com o anterior, é que a disputa de outros cargos, mesmo que sem chances de eleição (como se viu na Tabela 18), gera “visibilidade política” para o vereador: a eleição para deputado federal, inclusive, podendo contar com espaço, mesmo que seja mínimo, de TV e Rádio. Soma-se a isso, a possibilidade de arregimentar apoiadores, de estabelecimento de “contatos políticos”, etc. Fatores que, sem dúvida, contribuem para o acúmulo de capital político individual, e, por conseqüência, até mesmo para a manutenção do cargo em plano municipal numa eleição futura. Isto é, “arriscar” um

“cargo grande” pode gerar bons dividendos políticos para os vereadores, mesmo com a possibilidade, sempre viva, de não se obter nessa empreitada.

Prosseguindo a análise, mostra-se (na Tabela 19), desde a perspectiva interpartidária, quais partidos apresentaram um percentual razoável de candidatos que, antes de concorrer, tiveram sua última experiência política nos níveis mais baixos da “hierarquia” da carreira legislativa (especificamente, vereador e secretário municipal), o chamado “grau zero” da política (Noll e Leal, 2008; Altmann, 2010) e quais partiram de uma “experiência no executivo”:

Tabela 19 - Experiência Político-Administrativa dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual (Último Cargo Ocupado)

ÚLTIMO CARGO	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Prefeito	-	-	-	7,7	5,3
Vice-Prefeito	-	5,0	-	-	-
Secretário Municipal	-	-	8,3	-	-
Secretário Estadual	-	5,0	4,2	-	-
Vereador	22,2	-	20,8	15,4	10,5
Deputado Estadual	5,6	25,0	16,7	7,7	5,3
Deputado Federal	27,8	35,0	12,5	7,7	10,5
Sem Experiência	44,4	30,0	37,5	61,5	68,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

ÚLTIMO CARGO	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB	PSOL
Prefeito	-	10,0	4,3	-	-	-
Vice-Prefeito	3,8	5,0	8,7	14,3	-	-
Secretário Municipal	3,8	15,0	-	-	-	-
Secretário Estadual	-	-	-	-	-	-
Vereador	11,5	10,0	26,1	28,6	33,3	-
Deputado Estadual	7,7	-	-	-	-	-
Deputado Federal	7,7	10,0	4,3	-	8,3	3,1
Sem Experiência	65,4	50,0	56,5	57,1	58,3	96,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria do Autor N: 214

O PT tem os percentuais mais “concentrados” nos “degraus” mais altos da carreira legislativa: 35% dos candidatos desse partido buscaram reeleição para a Câmara dos Deputados, e 25% buscaram um mandato na Câmara dos Deputados

após passagem pela AL/RS. Cabe destacar a exceção do PT em relação à “tendência” de candidaturas de vereadores à Câmara dos Deputados. Afinal, mesmo os partidos, como o PDT, PSDB e PTB, que apresentaram percentuais mais baixos de candidaturas de vereadores, ficaram em torno dos 10% nessa categoria. Da mesma forma, uma minoria dos candidatos petistas com experiência – 10%, se somarmos as categorias “Vice-Prefeito” e “Secretário Estadual” – tentou vaga na Câmara dos Deputados após ocupar algum cargo executivo.

No PMDB, ao contrário, 20,8% dos candidatos estavam na condição de “vereador” antes de se lançarem à Câmara dos Deputados. O partido também possui o segundo melhor percentual de candidatos com passagem pela AL/RS (16,7%), ficando atrás apenas do PT. Os peemedebistas superam os petistas quando cotejamos o percentual de candidatos com passagem no executivo antes de concorrerem à Câmara dos Deputados: 12,5%, se somarmos as categorias “secretário municipal” e “secretário estadual”.

PCdoB, PPS e PSB concentram a sua experiência legislativa na vereança, apresentando, respectivamente, os percentuais de 33,3%, 28,6% e 26,1%. Esses três partidos apresentaram as nominatas mais próximas do “grau zero” da carreira legislativa (Noll e Leal, 2008; Altmann, 2010). PSB e PPS, ao contrário do PCdoB, se destacaram, porém, quanto à experiência no executivo (no caso, na categoria “Vice-Prefeito”).

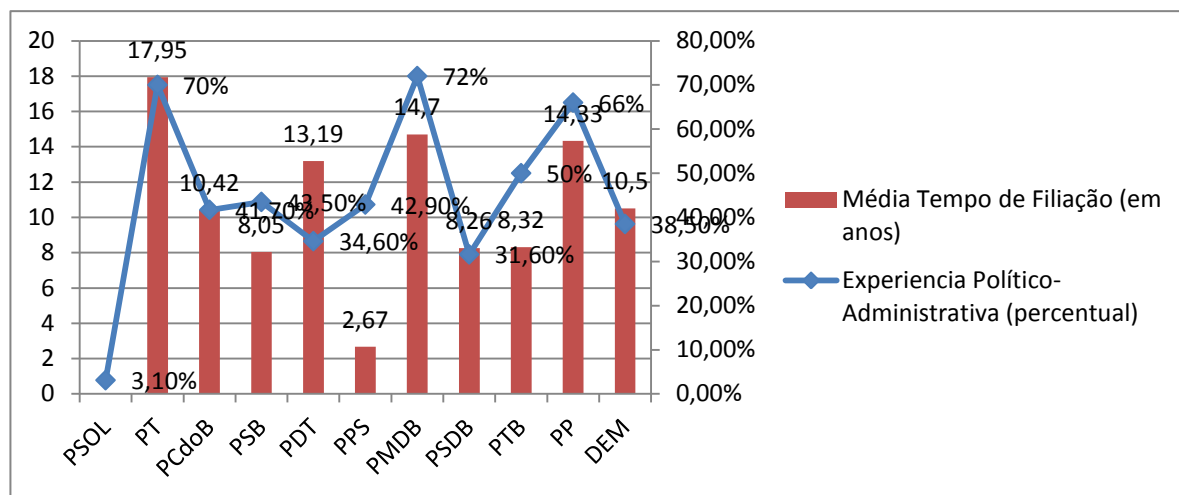
O PP, por sua vez, concentra a experiência política de seus candidatos nos dois pólos da carreira legislativa: Vereador (22,2%) e Deputado federal (categoria em que o partido está atrás apenas do PT, com 27,8%). O PP se destaca por ter sido o único partido a apresentar candidatos com última experiência política exclusivamente na esfera legislativa antes de se lançarem à disputa por um mandato na Câmara dos Deputados.

Os percentuais obtidos pelo PP permitem, ainda, traçar um paralelo com o exposto na entrevista realizada com o dirigente do partido: o incentivo, nas fileiras Progressistas, às candidaturas de ex-chefes do executivo – principalmente no interior, onde o partido é mais forte – a cargos legislativos. Dentre os candidatos Progressistas com experiência eleitoral, conforme a Tabela 18, nenhum exercia cargo executivo antes de postular candidatura à Câmara dos Deputados em 2010. Isto é, se tal “estratégia” é, de fato, “aplicada” a experiência no executivo deve ter se dado, entre os candidatos, em momento anterior ao estágio atual de carreira analisado (o que, por motivos metodológicos já detalhados, não se pôde detectar).

O DEM também tem seu maior percentual na categoria “vereadores”, com 15,4%. Cabe destacar os 7,7% do partido na categoria “Deputado Federal”, isto é, apenas 1 (um) candidato do partido já havia exercido esse cargo (reflexo da não-tentativa de reeleição de Germano Bonow). O PTB, por sua vez, apresenta o maior percentual de candidatos com último cargo vinculado ao executivo: 30%, se somarmos os percentuais dos cargos de prefeito, vice-prefeito e secretário municipal. De resto, o partido tem percentuais baixos em cargos legislativos (10% nas categorias “vereadores” e “deputado federal”). PSDB, PDT e PSOL apresentaram as nominatas mais inexperientes, com percentuais baixos, de no máximo 11%, na categoria de “deputado federal”, caso do PDT.

Por fim, PT, PP e PMDB, além de apresentarem as nominatas partidárias mais experientes, concentraram seus percentuais nos níveis mais altos da carreira legislativa, no caso, com a exceção do PMDB, o cargo de Deputado Federal. Se considerarmos que o PT, o PMDB e o PP do RS também obtiveram destaque quanto ao tempo médio de filiação de seus candidatos, podemos caracterizar esses partidos enquanto organizações mais consistentes e menos permeáveis ao “amadorismo político” pesquisadas.

Gráfico 6 - Experiência Político-Administrativa X Tempo de Filiação conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual



Resguardadas as limitações metodológicas já relatadas – principalmente para a “detecção” do momento de “entrada de carreira” de cada candidato, que seria vital para o adensamento da análise empreendida neste subitem – esses dados reforçam, assim, mais uma vez, alguns traços da configuração e da trajetória peculiar do “subsistema partidário” do Rio Grande do Sul: basicamente, o peso regional de partidos como o PMDB, o PP e o PT.

O PMDB, especificamente, – pela ausência de importantes lideranças em sua nominata, como o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro (que não busco reeleição), e o ex-deputado federal César Schirmer (atual prefeito de Santa Maria), – teve, no entanto, nas eleições de 2010, de buscar candidatos competitivos em níveis inferiores da “hierarquia legislativa”, mas, mesmo assim, com grande peso partidário e eleitoral, para reforçar sua lista à Câmara dos Deputados: se pode citar, por exemplo, os ex-presidentes da AL/RS, Alceu Moreira e Luis Fernando Záchia.

Partidos menores, como PTB, PPS, PSB e, em grau menor, o DEM, parecem, por sua vez, ter recorrido a uma mesma estratégia: além da candidatura de

vereadores, a busca por candidatos com vinculação recente ao executivo. O PTB, no entanto, apresentou, ao contrário da maioria dos partidos, um percentual baixo de vereadores, e se destacou pelas candidaturas de egressos de cargos executivos, como “prefeito”, “vice-prefeito” e “secretário municipal. Cabe lembrar que, dentre os petebistas, elegeu-se o único *outsider ou freshmen*¹⁵³ da bancada gaúcha: o ex-goleiro, e atual presidente do PSD/RS, Danrlei (dentre os eleitos à Câmara dos Deputados, o único sem experiência no executivo ou no legislativo, e com o menor tempo de filiação partidária: apenas 3 anos).

4.2.4 Participação em Eleições Anteriores

Outra dimensão de análise adotada na presente pesquisa, em consonância com os trabalhos de Altmann (2010) e de Marques (2007), foi, exatamente, o grau de renovação das listas partidárias. Trata-se, nesse caso, de averiguar a “experiência eleitoral” dos postulantes: isto é, seriam eles “novatos” – em outras palavras, “inexperientes” que enfrentam sua primeira eleição para deputado federal – ou, ao contrário, já teriam passado por um “teste” prévio nas urnas em outras disputas para o cargo?

Essa pergunta é profícua para os objetivos do presente estudo exatamente porque ela nos permite dimensionar, com outro conjunto de informações, o grau de “treinamento prévio” dos quadros selecionados pelas organizações partidárias para a disputa ao legislativo federal no RS. E, nesse sentido, cabe lembrar que, ao contrário do cargo de vereador, – para o qual a experiência política não é, necessariamente, um tipo de expertise decisivo, dado o caráter “iniciatório” deste cargo na hierarquia da carreira política nacional (Miguel, 2003) – a disputa para a Câmara dos Deputados tende a exigir “um currículo mais elaborado” dos postulantes (Noll e Leal, 2008), o que inclui, em certa medida, treinamento prévio em disputas

¹⁵³ Conforme Marengo dos Santos (2000), os “freshmen” seriam “formados fora do mundo político, registram escassa experiência pública prévia à conquista de um posto parlamentar e a possibilidade de driblar as diferentes etapas da carreira, chegando diretamente ao Legislativo. O descrédito da classe política constitui o estímulo para uma empreitada eleitoral” (Marengo dos Santos, 2000, p. 48).

anteriores.

No entanto, como dito, se dimensionará aqui, tão somente, o grau de renovação das listas partidárias à Câmara dos Deputados, visando avaliar o percentual – dentre o conjunto dos postulantes à vaga no legislativo federal, pelo RS, nas eleições de 2010 – daqueles que, em outras oportunidades, já se lançaram candidatos nesse nível de hierarquia da carreira legislativa, especificamente. E esse recorte, evidentemente, limita, e muito, nossa análise sobre o “treinamento eleitoral” dos candidatos, visto que a participação em disputas anteriores para outros cargos – seja no legislativo ou, até mesmo, no âmbito do executivo – não poderá ser aferida.

A visualização do fenômeno da “renovação das listas” permitirá, apenas, detectar, com mais precisão, o conjunto de “novatos” que se lançaram ao cargo de Deputado Federal na última eleição, em diferentes partidos. Por isso, optou-se pelo termo “novato” para a caracterização daqueles que não enfrentaram disputas eleitorais pretéritas nesse nível da carreira legislativa, em detrimento de termos mais fortes, como “outsider” ou “freshmen”, que, por assim dizer, pudessem evidenciar ausência de qualquer tipo de experiência político-eleitoral prévia.

Feitas essas considerações, passamos aos dados. Para efeitos de análise, foram consideradas as listagens apresentadas pelos partidos que compõem nosso objeto de estudo nas últimas 5 (cinco) eleições legislativas, quais sejam: 1990, 1994, 1998, 2002, 2006.

Tabela 20 - Participação em eleições anteriores dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual

Candidato em Eleição Anterior	Geral
Sim	20,59
Não	79,41
Total	100,0

Fonte: TRE/RS N: 238

A grande maioria dos candidatos a deputado federal pelo RS em 2010 nunca

havia disputado eleições para a Câmara dos Deputados (79,41%). Dado o percentual pequeno dos que já possuíam experiência na disputa de um ou mais pleitos anteriores (20,59%), se pode dizer que, nesse caso, as listagens foram preenchidas, em grande parte, por “novatos” que, pela primeira vez, tentavam ascender aquele estágio da carreira legislativa. Do total de 238 candidatos – aptos e inaptos – apresentados pelos onze partidos aqui analisados, apenas 49 haviam participado de pleitos anteriores para o legislativo federal. Dentre esses 49, 23 buscavam reeleição imediata em 2010.

No entanto, se deve frisar que isso não significa, pura e simplesmente, que essa ampla maioria de “novatos” seja totalmente desprovida de experiência político-eleitoral. Trata-se aqui, simplesmente, do percentual de candidatos que jamais haviam disputado uma vaga à Câmara dos Deputados.

Como bem destaca Miguel (2003), em virtude do calendário eleitoral, vereadores, por exemplo, costumariam se “aventurar” em candidaturas à Câmara dos Deputados, seja para tentar, de fato, ocupar uma das vagas em disputa ou, o que é mais comum, para alavancar, por meio da exposição pública, uma candidatura futura à reeleição. E é plausível que isso aconteça, mesmo que em menor escala, dado os custos presumíveis de uma candidatura, também com indivíduos provenientes de outros cargos eletivos.

Sendo assim, é possível que muitos candidatos com experiência eleitoral prévia comprovada em outros níveis da carreira legislativa sejam, no caso, apenas “novatos” na disputa para o legislativo federal aqui analisada. Por isso, a análise da passagem por postos no legislativo e no executivo apresenta-se, ainda, como um caminho mais seguro para se apontar com maior precisão a experiência política prévia dos candidatos, como realizado no subitem anterior.

Quando a informação corresponde aos partidos que conformam o objeto de análise da presente dissertação, vislumbra-se a variabilidade do grau de experiência dos quadros partidários em disputas eleitorais para o legislativo federal:

Tabela 21 - Participação em eleições anteriores dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Candidato em Eleição Anterior	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Sim	38,89	42,11	17,24	16,67	23,81
Não	61,11	57,89	82,76	83,33	76,19
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Candidato em Eleição Anterior	PDT	PTB	PSB	PCdoB	PSOL
Sim	14,29	25,00	22,73	8,33	16,22
Não	85,71	75,00	77,27	91,67	83,78
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TRE/RS N: 238

PT e PP, pela ordem, foram os partidos com os menores percentuais de candidatos “estreados” em disputas para o legislativo federal. Ambos os partidos também obtiveram o número mais expressivo de candidatos a reeleição em suas bancadas: 5 (cinco). PTB, PSDB e PSB apresentaram percentuais parecidos – acima de 20 % – de candidatos com participação anterior em pleitos para a Câmara dos Deputados. E, por fim, PSOL, DEM, PMDB, PDT – os dois últimos, partidos tradicionais no Estado, lembre-se – e o PCdoB se destacaram quanto ao percentual de “novatos” em suas nominatas. O PCdoB com 91,67% de seus postulantes à vaga nessa condição. No PPS, que não aparece na tabela, nenhum candidato havia participado de eleição anterior.

Para finalizar, seguindo a proposta metodológica de Marques (2007) e de Altmann (2010), tem-se, no universo de candidatos pesquisados, dois perfis: os “novatos” (que não estavam na lista do partido na última eleição) e os “repetidos” (que estiveram na lista na última disputa). A participação dos novatos corresponde, assim, ao índice de renovação da lista:

Tabela 22 - Índice de renovação em relação a 2006 da lista de candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Candidatos	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Repetidos	36,84%	35,0%	16,67%	15,38%	13,64%
Novatos	63,16%	65,0%	83,33%	84,62%	86,36%

Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Candidatos	PDT	PTB	PSB	PCdoB	PSOL
Repetidos	14,29%	16,67%	13,04%	7,69%	15,79%
Novatos	85,71%	83,33%	86,96%	92,31%	84,21%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TRE/RS N: 230

PT e PP foram, novamente, os partidos que se destacaram do restante das agremiações, agora, com os maiores percentuais de candidatos “repetidos” da eleição de 2006: 36,84% e 35%. De resto, o alto índice de renovação da lista foi a tônica entre os partidos pesquisados. Os percentuais de renovação são praticamente os mesmos em todos os outros partidos – em torno de 85% do total de candidatos – com exceção do PCdoB que teve 92,31% de seus postulantes nessa condição. No PPS, 100% dos candidatos eram novatos.

4.2.5 Participação Associativa

Por “participação associativa” entende-se aqui o conjunto de “recursos sociais” mobilizados pelos candidatos. Ela também pode ser definida, de forma mais específica, como um tipo de “capital social”¹⁵⁴, isto é, como um “mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais” (Marenco e Serna, 2007, p.97).

Trata-se, noutros termos, dos “vínculos associativos”, das “bases” e das “redes” estabelecidas no seio da sociedade civil pelas candidaturas. Tais “vínculos”, ao serem “reconvertidos” dentro da esfera da “política”, legitimam condições de “liderança” e, por assim dizer, atuam como as “credenciais sociais”¹⁵⁵ (Altmann, 2010, p. 160) daqueles que postulam o acesso à “representação” pela via institucional- eleitoral. Afinal:

¹⁵⁴ Conforme Bourdieu (2000), “el capital social está constituido por la totalidad de los recursos potenciales o actuales asociados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuos. Expresado de otra forma, se trata aquí de la totalidad de recursos basados en la pertenencia a un grupo”. (Bourdieu,2000,p.148-149).

¹⁵⁵ “El capital total que poseen los miembros individuales del grupo les sirve a todos, conjuntamente, como respaldo, amén de hacerlos (...) merecedores de crédito.” (Bourdieu,2000,p.148-149).

[...] independentemente da formalização jurídica e das filosofias políticas subjacentes, o fenômeno eleitoral implica, entre outras coisas, uma seleção prévia de candidatos, os quais com base em uma série de atributos sociais que podem ser lidos também como “qualidades pessoais” ou de “liderança”, tentam legitimar essa condição de candidato. O problema começa exatamente nesse ponto, ou seja: que “qualidades” ou recursos sociais são utilizados para tanto [...] (CORADINI apud ALTMANN, 2010, p. 160).

A dimensão “recursos sociais” tem sido explorada, em período recente, de forma mais detida, pela literatura nacional sobre recrutamento parlamentar (Coradini; 2007; Marengo e Serna, 2007), mas também por trabalhos cuja abordagem está centrada em processos anteriores à representação, isto é, ainda na fase da seleção das candidaturas (Altmann, 2010; Noll e Leal, 2008).

De acordo com Altmann (2010), Coradini, em estudo sobre as eleições de 1998 no Rio Grande do Sul, “identificou uma diversidade de recursos sociais “reconvertidos” para a política durante a campanha eleitoral, principalmente a partir da análise dos materiais de campanha dos candidatos” (Altmann, 2010, p. 160). Dentre as bases sociais mapeadas, “cinco seriam as mais comuns, as mais utilizadas: 1) relações estabelecidas no exercício do uso profissional; 2) sindicalismo; 3) organizações de empresários e de produtores rurais; 4) igrejas e filantropias; e 5) os cargos públicos ocupados” (Altmann, 2010, p. 160).

Em 2010, recorreu-se, no presente trabalho, à mesma proposta metodológica apresentada acima. Com o intuito de identificar as “bases” ou “recursos sociais” do recrutamento eleitoral dos 11 (onze) partidos aqui analisados – e aproveitando a “profusão” de propaganda do período de campanha –, utilizou-se, basicamente, a análise de conteúdo do conjunto dos “materiais de campanha”. Para isso, trabalhou-se em três frentes: recolhimento do material de divulgação da campanha “de rua” (como “folders”, “jornais” e “santinhos”), visita aos “sites” e “blogs” das candidaturas¹⁵⁶ – a partir da busca nominal em “mecanismos de pesquisa” na

¹⁵⁶ Foram visitados, ao longo da pesquisa, 112 “sites” e “blogs” de divulgação de candidatos à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul. Além disso, nos valem de fontes “oficiais” – “sites” da Assembleia Legislativa do RS, da Câmara dos Deputados e de Câmaras de Vereadores da capital e do interior –, bem como da visita aos “portais” dos partidos políticos pesquisados e da análise dos “vídeos” de apresentação de alguns candidatos na internet. O detalhamento de todo o material

internet –, e, por fim, avaliação do discurso de cada um dos postulantes no horário eleitoral para deputado federal. Além disso, as entrevistas realizadas com os dirigentes partidários permitiram recolher, a partir de perguntas sobre os “critérios” de recrutamento dos candidatos, algumas informações no sentido de identificar as “bases” de cada partido.

Cabe destacar que a internet foi uma aliada importantíssima nesse processo. Como afirmado na Introdução, a “prosopografia via web” foi metodologicamente muito útil, exatamente porque “as ferramentas utilizadas pela internet, desde que adequadamente utilizadas, podem ser um importante instrumento não só de conhecimento das elites dirigentes pelos pesquisadores e pelo público especializado, mas também de controle e monitoramento de tais atores (...)” (Braga e Nicolás, 2008, p. 108).

No entanto, diferentemente de Altmann (2010), não se tem aqui um material robusto de entrevistas, com os próprios candidatos de cada partido, que permita mapear os perfis de inserção social de cada um deles, o grau de contribuição dessa “inserção” na carreira política, assim como o momento específico em que realizaram a “transição”, ou “incorporação”, das “bases sociais” ao “campo político”. As entrevistas realizadas com alguns dirigentes partidários – especificamente, de 4 (quatro) partidos, como esclarecido na introdução, isto é: PT, PP, PMDB e DEM – possibilitaram, por outro lado, detectar, ainda que com limitações, o “esteio” de cada partido ou, como definido por Serna (2004), as “afinidades eletivas nas estratégias de participação em associações e de estabelecimento de redes sociais na sociedade civil (Serna, 2004, p. 91). As categorias utilizadas para organização dos dados foram inspiradas, com algumas modificações, no trabalho de Marengo e Serna (2007)¹⁵⁷. A categoria “atuação classista”, em específico, foi definida pelo autor com inspiração no trabalho de Coradini (2007).

empírico utilizado na pesquisa está no anexo.

¹⁵⁷ Marengo e Serna (2007) trabalharam com as seguintes categorias: “Empresários”; “Produtores rurais”; “Sindicatos de Trabalhadores”; “Movimento estudantil”; “Profissionais de academias e da imprensa”; “Religião”; “Esporte”; “ONGs ligadas a novas questões sociais”.

Conforme a hipótese básica de Marengo e Serna (2007), que guia esta análise, o predomínio do uso de “recursos coletivos” (provenientes do “capital” extraído das “relações” associativas, dos vínculos com a sociedade civil organizada, do meio sindical e das redes mobilizadas por “questões sociais”) encontrado nas carreiras dos membros de partidos de esquerda se contrapõe à prevalência do “capital individual” entre os membros dos partidos de direita. Por “capital individual”, entenda-se “recursos políticos pessoais (reputação personalizada construída fora da carreira política, disponibilidade de recursos materiais e financeiros)” (Marengo e Serna, 2007, p.103). Nesse caso,

(...) detendo recursos próprios, (...)os candidatos não dependem do aval partidário, podendo ignorá-lo com menor risco para o ingresso ou a continuidade em sua carreira. Inversamente, muitas vezes são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes. (Marengo e Serna, 2007, p.109).

Feitas as considerações teóricas, passamos aos dados. Em primeiro lugar, passar-se-á à análise dos dados gerais, das nominatas à Câmara dos Deputados em conjunto, com intuito de detectar os tipos de “capital associativo” que se fizeram presentes no perfil geral dos candidatos:

Tabela 23 - Participação Associativa dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, em percentual

Participação Associativa	Geral
Não tem	47,1
Movimento Estudantil	11,0
Sindicatos de Trabalhadores (setor privado)	8,1
Sindicatos de Trabalhadores (setor público)	6,7
Novas questões sociais	6,7
Atuação Classista	6,7
Movimento Comunitário	6,2
Empresários	2,4
Produtores Rurais	1,9
Religião	1,9

Esporte	1,4
Total	100,0

Fonte: Elaboração Própria do Autor N: 210

Aproximadamente 53% dos candidatos pesquisados apresentaram algum tipo de vínculo associativo. Dentre os tipos de vínculo que se destacaram, está o com o “movimento estudantil” (11%); o de associação sindical (pública e privada), perfazendo, na soma das duas categorias, um total de 14,8%; o pertencimento a “redes de participação” em Novas Questões Sociais (6,7%); a “atuação classista” (6,7%); e a participação no “Movimento comunitário” (6,2%)¹⁵⁸.

Quando a informação corresponde aos partidos que conformam o objeto de análise da presente dissertação, é possível verificar o caráter desigual da distribuição dos “recursos associativos” entre os quadros partidários escolhidos para a disputa ao legislativo federal em 2010:

Tabela 24 - Participação Associativa dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Participação Associativa	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Não tem	55,6%	30,0%	54,2%	61,5%	78,9%
Empresários	-	-	8,3%	-	5,3%
Produtores Rurais	16,7%	-	4,2%	-	-
Sind. de Trab. (S. Pub.)	-	15,0%	-	-	-
Sind. de Trab. (S. Priv.)	-	25,0%	-	-	5,3%
Movimento Estudantil	-	25,0%	4,2%	15,4%	-
Religião	-	-	4,2%	-	-
Novas questões sociais	-	5,0%	4,2%	-	5,3%
Atuação Classista	11,1%	-	16,7%	15,4%	5,3%
Movimento Comunitário	16,7%	-	-	7,7%	-
Esporte	-	-	4,2%	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Participação Associativa	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB	PSOL
Não tem	50,0%	60,0%	45,5%	42,9%	41,7%	13,8%

¹⁵⁸ Por “Novas Questões Sociais” se entende aqui como “o problema do racismo, da discriminação contra a mulher, dos direitos das minorias, etc”. (Serna, 2004, p. 137-138). Já a categoria “atuação classista” remete ao pertencimento, ao longo da trajetória dos candidatos, a “associações-sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados”, tal como discutido por Coradini (2007). Por “Movimento Comunitário” considerou-se a participação em organizações de “assistência social”, “filantrópica” e o pertencimento a associações de bairro, por exemplo.

Empresários	3,8%	5,0%	-	-	-	-
Produtores Rurais	-	-	-	-	-	-
Sind. de Trab. (S. Pub.)	-	5,0%	4,5%	-	8,3%	27,6%
Sind. de Trab. (S. Priv.)	7,7%	5,0%	9,1%	-	8,3%	17,2%
Movimento Estudantil	15,4%	-	9,1%	-	25,0%	20,7%
Religião	-	5,0%	4,5%	-	-	3,4%
Novas questões sociais	7,7%	5,0%	13,6%	-	-	17,2%
Atuação Classista	-	-	9,1%	14,3%	16,7%	-
Movimento Comunitário	11,5%	10,0%	4,5%	42,9%	-	-
Esporte	3,8%	5,0%	-	-	-	-
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria do Autor N: 210

Pode-se notar a predominância do capital de tipo “sindical” junto aos candidatos de partidos situados à esquerda do espectro ideológico: PT, PSOL, PSB, PCdoB e PDT. O PSOL se destaca pela forte penetração junto aos sindicatos de trabalhadores do setor público (27% de seus candidatos). O PT, por sua vez, tem uma penetração maior em sindicatos do setor privado (25%). PT e PSOL possuem, juntos, percentuais muito superiores aos outros partidos no âmbito da representação de interesses sindicais. 40% dos candidatos petistas têm vinculação com algum tipo de sindicato. Entre os candidatos do PSOL, esse percentual é ainda mais alto: 44,8%.

Quanto aos outros partidos à esquerda, em âmbito sindical, o PDT tem apenas candidatos de sindicatos do setor privado (7,7%). O PSB apresentou um pequeno percentual de sindicalistas do setor público (4,5%) e um contingente maior do setor privado (9,1%). O PCdoB demonstrou um equilíbrio entre os dois setores sindicais, com 8,3% em cada categoria. E, dentre os partidos de direita, apenas o PTB obteve representação junto aos setores sindicais, no entanto, com um percentual mais modesto de candidatos (5% no setor público e no privado).

As diferenças de recrutamento social dos candidatos entre os partidos mais próximos da esquerda e da centro-esquerda, PSOL e PT, com partidos de corte “popular” e “trabalhista” mais tradicional, como o PDT, podem ser sublinhadas, aqui, pela maior profundidade do enraizamento em organizações sindicais dos primeiros.

O esvaziamento das “bases sociais trabalhistas”, no entanto, se relaciona, em parte, com a ascensão do PT, e da “nova esquerda”, nos anos 80 e 90.

Serna (2004), ao analisar o processo de “refundação do trabalhismo”, nos anos 80, apontou, por meio de entrevistas com dirigentes petetistas, que o processo “orgânico” de articulação do movimento sindical com o PT foi substituído, no PDT, por uma lógica de “lealdades pessoais” e de simples “absorção” partidária de demandas, sem uma vinculação mais robusta¹⁵⁹. Isso, de certa forma, “bloqueou” a capacidade de intermediação política de interesses sindicais, e coletivos, pelo partido, enquanto organização:

Outra fraqueza assinalada pelos próprios dirigentes em relação ao novo trabalhismo esteve constituída pelo esvaziamento das bases sociais organizadas e pela diminuição do referente da classe operária como sustento do partido. De fato, um problema recorrentemente encontrado foi a falta de articulação e mediação do partido com os movimentos sociais organizados. O tipo de relação mantida pelo PDT com os sindicatos e movimentos sociais foi populista tradicional, priorizando-se os mecanismos de recrutamento partidário de dirigentes e as lealdades pessoais para a absorção de demandas sociais sem conseguir estabelecer uma intermediação política partidária dos interesses coletivos. Essa falta de articulação orgânica com os movimentos sociais foi assinalada como uma diferença notória em relação ao PT que, nesse mesmo período, conseguiu canalizar melhor politicamente os interesses sociais, respeitando a autonomia dos movimentos sociais organizados. (Serna, 2004, p. 205).

Ainda nesse plano, a superioridade da presença sindical do “setor privado” no PT, em contraposição à dominância do “setor público” no PSOL, pode estar relacionada com a dissidência ocorrida nos quadros petistas, que deu origem ao PSOL, em 2004. Parte da base sindical petista, principalmente aquela atrelada ao funcionalismo público, já mostrara descontentamento com o governo Lula, em 2003, em virtude, dentre outras coisas, da chamada “reforma da previdência” que atingiu,

¹⁵⁹ A título de exemplo se pode lembrar a incorporação, recente, do setor majoritário da central sindical “Força Sindical” pelo PDT em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Essas lideranças sindicais, anteriormente, estavam vinculadas ao PTB e a outros partidos, como o PMDB, por exemplo. O caso mais sintomático é do ex-petebista Paulo Pereira da Silva (presidente da Força Sindical e atual presidente do PDT/SP). No Rio Grande do Sul, o presidente estadual da Força Sindical também pertence ao PDT.

principalmente, o setor público¹⁶⁰.

Com a “expulsão” do PT das lideranças fundadoras do PSOL (no Rio Grande do Sul, principalmente Luciana Genro), em dezembro de 2003, muitos “quadros sindicais” do funcionalismo público petista, principalmente aqueles ligados às tendências à “esquerda” do partido, tomaram o rumo da nova legenda. Destaca-se, por exemplo, sindicalistas do CPERS (Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul). Dentre os candidatos do PSOL pesquisados, também se encontrou membros do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, dentro outros no âmbito do serviço público. A presença junto ao funcionalismo público organizado é, assim, uma “marca” importante do PSOL no Rio Grande do Sul. O PT, no entanto, cabe lembrar, continua possuindo força importante em âmbito “público-estatal”, principalmente a partir da vinculação maior de suas lideranças com setores da burocracia do Estado, dada a presença institucional do partido em governos estaduais e no governo federal¹⁶¹.

PSOL, PT e PCdoB também têm forte destaque junto ao movimento estudantil: 25 % dos candidatos petistas e comunistas possuem – ou já possuíram – algum tipo de vínculo com o setor. No PSOL, o percentual é de 20%. Sendo que, dado o número grande de candidatos com faixa etária baixa no partido (entre 26 a 35 anos), é possível acreditar que muitos candidatos do PSOL ainda tenham militância ativa no movimento estudantil.

Assim, a combinação de “penetração sindical” com presença na militância

¹⁶⁰ Dentre outras coisas, os critérios de aposentaria dos servidores ficaram mais rígidos. O processo de Reforma da Previdência, com a conseqüente expulsão de quatro parlamentares petistas de “tendências” de esquerda, no caso, a senadora Heloísa Helena e os deputados federais Babá, Luciana Genro e João Fontes, foi importante para a organização PSOL. No entanto, como destaca Silva (2011), não se pode atribuir o “nascimento” do novo partido apenas à “expulsão” dos quadros petistas que votaram contra a Reforma. Afinal, as tendências “de esquerda” do PT, antes mesmo disso, “já realizavam movimentações em torno de um novo partido” (Silva, 2011, p.22).

¹⁶¹ Conforme Amaral (2011), em estudo sobre o perfil dos delegados presentes nos Encontros Nacionais do PT, “a maior presença institucional do partido exerceu influência sobre o perfil das lideranças ao alterar a proporção de delegados que são remunerados em esferas estatais para exercer atividades políticas” (Amaral, 2011, p. 39).

estudantil¹⁶², apresentada pelos candidatos dos partidos de esquerda e centro-esquerda pesquisados (mais especificamente, PSOL, PT¹⁶³, mas também PSB, PCdoB e PDT), nos aproxima da conclusão de Serna (2004) sobre a “conformação das redes sociais das esquerdas nos anos 90”, conclusão que o autor, em seu estudo sobre o “Cone Sul”, estende ao Brasil. Para ele,

O modo de recrutamento “tradicional” dos elencos de esquerda, definido pela participação em sindicatos de trabalhadores e agremiações estudantis, continuou constituindo uma “marca social” característica das esquerdas. Novamente aqui as diferenças entre centro-esquerda e esquerda estiveram determinadas por distâncias entre uma menor ou maior vinculação direta com as organizações gremiais (Serna, 2004, p.227).

No entanto, o processo de articulação com as “novas questões sociais” – também destacado pelo autor – se apresenta como um novo tipo de recrutamento “não-tradicional” para as organizações de centro-esquerda e esquerda. Isto é, as “esquerdas” passam a, cada vez mais, ampliar sua “interface” com a defesa dos direitos das minorias, luta contra o racismo, etc.

Cabe destacar, aqui, o percentual do PSB e do PSOL nas chamadas “Novas Questões Sociais” (Ongs, Movimento Negro, Movimento de Mulheres, de Homossexuais, reforma agrária, cooperativismo): o primeiro com 13,6% de seus candidatos, e o segundo com 17,2%. O PDT atingiu 7,7%. O PT, com “desempenho” inferior, atingiu apenas 5%. No entanto, entre os partidos de direita, só o PTB, com 5% de seus candidatos, aparece nessa categoria. No centro, o PMDB somou 4,2%, e o PSDB 5,3%. Para Serna (2004), “a intermediação destas redes sociais também pode ser interpretada como a incorporação das preocupações da esquerda sobre a justiça e a questão social num novo contexto de transformações estruturais da sociedade” (Serna, 2004, p. 227-228).

¹⁶² Um dado interessante encontrado é, justamente, o percentual atingido pelo DEM em “Movimento Estudantil”: 15,4%. O dado é muito relevante é mereceria, sim, aprofundamento e exame em pesquisas posteriores.

¹⁶³ A pesquisa também vai ao encontro do trabalho de Amaral (2011), que entende que, a despeito das algumas mudanças ocorridas em suas bases sociais, principalmente após o governo Lula, o PT ainda está “conectado” a amplos setores da sociedade civil, especialmente o sindicalismo, o movimento estudantil, etc.

À direita do espectro ideológico, por sua vez, o PP mostrou presença junto às associações de produtores rurais: 16,7% dos candidatos do partido já possuíram, ou ainda possuem, algum vínculo com essa área. Além disso, 11,1% dos Progressistas estão na categoria que aqui se denominou de “Atuação Classista”, isso é, associações profissionais de engenheiros, médicos, dentistas, advogados, etc¹⁶⁴.

PMDB, DEM, PPS e PCdoB também tiveram destaque na categoria “atuação classista”. PMDB e PCdoB com 16,7 % dos seus candidatos. O PPS com 14,3% e o DEM 15,4%¹⁶⁵. PMDB e PSDB, junto com o PTB, foram os partidos que mais se destacaram na categoria “Empresários” (atuação em entidade representativa dos interesses do “mundo empresarial”). 8,3% dos peemedebistas já participaram de algum tipo de associação empresarial. Entre petebistas e tucanos esse percentual chegou a 5%.

A categoria “Movimento Comunitário” corresponde ao envolvimento dos candidatos com Associações de Bairro, Filantropia e outras formas de participação na sociedade civil. Nessa categoria, se destacaram: PP (16,7%), PDT (11,5%) e PTB (10%)¹⁶⁶. O PPS alcançou um percentual alto nessa categoria (devido, acreditamos, ao grande número de Vereadores em sua nominata): 42%. No entanto, como o PPS apresentou poucos candidatos na eleição à Câmara dos Deputados - apenas 7 - seria forçoso afirmar que tal dado sintetiza o “perfil” de “inserção social” do partido. Pode se tratar, por exemplo, de um reflexo do excesso de representação da “esfera local” na nominata de 2010.

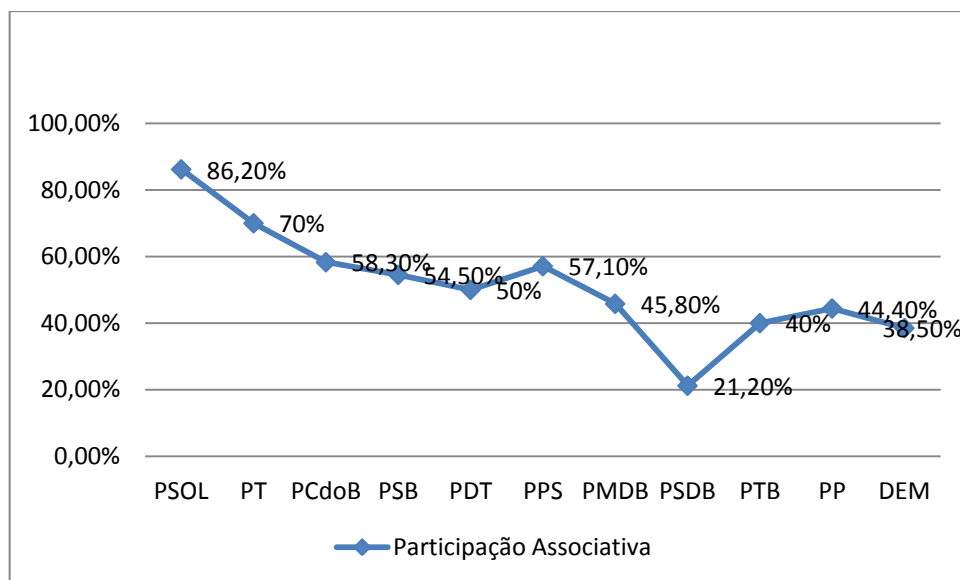
¹⁶⁴ Sobre esse tipo de associação, ver Coradini (2007).

¹⁶⁵ Deve-se destacar, no entanto, que PPS, DEM e PCdoB apresentaram nominatas com poucos candidatos.

¹⁶⁶ Como lembra Filomena (2010), em Porto Alegre, em específico, o PTB tem atuado no sentido de “profissionalizar” suas lideranças - especialmente, vereadores - para que atuem com força “junto ao lumpesinato”, isto é, junto aos setores precaríssimos de vilas populares da cidade. A “inserção comunitária” de lideranças do partido na periferia, vilas e bairros mais pobres, por meio de ações de “filantropia” e da disputa pelas associações de bairro e pelos conselhos tutelares, tem aumentado visivelmente nos últimos anos. Atualmente, o partido possui “núcleos” estruturados em 37 bairros da cidade. Em 2010, dois candidatos de Porto Alegre que disputaram vaga à Câmara dos Deputados pelo PTB tinham essa origem. Portanto, não é de se estranhar que, dentre seus percentuais alcançados, o partido tenha maior destaque justamente nessa categoria.

Quanto ao perfil das nominatas, podemos dizer que os dados nos levam a uma conclusão próxima a de Marengo e Serna (2007): isto é, “partidos mais conservadores, ao contrário de partidos de esquerda, registram uma proporção muito baixa de participação em associações coletivas” (Marengo e Serna, 2007, p. 98). Se a participação não é muito menor – e aqui cabe lembrar que trabalhamos com número de casos muito reduzido – ela, pelos menos, comparativamente, é inferior à encontrada entre os partidos de esquerda.

Gráfico 7 - Participação Associativa conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual



No PSOL, 86,20% dos candidatos possuem vinculação com algum tipo de associação. No PT, esse percentual é de 70%. No PCdoB, esse é caso de 58,30% dos candidatos. PDT e PSB têm o pior “desempenho” dos partidos de esquerda em termos de participação associativa: 50,0 % dos pedetistas e 54,50% dos candidatos do PSB possuem, ou possuíram em algum momento, inserção em associações. No PPS, 57,10% dos candidatos apresentaram relações prévias com algum tipo de associação.

Entre os partidos de direita, o percentual de candidatos com participação

associativa diminui: 44,40% no PP; 38,50% no DEM, 40% no PTB. PMDB e PSDB, partidos de centro, não tem realidade muito diferente: 45,80% dos peemedebistas possuem vínculos associativos, e, entre os tucanos, se encontra o pior percentual entre todos os partidos: 21,20%.

Levando em consideração o número pequeno de casos analisados e a limitação interpretativa, assim, imposta pelos dados apresentados, se pode afirmar que todos os partidos pesquisados caracterizam-se, quanto à inserção social, de forma próxima ao defendido por Marengo e Serna (2007): partidos à esquerda possuem certa superioridade aos de direita quanto ao acúmulo de “capital social” a partir da inserção em redes associativas. Existe desigualdade, dentro do espectro ideológico, quanto à distribuição deste “recurso” que, como dito, pode ser “reconvertido” para a esfera da política.

Nesse ponto, duas falas de dirigentes partidários são ilustrativas da interface entre partidos, de pontos diferentes do “espectro ideológico”, com as “bases sociais” e do desdobramento disso no recrutamento de quadros partidários:

A orientação do partido é esta de que as pessoas têm que passar por uma recepção, por um mínimo curso sobre as principais linhas, a origem, da onde viemos, o que marcou o partido nesses anos e o que pensamos(...) Essas coisas têm que ser colocadas para o filiado. Se ele já vem do movimento sindical, já vem de movimentos sociais que acompanham ou que têm lutas conjuntas, isto fica mais fácil ou é mais espontâneo (...)
(Dirigente Estadual do PT)

É nessa linha que eu vejo o PMDB.(...) Mas eu não coloco isso em xeque quando eu convido alguém pra filiar-se, também não vou atrás. E a pessoa que tá se filiando (sic) também não... às vezes ela não tem nem essa consciência. E depois, se ela tiver liderança e potencialidade eleitoral, talvez baste pra concorrer. E aí, em concorrendo, não necessária e obrigatoriamente ela vá reproduzir nos posicionamentos, nos pronunciamentos, nas escolhas, nas definições, nas votações, nas propostas esse perfil que eu acho que é do PMDB (Dirigente Estadual do

PMDB)

Perguntados sobre o perfil necessário para se filiar ou se lançar candidato pelos seus partidos, os dirigentes deram respostas diferentes. O dirigente petista identificou, de pronto, o “estuário” de onde vêm os possíveis militantes do PT: isto é, é mais “fácil” para alguém do movimento sindical ou do movimentos sociais “reconhecer” a “história” ou como o partido “funciona”. No caso do peemedebista, mesmo que o dirigente tenha uma “definição” do que é o seu partido, isso não faz “diferença” na hora de filiar alguém. Não há a identificação do “perfil em potencial” (ou da “inserção social” específica) daqueles que possam vir a integrar o partido.

Identifica-se, grosso modo, dois tipos de iniciação partidária. De um lado, um tipo de iniciação que é “facilitada” pela inserção social específica do futuro filiado (Movimentos Sociais, Sindicalismo), e, assim, apoiada no perfil da trajetória política dos parlamentares dos PT: carreiras amparadas em recursos coletivos e pelo enraizamento social (Marengo e Serna, 2007). De outro, uma iniciação onde o “perfil” do “iniciado” não é claro ou não precisa, necessariamente, seguir o que o dirigente “pensa” sobre o partido. Nesse caso, as próprias potencialidades individuais – conforme a fala do dirigente – “podem bastar” (não que sejam “suficientes”) para “concorrer”, isto é, para desenvolver a carreira política pela legenda.

A respeito das bases sociais dos partidos, duas falas nos chamaram a atenção nas entrevistas realizadas. Em resumo, elas tratavam do que Panebianco (2005) chama de delimitação do “território eleitoral” ou “território de caça”, exatamente enquanto “a reserva sobre a qual a organização estabelece os próprios direitos e em relação a qual é definida a identidade organizativa, seja “externa” (aos olhos dos que não fazem parte da organização), seja interna (aos olhos dos membros da organização)” (Panebianco, 2005, p. 25):

O PP, de um modo geral, o Partido Progressista também tem os mesmos problemas que nós (...) Menos. Por que menos? (...) Tu

pega o PP, aqui no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro, o agronegócio é um negócio que eles defendem firmemente. O agronegócio é com eles. O PMDB não tem. Nem o agronegócio. Não tem. (Dirigente Estadual do PMDB)

Quais são as marcas do nosso partido, quais são as grandes bandeiras do partido progressista? Municipalismo, agricultura e educação. Então, a gente procura, dentro dessas faixas de atuação do partido, escolher candidatos que tenham se destacado (...) Hoje nós temos uma marca na agricultura. Muitos candidatos nossos são estimulados porque são lideranças agrícolas, foram presidentes de sindicato rural, atuaram, são empresários agrícolas, é uma forma de atuação. (Dirigente Estadual do PP)

O maior percentual de candidatos associados à “produção rural” – por meio de diferentes tipos de atuação: “associativa”, em “sindicatos rurais patronais”¹⁶⁷ etc – está, como já demonstrado, no Partido Progressista: 16,7%. Dentre os eleitos pelo PP, 33,3% (dois deputados eleitos dentre o total de seis)¹⁶⁸ possuem – ou já possuíram – alguma vinculação associativa com o setor rural. Um deputado eleito pelo partido foi liderança da Famurs (Federação dos Municípios do RS)¹⁶⁹. E outro é membro, atuante (com passagens por conselhos), da OAB.

Para o restante dos progressistas eleitos, não encontramos nenhuma menção, no material dos candidatos, de algum tipo de relação associativa. Mas o que chamou, realmente, a atenção foi essa “possível” inserção social “rural” do PP aparecer tanto na fala do dirigente peemedebista quanto na do vice-presidente pepista. O peemedebista citava o PP como um exemplo “menos” pior em termos de defesa de “bandeiras específicas”, algo que, conforme o dirigente, seu partido tinha

¹⁶⁷ Associação dos Arrozeiros; Federação das Associações de Arrozeiros; Associação dos Produtores de Soja do RS.

¹⁶⁸ Um dos Deputados Federais eleitos pelo PP/RS, apesar de reconhecidamente ser próximo do setor rural do Estado, não declarou, em nenhum material de divulgação, vínculos associativos ou participação em órgãos representativos do setor. Nesse caso, ele foi excluído da categoria “produtores rurais”. Esse deputado, no entanto, assim como outro membro da bancada eleita pelo PP em 2010, possui fortes vínculos com o ex-ministro da agricultura Pratini de Moraes, tendo trabalhado como assessor direto do ministro.

¹⁶⁹ Não incorporamos a categoria municipalismo pelo baixo número de casos encontrados. 2(casos) apenas.

dificuldade de encontrar.

O Partido Progressista do RS, como se mostrou em item anterior, tem, de fato, apostado na prospecção de lideranças por via da inserção “de sucesso” em executivos municipais. Além disso, também parece buscar torna-se “porta-voz” ou “representante” de um setor específico: o patronato rural. Tal “tendência” de inserção social partidária – apresentada no exame empírico das relações associativas dos candidatos Progressistas e na fala do dirigente entrevistado – já havia sido mostrada por Santin (2005), quando o autor sondou, por meio de instrumento específico (questionário fechado¹⁷⁰), a opinião de Convencionais do partido, em 2005, a respeito das principais “bandeiras” do PP/RS. Ele concluiu, em resumo,

“No tocante às “bandeiras” do partido, a maioria dos entrevistados escolheu a “agricultura/agronegócio” como sendo a principal delas, com 60 (sessenta) respostas, seguida pela “educação” com 38 (trinta e oito), “saúde” com 26 (vinte e seis), “segurança” 24 (vinte e quatro), “defesa da propriedade privada” 18 (dezoito) e o “municipalismo” com 17 (dezesete) respostas. A opção pela agricultura como principal bandeira do partido esteve presente em 65,2 % dos 92 questionários respondidos, denotando a forte presença desse conceito entre os pesquisados. Se somadas as 6 (seis) opções mais escolhidas - acima transcritas -, elas perfazem 66,30% das 276 possibilidades de respostas múltiplas. (Santin, 2005, p. 177)

“Municipalismo” e “agronegócio”, eis o “binômio” que sustenta a inserção social prioritária – ou o principal “território de caça” – do Partido Progressista do Rio Grande do Sul. Sua penetração no interior, como “grande” partido em número de prefeituras no Estado, reforça isso. Esses dados guardam, por sua vez, proximidade com a afirmação de Marengo e Serna (2007) a respeito do recrutamento social dos partidos conservadores brasileiros: ele é encontrado “fundamentalmente nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agro-industrial e comércio” (Marengo e

¹⁷⁰ Conforme Santin (2005), “foram aplicados 92 questionários, sendo que dos entrevistados, 30 são residentes na capital e 62 no interior do Estado. Nesse universo, foram consultados filiados e simpatizantes oriundos de 44 municípios, além de Porto Alegre”. (Santin, 2005, p. 174).

Serna, 2007, p. 94)¹⁷¹.

Por fim, outro dado interessante, obtido no presente trabalho, é que – em que pese o fato de os recursos angariados nas campanhas eleitorais brasileiras com procedência de “Pessoas Jurídicas” terem um “impacto” eleitoral mais expressivo, causando, inclusive, certo “desequilíbrio” competitivo (Cervi, 2010) –, os partidos de esquerda pesquisados, com destaque para o PSOL, ainda conseguem arregimentar, em grau mais expressivo em relação aos outros partidos, doações de “Pessoas Físicas”, como mostrado nas prestações de conta das campanhas a deputado federal em 2010.

Por um lado, como o montante de contribuições de “Pessoas físicas”, na eleição para o legislativo federal, no RS, foi pequeno, – cerca de 10%, quando o total de doações de “Pessoas Jurídicas” atingiu 58% –, se deduz que o impacto desses recursos quanto à “eficácia eleitoral”, propriamente dita, foi “marginal”, realmente pouco expressivo. No entanto, esse dado pode indicar outro aspecto: a maior capacidade de engajamento político e de mobilização de “redes de apoio” – expressas em contribuições individuais de pouco valor à campanha – pelos candidatos das organizações de esquerda pesquisadas:

Tabela 25 - Fontes de Financiamento dos candidatos a Deputado Federal no RS, nas eleições de 2010, conforme o partido, em percentual

Fontes de Financiamento	PP	PT	PMDB	DEM	PSDB
Partido/Coligação	26,67	24,14	23,7	25,47	16,06
Recursos Próprios	6,49	3,18	13,04	7,86	8,13
Pessoas Físicas	6,64	12,54	6,48	3,29	6,89
Campanha Majoritária	2,59	0,04	0,86	-	0,98
Outros Candidatos	-	0,83	0,31	2,23	0,12
Pessoas Jurídicas	57,61	59,28	55,61	61,15	67,81
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

¹⁷¹ É interessante notar que todos eleitos pelo PP aparecem como “políticos” junto ao Banco de Dados do TRE, isto é, nenhum deles citou sua profissão de origem. Dada a necessidade de uniformização dos dados, não trabalhamos com a profissão de origem, mas apenas com dados declarados pelos candidatos no TRE/RS.

Fontes de Financiamento	PDT	PTB	PSB	PPS	PCdoB	PSOL
Partido/Coligação	26,37	19,2	25,13	29,15	29,38	-
Recursos Próprios	8,11	7,84	7,02	14,93	1,52	45,34
Pessoas Físicas	14,44	10,2	11,45	8,01	13,09	39,47
Campanha Majoritária	-	-	-	-	-	-
Outros Candidatos	0,09	2,51	4,57	1,84	0,21	5,5
Pessoas Jurídicas	50,99	60,3	51,82	46,07	55,8	9,69
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: TRE/RS N: 216

Pela ordem, PSOL, PDT, PCdoB, PT e PSB foram os partidos que mais obtiveram “doações” de pessoas físicas entre todos os partidos. O partido mais “à direita” que se aproximou dos quatro, nesse quesito, foi o PTB (com 10,2%). O caso do PSOL chama mais atenção também porque os candidatos do partido têm o maior percentual de doações provenientes de “recursos próprios”. Por ser um partido pequeno, com pouca estruturação no Estado, a nominata do PSOL era, com as exceções de Luciana Genro e do vereador de Viamão e suplente do partido na Câmara dos Deputados Geraldo Filho¹⁷², dominada por candidatos sem expressão eleitoral, que, então, recorreram a duas fontes financeiras preferenciais: suas próprias posses e, além disso, conforme a hipótese que levantamos aqui, possivelmente, ao apoio de suas “redes sociais de militância”.

Um dos “nós” de dessa “rede”, no caso do PSOL, pode ser o “vínculo de classe profissional” (dado o número de sindicalistas do CEPERS no partido), etc. Nesse ponto, (Resende, 2010), em seu estudo sobre o “background” e as carreiras políticas de deputados estaduais no Brasil, analisa a questão das “doações de pessoas físicas” sobre o prisma dos vínculos de “classe”:

Entre os profissionais de humanas as doações de pessoas físicas são as que têm mais peso entre as fontes de financiamento. Isso poderia ser atribuído em parte ao contexto profissional e à rede de relações sociais estabelecidas por estas pessoas. Tais quais empresários e profissionais liberais, as redes sociais de professores, economistas, sociólogos, entre outros, se dão no próprio meio profissional em que eles atuam. Dessa forma, as contribuições que eles buscam para suas campanhas têm mais probabilidade de vir desse grupo do que de empresas e pessoas jurídicas. Além disso, pode-se argumentar

¹⁷² Atualmente no PSB.

que esses profissionais, mais do que outros, atuam em organizações da sociedade civil e também em associações de classe e sindicatos. Esse vínculo profissional confere a eles um status profissional diferenciado, de forma que eles podem contar mais o apoio de colegas de profissão e de classe do que outros grupos de profissionais. Entre eles, o apoio de redes sociais figura como mais importante do que o apoio de redes e políticos profissionais. (Resende, 2010, p.97-98)

Evidentemente, o último dado apresentado não é “definitivo” sobre a capacidade de mobilização de “redes sociais” em cada partido, longe disso, e precisa ser analisado com parcimônia. Devido, principalmente, aos diferentes sentidos que uma “doação” pode ter numa campanha eleitoral regida pelo voto preferencial: estrita vinculação “pessoal” com o candidato, origem “familiar”, “apelo ao carisma”, etc.

Mas, pelo fato de as doações desse tipo terem sido maiores justamente nesses quatro partidos, se pode conjecturar, para abordagem em estudos futuros, dado o grau mais expressivo de “capital associativo” nas organizações de esquerda pesquisadas, sobre a possibilidade dessa modalidade de “apoio financeiro”, em campanha eleitoral, expressar o potencial dessas organizações em manter “ativas” “redes de militantes”, inclusive, com o objetivo de obter suporte monetário e recursos, por meio do engajamento pessoal.

5.0 Partidos e Candidatos na Propaganda Eleitoral à Câmara dos Deputados

Nesta parte final, será apresentada a análise de conteúdo da “dimensão partidária” da propaganda eleitoral gratuita para a Câmara dos Deputados veiculada, de 17 de agosto a 30 de setembro, do ano de 2010, no Rio Grande do Sul¹⁷³. Busca-

¹⁷³ A metodologia para análise do Horário Gratuito de Propaganda eleitoral é, particularmente, trabalhosa e exige paciência e tempo do pesquisador. Em síntese, no caso do presente trabalho, ela obedeceu às mesmas três etapas seguidas pelo trabalho de Silva (2009): 1) Gravação e/ou digitalização do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do ano 2010; 2) Classificação das estratégias partidárias nas diferentes candidaturas, segundo critérios estabelecidos em planilhas elaboradas a fim de identificar e quantificar signos partidários na veiculação da propaganda televisiva;

se, primeiramente, em conexão com a literatura consolidada, avaliar as estratégias eleitorais de construção da imagem partidária no HGPE (Schmitt, 1999; Dias, 2009; Dias, 2011). Em um segundo momento, analisar-se-á a distribuição do tempo de exposição entre os candidatos, no interior da propaganda eleitoral proporcional de cada partido, para o cargo de Deputado Federal, com o objetivo de testar a hipótese da “lista informal” apresentada por Schmitt (1999).

Um dos desdobramentos do raciocínio de Mainwaring (1991) sobre o sistema de “lista aberta” brasileiro é o da dificuldade – ou impossibilidade – dos partidos fixarem uma “imagem coletiva” ou uma “marca pública”. Afinal, pelo fato do sistema eleitoral brasileiro, como dito, incentivar a valorização de reputação política “personalizada”, em virtude da adoção do voto nominal e da alta magnitude dos distritos, há um poderoso reforço do personalismo político (Mainwaring, 1991). No entanto o próprio autor aponta “exceções” a essa “regra” na interpretação da legislação eleitoral:

Entre os partidos sempre-cabe-mais-um, a competição intrapartidária é frequentemente — e talvez até usualmente — mais acirrada do que a competição interpartidária. As campanhas são financiadas em grande medida por candidatos individuais, exceção feita ao fato de o horário gratuito na TV ser distribuído aos vários partidos. Contudo, esse horário é extremamente limitado no caso dos candidatos proporcionais, e de qualquer maneira ele promove muito mais os candidatos individuais do que os partidos (as exceções são os três pequenos partidos de esquerda). (Mainwaring, 1991, p. 43)

Como apontado por Mainwaring (1991), o tempo do horário gratuito de propaganda eleitoral (HPGE) na televisão, e também no rádio, é reservado e “distribuído” aos partidos políticos. Isto é, o HGPE é um espaço político-partidário por excelência (Albuquerque, 2005). Os partidos podem, assim, utilizá-lo, em termos de definição do “formato” da programação e das estratégias de promoção de seus candidatos, com ampla liberdade – dentro, obviamente, do limite de tempo fixado para cada partido ou coligação, por meio cálculo prévio realizado pelo TRE com

3) Organização dos dados segundo critérios estabelecidos para a análise: elaboração de tabelas e gráficos;

critérios estabelecidos pela Lei nº 9.504/97¹⁷⁴, e em observância à resolução específica de propaganda eleitoral de cada pleito¹⁷⁵.

O HGPE, como se sabe, pode servir para os mais diversos fins: apresentação dos candidatos, das propostas, divulgação de atos de campanha, etc. No plano da “eficácia” (em termos de audiência e de apelo público), seu desempenho é relevante: basta lembrar as “movimentações partidárias”, prévias a cada disputa eleitoral, para ampliação das “coligações eleitorais” com vistas, em parte, a “aumentar” a “fatia” de cada candidatura no “Tempo de TV”¹⁷⁶. Sobre a audiência do HGPE, dados recentes demonstram que a “campanha eletrônica” pela televisão é, sim, uma “ferramenta” privilegiada de acesso ao eleitor:

A propaganda eleitoral na televisão, apesar de definida por seus críticos, em especial as redes de televisão, como obrigatória, possui uma audiência voluntária muito maior do que se poderia imaginar. Em 2006, a média de audiência durante o primeiro turno das eleições, segundo o IBOPE, foi de 55,9 pontos, aumentando para 63,2 pontos no segundo turno. Os índices seriam similares aos maiores sucessos da programação televisiva no Brasil. Os dados do Datafolha confirmam a alta audiência do HGPE: no primeiro turno de 2010, em média, 53% dos entrevistados afirmaram terem assistido, mesmo que eventualmente, à campanha na televisão, enquanto no segundo turno essa média subiu para 60%. (Dias, 2011, p. 2)

Em artigo publicado no ano de 1999, Schmitt et al. (1999) já apontava para a

¹⁷⁴ Lei 9.504/97 - Art. 47. As emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão (...) reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita, na forma estabelecida neste artigo. § 2º Os horários reservados à propaganda de cada eleição (...) serão distribuídos entre todos os partidos e coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados, observados os seguintes critérios:

I - um terço, igualitariamente;

II- dois terços, proporcionalmente ao número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos que a integram. (Fonte: <http://www.senado.gov.br/senado/novoce/pdf/lei9504.pdf>)

¹⁷⁵ A eleição de 2010 operou sob a Resolução nº 23.191 de 16.12.2009 - INSTRUÇÃO Nº 131 (Fonte: http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/normas_2010/arquivos/Original/23191.pdf)

¹⁷⁶ Conforme Santos (2011), “com base na legislação vigente” uma das vantagens existentes e que incentivam os partidos a atuarem coligados nas eleições é, dentre outros pontos, o fato de que “o tempo determinado no HGPE será a soma do tempo dos partidos que compõem a coligação proporcional com representação na Câmara dos Deputados, segundo regra estabelecida no inciso II do § 2º do artigo 47 da Lei 9.504/97. 1” (Silva, 2011, p.32). Sobre a legislação eleitoral brasileira pós-redemocratização e seus possíveis impactos nas lógicas de formação das coligações partidárias, ver Santos (2011).

capacidade de penetração do horário eleitoral na opinião pública:

O horário eleitoral é com toda certeza uma das duas ou três fontes de informação políticas mais importantes para a população. Além dessa função informativa, o HGPE é também fundamental para a decisão do voto. As pesquisas mostram que parcelas significativas do eleitorado escolhem os seus candidatos pela propaganda gratuita, como, por exemplo, a pesquisa do IBOPE publicada pelo jornal *O Globo*, em 16/8/98 e a pesquisa do Datafolha, publicada pela *Folha de S. Paulo*, em 18/8/98. (Schmitt et al., 1999)

Assim, tratando estritamente da estruturação do HGPE nas eleições proporcionais – vereador, deputado federal e estadual –, se pode afirmar que se, por um lado, a “escassez” de tempo destinado para cada candidato (dada a “profusão” de candidaturas devido à magnitude dos distritos) impossibilita uma “grande” exposição individual no “palanque eleitoral” televisivo para esses cargos, como diz Mainwaring (1991) – o que, aliás, não é, em absoluto, verdade até porque os partidos podem recorrer à priorização de nomes na lista –, por outro, essa mesma “falta de tempo” para “cada um aparecer” pode estimular, nesse espaço específico da propaganda eleitoral, a opção eleitoral por estratégias de caráter “partidário” ou “coletivo” de atração de voto e de promoção das legendas, com o objetivo de “simplificar” mensagens com vistas a um “acesso” mais facilitado ao leitor. O apelo ao “voto de legenda” (Dias, 2009; Nicolau; 2006; Schmitt et al.; 1999) pode ser uma das opções, mas não a única¹⁷⁷.

A utilização “partidária e coletiva” do HGPE nas proporcionais é possível em virtude da configuração atual da legislação eleitoral brasileira. Os candidatos querendo ou não, não há um impeditivo para os partidos recorrerem a esse expediente, pois o “poder de veto” às determinações partidárias pelos candidatos, nesse caso, é mínimo, e eles ficam a “mercê” do formato de propaganda definido pelo comando partidário. Até mesmo pelo fato de a propaganda na “proporcional” ser normalmente financiada pelo partido e orçada de forma “casada” com campanha majoritária, sem qualquer ônus financeiro para cada candidato (como nos detalhou um dirigente partidário entrevistado para essa pesquisa).

¹⁷⁷ As diferentes estratégias de promoção da imagem partidária no HGPE serão detalhadas no próximo item, com base em Dias (2009; 2011)

Como afirma (Dias, 2009), “o modelo de propaganda política na televisão vigente obriga a que os interesses individuais dos candidatos se subordinem às estratégias coletivas dos partidos, uma vez que o tempo na televisão é destinado a estes” (Dias, 2009, p. 3). Nesse aspecto, a legislação eleitoral, caracterizada como “permissiva” em todos os sentidos por Mainwaring (1991), reforça, como dito no primeiro capítulo, um modelo de “regulação partidária” da campanha eleitoral (Mancini, 1996). E soma-se a isso outra característica de incentivo do sistema eleitoral ao “partidarismo-coletivismo” no HGPE:

(...) o método eleitoral para a eleição de cargos legislativos é o da proporcionalidade. Assim, uma vez determinado o coeficiente eleitoral, que corresponde ao número de votos necessários para a eleição de cada cadeira, o número de cadeiras obtido por cada partido será determinado pela soma total de seus votos, seja os que foram dados aos candidatos individualmente, seja à legenda do partido. Determinado o número de cadeiras do partido (ou coligação de partidos), estas serão distribuídas aos seus candidatos mais votados. Assim interessa ao partido, simultaneamente, estimular o voto de legenda como promover candidaturas populares, os puxadores de votos. (Dias, 2009, p. 16)

Assim, nas palavras de Schmitt et alli (1999), por meio do HGPE, os partidos podem recorrer a diferentes estratégias de reforço da imagem partidária, indo em direção contrária do “individualismo estruturante” provocado pelo formato de “lista” adotado no Brasil. Ali “os partidos políticos podem reforçar as suas respectivas imagens, vinculando as campanhas individuais às siglas partidárias e aos candidatos ao Executivo” (Schmitt et al., 1999).

Por fim, antes de iniciar propriamente as análises dos dados colhidos no HGPE para deputado federal, no RS, nas eleições de 2010, far-se-á um detalhamento, bastante objetivo, das condições e do contexto em que se deu a formatação da exposição de candidatos e partidos nesse espaço específico de propaganda eleitoral. Trata-se de detalhar, com informações disponibilizadas pelo TRE/RS, o tempo destinado a cada partido e/ou coligação, a partir da aplicação dos critérios estabelecidos na Lei 9.504/97.

No dia 19 de julho de 2010, no TRE/RS, foi realizada a reunião entre partidos, coligações e as emissoras de rádio e televisão da capital do Estado (Porto Alegre) para a definição do chamado “plano de mídia” da propaganda eleitoral para as eleições gerais de 2010, em observância ao art. 52 da Lei nº 9.504/97¹⁷⁸ e ao art. 39 da Resolução nº 23191/2009 do TSE¹⁷⁹. Tratou-se, em síntese: do sorteio da ordem inicial da propaganda em rede, da divisão dos blocos de inserções para realização do plano de mídia e da destinação das “sobras” das inserções¹⁸⁰.

O HGPE para deputado federal teve início no dia 17 de agosto de 2010 e término no dia 30 de setembro do mesmo ano, junto com os programas eleitorais para Presidente da República. Ele foi veiculado, na televisão, às terças, quintas-feiras e aos sábados: das 13h25 às 13h50 e das 20h55 às 21h20¹⁸¹.

A distribuição do tempo, por programa, entre os partidos e as coligações, para o cargo de deputado federal, pelo TRE/RS, foi assim definida:

¹⁷⁸ Lei 9.504/97 - Art. 52. A partir do dia 8 de julho do ano da eleição, a Justiça Eleitoral convocará os partidos e a representação das emissoras de televisão para elaborarem plano de mídia, nos termos do artigo anterior, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência.

(Fonte: <http://www.senado.gov.br/senado/novoce/pdf/lei9504.pdf>)

¹⁷⁹ Resolução nº 23.191 de 16.12.2009 - Art. 39. A partir do dia 8 de julho de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais convocarão os partidos políticos e a representação das emissoras de televisão e de rádio para elaborarem o plano de mídia, nos termos do artigo anterior, para o uso da parcela do horário eleitoral gratuito a que tenham direito, garantida a todos participação nos horários de maior e menor audiência (Lei nº 9.504/97, art. 52). Parágrafo único. Caso os representantes dos partidos políticos e das emissoras não cheguem a acordo, a Justiça Eleitoral deverá elaborar o plano de mídia, utilizando o sistema desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

(Fonte: http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/normas_2010/arquivos/Original/23191.pdf)

¹⁸⁰ Ata Nº 001/2010 da 1ª Zona Eleitoral de Porto Alegre

(Fonte: http://www.tre-rs.jus.br/upload/14/AtaTRE-RS_HE_2010.pdf).

¹⁸¹ Resolução nº 23.191 de 16.12.2009

Tabela 26 - Distribuição Diária de Tempo (Rede - Televisão) conforme o partido ou coligação para a campanha a Deputado Federal no RS, em 2010¹⁸²

Partido/Coligação	Tempo igual. (mm:ss:cc)	T. proporcional (mm:ss:cc)	Tempo total (mm:ss:cc)
ALIANÇA TRABALHISTA DEMOC.	00'38"46	02'51"54	03'30"00
JUNTOS PELO RIO GRANDE I	00'38"46	02'53"49	03'31"95
PDT - PTN	00'38"46	00'46"78	01'25"24
RIO GRANDE AFIRMATIVO	00'38"46	04'36"80	05'15"26
UNIDADE PELO RIO GRANDE	00'38"46	02'06"71	02'45"17
13 - PT	00'38"46	02'41"79	03'20"25
16 - PSTU	00'38"46	00'00"00	00'38"46
21 - PCB	00'38"46	00'00"00	00'38"46
33 - PMN	00'38"46	00'05"85	00'44"31
36 - PTC	00'38"46	00'05"85	00'44"31
43 - PV	00'38"46	00'25"34	01'03"80
44 - PRP	00'38"46	00'00"00	00'38"46
50 - PSOL	00'38"46	00'05"85	00'44"31

A primeira coluna corresponde a um terço do tempo dividido igualmente entre os partidos e/ou coligações. Nesse caso, a quantidade de tempo que é destinado para cada “lista partidária” não é definida a partir da “soma” da representação de cada partido na Câmara dos Deputados, independentemente do fato dessa “lista” ser integrada por um ou mais partidos. Isto é, tanto a nominata da coligação “Rio Grande Afirmativo” (com oito partidos coligados) quanto a “lista” do PCB (sem coligação e com um candidato a deputado federal apenas) “receberam” exatamente a mesma quantidade de tempo: 00'38"46 segundos.

A segunda coluna corresponde aos dois terços do tempo, proporcionalmente definidos a partir do número de representantes na Câmara dos Deputados, considerado, no caso de coligação, o resultado da soma do número de representantes de todos os partidos políticos que a integrarem. Aqui, sim, a vantagem foi da coligação “Rio Grande Afirmativo” (composta pelo maior número de partidos (total de oito): PRB/PP/PSL/PSC/PPS/PHS/PSDB/PTdoB), que somou

¹⁸² Ata Nº 001/2010 da 1ª Zona Eleitoral de Porto Alegre (Fonte: <http://www.tre-rs.jus.br/upload/10/DF-HE.pdf>)

mais de quatro minutos de tempo proporcional à representação partidária na Câmara dos Deputados (04'36"80).

Em seguida, está a coligação “Juntos pelo Rio Grande I” (PMDB/PSDC), com quase três minutos (02'53"49). Em terceiro lugar, a “Aliança Trabalhista-Democrática” (PTB/DEM), com também praticamente três minutos (02'51"54). Em quarto lugar, aparece o PT (sem coligação) com 02'41"79 minutos. Em quinto, a “Unidade Pelo Rio Grande” (PSB/PCdoB/PR), com 02'06"71 minutos. E, em sexto, a aliança “PDT/PTN” com 00'46"78 segundos.

Somaram, pela ordem, o maior tempo total para propaganda ao cargo de deputado federal: a coligação “Rio Grande Afirmativo”, com mais de cinco minutos (05'15"26); a coligação Juntos pelo Rio Grande I (PMDB/PSDC), com três minutos e trinta e dois segundos (03'31"95), e a “Aliança Trabalhista-Democrática” (PTB/DEM), com exatos três minutos e meio (03'30"00), o PT (sem coligação) com três minutos e vinte segundos (03'20"25), a “Unidade Pelo Rio Grande” (PSB/PCdoB/PR), com dois minutos e quarenta e cinco segundos (02'45"17) e a aliança “PDT/PTN” com um minuto e vinte e cinco segundos (01'25"24).

Dentro desses marcos de tempo, regulados pela justiça eleitoral, os partidos e coligações formataram a gramática específica de seus programas eleitorais. A descrição do tempo destinado a cada partido/coligação mostra, assim, o peso que a representação partidária na Câmara dos Deputados tem, de fato, para cada partido na distribuição dos “espaços” no HGPE. Partidos sem representação, à época, no legislativo federal, ficaram fora do “bolo” dos dois terços do tempo de TV para o cargo deputado federal, casos de PSTU, PCB e PRP. Partidos pequenos, com baixa representação, ficaram apenas com poucos segundos desse “montante” de tempo: no caso, PMN, PTC e o próprio PSOL.

Por fim, cabe aqui, no entanto, um “alerta” metodológico: quando tratarmos da hipótese da lista “informal” (especificamente da correlação entre exposição no HGPE e votação individual), neste capítulo, recorreremos ao tempo individualizado de cada

candidato – cronometrado rigorosamente a partir de cada intervenção individual no HGPE dos partidos e coligações – seguindo a proposta metodológica de Albuquerque et al. (2008). Neste caso, o tempo total destinado legalmente a cada partido ou coligação pouco importa.

Passar-se-á, então, a partir de agora, ao detalhamento das categorias de análise da “gramática” do HGPE utilizadas no presente trabalho, inicialmente, e, após isso, ao estudo, propriamente dito, da propaganda eleitoral, de televisão, para o cargo de deputado federal, no RS, na eleição de 2010.

5.1 Identificadores Partidários no HGPE

O HGPE brasileiro, nas eleições proporcionais e majoritárias, tem sido alvo de análise e problematização por uma incipiente literatura, da ciência política brasileira, que tem buscado dar conta de um fenômeno, em tese, ainda recente: a interface, cada vez maior, entre os meios de comunicação (especificamente, da televisão) e o processo político – organizações partidárias, em especial¹⁸³. Destacam-se, assim, as propostas de análise da gramática do HGPE desenvolvidas nos trabalhos de Schmitt et al. (1999), Albuquerque (2005; 2010), Albuquerque et al. (2008) e Dias (2005; 2009; 2011).

Trabalhos específicos de Dias (2009) e Schmitt et al. (1999) têm buscado investigar os usos do HGPE na eleição proporcional brasileira, sua formatação e gramática peculiar, assim como as “conexões” entre o sistema eleitoral vigente no país e as estratégias eleitorais empregadas naquele espaço. Esses autores sustentam, basicamente, que a “proliferação” de “identificadores partidários” no HGPE nas “proporcionais” pode atuar no sentido do reforço da “imagem pública” dos partidos, afastando, assim, a interpretação de que a legislação eleitoral brasileira veda qualquer possibilidade de cultivo de “estratégias coletivistas” (Samuels, 1997), que visam o fomento da reputação partidária. Afinal, como afirmado ao longo desse

¹⁸³ Para uma discussão teórica aprofundada sobre esse tema, enfocando o modelo de propaganda eleitoral brasileiro e campo de pesquisa da chamada “Comunicação Política”, ver Dias e Albuquerque, 2002.

trabalho, o tempo eleitoral pertence às organizações partidárias, o que afiança o controle partidário sobre a dinâmica dos programas eleitorais na TV (Albuquerque, 2005; Albuquerque e Dias, 2002).

Dito isso, a tarefa, nesta primeira parte do último capítulo, é a avaliação, de forma comparativa, do grau de investimento das legendas em sua própria imagem a partir da quantificação dos “identificadores partidários” (Schmitt et al., 1999) presentes nos programas eleitorais à Câmara dos Deputados. Para isso, recorreu-se, em consonância com o trabalho de Dias (2009), a categorias que pudessem dar conta da amplitude de signos partidários presente nas campanhas proporcionais na televisão. Afinal, nas proporcionais:

(...) a primeira evidência é que os signos partidários multiplicam-se significativamente, se considerados aos que estão presentes em campanhas eleitorais de cunho majoritário, como as que ocorrem para os cargos Executivos. Multiplicam-se também o número de categorias: além das referências partidárias (diretas) e das outras referências coletivistas (indiretas), nas campanhas legislativas verificamos a ocorrência de contaminação pela campanha da candidatura ao cargo Executivo do mesmo partido ou coligação. Estes signos serão classificados como referências à candidatura majoritária. Vale ressaltar que embora sejam consideradas como estratégias partidárias, uma vez que objetivam promover uma candidatura no espaço destinado à outra, pelo mesmo partido ou coligação, contam com signos estritamente individualistas, baseados na imagem do candidato a prefeito (governador ou presidente, conforme o caso). (Dias, 2009, p. 13)

Por “referências partidárias diretas”, entende-se o uso, na propaganda eleitoral, da “legenda”, do “símbolo do partido”, de “bandeiras” que possam identificar o partido em questão. As chamadas “outras referências coletivistas” referem-se, por sua vez, à coligação. E, por fim, as “referências à candidatura majoritária”, como dito na passagem acima, se referem às estratégias partidárias que objetivaram a promoção, no caso do presente trabalho, das candidaturas a governador ou a presidente no espaço destinado à campanha para Deputado Federal.

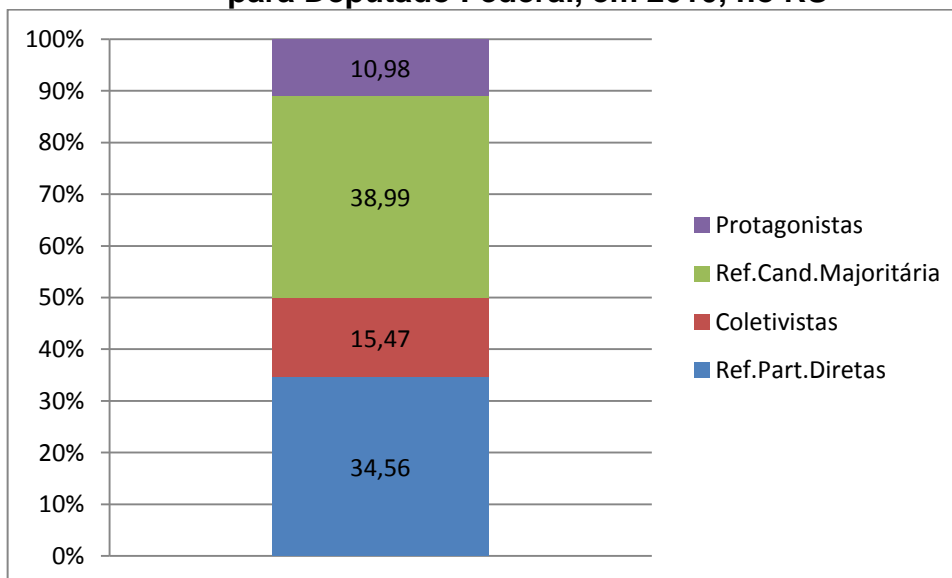
Antes de se adentrar na análise das organizações partidárias por meio dessas categorias, optou-se por reorganizar o referencial analítico de Dias (2009), com objetivo de avaliar, de forma detida, no conjunto total de “estratégias eleitorais”

presente no HGPE de 2010, no RS, o grau mais alto de “protagonismo” partidário na utilização daquele espaço. Aqui, não se fará menção ao Partido A ou B, mas à totalidade da “presença partidária” no horário eleitoral para a Câmara dos Deputados em 2010.

Para tal empreitada inicial, com base no trabalho de Dias (2009), elaborou-se, para além das três categorias acima citadas (“referências partidárias diretas”, “outras referências coletivistas” e “referências à candidatura majoritária”), a categoria “protagonistas”, com o objetivo de isolar, da totalidade de estratégias eleitorais presentes no HGPE para Deputado Federal, aquelas que, comparativamente e “qualitativamente”, são as mais “carregadas”, “impregnadas” de partidarismo, quais sejam: “Menção explícita ao partido”, “Menção à liderança partidária”, “Aparição de dirigente partidário”, “Pedido Explícito de voto na Legenda do partido”, entre outras.

Os resultados foram os seguintes:

Gráfico 8 - Total de Estratégias Eleitorais utilizadas no HGPE para Deputado Federal, em 2010, no RS



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

As estratégias de mais alto partidarismo – “protagonistas” – atingiram, sozinhas, 11% do total de estratégias eleitorais presentes no HGPE para Deputado

Federal. Quando somadas às “referências partidárias diretas” (“símbolos de partido”, “bandeiras”, “legenda”), perfazem um total de 45% dos “identificadores partidários” presentes na propaganda para Deputado Federal de 2010 no Estado.

Em um “sistema centrado no candidato”, fomentador da reputação individual (Samuels, 1997), com coligações proporcionais permitidas legalmente, e em que o número de candidatos na propaganda eleitoral proporcional é alto (dada a magnitude dos distritos eleitorais), chama atenção, no mínimo, que, em se descartando as estratégias de “referência à majoritária” em virtude de seu caráter mais “personalista”, quase metade das estratégias eleitorais presentes numa “campanha eletrônica” a deputado federal estudada seja composta por “signos” estritamente partidários, parte deles, ainda que menos abundante, altamente “impregnada” de partidarismo.

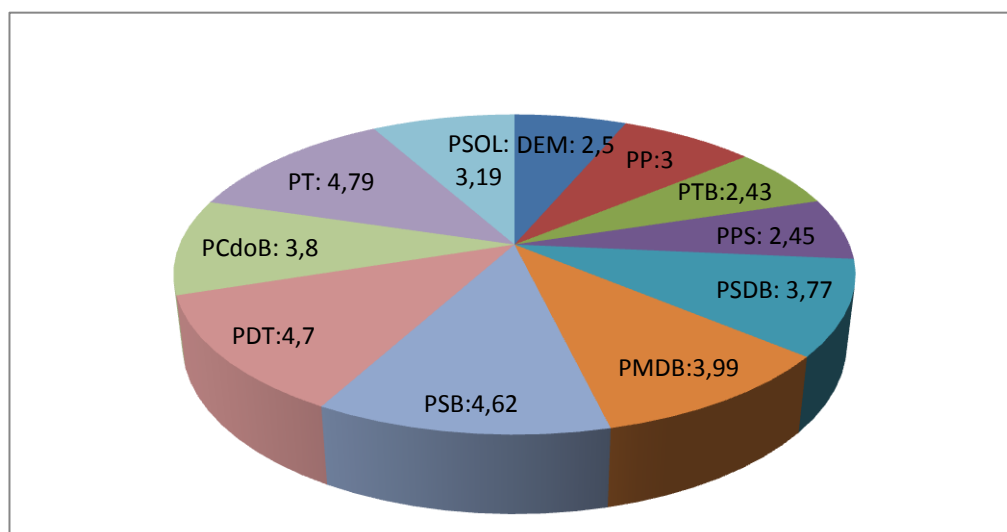
Além disso, é também interessante notar que, mesmo com muitos partidos dispostos em “lista única” (Tavares, 1999; 2003) – no total de partidos analisados, apenas PT e PSOL não concorreram em coligações –, o percentual de estratégias que buscam promover a coligação é o menor: 15%. A chamada “lista única”, resultante da coligação partidária, como se pode inferir dos dados, não constrange tão fortemente assim os partidos a negligenciarem sua “imagem pública”, fazendo, com que, inevitavelmente, todos pareçam “a mesma coisa” no horário eleitoral¹⁸⁴. Sob a opção eleitoral pelo investimento na “divulgação” da coligação, como se verá posteriormente, ela pode depender, por exemplo, do tamanho do partido comparativamente a seus “parceiros” de aliança.

Então, passando para a comparação interpartidária, o segundo dado a ser analisado aqui é o Índice de Projeção da Imagem Partidária (IPIP) das campanhas a Deputado Federal dos 11 (onze) partidos analisados. O índice de projeção da imagem partidária (IPIP) foi desenvolvido por Dias (2009).

¹⁸⁴ Não se entra, aqui, no mérito da discussão sobre os “efeitos da coligação proporcional” sobre cociente partidário e, por consequência, para a representação, tal como faz Tavares (1999; 2003). Trata-se, tão somente, da avaliação dos efeitos na “exposição pública dos partidos” a partir do momento em que eles recorrem a esse expediente.

Conforme a autora, o “IPIP” “é a resultante do total de estratégias contabilizadas em cada propaganda partidária dividida pelo número de peças que estruturam a referida propaganda.” (Dias, 2009, p. 15). Por “peça”, entende-se aqui cada bloco diferenciado que compõe propaganda partidária, isto é, a “vinheta de abertura”, “a fala do candidato”, uma “reportagem”, a “vinheta de encerramento”, etc.

Gráfico 9 - Índice de Projeção da Imagem Partidária- HGPE (Deputado Federal - 2010)



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

É possível perceber, à primeira vista, que os padrões de uso de “signos partidários” na propaganda eleitoral para a Câmara dos Deputados possuem certa proximidade entre os partidos pesquisados. PT, PDT, PSB são os partidos que mais investiram em sua imagem na propaganda eleitoral para deputado federal (com índices variando entre 4,62 a 4,79). PMDB, PCdoB, PSDB e PSOL encontram-se numa faixa intermediária, mas com índices não muito mais baixos (seus índices variam entre 3,21 e 3,99). PP, DEM, PPS e PTB, por sua vez, foram os partidos que menos investiram em sua imagem no HGPE, tendo seus IIPs variando entre 2,43, caso do PTB, e 3, no caso do PP.

A “liderança” do PT, em termos de investimento em sua própria imagem no

HGPE, confirma, parcialmente, pesquisas anteriores, como as de Dias (2009; 2011) e de Samuels (1997), sobre o cultivo que esse partido tem feito de sua “imagem pública” historicamente. No entanto, o índice petista não é muito superior ao de outro partido, com certo destaque regional, o PDT, e nem mesmo em relação a um “pequeno partido” de esquerda no Estado, o PSB. Em quarto lugar, com um índice um pouco menor está um partido com destaque regional e nacional: o PMDB. O que poderia explicar isso?

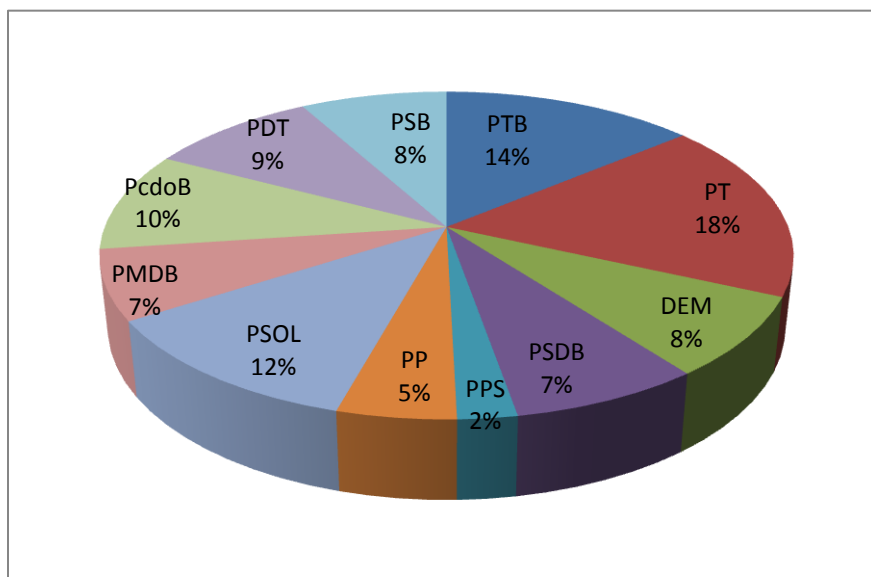
Cabe avaliar a “natureza” dos signos partidários que compõem o IPIP de cada partido. Afinal, por se ter contabilizado todas as “estratégias partidárias possíveis” para o cálculo do índice das siglas estudadas (mesmo as “referências coletivistas” e as que se referem à “majoritária”) – não foi possível detectar se partidos com índices muito próximos se diferenciam, no entanto, quanto ao conteúdo – ou a “qualidade” – das marcas partidárias utilizadas.

Isto é, pode ter ocorrido um “inflacionamento” dos IPIPs de alguns partidos, assim como a diminuição dos índices de outros, em virtude da contagem de marcas partidárias provenientes da coligação e/ou do suporte dado pela campanha proporcional à candidatura majoritária. Além disso, os tipos de estratégia partidária têm uma diferença “qualitativa” entre si: referências provenientes do suporte à campanha majoritária, mesmo sendo consideradas como “estratégias partidárias”, visto que promovem a candidatura do partido ou da coligação ao executivo no espaço das proporcionais, “contam com signos estritamente individualistas, baseados na imagem do candidato a prefeito (governador ou presidente, conforme o caso)” (Dias, 2009, p.13). As referências à coligação, por sua vez, também não contribuem, de forma decisiva, para a fixação da imagem dos partidos junto ao eleitorado. No caso, o uso de estratégias “estritamente partidárias” na propaganda eleitoral é o que realmente interessa para o presente trabalho.

Por isso, o uso de “referências partidárias diretas” e das “protagonistas” – “bandeiras”, “símbolos” e a “legenda”, assim como a “menção explícita ao partido”, o pedido de “voto na legenda”, etc – pode ser um melhor indicador do grau de

partidarismo – ou, se preferirmos, de “coletivismo” – da propaganda eleitoral dos partidos pesquisados. Optou-se, aqui, então, por se formatar um “universo de referências” que correspondesse ao total geral de marcas partidárias “diretas” e “protagonistas” presentes na propaganda de televisão para deputado federal, no RS, em 2010. A partir disso, calculou-se o percentual de cada partido em relação a essa totalidade:

Gráfico 10 - Referências Partidárias Diretas e Protagonistas, em %



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Inicialmente, em concordância com Dias (2009), é possível observar que, quando analisamos a totalidade das estratégias partidárias utilizadas na propaganda eleitoral de cada partido (por meio do IPIP), as diferenças entre as siglas são menores. No entanto, ao se focar o “conteúdo” dessas estratégias – no caso do presente trabalho, o uso de referências partidárias “diretas” – as discrepâncias tendem a se estabelecer.

O PT, de fato, é o partido que mais se destacou no uso de marcas partidárias “diretas” e “protagonistas” em sua propaganda à Câmara dos Deputados: 18% do total de marcas partidárias presentes no HGPE pertencem a esse partido. Ao seu

lado, no entanto, se encontra, agora, o PTB, com 14%. E, logo em seguida, o PSOL, com 12%, o PCdoB, com 10 %, e o PDT, agora com um “desempenho” menor comparado ao IPIP, com 9%. O PSB, terceiro colocado no “índice geral”, agora ocupa o sexto lugar do “ranking” de “referências partidárias diretas e protagonistas”, com 8%, empatado com o DEM (que possui um dos do IIPs mais baixos: 2,5).

Por sua vez, o PMDB, segundo colocado no índice geral, está agora em sétimo lugar, com 7% do total de “referências partidárias diretas”¹⁸⁵, empatado com o PSDB. Dentre os partidos com os menores percentuais, encontram-se o PP, com 5%, e o PPS, com míseros 2%.

O PT, nesse sentido, confirma o que vem sendo dito pela literatura (Dias, 2009, 2011; Samuels, 1997), quanto à possibilidade de constituição de reputação eleitoral partidária, no Brasil, a despeito dos “incentivos” individualistas da “lista aberta”. Em seu estudo longitudinal sobre a construção da imagem partidária no país (com foco na propaganda eleitoral de televisão para a presidência da república), Dias (2011) destaca o investimento que, nas últimas décadas, esse partido tem feito no sentido de constituir uma “marca pública”, apesar das questões conjunturais e da própria profissionalização das campanhas eleitorais:

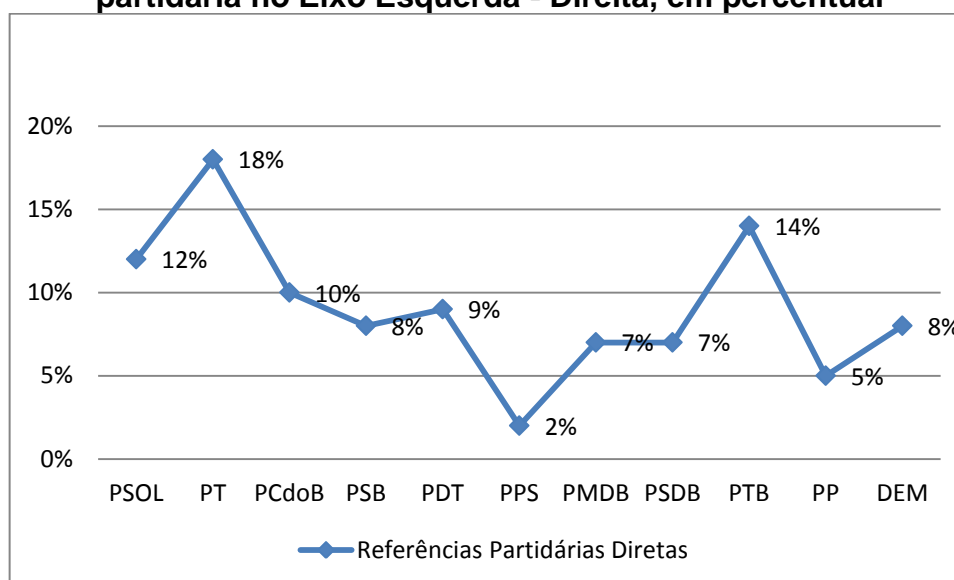
O PT se destaca no uso da imagem partidária em seus programas televisivos, especialmente em comparação com outros partidos. Entre 1989 e 2002 todos os partidos analisados reduziram o espaço destinado à projeção de suas imagens na campanha, indício da progressiva profissionalização das campanhas eleitorais presidenciais. A campanha de 1998 foi a menos partidarizada do período, provavelmente em virtude da forte influência que a estabilidade econômica exerceu na dinâmica eleitoral do período. O temor dos eleitores pela perda do controle inflacionário gerou uma homogeneidade discursiva entre as candidaturas. A campanha de 2002, por ser uma “changing election”, ou seja, um contexto eleitoral onde se verifica um desejo generalizado de mudança no eleitorado, reforçou a imagem dos partidos concorrentes. Foi neste ano que o PSDB atingiu seu maior índice de projeção da imagem partidária, entretanto, ficando ainda abaixo de 1, índice mínimo para se considerar o partido um ator relevante na propaganda eleitoral. Em 2006, a imagem do PT sofreu expressiva redução na campanha, atingindo seu menor índice no período, provavelmente em virtude dos escândalos de corrupção envolvendo importantes dirigentes partidários no ano precedente. A campanha mais personalista do PT centrou-se na imagem do presidente

¹⁸⁵ Doravante utilizar-se-á apenas a denominação “referências partidárias diretas” para o conjunto de “Diretas” e “Protagonistas”.

Lula como fiador do sucesso governamental. Em 2010 registrou-se nova ascensão na imagem partidária do PT e a manutenção, com ligeira queda, do índice de projeção da imagem partidária do PSDB. (Dias, 2011, p.8)

Mas, para além disso, é possível dizer que a projeção de “imagem pública”, isto é, o “partidarismo eleitoral” – enquanto um “incentivo coletivo” ou de “identidade”¹⁸⁶, nos termos de Panebianco (2005) – seria mais próprio das organizações de esquerda estudadas? Isto é, o espectro “ideológico” partidário tem peso explicativo neste processo?

Gráfico 11 - "Referências Partidárias Diretas" conforme a distribuição partidária no Eixo Esquerda - Direita, em percentual



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

A utilização do “eixo esquerda-direita”, a partir da caracterização dos partidos no “espectro ideológico” dada pela literatura referida em capítulos anteriores, permite avaliar, de forma mais detida, se o grau de “partidarismo” eleitoral – menção explícita

¹⁸⁶ De acordo com Sarti (1996), “Panebianco percebe nos partidos socialistas e comunistas, nos quais a ideologia é fator importante até mesmo de identidade coletiva, uma “sucessão de fins” que torna progressivamente latente a ideologia manifesta no início”. Justamente essa constante “articulação de fins”, para tornar progressivamente “latentes” os “incentivos coletivos” de caráter ideológico nas organizações de esquerda, marca o processo de institucionalização dos partidos políticos. No entanto, mesmo que abrandados, dado o peso que a “identidade coletiva” tem para os partidos de esquerda, os “incentivos coletivos” devem continuar cumprindo um papel importante nessas organizações.

ao partido e presença da “simbologia” partidária na HGPE – é mais presente na propaganda dos partidos de esquerda do que nos de partidos direita. E, de fato, no conjunto dos cinco partidos com maior percentual de “referências partidárias diretas”, quatro estão, por definição, à esquerda do espectro ideológico, pela ordem: PT, PSOL, PCdoB e PDT.

Além da constatação da “predominância” do “partidarismo eleitoral”, nos partidos de esquerda, nesta pesquisa, ser parcialmente avalizada pelos percentuais alcançados por PT, PSOL, PCdoB e PDT comparativamente aos outros partidos, os mesmos, de fato, em termos mais “qualitativos”, se valeram, para além de “signos” e “símbolos” partidários sem muito destaque (“bandeiras” do partido no plano de fundo do programa, etc), de alguns tipos mais explícitos de estratégia para “referenciação” de sua “imagem pública” na propaganda eleitoral. O PT se valeu, para isso, em seu espaço, do apelo ao voto de legenda (“vote nos candidatos do PT para deputado federal!”) e da menção às lideranças partidárias de maior destaque (basicamente, menções ao ex-presidente Lula). O PSOL se caracterizou, de forma destacada, pelo uso das menções diretas ao partido, por meio da vinculação entre número e legenda (“50 é PSOL!”), ao abrir seu programa.

O PDT fixou-se, mais amplamente, no pedido de voto na legenda (“vote bancada 12!”), mas, em alguns programas, fez menção a “lideranças partidárias” e se utilizou de imagens dos “trabalhistas históricos” (Leonel Brizola, João Goulart e Getúlio Vargas). No dia 24 de agosto, data do suicídio de Vargas, o partido dedicou o programa da proporcional ao “grande líder” trabalhista e a seus “herdeiros”. O PCdoB, basicamente, se valeu da menção direta ao partido (“esse é o PCdoB, sempre do teu lado!”), logo na abertura do seu programa, e do pedido de voto na legenda.

As imagens abaixo, capturadas da propaganda eleitoral, são ilustrativas dos diferentes tipos de referências partidárias utilizadas por algumas legendas no HGPE para Deputado Federal em 2010:

Imagem 1- Símbolo e Legenda do PSOL no HGPE para Deputado Federal



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Imagem 2 - Legenda do PTB no HGPE



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Imagem 3 - Apelo ao voto nos candidatos do PT a Deputado Federal



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Imagem 4 - Legenda do PCdoB (ao fundo) e a Estratégia de "referência à majoritária"



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Imagem 5 - Apelo explícito ao voto de legenda no HGPE do PDT



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Imagem 6 - Estratégia de "reforço da majoritária" do PSB no HGPE



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Apesar disso, seria forçoso afirmar que o grau de “partidarismo eleitoral”, de cada um dos partidos pesquisados, pode ser explicado apenas pela disposição das legendas ao longo do espectro ideológico. Isto é, de que “quanto mais à esquerda”, mais partidária é a campanha. Uma análise, mesmo que desatenta, do Gráfico 8 não avaliza um juízo tão rigoroso. Isto é, um partido mais à esquerda, como o PSB, por exemplo, apresentou um investimento em “referências partidárias diretas”, conforme os dados analisados, com percentual igual ao do DEM, o partido posicionado mais à direita no eixo ideológico aqui utilizado. Da mesma forma, o PPS, considerado de “esquerda” pela bibliografia especializada¹⁸⁷, teve o menor grau de partidarismo entre todas as legendas analisadas: apenas 2% do total.

Entende-se, da mesma forma, que, casos de “destaque”, quanto ao uso de “referências partidárias diretas”, especificamente o do PT e do PSOL, não podem ser atribuídos estritamente a um grau maior de “ideologização” desses partidos, assim como a “baixa freqüência” de “marcas partidárias” em organizações consideradas de esquerda (como o PPS) não pode ser simplesmente atrelada à ausência de uma “identidade coletiva”. O mesmo serve para explicação tanto do maior grau de partidarismo em alguns partidos de direita (caso do PTB) quanto da sua ausência em outras organizações que compõe essa mesma “ponta” do espectro ideológico (caso do PP.).

Dada a relação dinâmica existente entre diversos aspectos explicativos do formatação da propaganda das proporcionais, se deve levantar outras questões para afastar o “determinismo” da análise. Questões basicamente “conjunturais” – como, por exemplo, a relação entre a campanha proporcional e a majoritária – e de fundo “institucional” – como o papel das “coligações” e o “tamanho” dos partidos (Samuels, 1997) – atuam na conformação das estratégias eleitorais na campanha proporcional

¹⁸⁷ Obviamente, a disposição dos partidos políticos brasileiros no eixo esquerda-direita está longe ser uma questão “resolvida” pela academia e é um debate sempre vivo na ciência política brasileira. A configuração regional do PPS, que foi tomado no início dos anos 2000 por uma “facção” mais “conservadora” dissidente do PMDB/RS (Filomena, 2010) e que, por isso, se deslocou mais à direita regionalmente, é um exemplo de que tentativas de uniformização explicativa sempre serão problemáticas nesse campo. Sobre o debate acerca da classificação ideológica esquerda-direita no Brasil, e uma proposta metodológica para discussão, ver, por exemplo, Dias et al. (2010).

e também afetam, positiva ou negativamente, o “partidarismo eleitoral”. Em síntese, entende-se, aqui, que a explicação do formato dessa campanha apenas pela disposição dos partidos no eixo esquerda-direita dificulta tanto a compreensão da “opção” eleitoral por estratégias “coletivistas-partidaristas”, realizadas por algumas legendas” de direita (caso do PTB no presente trabalho), quanto o entendimento da “eficácia” de outras estratégias, não tão “partidaristas” assim, para o fortalecimento eleitoral das legendas, em um “sistema centrado no candidato”, como o brasileiro.

Discordando de Mainwaring (1991), quanto ao “papel” da ideologia nas eleições proporcionais, Samuels (1997) argumenta que

(...) as estratégias utilizadas pelos candidatos para promover ou não a legenda do partido variam (conforme sejam de esquerda ou de direita) dentro do espectro político brasileiro, e fatores institucionais como a organização, os recursos financeiros e as estratégias de alianças de um partido podem sobrepujar os compromissos ideológicos. Esses fatores poderiam ser generalizados para todos os sistemas eleitorais centrados no candidato (...) (Samuels, 1997).

Primeiramente, muitas “estratégias”, no plano da estrita “racionalidade eleitoral”, correspondem ao interesse das siglas no curto prazo da eleição. E, buscando fortalecer o desempenho eleitoral do partido, elas não têm caráter estritamente “ideológico”, mas “pragmático”, e não visam, *per sí*, a promoção “sincera”, digamos assim, da “imagem pública” das legendas por meio de “referências diretas” ao partido, com o objetivo de “marcar” o eleitorado.

O “suporte à candidatura majoritária”, por exemplo, como uma forma de pegar “carona” na popularidade do candidato ao executivo para “impulsionar” a votação da nominata ao legislativo – mesmo que ele não seja do mesmo partido, em caso de coligação –, é uma estratégia utilizada nesse sentido. Apesar de seu caráter mais “personalista” (Dias, 2009), a atração de votos na proporcional por via do suporte e da “colagem” das nominatas à majoritária não deve ser descartada como uma estratégia eficiente de fortalecimento eleitoral partidário, apenas por se valer da tentativa de “compartilhamento” da reputação da majoritária com as proporcionais

(Schmit et al., 1999).

PSB e PCdoB, entre todos os partidos pesquisados, foram os que mais investiram em “referências à candidatura majoritária” nos programas a deputado federal, no RS, em 2010. E tinham bons motivos para isso: ambos participavam da coligação liderada por Tarso Genro, do PT, ao executivo estadual. O PCdoB indicou Abgail Pereira, liderança do partido na cidade de Caxias do Sul, para a disputa ao Senado junto com Paulo Paim, do PT. O PSB indicou o candidato a vice-governador na chapa de Genro ao Piratini, o ex-deputado estadual e ex-prefeito de Cristal Beto Grill.

O fato é que, ao final do primeiro turno, a campanha de Genro praticamente “deslanchou”¹⁸⁸ rumo à vitória, abrindo, já no dia 17 de setembro, aproximadamente 15 dias antes da votação em primeiro turno, cerca de 20 pontos percentuais de vantagem sobre o segundo colocado, José Fogaça (PMDB). A possibilidade de não haver segundo turno tornou-se, naquele momento, altamente provável. E esse desempenho da majoritária na “reta final” da eleição poderia, dentre outras coisas, “robustecer” a votação da nominata de comunistas e socialistas à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa do RS.

Desta forma, nas últimas duas semanas de campanha, as “aparições” de Genro na propaganda de PSB e PCdoB na proporcional, pedindo diretamente voto nos candidatos comunistas e socialistas, foram potencializadas em muito, o que, em nossa contagem final, fez “disparar” os percentuais dos dois partidos na categoria “referências à majoritária”. O objetivo, de ambos, de “tentar fazer bancada”, compartilhando do “sucesso” da majoritária, ficou evidente naquele momento.

¹⁸⁸ No dia 17 de setembro, aproximadamente 15 dias antes da votação em primeiro turno, Tarso Genro liderava a corrida eleitoral ao Piratini com 44% das intenções de voto, contra 24% de José Fogaça e apenas 11% de Yeda Crusius, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha.

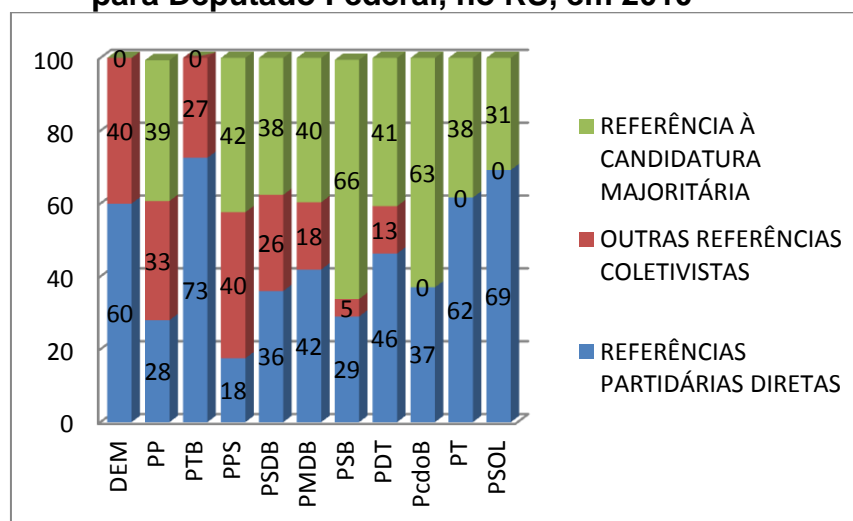
Imagem 7 - Aparição de Tarso Genro no programa dos candidatos a Deputado Federal do PCdoB



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

Além do PSB e do PCdoB, o PPS (que detinha o candidato a vice-governador na chapa de Yeda Crusius), o PDT (com o candidato a vice na chapa de José Fogaça) e o PMDB (com a candidatura de Fogaça) foram os partidos que mais se utilizaram desse expediente na campanha a deputado federal de 2010, como atestam os percentuais atingidos, pelas legendas, em cada categoria, nos seus programas eleitorais à Câmara dos Deputados. Todos esses partidos tinham, naquela eleição, um “interesse” em comum: reforçar o desempenho da majoritária, buscando, ao fim, compartilhar dele:

Gráfico 12 - Tipos de Referências Partidárias, conforme o Partido, na eleição para Deputado Federal, no RS, em 2010



Fonte: HGPE 2010 - NEPPE

No entanto, outros fatores contam nesse processo de “emparceiramento” entra a campanha majoritária e a proporcional. PSB e do PCdoB também possuíam outra estratégia clara (desde o início do HGPE para deputado federal): dar máxima exposição individual aos seus dois “puxadores de voto”, Manuela D’ávila e Beto Albuquerque¹⁸⁹. Com a priorização evidente dos dois candidatos na lista, o apelo de Genro ao “voto nos candidatos do PSB e PCdoB” acabava, devido ao formato HGPE desses partidos, se revertendo para uma valorização ainda maior do tempo de exposição de Manuela e Beto naquele espaço. Sendo que a exposição de ambos no programa já era, como dito, muito superior em tempo e, além disso, totalmente “individualizada”¹⁹⁰ em relação ao que ocorria com outros candidatos ou com o uso da própria legenda dos partidos.

A partir disso se pode tentar entender, em parte, porque, em 2010, PCdoB e PSB – que, pela ordem, tiveram os dois candidatos mais votados a deputado federal no RS – fizeram votação pouco destacada na legenda. Nesse caso, a estratégia “individualista” do suporte à majoritária (Dias, 2009) acabou se combinando com outra estratégia eleitoral individualista: destaque máximo ao “puxador de voto”. Já o PT, que se utilizou da mesma estratégia de vinculação à majoritária dos dois partidos acima, teve resultado absolutamente diferente: a maior votação, entre todos os partidos do Estado, na legenda para o legislativo federal¹⁹¹.

Obviamente, não se pode atribuir o “sucesso eleitoral” da legenda petista – assim como o desempenho mais modesto das legendas de PSB e PCdoB – essencialmente ao “tipo” de vinculação do programa dos candidatos dos três partidos à Câmara dos Deputados à campanha majoritária, vinculação que seria mais “personalista”, no caso de socialistas e comunistas. Essa afirmação careceria de base empírica e metodológica, para dizer o mínimo. Mas, como afirma Nicolau

¹⁸⁹ O tempo destinado a ambos foi muitíssimo superior ao dos outros candidatos. A priorização da lista, nesse caso, foi evidente. No próximo subitem, será feito o estudo comparativo da distribuição do tempo de TV entre candidatos e partido e essa discussão será aprofundada.

¹⁹⁰ Se deve destacar que “símbolos” e “marcas” individuais de Manuela D’ávila e Beto Albuquerque foram utilizados em profusão na campanha proporcional de PCdoB e PSB a deputado federal na televisão.

¹⁹¹ Divisão de tempo, entre os candidatos petistas ao legislativo federal, foi bastante igualitário. Mais detalhes, no próximo subitem.

(2006), se pode pensar, sim, que o “voto de legenda”, no Brasil, dentre outros fatores, reflita as estratégias deliberadamente pensadas para a formatação do HGPE. E a “referência à campanha majoritária” pode potencializá-lo. Nas palavras do autor:

(...) a variação do voto de legenda reflete também diferentes estratégias utilizadas na campanha; por exemplo, lideranças e candidatos a cargos majoritários pedem explicitamente para que os eleitores votem na legenda no HGPE (Nicolau, 2006, p. 703).

Abaixo, pode ser avaliado o desempenho eleitoral dos partidos pesquisados quanto ao voto de legenda (Deputado Federal, no caso) a partir da comparação dos resultados obtidos nas eleições de 2006 e 2010:

Tabela 27 - Comparativo (Voto de Legenda - Deputado Federal) eleições de 2006 e 2010, por partido

Partido	Legenda (2006)	Legenda (2010)	Diferença	Desempenho
PT	118.618	167.102	48.484	+
PMDB	49.966	52.600	2.634	+
PSDB	68.239	50.226	-18.013	-
PP	27.001	49.541	22.540	+
PDT	48.224	22.114	-26.110	-
PTB	19.931	15.352	-4.579	-
PC do B	3.573	10.653	7.080	+
PSOL	16.739	7.491	-9.248	-
DEM	12.106	4.098	-8.008	-
PSB	6.409	3.870	-2.539	-
PPS	13.436	3.698	-9.738	-

Fonte: TRE/RS

Apenas quatro partidos ampliaram sua votação de 2006 para 2010, pela ordem: PT, PP, PCdoB e PP. As maiores perdas foram: em primeiro lugar, do PDT, – partido que disputou a eleição estadual de 2006 com Alceu Collares – que viu, em 2010, seu desempenho na legenda diminuir em cerca de 26 mil votos. Logo em seguida, está o PSDB – que, na eleição passada conquistou o Piratini, com Yeda

Crusius – que teve um decréscimo de aproximadamente 18 mil votos em 2010. Logo após esses dois partidos, está o PPS, com o decréscimo de 9.738 votos, e o PSOL, que perdeu, no total, 9.248 votos na legenda, no comparativo das eleições de 2010 e de 2006.

O PSB, mesmo com sua estratégia de “reforço” das proporcionais por meio da vinculação à majoritária, acabou tendo um desempenho na legenda ainda pior que em 2010 (quando teve candidato ao governo do Estado): de pouco mais de seis mil votos, recebidos em 2006, caiu para menos de quatro mil, em 2010. Com o PCdoB aconteceu justamente o contrário: o partido mais que mais que dobrou sua votação de legenda, passando de 3.573 para 10.653 votos. Por fim, PT e PP ampliaram sua votação de legenda significativamente: os petistas em aproximadamente 48 mil votos, e os progressistas em 22.540 votos.

A relação entre “voto de legenda” e “referências à majoritária” no HGPE da proporcional, evidentemente, como dito, está longe de ser linear e não é auto-explicativa: veja-se, a título exemplo, o comparativo da votação obtida por PSB e PCdoB em 2006 e 2010, dois partidos com a mesma estratégia eleitoral de vinculação ao executivo e com resultados finais discrepantes: o primeiro diminuiu sua votação e o segundo aumentou¹⁹². Mas o que se quer deixar claro, neste trabalho, é que os partidos podem se valer, e se valem, desse “vínculo” com o candidato ao executivo com ampla liberdade no HGPE, e que esta estratégia, mesmo sendo, em parte, “individualista” ou “personalista” (por reforçar a “imagem” dos candidatos da majoritária), pode ter um papel positivo para o desempenho eleitoral final das legendas. Para além do posicionamento do partido no espectro ideológico, a “racionalidade de curto prazo” pode impactar, sim, no “partidarismo eleitoral”, por meio deste apelo da majoritária ao voto de legenda na proporcional.

¹⁹² Pode-se se argumentar, no entanto, que o fato de o PSB ter apresentado candidato na majoritária, em 2006, ajudou a alavancar a votação na legenda no partido. Por outro lado, o PP, que teve candidato em 2006, e não teve em 2010, aumentou muito sua votação na legenda, Isto é, a relação entre candidatura à majoritária e voto na legenda do partido na proporcional está longe de ser mecânica.

Ainda nesse ponto, a questão do “suporte à majoritária” também pode ser útil para a compreensão da forte presença de “marcas partidárias” na propaganda do PTB, partido considerado de “direita”, que obteve o segundo maior percentual de “referências partidárias diretas” do HGPE, 14%. Em parte, o “desempenho petebista”, quanto à utilização desse tipo de “referência partidária”, pode ser explicado pelo fato desse partido, em coligação com o DEM, não ter apresentado, ou apoiado, candidatura ao executivo estadual em 2010, o que, além de abrir mais espaço para estratégias de “referência à coligação” – que, no programa da “Aliança Trabalhista-Democrática”, foram exploradas com maior intensidade no espaço destinado aos candidatos do DEM -, proporcionou maior o uso de marcas partidárias “diretas” pelo PTB, tal como “menção explícita ao partido”, utilização da “legenda” e de “bandeiras partidárias”, principalmente. Até mesmo o DEM se utilizou mais desse expediente, o que lhe valeu o “empate”, neste quesito, com o PSB. DEM e PTB não “precisaram fazer” “referências à candidatura majoritária”, o que lhes permitiu lançar mão de outros tipos de estratégia, de caráter mais “coletivista-partidarista” *stricto sensu*.

Em princípio, o fato de um aspecto “conjuntural” – ausência de candidatura à majoritária – ter impactado a estratégia do PTB (um partido de direita), aumentando o percentual de “marcas partidárias diretas” na campanha proporcional dessa legenda, tende a reforçar a ideia de que o “partidarismo” eleitoral tem um estrito viés ideológico. Isto é, o PTB seria, ao fim e ao cabo, uma simples “exceção à regra” na propaganda eleitoral de 2010, afinal, todos os outros partidos com percentual mais alto de “referências partidárias diretas” ou *stricto sensu*, no HGPE a Deputado Federal, estão à esquerda do espectro ideológico: PT, PSOL, PCdoB e PDT. Tal explicação pode até ter certa plausibilidade, mas, como já se afirmou, outras “questões”, para além da dimensão ideológica, conformam a eleição proporcional e, por consequência, a formatação do HGPE pelos partidos. A insistência apenas no “aspecto ideológico” da propaganda eleitoral proporcional nos parece, assim, simplificar a discussão.

Como visto, a “racionalidade de curto prazo” pode contribuir para um

“partidarismo eleitoral” *lato sensu* nas proporcionais, qual seja: a utilização de estratégias que buscam fortalecer o desempenho partidário na disputa legislativa a partir da vinculação eleitoral com a campanha majoritária. Esse foi o caso, do PCdoB e do PSB. Mas, para além disso, alguns “fatores institucionais” têm conseqüências sobre as estratégias partidárias nas proporcionais, incentivando, conforme o caso, maior ou menor uso, até mesmo, de “marcas partidárias diretas” na propaganda. Dentre as variáveis nesse sentido, Samuels (1997) lembra o papel das coligações:

Uma outra variável que afeta a escolha de uma estratégia individualista ou coletivista é a concordância do candidato com a formação de alianças nas eleições legislativas. No Brasil, os votos de legenda dados a um partido coligado (isto é, um partido cujos candidatos aparecem em uma lista conjunta com candidatos de outros partidos) são somados aos votos recebidos pelo conjunto da aliança, e não somente aos votos recebidos pelos candidatos do partido. Assim, independentemente de um partido ser de esquerda ou de direita, se estiver coligado a outros, seus candidatos terão bons motivos para desviar os votos da legenda para suas próprias candidaturas. (Samuels, 1997)

A possibilidade de se fazer “alianças” nas proporcionais, tal como é permitida pela legislação eleitoral brasileira, pode sobrepujar “questões ideológicas” na conformação de estratégias eleitorais, em um “sistema centrado” no candidato, como é o do país (Samuels, 1997). No caso brasileiro, dada a possibilidade de se fazer esse tipo aliança entre partidos – que coligados passam a concorrer ao legislativo em “lista única” -, faz com que o uso de estratégias “coletivistas-partidaristas” seja menor, por exemplo, entre pequenos partidos coligados, até pela própria “racionalidade eleitoral” inerente à disputa:

Como os candidatos mais votados no conjunto da coligação é que ficam com as vagas, os representantes dos pequenos partidos tendem a dar menos importância à legenda. Se derem maior ênfase à sigla do partido do que aos seus próprios nomes na aliança, correrão o risco de não alcançar a soma de votos necessários para se elegerem. É normal, portanto, que um partido coligado busque e receba menos votos de legenda do que um partido que não participa de uma aliança. (Samuels, 1997)

Conforme Samuels (1997), a coligação tem peso, na decisão de investimento, maior ou menor, “no apelo ao partido” na campanha eleitoral. Isto é, “candidatos ligados a partidos que não querem ou não conseguem formar uma aliança eleitoral podem tentar obter votos de legenda” (Samuels, 1997). No caso da presente pesquisa, o fato de não terem feito coligação com outros partidos na proporcional, abriu maior “espaço” para o uso de “referências partidárias diretas” na campanha do PT e do PSOL, os dois partidos com melhor desempenho nessa categoria. No caso do PSOL, com o “agravante” do tamanho da sigla: por ser um partido pequeno e, por isso, detentor de uma “fatia” modesta do “bolo” do fundo partidário, “uma estratégia eleitoral barata de curto prazo é promover a sigla” (Samuels, 1997).

O PPS, por sua vez, atua em lógica contrária a do PSOL: partido pequeno que é, mas coligado com sete partidos, optou, em seu espaço na TV, por dar amplo apoio à coligação e menos ênfase à suas “marcas próprias”. O PDT, por sua vez, aliado com o minúsculo PTN, teve “tranqüilidade” para “impor” sua própria simbologia à coligação, buscando atrair o voto partidário por meio da promoção de sua imagem, pois, na prática, o partido “parceiro” era inexistente eleitoralmente.

De qualquer forma, argumentou-se aqui, com base na literatura, no sentido da complexificação da análise do HGPE, a partir de variáveis institucionais (como as coligações e o tamanho dos partidos) e da “leitura” dos aspectos conjunturais que podem “balizar” a racionalidade eleitoral das lideranças partidárias na eleição para o legislativo. Não se trata, no entanto, de se descartar o papel da ideologia no processo político-eleitoral, mas de se evitar absolutizá-lo, afastando, assim, os estudos de um “preditivismo” simplificador e pouco produtivo, que só dificultaria a compreensão da formatação e do papel cumprido pelo HGPE das proporcionais, essa “outra face” ainda pouco estudada do horário eleitoral, como alerta Albuquerque et al. (2008).

Por fim, quanto à problemática da “lista aberta”, e da tendência ao “personalismo” da legislação eleitoral brasileira, que baliza esse estudo, o que se pode dizer é que o partidarismo encontrado nos espaços destinados as legendas

estudadas no HGPE para Deputado Federal – destaca-se, por exemplo, os percentuais do PT (18%) e do PTB (14%) em termos de uso de marcas partidárias “diretas” – indicam que a propaganda eleitoral gratuita pode, de fato, contribuir para a promoção da imagem pública das organizações partidárias no Brasil (Albuquerque e Dias, 2002; Dias, 2009), onde um sistema eleitoral “centrado no candidato” é um “dificultador” da constituição de reputações coletivas e partidárias (Samuels, 1997).

Seguindo esse raciocínio, não há como afiançar o juízo de que, em virtude do sistema de “lista aberta” – e de seus incentivos ao individualismo político –, os partidos não têm como promover sua “imagem pública”, de cada não exista uma possibilidade disso ocorrer. Aspectos da legislação que reforçam o modelo de “regulação partidária” (Mancini, 1996), como o formato brasileiro de propaganda eleitoral (de acesso gratuito e com distribuição “monopolizada” pelos partidos), atuam no sentido inverso desse “vaticínio” de Mainwaring (1991; 2001).

O “aproveitamento” que alguns partidos fazem da propaganda eleitoral, com objetivo de “promoverem” suas “marcas” contraria tal ideia. O “clássico” caso petista é uma prova disso, mas, no contexto da presente pesquisa, o “partidarismo” do PTB, mesmo que seja apenas um dado “conjuntural” da eleição de 2010, atesta que outras siglas, com outro posicionamento ao longo do espectro ideológico, podem se valer desse expediente, reforçando sua imagem pública. Assim, concorda-se com Samuels (1997) quando o autor afirma “que, se o individualismo está de fato presente na política nacional, uma estratégia eleitoral coletiva, na versão da representação proporcional com listas abertas, é teoricamente possível e empiricamente verificável”.

5.2 Exposição dos Candidatos no HGPE

O objetivo desta parte final do capítulo é o de avaliar a exposição dos candidatos no HGPE para Deputado Federal, em 2010. Como dito, alguns trabalhos, desde o estudo “pioneiro” de Schmitt et al. (1999), têm se dedicado à análise da forma como os partidos têm lidado com esse espaço, principalmente, no que tange tanto à forma de distribuição do “recurso escasso” chamado “tempo de TV”, entre os postulantes, quanto aos possíveis “efeitos”, em termos de “eficácia eleitoral” (votos), desta distribuição (Albuquerque et al., 2008, Albuquerque, 2010).

De início, cabe destacar, no entanto, que a “eficácia” da propaganda eleitoral televisiva nas proporcionais ainda é alvo de controvérsias, seja pelo formato específico do HGPE dos cargos legislativos (muito mais “cansativo”, devido à profusão de candidatos na “tela”), seja mesmo pelo tempo total destinado a esse espaço: muito menor, proporcionalmente ao número de concorrentes, do que nas disputas ao executivo. Assim, considerando também outros fatores intervenientes nos processos eleitorais¹⁹³, concorda-se com Miguel (2010) que “dadas as diferenças nas dinâmicas entre eleições majoritárias e proporcionais, é razoável supor que, nestas últimas, o impacto da campanha no rádio e na TV seja bem menor” (Miguel, 152-153).

Não se deve, por isso, “sobredimensionar” o “peso eleitoral” da “aparição” dos candidatos ao legislativo na televisão, como se “tempo de TV” e “voto” tivessem uma relação “auto-explicativa”. Não têm. Afinal, para além disso, – e a despeito da “evolução” do papel “mídia eletrônica” na política contemporânea –, as disputas eleitorais são permeadas por diversos fatores, como, por exemplo: financiamento de

¹⁹³ Deve-se lembrar, ainda, que nas eleições majoritárias, com um número muito menor de concorrentes, a exposição do candidato no HGPE tende a ser reforçada ou amplificada com a “cobertura regular” que a imprensa faz do pleito (Miguel, 2010). Inclusive, com uma legislação rigorosa sobre os veículos de comunicação, que não podem “privilegiar” ninguém. Há, por esses motivos, ao todo, uma razoável visibilidade para quem disputa cargo executivo. Desta forma, o horário eleitoral, na eleição majoritária, “é uma peça, importante, mas não exclusiva, da comunicação mediada entre o candidato e os votantes, devendo ser entendido na dinâmica de sua relação com a mídia convencional” (Miguel, 2010, p. 153.) Isso, dificilmente, acontece na disputa proporcional (que recebe uma “atenção” muito menor da mídia).

campanha, arregimentação e acionamento de “redes de militância”, “coeficiente eleitoral”, “tamanho do partido”, “coligação”, etc. Miguel (2010) sintetiza esse argumento:

(...) por importante que seja, o HGPE não é necessariamente um recurso decisivo nas eleições proporcionais. A pulverização do tempo de vídeo entre tantos candidatos o torna menos efetivo. Assim, eles ainda dependem pesadamente de formas “pré-televisivas” de campanha (porta a porta, reuniões em clubes e associações, “santinhos”). Para muitos candidatos, a natureza da difusão do HGPE, que atinge um público indiferenciado, pouco acrescenta a campanhas focadas em grupos sociais específicos, definidos por vinculação corporativa e/ou local de residência (Miguel, 2003,p.154).

No entanto, o que se quer é atentar, neste trabalho, para a relevância do estudo acadêmico do HGPE nas proporcionais, em primeiro lugar, por uma questão fática: em se querendo ou não, em sendo “eficaz” ou não, boa parte do tempo destinado à campanha eleitoral “eletrônica”, de rádio e de televisão, de dois em dois anos, em cada eleição, é ocupada por ele (Miguel, 2010, p. 152-153). E, em segundo lugar, pelo papel cumprido pelo HGPE, no Brasil, enquanto possível “reforço”, dentro do contexto de um sistema eleitoral “centrado no candidato” (Samuels, 1997), da “regulação partidária” (Mancini, 1996) nas campanhas eleitorais. Em síntese,

(...) no que diz respeito ao caso brasileiro, parece plausível que, pelo menos sob alguns aspectos, o uso dos meios de comunicação eletrônicos se converta em um fator de *fortalecimento* dos partidos políticos, e não o contrário. Isso é particularmente verdadeiro em relação à propaganda política na televisão. Afinal, é aos partidos, e não aos candidatos tomados individualmente, que a legislação eleitoral brasileira concede tempo gratuito na televisão. Desse modo, os partidos se convertem em mediadores indispensáveis do acesso dos candidatos à televisão. (Albuquerque, 2008, p.465)

Assim, nossa pretensão, aqui, está longe da “absolutização” – como “ferramenta” altamente “eficaz” eleitoralmente – da “campanha eletrônica” nas eleições proporcionais. Na mesma linha de Albuquerque et al. (2008), o que se pretende, desta forma, é, na verdade, avaliar “as conseqüências concretas” do

modelo de propaganda eleitoral brasileiro do ponto de vista “das campanhas eleitorais e dos partidos políticos” (Albuquerque et. al, 2008, p.465).

Por fim, Miguel (2010) chama atenção para um aspecto importante do HGPE, nas proporcionais: mesmo com “pouco tempo”, ele pode funcionar, para o eleitor, como um mecanismo de “checagem de informações”, esse aspecto importante da definição do voto (Popkin,1994)¹⁹⁴. Isto é, numa perspectiva “minimalista”, o HGPE pode proporcionar não apenas uma melhor “publicização” das candidaturas (em comparação com outros meios), mas também o “reforço” da “intenção” de votar alguém e das informações e contatos prévios que o eleitor já tenha tido com o conjunto de propostas do candidato (por outras vias, sejam elas “diretas” ou “indiretas”). Nas palavras de Miguel (2010):

(...)o horário eleitoral cumpre potencialmente três funções nas campanhas proporcionais. Em primeiro lugar, avisa aos eleitores que tal indivíduo é candidato, de uma forma mais eficaz que outros instrumentos de propaganda. Permite, assim, que o candidato entre no cardápio de opções do público. Em seguida, relembra a candidatura àqueles que já foram atingidos por outras formas de campanha, reforçando uma intenção de voto que, de outra forma, poderia ser esquecida. Por fim, pressupõe-se que, no tempo reduzido do HGPE, cada candidato buscará reforçar os elementos centrais de seu discurso de campanha. (Miguel, 2010, p.154)

Em resumo, não se deve tratar o HGPE como se ele tivesse uma “eficácia à parte” na campanha eleitoral: sua capacidade de influenciar no processo, por mais precária que seja, estará, por assim dizer, sempre “conectada” com as outras estratégias (mais “tradicionais”) de campanha de cada candidato: “comícios”, “visitas”, “caminhadas”, “distribuição” de material impresso, uso de “mala direta”, etc.

¹⁹⁴Conforme Popkin (1994), as campanhas eleitorais enviam uma espécie de “mensagem inicial”, disponibilizando informações que, uma vez “absorvidas” pelo eleitor, são “checadas” por outras vias, como, por exemplo, as relações interpessoais. Isto é, o eleitor faz a “checagem” com os outros, mesmo que de forma primária e pouco sofisticada, das informações que recebe da campanha e, somente a partir daí, elas podem fazer algum efeito (Popkin, 1994, p.48). Nossa hipótese aqui, a ser testada em trabalhos futuros, é que, nas proporcionais, mesmo que o eleitor não tenha, de fato, “paciência” para “suportar” e “analisar” o “desempenho” e as propostas de cada um “dos rostos” que “aparecem” no HGPE, este pode “ativar” certas “lembranças da campanha”, funcionando como um mecanismo de “checagem” ou “reforço” de informações absorvidas pelo eleitor por outras vias: na “rua”, no contato pessoal com o candidato, na leitura de um material recebido, na conversa com um amigo ou parente, etc.

Nas proporcionais, em específico, uma “aparição” do candidato na televisão pode, assim, ajudar na definição e/ou estruturação do voto: seja “relembrando” um contato prévio do eleitor com o candidato (até mesmo pessoalmente), seja reforçando uma informação recebida por outra via “indireta” (“material de divulgação”, por exemplo) ou, como afirma Miguel (2010), simplesmente “avisando” que o “fulano de tal” está disputando a eleição.

Feitas essas considerações iniciais, passar-se-á ao objetivo desta parte final: avaliar a exposição da quantidade tempo de cada candidato e a correlação da quantidade que cada um teve no HGPE com a quantidade de votos auferida ao final da eleição.

Em termos gerais, se pode dizer que, do total de 214 candidatos “aptos” analisados¹⁹⁵, 175 obtiveram algum espaço, por mínimo que fosse, no HGPE a deputado federal. 39 ficaram fora da “campanha eletrônica” pela TV. Todos os 31 candidatos eleitos obtiveram tempo de TV. Entre 50 candidatos com maior exposição, 44% (22) foram eleitos. Entre os 20 candidatos com mais tempo, o percentual sobe para 55% (11). Entre os 10 com mais tempo, 6 foram eleitos. Faz-se, assim, a mesma pergunta de Albuquerque et.al. (2008): “seriam tais dados uma evidência da eficácia eleitoral do HGPE?” (Albuquerque et. al., 2008, p. 473).

Primeiramente, se deve observar as características específicas do sistema eleitoral que influenciam, diretamente, no processo de “conversão” de “votos” em “cadeiras”. Isto é, jamais o HGPE, por si só, vai “eleger alguém”. Um elemento importante, e muito decisivo, para além dele, é a questão do formato do cálculo de distribuição das cadeiras.

Como foi referido em passagens anteriores deste trabalho, os partidos podem concorrer sozinhos ou coligados (em “lista única”) e as vagas, como lembra Albuquerque et. al (2008), desta forma,, “(...) são distribuídas em primeiro lugar para

¹⁹⁵ Por alguns dias, dois candidatos considerados “inaptos”, pela justiça eleitoral, um do PDT e outro do PSDB, tiveram exposição no HGPE. Foram excluídos da análise.

os partidos (ou para as coalizões de partidos), tendo em vista o somatório de todos os votos atribuídos a seus candidatos e à(s) legenda(s). Para obter sua vaga, é necessário primeiro que um partido atinja o coeficiente eleitoral” (Albuquerque et. al., 2008, p. 473).

No caso da eleição a deputado federal, no RS, em 2010, o caso mais “dramático”, e exemplificativo, da importância do cociente eleitoral foi o da deputada federal Luciana Genro: nona mais votada da lista geral, com 129.501 votos, não conseguiu se eleger porque seu partido, o PSOL, não rompeu o cociente eleitoral. Luciana, como se verá a seguir, teve a segunda maior exposição no HGPE. Na outra ponta, o Dr. Alexandre Roso, do PSB, com 28.236, elegeu-se para a Câmara dos Deputados “puxado” pela votação de Manuela D’ávila (PCdoB) e Beto Albuquerque (PSB): pela ordem, os dois candidatos mais votados da coligação “Unidade Pelo Rio Grande” e daquela eleição. Ele teve uma das menores “médias” de tempo de exposição no HGPE.

Esse exemplo encaminha, em parte, o que é, de fato, importante para a presente análise. A “relevância” da exposição no HGPE. Isto é, como afirma Albuquerque et.al. (2008):

Um terceiro problema que a justaposição das listas de vereadores eleitos e de candidatos contemplados com mais tempo no HGPE esconde se refere à significância da diferença entre a quantidade de tempo obtida pelos diversos candidatos. É muito fácil apontar que alguns candidatos obtiveram mais tempo do que seus adversários; porém, o quanto essa diferença é significativa? Ter mais tempo significa ter tempo suficiente para ser notado pelo público? Aparecer na televisão significa necessariamente obter algum tipo de destaque? (Albuquerque et.al., 2008, p.474)

Como sabemos, as condições de exposição no HGPE, nas proporcionais, não são, e isso é atestado pelo próprio senso comum, as mais “favoráveis”. Em comparação com a propaganda da majoritária, a exposição dos candidatos ao executivo, até mesmo dos chamados "nanicos", em virtude do menor número de

concorrentes, é muito superior. Em distritos de alta magnitude, com grande número de candidatos, o “tempo de TV” dos postulantes à vaga no legislativo tende a ser ainda menor.

A “média” de tempo de cada candidato na proporcional é mínima, para não dizer inexpressiva. Dos 214 candidatos analisados nesta pesquisa (total de 11 partidos), 175 obtiveram algum tempo de exposição. Desse universo, quatro (quatro) candidatos tiveram, em média, exposição acima de 20 segundos, ao longo da campanha. 13 (treze) obtiveram entre 10 e 20 segundos; 80 (oitenta) candidatos ocuparam a faixa de 5 a 10 segundos de exposição; e, por fim, 78 (setenta e oito) postulantes ocuparam a menor faixa de exposição: menos de 5 segundos. Como afirmado anteriormente, 39 (trinta e nove) candidatos ficaram de fora da campanha pela TV¹⁹⁶.

Seguindo as categorias adotadas por Albuquerque et.al (2008), considerou-se “o primeiro grupo de candidatos como tendo grande destaque no HGPE; o segundo, um médio destaque; o terceiro, um pequeno destaque; e o quarto, nenhum destaque” (Albuquerque et.al, 2008, p. 474). Abaixo os candidatos com “grande” e “médio” destaque no HGPE para Deputado Federal em 2010:

Tabela 28 - Candidatos com Grande Destaque no HGPE

Candidato	Partido	Tempo Total	Tempo Médio	Votação	Resultado
Manuela D'ávila	PCdoB	00:18:35	27,9s	482.590	Eleita em 1°
Luciana Genro	PSOL	00:18:25	27,6s	129.501	Não-Eleita em [9°]
Beto Albuquerque	PSB	00:17:29	26,2s	200.476	Eleito em 2°
Assis Melo	PCdoB	00:13:38	20,4s	47.141	Eleito em 45°

Fonte: TRE/RS e Neppe/2010 – Elaboração pelo próprio autor

¹⁹⁶ Essa exclusão deve ser creditada, em boa parte, principalmente ao PSOL, que, ao focar a campanha proporcional à Câmara em Luciana Genro, excluiu da TV 18 candidatos.

Tabela 29 - Candidatos com Grande Destaque no HGPE

Candidato	Partido	T. Total	T. Médio	Votação	Resultado
Onyx Lorenzoni	DEM	00:10:00	15s	84.696	Eleito em 28°
Luiz Fernando Záchia	PMDB	00:08:18	12,4s	54.081	Não-Eleito em [40°]
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	00:08:07	12,2s	109.775	Eleito em 16°
Jorge Vargas Martins	DEM	00:08:00	12s	883	Não-Eleito em [167°]
Darcísio Perondi	PMDB	00:07:58	11,9s	112.214	Eleito em 13°
Eliseu Padilha	PMDB	00:07:58	11,9s	80.185	Não-Eleito em 30°
Alceu Moreira	PMDB	00:07:56	11,9s	81.071	Eleito em 29°
Osmar Terra	PMDB	00:07:34	11,3s	130.669	Eleito em 8°
Elmar Schneider	PMDB	00:07:19	11s	31.685	Não-Eleito em [53°]
Mauro Pereira	PMDB	00:07:17	10,9s	35.658	Não-Eleito em [50°]
Maria do Rosário	PT	00:07:16	10,9s	143.128	Eleita em 6°
Marlene Backes	PMDB	00:07:12	10,8s	1.952	Não-Eleita em [120°]
Pepe Vargas	PT	00:06:46	10,15s	120.707	Eleito em 12°

Fonte: TRE/RS Neppe/2010 – Elaboração pelo próprio autor

Na análise pioneira sobre o HGPE das proporcionais, Schmitt et. al. (1999) apontou, com base nas eleições de 1994 e 1996, respectivamente, uma correlação da ordem de 0,53 e 0,50 entre a quantidade votos obtida por candidato e o tempo “recebido” para exposição no Horário Eleitoral. Em seu trabalho, sobre a campanha a vereador na cidade do Rio de Janeiro, em 2004, Albuquerque et.al (2008), aplicando coeficiente de “Pearson” ao conjunto dos candidatos pesquisados, encontrou uma correlação ainda mais significativa: 0,61 (n= 1.100). No entanto, apesar da “expressiva” correlação encontrada, o autor adverte que:

(...) devemos considerar esse índice com alguma cautela em face da natureza de nossa amostra. Dos 1.100 candidatos que concorreram às eleições, cerca de 92% se situam na faixa de “nenhum destaque” ou não obtiveram tempo algum na televisão; por outro lado, a enorme maioria dos candidatos obteve votação pouco expressiva – por exemplo, 700 candidatos (cerca de 63% do total) obtiveram menos de mil votos. Nessas circunstâncias, é bem possível que o coeficiente exprima um alto grau de correlação entre uma baixa exposição no HGPE e uma votação pouco significativa (...) (Albuquerque et. al., 2008, p.475).

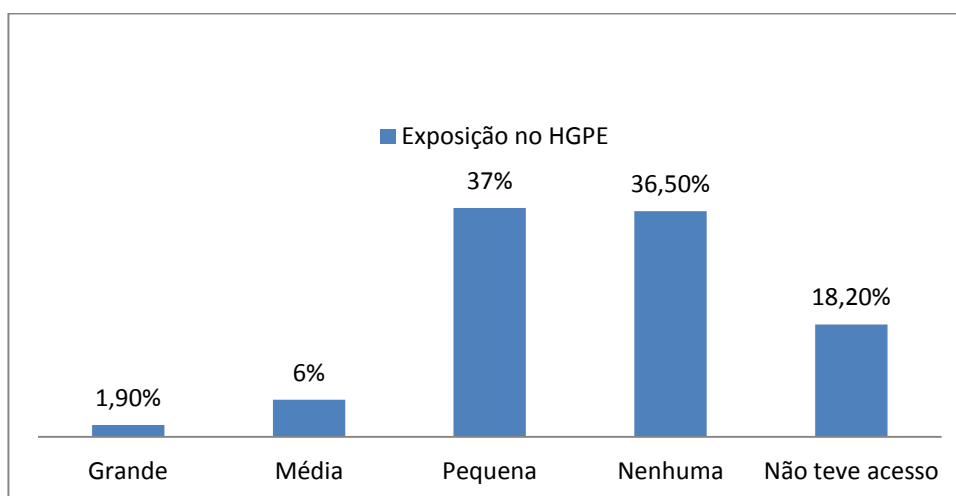
Considerando um universo menor de candidatos (n=214), e a limitação da presente análise em apenas 11(onze) partidos, como teria se comportado a relação

entre “tempo de TV” e “voto” no Rio Grande do Sul, em 2010?

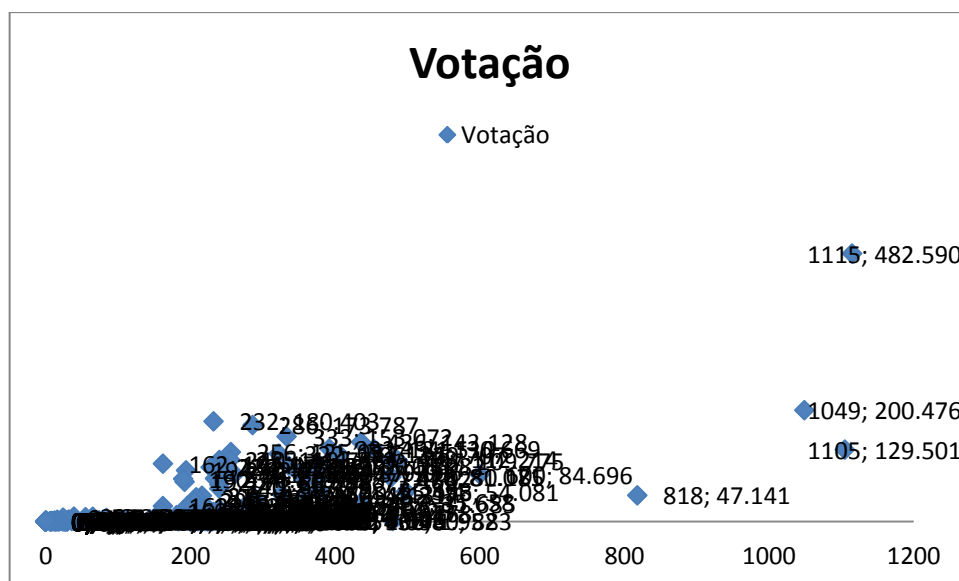
Aplicando a mesma metodologia de Albuquerque et. al (2008), encontrou-se um coeficiente de Pearson, em tese, ainda mais representativo: 0,68397. No entanto, o alerta do autor é, realmente, procedente: dos 214 candidatos pesquisados, 74% ocupam a faixa de “pequeno” e “nenhum destaque”. Entre os que não obtiveram tempo na televisão, o percentual é, no mínimo, expressivo 18%. E, por fim, quase a metade dos candidatos (110) obteve votação muito baixa, com menos de 2 mil votos: 51%.

Considerando o “baixo tempo de TV” da grande maioria dos concorrentes, combinado com votações modestas, é bem provável que, de fato, exista, como apontado por Albuquerque et.al.(2008), também no caso aqui pesquisado, uma correlação forte entre “pouco tempo de TV” e “poucos votos”, o, que, conforme o autor, “resultaria simplesmente do fato de haver muitos candidatos que satisfazem a ambas as condições” (Albuquerque et. al., 2008, p.475). E, por sua vez, tal correlação teria “pouco valor”, afinal o “objetivo é verificar se os candidatos que contaram com mais tempo na televisão também obtiveram votações mais expressivas, e não estabelecer uma correlação entre votações inexpressivas e uma fraca presença no HGPE” (Albuquerque et.al., 2008, p.475)

Gráfico 13 - Exposição no HGPE (por faixa)



Fonte: Neppe/2010 – Elaboração pelo próprio autor

Gráfico 14 - Correlação entre Tempo de Exposição (total de segundos) e Voto

Como se pode notar no Gráfico 14, um número expressivo de candidatos encontra-se nas faixas mais baixas de votação e de tempo de exposição (por total de segundos) no HGPE. Um caso que se destaca, por exemplo, é o do candidato Assis Melo (PCdoB), o quarto colocado na faixa “Grande Destaque”, com um total de 818 segundos de exposição, que angariou aproximadamente 47 mil votos (assim como o Dr. Alexandre Roso também eleito pelo desempenho dos “puxadores” de votos de sua coligação).

No entanto, contrariamente ao estudo de Albuquerque et.al. (2008), a correlação entre “tempo de exposição na TV” e votação dos candidatos situados nas faixas de “maior tempo” (acima de 5 segundos) foi, na presente pesquisa, também significativa: $0,608864452$ ($n=97$)¹⁹⁷. Isso pode ser explicado, basicamente, pelo caráter menos representativo da amostra aqui utilizada (214 candidatos), que, diferentemente do estudo de Albuquerque et.al (2008), acabou “concentrando” mais os casos analisados em faixas de maior tempo de exposição.

Cabe esclarecer a questão da “magnitude” das “três faixas de maior de

¹⁹⁷ Albuquerque et. al. (2008) encontrou uma correlação de 0,17.

exposição” (pequena, média e grande) neste trabalho em comparação com de Albuquerque et.al. (2008). Enquanto, nesta pesquisa, 97 candidatos possuem tempo médio de TV acima de 5 segundos (num universo de 214 casos, isto é, pouco menos da metade), no trabalho de Albuquerque et. al. (2008) apenas 86 postulantes estavam nessa condição (para um “n” de 1.100). A tendência é de que Albuquerque et. al.(2008) tenha “prego” um número bem maior de casos com “nenhuma exposição” (menos de 5 segundos), principalmente por ter trabalhado com mais siglas pequenas, que não foram incluídas na presente pesquisa.

Neste contexto, o ter “mais tempo de TV”, isto é, ter acima de 5 segundos, (exposição pequena, média ou grande), é, de fato, um “diferencial” de alguns candidatos frente ao total da amostra. Isto é, a amostra de candidatos com “mais tempo” de TV não “reproduz” as “características” da amostra “total”. Assim, ao “isolar” os casos com “maior de tempo” o autor pôde, por meio da aplicação do coeficiente de Pearson, avaliar com mais precisão a relação entre maior exposição na TV e votação final.

Não se pode, assim, pelas características da nossa amostra – mais restrita e, em certo ponto, excessivamente “equilibrada” entre as faixas de maior e menor exposição –, afirmar, de forma categórica, que “voto” e mais “tempo de TV” têm uma “nexo causal” estreito. No entanto, pelo que se viu do exame da totalidade dos casos (todas as faixas), é possível, sim, uma conexão entre uma “grande maioria” de “baixas votações” e tempo exíguo de exposição na televisão.

Por fim, se pode dizer que a correlação entre “tempo de TV” na proporcional e “voto” (ou “eficácia eleitoral”) não é tão evidente, com base na distribuição de tempo entre os eleitos. De todos, apenas 2 candidatos, os dois mais votados, romperam a “barreira” da média de 20 segundos ao longo da propaganda eleitoral, tendo, assim, “Grande” exposição: Manuela D’ávila (PCdoB) e Beto Albuquerque (PSB). Sete dos eleitos apresentaram uma exposição “média”, situando-se na faixa de 10 a 20 segundos. A grande maioria teve exposição “pequena”: 17 eleitos ficaram com média entre 5 a 10 segundos. E, por fim, 4 se situaram na faixa de nenhuma exposição

(menos de 5 segundos), quais sejam: Renato Molling (PP), Enio Bacci (PDT), Vieira da Cunha (PDT) e Alexandre Roso (PSB).

5.2.1 Distribuição do Tempo e Voto: Perspectiva Intrapartidária

Neste subitem final, far-se-á a análise da dimensão propriamente partidária da exposição dos candidatos no HGPE. Não interessa, aqui, tanto a “eficácia eleitoral” da propaganda eleitoral proporcional, alvo de tantas controvérsias e debate na literatura especializada, mas, para além disso, de como, em dispor do monopólio desse “recurso escasso”, os partidos a utilizam, especificamente como um “incentivo seletivo” aos candidatos (Albuquerque, 2005; Albuquerque et.al., 2008; Albuquerque, 2010).

A análise, assim, passa a focar a distribuição de tempo no interior dos partidos estudados. Para isso, inicialmente, se tratará das estratégias eleitorais de cada partido, no âmbito da distribuição do tempo de TV entre os seus candidatos, e, num segundo momento, propriamente da verificação, se, de fato, existe “alguma correlação entre a quantidade de tempo obtida por candidato e sua ordem de votação dentro do partido” (Albuquerque et. al., 2008, p. 476).

De início, na Tabela abaixo, será detalhado o total de tempo destinado, em cada partido, para a exposição individual dos candidatos. Como se afirmou no início desse capítulo, esse não é o tempo oficial, destinado pela Justiça Eleitoral aos partidos (ou coligações), mas, sim, o tempo total (cronometrado) de exposição dos candidatos no espaço de cada legenda no HGPE, descontando-se, por exemplo, as “vinhetas de abertura e encerramento”, “aparicação do candidato à majoritária”, “vinhetas de transição”, etc.

Tabela 30 - Tempo Total (em Segundos) por Partido e Percentagem do Tempo Total

Partido	Tempo Total do Partido	%
PMDB	7.231s	19,04

PT	5.729s	15,08
PSDB	3.853s	10,14
DEM	3.600s	9,48
PTB	3.452s	9,09
PP	3.435s	9,04
PSB	3.014s	7,93
PDT	2.336s	6,15
PCdoB	2.271s	5,98
PSOL	1.535s	4,04
PPS	1.530s	4,03
Total	37.986s	100

Fonte: Neppe/2010 – Elaboração pelo próprio autor

PMDB, PT e PSDB foram os partidos que mais tempo destinaram à exposição de seus candidatos. Evidentemente, pelo peso de suas bancadas na Câmara dos Deputados, o que garante uma “fatia” maior do tempo oficial destinado aos partidos no HGPE.

O PSDB, mesmo estando coligado com mais sete partidos, parece ter mantido seu tempo “intacto” sem ter compartilhado, eventualmente, alguns de seus “segundos” com candidatos das pequenas siglas que também compunham a coligação “Rio Grande Afirmativo” (casos de PRB, PSL, PSC e PHS). O PMDB (coligado apenas ao pequeno PSDC), também parece ter mantido seu espaço sem compartilhamento. E o PT, por sua vez, exatamente por entrar na disputa sem coligação, não teria nem mesmo como destinar parte de seu tempo para outra legenda.

O PMDB contou com um tempo médio, por programa, de 3 minutos e 1 segundo, e teve 24 candidatos a deputado federal na eleição de 2010, entre todos apenas 3 não contaram com tempo na televisão. No PT, o tempo diário médio, por programa, foi de 2 minutos e 23 segundos, e os candidatos foram 20, dentre os quais também 3 não obtiveram espaço. O PSDB, ao todo, teve apenas 1 minuto e 36 segundos, os candidatos foram 19, dos quais 1 não teve exposição no HGPE¹⁹⁸.

¹⁹⁸ O PSDB teve um candidato, com exposição por alguns dias, que teve a candidatura indeferida posteriormente. Não foi considerada a sua participação.

Para a análise da distribuição intrapartidária de tempo, neste subitem, utilizou-se um número mais amplo de categorias, não se adotando apenas 4 (quatro), tal como fez Albuquerque et.al. (2008). Além disso, não se fará a análise das exposições individuais com base na média de tempo de cada candidato por programa, mas conforme o total geral de exposição (em segundos) durante toda a veiculação do HGPE a deputado federal. As categorias adotadas são as seguintes:

Quadro 1- Faixas de Exposição no HGPE a Deputado Federal

Baixíssima	6 - 100 segundos
Baixa	100 - 200
Média/Baixa	200 - 300
Média	300 - 400
Média/Alta	400 - 500
Alta	500 - 1000
Altíssima	Mais de mil segundos

Conforme exposto no Gráfico abaixo, PMDB, PT e PSDB apresentaram diferenças em seus padrões de distribuição de tempo, mas, grosso modo, não houve uma “alta concentração” em determinadas candidaturas. Predominou certo “igualitarismo”, nesse quesito, entre os três partidos.

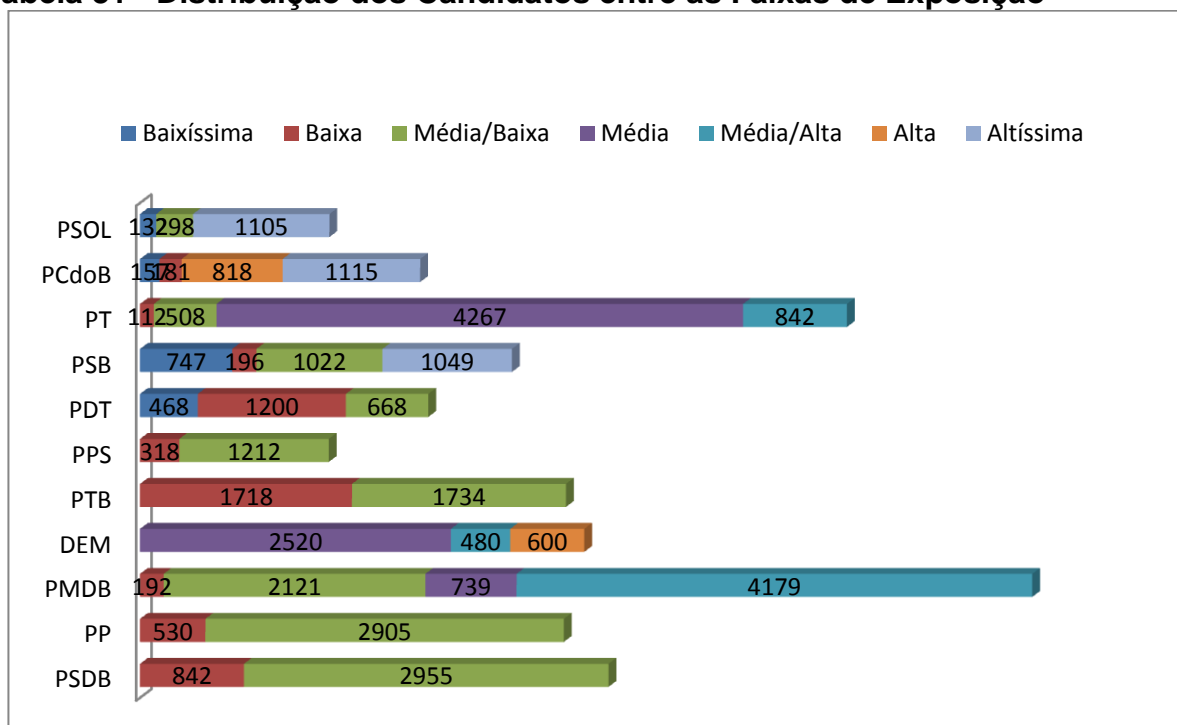
No PT, apenas dois candidatos – Maria do Rosário e Pepe Vargas – ocuparam a faixa que denominamos de "media/alta" exposição, isto é, de 400 a 500 segundos, ao longo de toda veiculação do HGPE. A grande maioria dos candidatos petistas ocupou a faixa de "média" exposição (entre 300 e 400 segundos). Por fim, dois candidatos se situaram na faixa de "media/baixa" exposição (200 a 300 segundos) e 1 (um) candidato obteve "baixa" exposição (100 a 200 segundos) no HGPE do partido.

No PMDB, a freqüência de candidatos na faixa de "media/alta" exposição já foi maior: 9 candidatos obtiveram de 400 a 500 segundos, ao longo de toda veiculação do HGPE. Dois peemedebistas se situaram na faixa de "média" exposição (entre 300 e 400 segundos). Também 9 candidatos do PMDB ocuparam a

faixa de "media/baixa" exposição (200 a 300 segundos) e 1 (um) candidato do partido obteve "baixa" exposição (100 a 200 segundos).

A grande maioria dos candidatos tucanos, 13 ao total, ocupou a faixa de "media/baixa" exposição (200 a 300 segundos). E 5 se situaram na faixa de "baixa" exposição (100 a 200 segundos).

Tabela 31 - Distribuição dos Candidatos entre as Faixas de Exposição



Fonte: Neppe/2010 – Elaboração pelo próprio autor

Dentre os eleitos, dos petistas, dois, Maria do Rosário e Pepe Vargas, se situaram na faixa de "media/alta" exposição. E seis na faixa "média" exposição. No PMDB, os 4 eleitos estavam na faixa de "média/alta" exposição. No PSDB, o único eleito pelo partido, Nelson Marchezan Júnior, ocupou a faixa de "média/baixa" exposição (entre 200 a 300 segundos).

Parceiros na coligação "Unidade pelo Rio Grande", PSB e PCdoB recorreram a estratégias eleitorais parecidas. O PSB, que contou com 1 minuto e 15 segundos,

por programa, apresentou 23 candidatos, dos quais apenas 1 não obteve espaço no HGPE. No PCdoB, com 57 segundos, por programa, foram 12 candidatos, dos quais também 1 ficou de fora do HGPE.

Diversamente do que ocorreu com PT, PMDB e PSDB, a divisão do tempo nos dois partidos é bastante estratificada. No PSB, Beto Albuquerque ocupou sozinho a faixa de “altíssima” exposição (mais de mil segundos) no HGPE, com uma média de 26,2 segundos; 4 candidatos ocuparam a faixa de “média/baixa” exposição; 16 ocuparam a faixa de “baixíssima” exposição (6 a 100 segundos) no total geral de tempo de veiculação do HGPE). E um candidato ocupou a faixa de “baixa exposição” (100 a 200 segundos). Beto Albuquerque ocupou nada menos que 35% do tempo de exposição dos candidatos do PSB n HGPE. Somados, os candidatos do partido com “média/baixa” exposição atingiram 34%.

No PCdoB, foi a vez de Manuela D’ávila obter grande exposição no HGPE. Ela também ocupou sozinha a faixa de “altíssima” exposição. O tempo destinado a Manuela correspondeu a 49% do total usado pelo partido. No entanto, diferentemente do ocorrera com o PSB, praticamente o “resto” do tempo do PCdoB foi destinado a Assis Melo, que, também sozinho, ocupou a faixa de “alta” exposição (500 a 1000 segundos). O tempo destinado a Assis Melo chegou a 36% do total usado pelo PCdoB. Os 15% restantes foram destinados a 9 candidatos. Juliano Roso ocupou a faixa de “baixa” exposição. E outros 8 candidatos a faixa de “baixíssima” exposição. PSB e PCdoB elegeram, juntos, além de Beto e Manuela, Dr. Alexandre Roso (PSB), que figurou na faixa de “baixa” exposição, Assis Melo (PCdoB), analisado acima, e José Stédile (PSB), que se situou na faixa de “media/baixa” exposição.

O PSOL também recorreu, e com mais intensidade, à estratégia de “concentração” do tempo de TV. Dado seu pouco tempo (o segundo menor entre todas as legendas) e grande número de candidatos, teve de recorrer, para isso, à exclusão de muitos deles do HGPE: 18, no total, não colocaram seu “rosto” no espaço do partido. 10 candidatos do PSOL ocuparam a faixa de “baixíssima”

exposição. 1 a faixa de “média/baixa” exposição, Geraldo Filho, e, por fim, sozinha, Luciana Genro ocupou a faixa de “altíssima” exposição. O tempo destinado a Luciana correspondeu a 72% do total usado pelo partido.

Os candidatos de PP, PPS e PTB ocuparam duas faixas de exposição "baixa" e "média/baixa". No PP, a frequência foi maior na faixa de "media/baixa" exposição: 12 candidatos (dentre eles, 5 eleitos). 3 ocuparam a faixa de “baixa” exposição (um deles, o eleito Renato Molling) e dois não tiveram espaço. No PPS, com apenas 7 candidatos, 5 ocuparam a faixa de "media/baixa" exposição e 2 a faixa de “baixa” exposição. No PTB, por sua vez, 7 candidatos ocuparam a faixa de “média/baixa” exposição, dentre eles os 3 eleitos pelo partido: Danrlei, Luiz Carlos Busatto e Sérgio Moraes. 12 ocuparam a faixa de “baixa” exposição e um não apareceu no HGPE petebista.

No PDT, 3 candidatos ocuparam a faixa de “media/baixa”: Giovani Cherini, que foi eleito, Kalil Sehbe e Flavio Zacher. 7 se situaram na faixa de “baixa” exposição. 14 a faixa de “baixíssima” exposição. E 2 não tiveram espaço no tempo usado pelo partido.

Um óbice que pode ser levantado contra a ideia de que o HGPE nas proporcionais atua como uma espécie de "lista informal" Schmitt. et. al. (1999) é o fato de – com a exceção mais clara de três partidos pequenos no Estado em “estrutura”, com tempo menor de TV e que optaram, claramente, pelo fortalecimento de seus "puxadores de voto": PSB, PCdoB e PSOL – a maioria das siglas, nesta pesquisa, não ter recorrido à "estratificação" do tempo entre os candidatos. Isto é, não houve, de fato, uma “priorização” tão evidente de candidatos na TV.

Partidos "grandes" – e que, por isso, dispõem de tempo razoável, mas também, no caso aqui estudado, de “estrutura” e candidatos competitivos – optaram por uma estratégia de exposição "média" (PT), "média/alta" (PMDB) e "média/baixa" (PP) de seus postulantes a vaga na Câmara dos Deputados. Considerando a diferença de tempo entre as três legendas (que permite, por exemplo, ao PMDB a

exposição "média/alta" de boa parte de seus candidatos), esses partidos, se pode dizer, atuaram num padrão igualitário de divisão do tempo.

Apontando para a questão da “correlação de forças” interna aos partidos (tal como levantada por Albuquerque et. al. 2008), nossa interpretação é a seguinte: é possível que, em virtude do caráter mais competitivo das listas dos chamados “grandes partidos”, a “margem de manobra” dos dirigentes para “privilegiar” alguém com “mais tempo” de TV, prejudicando, no entanto, outro “companheiro” de partido e integrante da chapa, é muito menor. Assim, opta-se por uma divisão mais igualitária do tempo, considerando o tempo total disponível ao partido. Em partidos “menores”, onde a “estrutura partidária” já é “endereçada” para lideranças com mais peso e capital eleitoral – e também onde não há muito tempo de TV na proporcional –, há, evidentemente, uma margem de manobra maior para isso, inclusive, se podendo adotar, por vezes, a estratégia do “puxador de voto”.

No entanto, se deve lembrar que isso não é “regra”: dentre os partidos pesquisados o DEM (partido com tempo razoável, mas pequeno no estado), a título de exemplificação, que possuía, em tese, dois candidatos mais competitivos – Marquinho Lang e Onyx Lorenzoni – concentrou a maior parte de seu tempo na faixa de “média exposição” (ocupada por 7 candidatos). Da mesma forma, mesmo que Onyx Lorenzoni tenha ocupado sozinho a faixa de “alta” exposição, o percentual de tempo destinado a ele, em relação aos outros candidatos, não é muito superior: 17%. José Vargas Martins, por exemplo, foi o “segundo colocado” do partido (em exposição), ocupando 13% do tempo usado pelo DEM e ficando sozinho na faixa de “média/alta” exposição. 4 candidatos Democratas, por sua, vez obtiveram espaço. Outra “exceção” é o PPS: pequeno em tempo e estrutura, não “concentrou” tempo em nenhum candidato, apesar de, naquela eleição não ter, de fato, nenhum nome competitivo.

Assim, concorda-se com Albuquerque (2008) que a distribuição de tempo de TV, mais do que “explicativa” da “eficácia eleitoral” dos candidatos nas proporcionais, pode dar “pistas” sobre aspectos “internos” das organizações partidárias.

Principalmente, a respeito da “margem de manobra”, e do grau de “autonomia” possível, para distribuição de “incentivos seletivos” no interior da organização, o que constrange, em certos casos, a estratificação do tempo entre os candidatos em algumas legendas. Existe razoabilidade, então, em propor que, e aí concordamos com Albuquerque et. al. (2008), “a distribuição do tempo no HGPE acompanha a correlação de forças dentro dos partidos políticos e que esta, mais do que a distribuição do tempo no HGPE, explica a diferença na votação dos candidatos”. (Albuquerque et. al, 2008, p. 481).

Por fim, quanto ao “desafio” metodológico de estudar os “efeitos” eleitorais do HGPE na proporcional, concorda-se aqui, em gênero, número e grau, com a ideia de que “somente análises multivariadas poderão chegar a conclusões mais precisas a respeito do real efeito da aparição no HGPE sobre o sucesso eleitoral dos candidatos” (Nicolau, 2006, p. 715).

6.0 Conclusão

A discussão sobre a consistência do sistema partidário brasileiro é, sem dúvida, tema recorrente na ciência política brasileira, tendo tal interesse aumentado após a emergência do multipartidarismo, como consequência direta do processo de “liberalização política” imposto pela elite militar nos estertores do regime de 64. A temática tem sido, sempre, revisitada, desde as mais amplas perspectivas, com o objetivo de se avaliar como e onde atuam os partidos políticos brasileiros em duas arenas específicas: eleitoral e parlamentar.

Ao “caráter”, em termos, “artificial” deste “multipartidarismo inicial”, que emerge, após os 20 anos do período autoritário, da “lógica” e do “interesse” dos militares (que visavam “dividir” a oposição e manter a “situação” unificada dentro do PDS), somaram-se diversas interpretações “negativas” da possibilidade de sedimentação de partidos razoavelmente institucionalizados no Brasil. Uma interpretação de grande importância, nesse sentido, é o trabalho de Bolívar Lamounier e Rachel Meneguello, que, em síntese, soma ao aspecto “casuístico” do sistema partidário brasileiro pós-64, mais dois fatores negativos para os “novos partidos: a descontinuidade dos sistemas partidários e a ausência de partidos “enraizados” socialmente. (Corbellini, 1998).

No entanto, a crítica ao sistema partidário brasileiro – com a normalização progressiva do processo político democrático, em virtude do respeito ao calendário eleitoral, da viabilização das coalizões de governo, e, até mesmo, devido à atuação relevante e “disciplinada” dos partidos na arena parlamentar (Limongi e Figueiredo, 1999), o que até acabou gerando certo diagnóstico de partidos “fracos” na arena eleitoral e “fortes” no parlamento – tem se deslocado, cada vez mais, em sua busca por argumentos, da “historiografia” dos partidos brasileiros (relação dos partidos com o Estado, “descontinuidade” dos sistemas, patrimonialismo, etc) para a discussão dos “efeitos” do sistema eleitoral nas organizações partidárias. O trabalho mais notável, e que talvez inaugure, de fato, esse estilo de análise é o de Mainwaring (1991; 2001), já citado tantas vezes ao longo desse trabalho.

Isto é: o papel do sistema proporcional de lista aberta no sistema político brasileiro – e sua “conexão” com os partidos – tem ocupado parte importante do debate. Debate que não é apenas sobre o “papel” da “lista aberta” “em si”, mas sobre os “efeitos” decorrentes da sua combinação com a legislação eleitoral brasileira como um todo. Legislação considerada “permissiva”, em virtude da possibilidade de coligação na proporcional – que descaracteriza o “cociente partidário” (Tavares, 1999; 2003) –, da alta magnitude dos distritos (que incentiva a um número grande de candidatos) e, por fim, antes de modificações legislativas, da chamada “Lei do Candidato Nato” (que garantia vaga aqueles que tinham mandato) e da ausência de um mecanismo que coibisse a migração partidária.

Como se viu, muitos são os efeitos “previstos”, pela literatura mais crítica, para essa legislação eleitoral “permissiva”, dentre eles: individualismo político (carreiras políticas desprovidas de recursos “coletivos e partidários”), baixo cultivo de imagem partidária (dado o caráter “personalíssimo” da campanha eleitoral proporcional), ausência de um papel “ativo” dos partidos na produção da representação (“qualquer um” pode ser candidato, pois o partido “conta menos” que o candidato na eleição), alta competição intrapartidária e, por fim, na arena parlamentar, partidos pouco coesos e sem identidade.

O que se buscou, no presente trabalho, foi justamente problematizar, por via empírica, seguindo os passos de um conjunto de trabalhos que vem se estabelecendo na produção da ciência política brasileira, esse diagnóstico mais “alarmista” em relação à lista aberta. Evidentemente, a limitação do estudo, principalmente quanto à dimensão dos chamados “selectorates”, da “agência” responsável pela montagem das listas partidárias, não nos permite fazer afirmações mais “rigorosas” quanto aos efeitos do tipo de lista em questão no “grau” efetivo de controle dos partidos sobre a definição de candidaturas nas proporcionais.

Nesse ponto, o que se viu, tão somente, é que – por mais que a “literatura crítica” do sistema de lista aberta enfatize o “jogo livre” nas proporcionais – os

partidos, até por suas características organizacionais próprias (mais de “massa” ou mais de “quadros”, no sentido de Duverger), guardam, para si, como afirma Braga (2008) uma “linha de autoridade” interna, seja como faz o PT, pela “filtragem” já no estatuto de quem pode se candidatar (sua “concepção de candidato”) e pelo papel de seus órgãos de decisão internos (“mandatados”, como afirmou um dirigente entrevistado), seja, como se viu no PP, pelo papel jogado pelo diretório estadual que, dependendo do “caso”, pode “entrar em campo” para, dentro de determinada margem de manobra, definir candidaturas, a despeito da “descentralização” do processo de prospecção de candidatos em coordenadorias do partido.

Por outro lado, nossa pesquisa possibilita, sim, problematizar alguns dos supostos “efeitos” da lista aberta sobre o “perfil geral” do político brasileiro: que seria, necessariamente, individualista, pouco devedor das organizações partidárias e, geralmente, “resultado” dos recursos que dispõe. De fato, tal visão não pode ser “generalizada”, como se, enfim, os efeitos da “lista aberta” fossem “invariantes” (Marengo dos Santos, 2003) sobre os partidos políticos, fomentando um mesmo padrão (baixo) de lealdade em todos eles. Não são.

Para além da “confirmação” do caso mais notável de consistência de vínculos partidários no Brasil, o do PT, já tão bem trabalhado pela literatura sobre recrutamento parlamentar (Marengo dos Santos, 2000; 2001; 2003; Marengo e Serna; 2007), este trabalho encontrou, por meio do cotejo do tempo médio de filiação dos candidatos de onze partidos, outras organizações, diversas do PT no espectro ideológico, que mantém certa lealdade organizativa, em virtude de sua própria trajetória e enraizamento regional. PMDB e PP, devedores do bipartidarismo “originário” do multipartidarismo atual, se destacaram, na realidade regional aqui pesquisada, nesse ponto, suplantando seus “partidos vizinhos” no Estado: PSDB e DEM.

Nesse caso, como se buscou argumentar do quarto capítulo, a trajetória estadual das duas legendas, desde a extinção do bipartidarismo até agora, pode ter utilidade explicativa para o maior “grau” de vinculação de seus quadros pesquisados

em relação a outras legendas. O PMDB/RS por ter se mantido “coeso” em virtude da relevância político-eleitoral, conformadora de identidade, que o antigo MDB conquistou, ao longo do período autoritário, para suas lideranças estaduais. Isso permitiu que o partido permanecesse, no RS, alheio à “arenização” ocorrida no PMDB nacional, resistisse à “tentação” do ressurgimento do trabalhismo com a abertura democrática e, por fim, à própria fundação do PSDB estadual, na época em que o PMDB nacional já começava a ver sua identidade ser “esfacelada” nacionalmente.

O PP/RS, principalmente, por aquilo que se chamou de papel das “lideranças médias” (Madeira, 2002), isto é, quadros partidários que, longe do poder estadual, mantiveram o partido “vivo”. Um núcleo (Filomena, 2010) que mantém o controle do partido. Além disso, se viu, em diálogo com outros trabalhos, como o de Quadros (2011), que o partido passa por um processo de “revisão” de sua identidade, revendo a postura de “direita envergonhada”.

Assim, ainda quanto à consistência dos vínculos partidários e, por conseqüência, ao grau de institucionalização partidária, levantou-se aqui a possibilidade de, para além da disposição dos partidos no eixo esquerda-direita, ela se explicar pela trajetória regional de cada partido no pós-redemocratização. Hipótese que julgamos a mais plausível para interpretação do caso estudado.

Ainda no âmbito do necessário “individualismo” dos “políticos brasileiros”, de carreira pouca afeita às estruturas partidárias e ao “capital coletivo”, se viu, tal como mostraram Marengo e Serna (2007), diferenças na distribuição do “capital associativo” entre as organizações partidárias pesquisadas, de forma que esse “recurso” é mais mobilizado nas carreiras dos quadros políticos de esquerda, normalmente devedoras da representação coletiva e da ativação de “redes” de apoio e militância. Esse dado, que foi trabalhado no quarto capítulo, contraria, assim, a ideia de um “perfil geral” de políticos forjados apenas pela posse de recursos individuais, em um contexto de alta “personalização” da política engendrado pela lista aberta.

No âmbito do perfil socioeconômico dos candidatos, como mostrado na primeira parte do quarto capítulo, ficou evidenciado, quanto ao perfil ocupacional, o peso maior da profissionalização política no nível de hierarquia da carreira legislativa com que se trabalhou na presente pesquisa: 20% do total de candidatos declararam à justiça eleitoral, terem a política como atividade principal. Dentre os eleitos para a Câmara dos Deputados, 77,% estavam nessa condição. Ainda no quarto capítulo, ao se avaliar a experiência política dos candidatos, encontrou-se a concentração dos quadros experientes nos três partidos que também haviam atingido o maior tempo médio de filiação partidária: PT, PP e PMDB, confirmando a força regional dessas legendas.

Especificamente acerca da “personalização” geral e irrestrita da campanha eleitoral proporcional, também argumentada por Mainwaring (1991) contra o sistema de lista aberta, que bloquearia a possibilidade de promoção da imagem pública das legendas, observou-se o HGPE nas proporcionais, tal como dito pela literatura (Schmitt et. al. ,1999; Dias, 2009), como uma possibilidade de reforço da identidade pública dos partidos, da promoção de seus símbolos, em síntese: como um mecanismo, presente na legislação eleitoral, que, dentro de suas limitações de tempo e formato, pode ajudar para que as “marcas” de cada partido sejam conhecidas do público. O desempenho do PTB nesse quesito, partido que não faz parte do grupo dos pequenos partidos de “esquerda” (Mainwaring, 1991) que seriam os únicos a tentarem promover sua identidade pública, mesmo que seja apenas o desdobramento de uma questão conjuntural, atesta que qualquer partido, de direita ou de esquerda, pode se utilizar do HGPE como expediente para promoção de sua imagem pública. Além disso, se mostrou que, para além da questão ideológica, outras “lógicas” conjunturais e também institucionais, como as coligações, conformam as estratégias eleitorais de promoção partidária no HGPE.

A respeito da chamada “lista informal”, no entanto, as conclusões não podem ser as mais pretensivas: a eficácia das proporcionais, no sentido de cada partido, por meio de fornecimento diferenciado de “tempo”, “selecionar” os eleitos, está longe

de ser comprovada. Uma hipótese mais “fraca”, de que o HGPE pode, no entanto, fornecer informações e, da mesma forma, atuar com mecanismo de “checagem” de informações recebidas por outros meios pode ser, no entanto, considerada para estudos futuros. Além disso, ainda nesse plano, a distribuição do tempo entre os candidatos, como discutido no quinto capítulo, obedeceu, na presente pesquisa, a uma lógica diferenciada conforme o tamanho do partido: partidos pequenos, como PSOL, PSB e PCdoB, com poucos candidatos competitivos, optaram pela alta estratificação do Tempo de TV. Partidos grandes, como PT, PMDB e PP, pela exposição “média” de seus candidatos.

De qualquer forma, mais que uma projeção de desempenho, de cada partido, com o objetivo de fornecer “incentivos” ao candidato que realmente tem chance de ser eleito, nos parece que a “correlação de forças” interna, como diz Albuquerque et. al. (2008), pode ter força explicativa para estratégias de maior ou menor estratificação de tempo. Em partidos menores, em que máquina é disponibilizada para algumas lideranças, essa “racionalidade eleitoral” é possível. Em partidos maiores, o tempo é repartido igualitariamente. Por fim, dada a opção de muitas “siglas” pela exposição média de seus candidatos, não é possível afirmar que a priorização partidária de candidatos é um “regra” dos HGPE, isto é, que, de fato, os partidos estão sempre “operando” no sentido de montar uma “lista informal”.

O tratamento empírico do sistema eleitoral de lista aberta, assim como de alguns aspectos da legislação eleitoral, possibilitou avaliar os desdobramentos fáticos e concretos que ele exerce. Menos que deduções, se buscou, com todas as limitações possíveis, avaliar como alguns “efeitos” atribuídos à legislação eleitoral se materializam na realidade.

Um dado interessante, nesse caso, é o da suposta proliferação de candidatos em virtude da magnitude dos distritos. Há de se lembrar, sobre isso, não apenas a dificuldade de encontrar “gente disposta a concorrer”, como relataram três dos quatro dirigentes pesquisados, mas também o percentual de candidatos a deputado federal preenchido por partidos e coligações, em 2010, vis-à-vis o limite legal: 40,1%

do total legal permitido.

Por fim, o principal objetivo desse trabalho, em que pese as dificuldades de sua realização pela obtenção dos dados – bastante difícil em virtude da pluralidade de fontes a que se teve de recorrer – foi, basicamente, “radiografar” o perfil de recrutamento à representação política nas eleições estaduais de 2010. Acredita-se, em consonância com trabalhos já realizados em outros Estados da federação – Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Pará, entre outros –, que este é um bom caminho, não apenas para se avaliar, empiricamente, e não de forma dedutiva, os efeitos do sistema eleitoral e da legislação eleitoral brasileiros nas práticas de partidos e candidatos, mas também por permitir uma aproximação empírica com o perfil e as características das legendas em âmbito estadual.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. Política partidária e política midiática: substituição ou coexistência. *Contemporânea* (Rio de Janeiro), Salvador, v. 3, n. 1, p. 11-41, 2005.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Notas para uma agenda da pesquisa sobre a propaganda política na televisão no Brasil. *Eco* (UFRJ), v. 12, p. 4-10, 2010.

ALBUQUERQUE, Afonso de; STEIBEL, Fabro Boaz e CARNEIRO, Carolina Maria Zoccoli. A Outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. Dados [online]. 2008, vol.51, n.2, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 de março de 2010. doi: 10.1590/S0011-52582008000200008

AIBUQUERQUE, Afonso de; MARTINS, Adriane Figueirola. Apontamentos para um modelo de análise dos partidos na Web. *Anais do XIX encontro da Compós*, Rio de Janeiro, junho de 2010.

ALMEIDA, A. 2006. Amnésia eleitoral : em quem você votou para Deputado em 2002? E em 1998? *In* : SOARES, G. A. D. & RENNÓ, L. (orgs.). *Reforma política : lições da história recente*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas.

ALTMANN, Cristina (2010). Política local e seleção de candidatos a vereador: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008. Pelotas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas.

ALTMANN, Cristina. Seleção de candidaturas partidárias: categorias de análise e estudos de caso. *Revista Pensamento Plural*, v. 05, p. 181-186, 2010.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil. Tese de doutorado, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

ÁLVARES, M. L. M. (2006). Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. 5º Encontro da ABCP. Belo Horizonte. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21_7_2006_18_0_39.pdf>.

ÁLVARES, M. L. M.. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. *Dados* (Rio de Janeiro), v. 51, p. 895-939, 2008b.

ÁLVARES, M. L. M.. Recrutamento Político & seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no Jardim Secreto. In: VI Encontro da ABCP, 2008, Campinas -SP. VI Encontro da ABCP, 2008a.

ÁLVARES, M. L. M. . O GTE e o recrutamento de candidaturas no Partido dos Trabalhadores. In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2009, Caxambu. 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2009.

AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opin. Publica* [online]. 2011, vol.17, n.1, pp. 1-44

AMES, Barry. "Electoral Strategy Under Open-List Proportional Representation". *American Journal of Political Science*, vol. 39, nº 2, pp. 406-433, 1995.

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ARAÚJO, Clara & ALVES, José Eustáquio D. (2007) Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre As Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 50, n. 3, pp. 535-577. Rio de Janeiro.

BOLOGNESI, Bruno. Candidatos e Eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições 2006. Dissertação de mestrado em Sociologia, Curitiba: UFPR, 2009.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Santa Catarina, Vol. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Recrutamento de elites políticas na região metropolitana de Porto Alegre. In: II Seminário Nacional de Sociologia e Política - Tendências e Desafios Contemporâneos, 2010, Curitiba - PR. Anais do II Seminário Nacional de Sociologia & Política, 2010.

BORDIGNON, R. R.. Recursos sociais e recrutamento de candidatos a cargos legislativos no Rio Grande do Sul entre 1998 e 2006.. In: III Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2011, Curitiba - PR. Anais do Evento 2011, 2011.

BOURDIEU, Pierre. (1989). O Poder Simbólico. 10a Edicao. Sao Paulo: Bertrand do Brasil.

Las formas del capital. Capital económico, capital cultural y capital social. In BOURDIEU, Pierre. Poder, Derecho Y Clases. Sociales.Espanha : Editorial Desclee de Brouwer : 2000, pág. 148-149

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opin. Publica*, Campinas, v. 14, n. 2, Nov. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S010462762008000200008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de março de 2010. doi: 10.1590/S0104-62762008000200008.

BRAGA, M. S. S.; VEIGA, Luciana Fernandes . Eleições de 2008: quem e como selecionam as listas partidárias às Câmaras de três cidades brasileiras. In: ANPOCS, 2009, Caxambu. 33 Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

BRAGA, M. S.; VEIGA, Luciana F. ; MIRIADE, A. . Recrutamento e Perfil dos Candidatos e dos Eleitos à CD nas Eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 24, p. 123-142, 2009.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra . Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)*, v. 16, p. 107-130, 2008.

CAREY, John e SHUGART, Matthew. (1995), "Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas". *Electoral Studies*, vol. 14, nº 4, pp. 417-439.

CARNEIRO, Andrea Rodrigues. Processo de Seleção de Candidatos ao Cargo de Deputado Federal no Estado do Rio de Janeiro - Organizando as "Peças" do "Quebra-Cabeça". Tese de doutorado em Ciência Política, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

CARREIRAO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opin. Publica* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp. 136-163.

CERVI, Emerson U. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília – DF, nº 4, 2010, p. 135 a 167.

CINTRA, Antônio Octávio. Sistema eleitoral. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CORADINI, Odaci Luis. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites

políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 195-217, 2007.

CORBELLINI, Juliano. O poder como vocação: o PFL na política brasileira (1984-2002). Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

CORBELLINI, J.. Hipóteses sobre a consolidação do novo sistema partidário: uma crítica à crítica dos partidos políticos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998.

COX, Gary W. *Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral Systems*. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

DAMIN, Cláudio. Júnior; REBELLO, Maurício Michel. Perfil dos candidatos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para a 52ª legislatura (2007-2010). *Revista Estudos Legislativos*, v. 3, p. 79-106, 2009.

ALBUQUERQUE, A. de; DIAS, M. R. "Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil". *Civitas — Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 2, p. 309-326, 2002.

DIAS, Marcia Ribeiro. Projeção da imagem partidária nas estratégias de campanha na televisão: uma análise do HGPE 2002. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, Mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582005000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 de agosto de 2009. doi: 10.1590/S0011-52582005000100006.

DIAS, M. R.. Coadjuvantes no próprio espetáculo: os partidos políticos na propaganda eleitoral brasileira. Paper apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu.

DIAS, M. R.; MENEZES, Daiane Boelhouwer; FERREIRA, Geison da Cunha. A quem serve o Graal: um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus Projetos de Lei na ALERGS (2003 a 2006). In: 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010, Caxambu. 34º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 2010.

DIAS, M. R.. Nas Brumas do HGPE: a Imagem Partidária nas Campanhas Presidenciais Brasileiras (1989 a 2010). Paper apresentado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, 2011, Caxambu.

DOGAN, Mattei. (1999), "Les Professions Propices à la Carrière Politique. Osmose, Filières et Viviers", in M. Offerlé (ed.), *La Profession Politique (XIXe-XXe siècles)*.

Paris, Éditions Belin, pp. 171-199.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582002000200005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 de março de 2010. doi: 10.1590/S0011-52582002000200005.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. São Paulo: Ed. da FGV, 1999.

FILOMENA, Cesar Luciano. Partidos e clivagem social: a relativização do senso comum: o caso do sistema partidário de Porto Alegre (1988-2008). In: II Encontro Internacional de Ciências Sociais, 2010, Pelotas - RS. Anais do II Encontro Internacional de Ciências Sociais. Pelotas-RS: Editora Universitária/UFPEL, 2010.

GALLAGHER, Michael & MARSH, Michael (eds.).(1988), *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. Londres, Sage.

GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008

GRILL, Igor Gastal. (2003), *Parentesco, Redes e Partidos: As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Porto Alegre, IFCH-UFRGS

GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da "tradição trabalhista" no Rio Grande do Sul. *Dados* [online]. 2005, vol.48, n.3, pp. 525-556.

GRILL, Igor Gastal. Consagração de um "legado" e o "espólio" em disputa: homenagens a Getúlio Vargas e Leonel Brizola. *Ciências Humanas em Revista*, v.7, n.1, São Luis/MA, 2009

HEINZ, Flávio Madureira (Org.). *Por outra história das elites*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. v. 01. 224 p.

KLEIN, Cristian. O desafio da reforma política: conseqüências dos sistemas eleitorais de listas aberta e fechada. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 111 p.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. (2005), *O PT e o Dilema da Representação Política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos ; RENNÓ, Lúcio . Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. *Opinião Pública (UNICAMP)*, v. 9, p. 44-67, 2003.

LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. São Paulo, Civilização Brasileira, 2003.

LIMA, Rafael Nachtigall de. Vereadores eleitos deputados no RS nas eleições 2002, 2006 e 2010: uma análise de carreiras políticas. In: IV Seminário Nacional de Ciência Política, 2011, Porto Alegre. ANAIS - IV Seminário Nacional de Ciência Política, 2011.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.). Sistema eleitoral brasileiro — teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, Iuperj, 1991

LIMA JR, Olavo Brasil de . O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1997.

LIMONGI, Fernando (2003). Mesa Reforma política: "Coligações, Voto Distrital e Voto Proporcional de Lista Fechada" In: Maria Victória Benevides, Paulo Vanuchi e Fábio Kerche. (Org.). Reforma Política e Cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, v. , p. 266-299.

MADEIRA, Rafael Machado. ARENA ou ARENAS? A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MADEIRA, R. M.. Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

MAINWARING, Scott. "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais - O Brasil numa Perspectiva Comparada". Novos Estudos, CEBRAP, nº29, 1991.

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Ed. FGV, 2001

MALUF, Rui Tavares. A Carreira Política na Câmara Municipal de São Paulo. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2006.

MALUF, R. T..Carreiras Políticas no Brasil: Amadores e de Passagem nas Câmaras Municipais de SP e RJ. Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, v. 2, n. 1, Campinas/SP, 2010.

MANCINI, P. & SWANSON, D. L. (1996). Politics, Media and Modern Democracy : An

International Study of Innovations in Electoral Campaigning and Their Consequences. London : Praeger.

MARCHETTI, Vitor; CORTEZ, Rafael. A competição política vai aos tribunais: a atuação do TSE no registro e cassação de mandato. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambú. Grupo de Trabalho 06: Controles democráticos e instituições políticas, 2009.

MARENCO DOS SANTOS, André. (2000), Não se Fazem mais Oligarquias como Antigamente. Recrutamento Parlamentar, Experiência Política e Vínculos Partidários entre Deputados Brasileiros (1946-1998). Tese de Doutorado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARENCO DOS SANTOS, André. Sedimentação de Lealdades Partidárias no Brasil: Tendências e Descompassos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 69-83, 2001.

MARENCO DOS SANTOS, André. Partidos em carne e osso: votos e deputados nas eleições de 2002. Cadernos ADENAUER (São Paulo), Rio de Janeiro, v. IV, n. 01, p. 21-37, 2003.

MARENCO DOS SANTOS, André. Regras Eleitorais Importam? Modelos de Listas Eleitorais e seus Efeitos sobre a Competição Partidária e o Desempenho Institucional. Dados (Rio de Janeiro), v. 49, p. 721-749, 2006.

MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 64, p. 93-113, 2007.

MARQUES, José Elias Domingos. Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal aspectos teóricos e um estudo de caso. São Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos.

MASSIA, L. P. ; BARRETO, A. . O Perfil dos Candidatos e dos Eleitos à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul nas Eleições de 2006. In: XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel, 2011, Pelotas. XIII Encontro de Pós-Graduação da UFPel, 2011.

MAYER, Rodrigo; BABIRESKI, Flavia . Recrutamento partidário: relações de poder. In: II Seminário Nacional Sociologia e Política: Tendências e Desafios Contemporâneos, 2010, Curitiba. Anais 2010, 2010.

MEIRELLES, Mauro. Imaginários políticos e religiosos no sul da América do Sul. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, L. F.. Apelos discursivos em campanhas proporcionais na televisão. *Política & Sociedade*, v. 16, p. 151-175, 2010.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, 2006a. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 de março de 2010. doi: 10.1590/S0011-52582006000400002.

NICOLAU, Jairo. Lista Aberta, Lista Fechada. In: Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006b, v. , p. 133-137.

NICOLAU, Jairo. Voto Personalizado e Reforma Eleitoral no Brasil. In: Lúcio Rennó; Gláucio Soares. (Org.). *Reforma Política: Lições da História Recente*. : FGV Editora, 2006c

NICOLAU, Jairo. Cinco Opções, Uma Escolha: O Debate sobre Reforma do Sistema Eleitoral no Brasil. *Plenarium*, v. 4, p. 70-78, 2007.

NICOLAU, Jairo. A Reforma da Representação Proporcional no Brasil. In: Maria Victória Benevides; Paulo Vannuchi; Fábio Kerche. (Org.). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Fundação perseu Abramo, 2003, v. , p. 201-224.

NICOLAU, Jairo; SCHMITT, R. A.. *Sistema Eleitoral e Sistema Partidário*. Lua Nova, Rio de Janeiro, v. 36, p. 129-147, 1995.

NOHLEN, D. “Los sistemas electorales entre la ciencia y la ficción. Requisitos históricos y teóricos para una discusión racional”, *Revista de Estudios Políticos*, 42, 1984.

NOLL, M. I.; LEAL, C. A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores: São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre. In: *ENCONTRO DA ABCP*, 6., 2008. Campinas. Anais... Campinas: ABPC, 2008.

NORRIS, Pippa. (1997). *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa. Electoral engineering: voting rules and political behavior. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

PERISSINOTTO, Renato M. ; MIRIADE, A..Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006.. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 52, p. 301-333, 2009.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de Partido: a organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POPKIN, Samuel L.. The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaigns. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

POWER, T.; ZUCCO JR, C. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication. Latin American Research Review, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Progressistas, mas conservadores: a ideologia do Partido Progressista (PP) no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

RENNÓ, Lúcio. O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e *accountability* nas eleições de 2002 para a CD. In : SOARES, G. A. D. & RENNO, L. (orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RESENDE, Claudio Lobenwein. Background e a Construção da Carreira Política de Deputados Estaduais Brasileiros. *Todavia*, v. 1, p. 81-102, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins, Quem é quem na Constituinte; uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp/Maltese, 1987.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, p. 31-47, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Mudanças na classe política brasileira. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2009.

SAMUELS, David. Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato:Evidências sobre o Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000300008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 04 de março de 2010. doi: 10.1590/S0011-52581997000300008.

SAMUELS, David. "Progressive Ambition, Federalism, and Pork-Barreling in Brazil", in *Legislatures and Democracy in Latin America*. Scott Morgenstern e Benito Nacif (eds.) Nova York: Cambridge University Press, 2002.

SANTIN, Ricardo João. *Construção de um partido político: a trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho*. Porto Alegre: Berthier, 2005.

SANTOS, Julio César Andrade dos. *Coligações em Eleições Municipais: Porto Alegre (2004 e 2008)*. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SARTI, Ingrid. A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 30, ano 11, fevereiro de 1996. São Paulo, ANPOCS, pp. 129-138.

SHUGART, Matthew. (2001), "'Extreme' Electoral Systems and the Appeal of the Mixed-Member Alternative", in M. Shugart e M. Watterberg (eds.), *Mixed Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds?* Oxford, Oxford University Press.

SHUGART, M.S. (2005) 'Comparative electoral systems research: the maturation of a field and new challenges ahead', in M. Gallagher and P. Mitchell (eds.) *The Politics of Electoral Systems*, Oxford: Oxford University Press, 25–56.

SIAVELIS, P. M., & MORGENSTERN, S. (2004). *Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America. A Framework for Analysis*. Paper na *Pathways to Power: Political Recruitment and Democracy in Latin America*. Winston-Salem: Wake Forest University.

SILVA, Janaína Ruviano. *Imagem partidária no horário gratuito de propaganda eleitoral brasileiro (2004 A 2008)*. Comunicação apresentada no X Salão de Iniciativa Científica – PUCRS, 2009.

SILVA, Julio Cesar Gonçalves da. *Partido, política e organização : o PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)*. Dissertação (mestrado em Ciência Política). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2011.

SCHMITT R.; CARNEIRO, L.P. & KUSHNIR, K. *Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais*. Dados, vol. 42, nº 2. Rio de Janeiro, 1999.

TAVARES, José Antônio Giusti. *Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: Teoria, Instituições, estratégia*. Rio de Janeiro, Relume-dumará, 1994.

TAROUCO, Gabriela da Silva (1999). O Partido da Frente Liberal: Trajetória e Papel no Sistema Político. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

TAVARES, José Antônio Giusti. O problema do cociente partidário na teoria e na prática brasileiras do mandato representativo. Dados, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581999000100005&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 04 de março de 2010. doi: 10.1590/S0011-52581999000100005.

TAVARES, José Antonio Giusti - "A mediação dos partidos na democracia representativa brasileira" in: TAVARES, José Antonio Giusti (Org.) - O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira, Brasília, Instituto Teotônio Vilela. 2003, p. 281.

WRIGHT MILLS, C. A elite do poder. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Referências Webliográficas

www.tse.jus.br

www.tre-rs.gov.br

www.al.rs.gov.br/

<http://www2.camara.gov.br/>

www.dem.org.br

http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/652/entrevistados/antonio_britto_1988.htm.

www.pmdb-rs.org.br/

www.psdbrs.com.br/

www.pp-rs.org.br

www.ptrs.org.br/

<http://riograndedosul.pps.org.br/>

www.pdtrs.org.br/

www.ptbrs.org.br/

<http://www.istrs.org.br/>

<http://www.senado.gov.br/>

<http://www.youtube.com/user/PDTRS?feature=watch>

<http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/eleicoes-2010>

ANEXO 1 – Dados sobre os candidatos dos partidos políticos (PSOL, PT, PCdoB, PDT, PSB, PMDB, PPS, PSDB, PTB, DEM, PP)

PSOL

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
ALCINO EVELASIO DA ROSA	5054	Associação de Moradores da Vila Lupicínio Rodrigues/ Sindicalista (Municipários)	NÃO TEM	Servidor Público Municipal	30/09/2009/ 1 ano	NÃO
ALEX SANDRO CAIEL DA SILVA	5090	Associação dos trabalhadores da brigada militar	NÃO TEM	Policia Militar	SEM DATA	SIM http://alexcaiel2010.blogspot.com/
ANTONIO ARLAN BRUM NUNES	5000	Sindicalista do CPERS	NÃO TEM	Servidor Público Estadual	30/09/2005/ 5 anos	NÃO
ANTONIO GERALDO DE SOUZA HENRIQUES FILHO	5088	ABSDAER (Associação beneficente do DAER)	Ex-Vereador/Suplente deputado federal (assumiu)	Contador	19/09/2005/ 5 anos	
ANTONIO LEITE RUAS NETO	5001	Movimento Ecologista	NÃO TEM	Servidor Público Estadual	29/09/05/ 5 anos	SIM http://antonio-ruas5001.blogspot.com/
ARILTON SERAFIM CARDOSO	5012	Movimentos de base da Igreja	NÃO TEM	Servidor Público Federal	27/09/2007/ 3 anos	NÃO
ARINO DA ROSA MACIEL	5052	Sindicato dos Calçadistas de Sombrio e Praia	NÃO TEM	Trabalhador de Fabricação de Calçados e Artefatos de Couro	20/09/2005/ 5 anos	NÃO

Grande/ MST/ MTD						
CELEDO HEITOR ELZ NETO	5011	Movimento Estudantil/ ONG Ambientalista	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	31/03/2009/ 1 ano	SIM http://celedoneto.blogspot.com/
CLEONICE SALETE BOEIRA BAO	5066	Sindicalista do CPERS	NÃO TEM	Servidor Público Estadual	30/09/2005/ 5 anos	NÃO
EGIDIO LUIZ PAOLIN	5062	Conselho de Representantes Sindicais dos Servidores Municipais de Porto Alegre (CORES) e há quatro anos milita na base do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA).	NÃO TEM	Servidor Público Municipal	24/09/2007/ 3 anos	NÃO
ELISABETE PEREIRA LOPES	5078	NÃO TEM	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	03/01/2006/ 4 anos	NÃO
EMERSON MARTINS DUTRA	5077	Dirige o Sindicato dos Rodoviários.	NÃO TEM	Outros	27/09/2005/ 5 anos	SIM http://emersondutra.deputadofederal5077.blogspot.com
EUCLIDES ZAMPEZE FABIO	5060	NÃO TEM	NÃO TEM	Advogado	30/09/2005/ 5 anos	NÃO
ROBERTO MORAES LEMES	5003	Movimento de Economia Solidária	NÃO TEM	Economista	30/09/2005/ 5 anos	NÃO
GILSON LUIZ BANKER DA SILVA	5056	Sindicato dos Funcionários de Sindicato do RS (SindiSindi)	NÃO TEM	Comerciante	04/07/2009/ 1 ano	NÃO

JEFFERSON FRAGA DA SILVA	5005	Movimento Estudantil	NÃO TEM	Advogado	30/09/2008/ 2 anos	NÃO
JORGE RICARDO MOREIRA	5051	Participou da fundação da FENASPS, do Sinsprev-SP, atuou junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fernandópolis Militante das causas da juventude secundarista em Viamão e Porto Alegre. É coordenadora estadual do movimento de juventude Contestação.	NÃO TEM	Servidor Público Federal	14/04/2009/ 1 ano	NÃO
JULIANA PAIVA PALHARES	5025		NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	29/09/2009/ 1 ano	SIM http://www.jupalhare.com.br/
LUCAS MATHEUS DE SOUZA	5008	Movimento Estudantil	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	27/01/2008/ 2 anos	NÃO
LUCIANA KREBS GENRO	5050	NÃO TEM	Ex- Deputada estadual/ Deputada Federal (2 mandatos)	Política (Deputada)	16/09/2005/ 5 anos	SIM www.lucianagenro.com.br/
LUIS FELIPE MELO BALHEGO	5055	movimento estudantil	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	30/01/2006/ 4 anos	SIM http://lip5055psol.blogspot.com/
MAICON NACHTIGAL L	5010	NÃO TEM	NÃO TEM	Servidor Público Federal	30/03/2009/ 1 ano	SIM http://maiconnachtigall.blogspot.com/
MARCIO RODRIGO	5030	ativista e dirigente sindical atua na	NÃO TEM	Servidor Público Federal	30/09/2009/ 1 ano	SIM http://diariodocandido.blogspot.com/

DE VARGAS		Intersindical.				ato. wordpress.com/que m-e/
MARIO AUGUSTO CORREIA SAN	5002	Movimento Estudantil	NÃO TEM	Historiador	27/09/2005/ 5 anos	NÃO
SEGUNDO PAULO ROGERIO BENITES	5080	É membro do CIPA e participa da Oposição Sindical Sindicalista na secretaria de saúde do trabalhador há mais de cinco anos pelo Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre	NÃO TEM	Recepcionista	30/09/2005/ 5 anos	SIM http://rogeribenites.blogspot.com/
PAULO SERGIO DA SILVA	5069		NÃO TEM	Outros	04/10/2007/ 3 anos	NÃO TEM
ROBERTO SCHNEIDER SEITENFUS	5070	Militante do movimento GLBT e de Direitos Humanos.	NÃO TEM	Outros	30/09/2005/ 5 anos	SIM http://www.roberto5070.blogspot.com/
ROSANI IARA DOS SANTOS FEIL	5007	NÃO TÊM	NÃO TEM	Servidor Público Municipal	08/04/2009/ 1 ano	NÃO
SANDILEUZA BORGES SHEILA	5024	NÃO TÊM	NÃO TEM	Outros	06/10/2007/ 3 anos	NÃO
ITALIA RODRIGUES DE MACEDO	5023	NÃO TÊM	NÃO TEM	Comerciário	06/10/2007/ 3 anos	NÃO
SILVIA REGINA SOUZA VIEIRA	5020	Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS (GAPA/RS) e coordenadora do	NÃO TEM	Servidor Público Federal	SEM DATA	NÃO

WINNIE DE CAMPOS BUENO	5099	grupo de pessoas vivendo com HIV/AIDS. Além disso, é militante do Movimento Negro Unificado (MNU / SINDISPREV-RS. Movimento Estudantil	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	SEM DATA	NÃO
------------------------	------	--	---------	--	----------	-----

PT

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
CLEMENTE KRECHOWIEKI	1347	NÃO TEM	NÃO TEM	Servidor Público Federal	22/07/98/ 12 ANOS	SIM http://www.clemente1347.com.br/
DIONILSO MATEUS MARCON	1355	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ Movimento Sem Terra	Deputado estadual	Político	05/05/95/ 15 ANOS	SIM http://www.deputadomarcon.com.br/z10/
DIRCEU SILVA LOPES	1303	Movimento Sociais/ Pastoral	ex- secretário municipal/ ex-vereador/ ex-secretário de estado/ Secretário executivo ministério da agricultura	Outros	09/11/83/ 27 anos	SIM http://www.dirceulopes.com/Inicial
ELVINO BOHN GASS	1320	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município /Foi também um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores, presidindo a CUT/Missões e sendo secretário agrário da CUT/RS e integrando o	Ex-Vereador/ Deputado Estadual	Político	1985/ 25 ANOS	SIM http://www.bohngass.com.br/

Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT/ Pastoral						
EMILIA THEREZINHA XAVIER FERNANDES	1311	Sindicalista (CPERS)	Ex-Vereadora/ Ex-Ministra/ Ex-Senadora/ Deputada Federal	Servidor Público Estadual	04/05/01/ 9 ANOS(*ex PTB e PDT)	SIM http://www.deputadaemiliafernandes.com.br/home.php
FABIANO PEREIRA	1321	Pastoral/ CLEBS/ Movimento Estudantil	Ex-Vereador/ Ex-secretário municipal/ Deputado Estadual/ Presidente da AL	Político	25/07/91/ 19 ANOS	SIM http://www.fabianopereira.blog.br/
FERNANDO STEPHAN MARRONI	1345	Federação dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) / Sindical	Ex- Prefeito/ Deputado Federal	Engenheiro/ Político	06/04/89/ 21 ANOS	SIM www.fernandomarroni.com.br/
GILBERTO JOSE SPIER VARGAS	1301	Movimento Estudantil	Ex-Vereador/ Ex-Deputado Estadual/ Ex-Prefeito/ Deputado Federal	Político	13/09/91/ 19 ANOS	SIM http://www.pepevargas.com.br/z10/paginas/home.php?menu=home
HENRIQUE FONTANA JÚNIOR	1313	NÃO TEM	Ex- Vereador/ Ex-Secretário Municipal/ Deputado Federal (3 mandatos)	Médico/ Administrador de Empresas / Político	27/08/87/ 23 ANOS	SIM http://www.henriquefontana.com.br/
IVAR PAVAN	1330	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Deputado Estadual	Agricultor	17/04/88/ 12 ANOS	SIM http://www.ivarpavan.com.br
LAURO POGOZELSKI	1390	Movimeto Comunitário/ Movimento Social/ Cooperativas	NÃO TEM	Agricultor	18/03/89/ 21 anos	SIM http://lauropogozelski.net/blog/?page_id=2
LUIS FERNANDO RIBEIRO DE SOUSA	1331	NÃO TEM	NÃO TEM	Militar	SEM DATA	SIM http://www.capitaoluisfernando.com.br/
MARCO AURELIO SPALL MAIA	1314	Movimento Sindical	Ex- Secretário de Estado/ Ex- Presidente de Estatais/Deputado	Político	24/07/87/ 23 ANOS	SIM http://www.marcomaia.com.br/

			Federal	index.php?page=perfil		
MARIA DO ROSARIO NUNES	1370	Movimento Sindical (CPERS)	Ex-Vereadora/ Ex-Deputada Estadual/ Deputada Federal (2 mandatos)	Professor de Ensino Fundamental	25/11/95/ 15 ANOS* (ex-PCdoB)	SIM http://www.maria1370.com.br/
MIRIAM ELIZANA DA LUZ MOURA	1324	NÃO TEM	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	30/05/02/ 8 anos	NÃO
NEUSA MARIA VELLEDA DA ROSA	1308	NÃO TEM	NÃO TEM	Aposentado (Exceto Servidor Público)	17/02/94/ 16 ANOS	NÃO
PAULO ADALBERTO ALVES FERREIRA	1351	Pastoral da Juventude da Arquidiocese de	NÃO TEM	Historiador	28/11/85/ 25 ANOS	SIM http://www.ferreiranaweb.com.br/biografia/
PAULO ROBERTO SEVERO PIMENTA	1307	Movimento Estudantil	Ex-Vereador/ Ex-Deputado Estadual/ Ex-vice Prefeito/ Deputado Federal	Político	17/04/85/ 25 ANOS	SIM http://pimenta1307.com.br/
RONALDO MIRO ZULKE	1300	Movimento Estudantil/ Movimento Sindical (CPERS)	Ex- Vereador/Deputado Estadual	Político	05/06/81/ 19 ANOS	SIM http://www.zulke1300.com.br/otos.php
DOUTORA SUZANA	1344	Movimento Estudantil e Médico	Ex-Vereadora/ Ex-secretária de saúde/ Vice-prefeita	Médico	21/09/03/ 7 ANOS	SIM http://votesuzana.blogspot.com/search?updated-max=2010-07-14T03%3A26%3A00-03%3A00&max-results=7

PCdoB

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
------	--------	---------------------	----------------------	---------------------	------------------------	----------

ANDRE CASSIO DA SILVA OLIVEIRA	6555	NÃO TEM	Vereador	Político (Vereador)	30/08/07/ 3 anos	NÃO	
ASSIS FLAVIO DA SILVA MELO	6510	preside o Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul	Vereador	Operador de Aparelhos de Produção Industrial	13/09/91/ 19 anos		SIM http://www.assismelo6510.com.br/
CARIN ISABEL DRIES	6775	NÃO TEM	NÃO TEM	Professor de Ensino Médio	31/10/07/ 3 anos*(Ex-PMDB)	NÃO	
CARMEN REGINA DE LIMA ABRAHAO	6513	diretora licenciada do SEMAPI RS/ Ex-diretora sindical da AFUFE (Associação de funcionários da FASE E FPE), ex-secretária de Políticas Sociais da CUT RS, Ex-conselheira fiscal da CTB/FRACAB, da Criação da UAMPA, do Movimento Unificado da Mulher Gaúcha	NÃO TEM	Outros	29/10/01/ 9 anos		SIM http://reginaabrahamo6513.com.br/contato/
JOAO DA FONTOURA SOUZA NETO	6556	NÃO TEM	NÃO TEM	Escritor e Crítico	04/05/88/ 22 anos	NÃO	
JOSE GARIBALDI BORIN COLVEIRO	6522	NÃO TEM	NÃO TEM	Aposentado	23/09/2003/ 7 anos	NÃO	
JULIANO ROSO	6533	Movimento estudantil secundarista/ Ocupou espaços de liderança no ME entre eles a vice-presidência da UNE entre 1998/1999.	Vereador	Professor de Ensino Médio	09/08/93/ 17 anos*(Foi do PT)		SIM http://www.julianoroso.com.br/
JULIO CEZAR JORGE MARTINS	6560	Movimento Estudantil Secudarista/ Vice - Presidente da UEE/RS - UNIÃO ESTADUAL DE ESTUDANTES	Vereador	Advogado	10/05/88/ 22 anos	NÃO	
MANUELA PINTO	6565	Foi conselheira do	Ex-	Política(Deputa	31/07/00/ 10 anos		SIM

VIEIRA D AVILA		Conselho Universitário da UFRGS, coordenadora do Centro de Estudantes de Ciências Sociais, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes, Diretoria do SATED/RS (Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Rio Grande do Sul) Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul/Associação Americana de Juristas e da Federação Nacional dos Advogados	Vereadora/Deputada Federal	da)		http://www.manuela6565.com.br/conheca_a_manu
NEIDMAR ROGER CHARAO ALVES	6550		NÃO TEM	Ator e Diretor de Espetáculos Públicos	13/11/02/ 8 anos	SIM http://www.neidmarroger.com.br/
OSCAR JOSE PLENTZ NETO	6502		NÃO TEM	Advogado	05/10/2007/ 3 anos*(Foi do PPS)	SIM http://oscarplentz.com.br
VALTER LUIZ OLIVEIRA DA ROSA	6500	NÃO TEM	NÃO TEM	Arquiteto	06/05/08/ 2 anos	SIM http://valterdarosa.blogspot.com/2009/04/modelo-de-curriculo.html

PDT

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
ADOLAR RODRIGUES QUEIROZ	1210	NÃO TEM	Ex-vereador/ secretário municipal da Saúde e de Obras/ vice-prefeito	Comerciante	21/06/85/ 25 anos	SIM http://adolarqueiroz.wordpress.com/
AFONSO ANTUNES DA MOTTA	1200	Presidente da AGERT - RS -- Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão	NÃO TEM	Advogado	14/03/84 / 26 anos	SIM http://www.blogdonovo.com.br/sitecamp/home/index.php

ALBERTO MAIOLI	1236	NÃO TEM	ex-Vereador	Outros	25/06/93/ 17 anos	NÃO
ANA MARISE FRANTZ PEREIRA	1251	NÃO TEM	Ex-Secretária Municipal de Educação	Aposentado (Exceto Servidor Público)	20/08/84 / 26 anos	SIM http://anafrantz1251.blogspot.com/
ANTONIO ALTAIR PUSCHNERAT	1260	NÃO TEM	Ex-Prefeito/ Vereador	Comerciante	03/02/06 / 4 anos	NÃO
ANTONIO CLAUDIO MARQUES CASTILHO	1270	NÃO TEM	NÃO TEM	Médico	13/07/09 / 1 ano	NÃO
CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA	1212	Movimento estudantil	Ex-Vereador/ Ex-Deputado Estadual/ Ex-Deputado Federal	Procurador de Justiça	1981/ 29 anos	SIM http://www.vieiradacunha1212.com.br/site/index.php
CLEBERTON LUIZ MARTINS	1244	Movimento Estudantil	NÃO TEM	Outros	1998/ 12 anos	SIM http://www.luizinho1244.com.br/
DÉLCIA GLACI DOS SANTOS CARVALHO	1255	<i>Líder comunitária/</i>	NÃO TEM	Dona de Casa	24/04/91/ 19 anos	NÃO
EDSON LUIS LAGO DA SILVA	1227	Movimento Comunitário	NÃO TEM	Administrador	19/05/88/ 22 anos	SIM http://umamigoverdadeiro.blogspot.com/
ENIO EGON BERGMANN BACCI	1277	Movimento estudantil	Ex-vereador/ Deputado Federal (4 mandatos)/ secretário de segurança	Advogado	1981/ 29 anos	SIM http://www.eniobacci.com.br/
FLAVIO LUIZ SILVA DE SOUZA	1215	Movimento negro	NÃO TEM	Militar Reformado	24/09/09/ 1 ano	SIM http://flaviodesouza.eiche.com.br/
FLAVIO PERCIO ZACHER	1234	Movimento Estudantil	NÃO TEM (assessor Ministro do Trabalho)	Empresário	21/08/91/ 19 anos	SIM www.flaviozacher.com.br/
GILMAR SOUZA FIGUEIREDO	1258	Movimento Estudantil/ Movimento Sindical (Diretor da Força Sindical)	NÃO TEM	Artesão	2007/ 3 anos	NÃO

GIOVANI CHERINI	1221	NÃO TEM	Deputado Estadual/ Presidente da AL	Político (Deputado)	22/03/90/ 20 anos	SIM http://www.giovanicherini.com/
JOÃO FRANCISCO FERNANDES DE QUADROS	1206	ONG MAIS RS	NÃO TEM	Empresário	10/11/08/ 2 anos	SIM http://www.joaquadros.com.br/
JOSE ARY BRENOL ANDRADE	1222	Associação Esportiva/Sindicato dos Aposentados	NÃO TEM	Aposentado (Exceto Servidor Público)	29/09/03/ 7 anos	SIM www.josearybrenol.com.br/
KALIL SEHBE NETO	1250	NÃO TEM	Ex-Vereador/ Ex- Deputado Estadual/ Ex-Secretário de Estado	Político (Deputado)	26/03/92/ 18 anos	SIM www.kalilsehbe.com.br/
KATIA GRAZIELA AJALA DA ROSA	1269	NÃO TEM	NÃO TEM	auxiliar administrativa	16/10/02/ 8 anos	NÃO
LEILA KATHIA CASTRO CONCEIÇÃO	1245	NÃO TEM	NÃO TEM	Manicure e Maquilador	16/07/07/ 3 anos	
MARCELO ZAPPE BISOGNO	1207	Associação esportiva	Ex-vereador	Outros	02/04/03/ 7 anos	NÃO
ROGÉRIO VIEIRA	1233	NÃO TEM	NÃO TEM	Eletricista e Assemelhados	12/10/01/ 9 anos	NÃO
RUDNEI DOUGLAS DA SILVA	1202	Movimento Comunitário	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	01/10/09/ 1 ano	NÃO
SILVIA DANIELA PINTO MACEDO	1265	NÃO TEM	NÃO TEM	Administrador	01/03/91/ 19 anos	SIM
SUEME POMPEO DE MATTOS	1213	NÃO TEM	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados (CONSELHEIR A TUTELAR)	23/08/97/13 anos	SIM www.suemepompeodemattos.com.br
VERA INACIA EUZÉBIO D	1268	NÃO TEM	NÃO TEM	Dona de Casa	07/05/07/ 3 anos	NÃO

AVILA

PSB

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
ALEXANDRE RUBIO ROSO	4020	NÃO TEM	Ex-vereador/ Vice-Prefeito/ Secretário Municipal	Médico	30/09/05/ 5 ANOS	SIM http://www.alexandreroso.com.br/
CILDA JULIETA GOLDSCHMIDT	4030	Movimento de Mulheres	Vereadora	Política	14/06/2003/ 7 ANOS	NÃO
CLAUDETE LANGENDORF MACHADO	4023	Líder Comunitária	Ex-Vereadora/ Vice-Prefeita	Funcionário Público/ Político	06/04/93/ 17 ANOS	NÃO
DOMINGOS SAVIO SALVADOR	4089	Movimento católico	Vereador	Contabilista/ Político	14/10/1997/ 13 ANOS	NÃO
GUSTAVO BAPTISTA EBOLI	4011	Presidente da Associação dos Farmacêuticos do RS, do Conselho Regional de Farmácia, Conselho Federal de Farmácia em Brasília, e da Federação Pan-Americana de Farmácia	NÃO TEM	Farmacêutico/ Professor Universitário	21/09/09/ 1 ano	NÃO
IRANI COELHO FERNANDES	4000	Associação de Militares	NÃO TEM	Militar	21/04/2007/ 3 ANOS	NÃO
JANE SILVEIRA DE MIRANDA	4049	NÃO TEM	NÃO TEM	Agente Administrativo	16/05/03/ 7 anos	NÃO
JOAO RAMOS FILHO	4013	NÃO TEM	NÃO TEM	Pescador	03/09/2003/ 7 ANOS	NÃO
JOSE LUIZ STEDILE	4080	<i>Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Porto Alegre</i>	Ex-Prefeito	Metalúrgico/ Sindicalista	29/09/2005/ 5 ANOS (*Ex. PT)	SIM http://www.jlstedile.com.br/

LUIS CARLOS TROMBETTA	4088	NÃO TEM	Vereador	Professor Universitário	10/01/2005 / 5 ANOS	SIM professortrombeta.blogspot.com/
LUIZ NOE SOUZA SOARES	4004	Movimento Estudantil (Diretor da UNE)	Vereador/ Secretário Municipal	Agricultor/ Advogado	05/06/1998/ 12 ANOS	SIM www.luiznoe.com.br/
LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE	4040	Movimento estudantil	Ex-Deputado Estadual/ Ex-Secretário de Estado/ Deputado Federal (3 mandatos)	Advogado	1986/ 24 ANOS	SIM www.betoalbuquerque.com.br/
MARCELO PARMEGGIANI	4070	Atuação estudantil e sindical	NÃO TEM	Advogado/Professor de Ensino Médio	27/09/05/ 5 anos	NÃO
MARIA NELI OLIVEIRA FERRANTI	4077	Movimeto Social e comunitário (PASTORAL DA AIDS)	NÃO TEM	Professor de Ensino Fundamental	10/04/1995/ 15 ANOS	SIM professoramarianeli4077.blogspot.com/
MARIA REJANE MULLER PIRES	4060	NÃO TEM	NÃO TEM	Outros	25/09/1999/ 11 ANOS	NÃO
NELMO GONCALVES DE OLIVEIRA	4014	NÃO TEM	Vereador	Advogado/Político	23/01/2007/ 3 ANOS	SIM vereadornelmooliveira.blogspot.com/
OTAVIO MAXIMILIANO REICHERT	4069	Diretor de Base do Sindicato dos Trabalhadores no Judiciário Federal – SINTRAJUFE	NÃO TEM	Servidor Público Estadual	2007/ 3 ANOS	SIM http://www.otavio4069.com/
RICARDO JOSE NUNCIO	4012	Presidente da ONG socioambiental Presidência dos	NÃO TEM	Engenheiro	01/09/09/ 1 ano	SIM ricardonuncio.blogspot.com/

			engenheiros agrônomos de Porto Alegre Trabalha em cooperativa				
RONALDO CASSIMIRO LORENZEN PIPPI	4010	NÃO TEM	NÃO TEM	Advogado	SEM DATA	SIM ipedc.org.br/	
ROSELAINÉ VARGAS BICCA DA COSTA	4001	NÃO TEM	NÃO TEM	Professor de Ensino Fundamental	15/09/2007/ 3 ANOS	NÃO	
ROSIMERI SILVA XAVIER	4066	NÃO TEM	NÃO TEM	Secretário e Datilógrafo	SEM DATA	NÃO	
SANDRA MARA REY BRANCO	4033	NÃO TEM	NÃO TEM	Dona de Casa	30/09/03/ 7 anos	NÃO	
VICENTE PAULO DE OLIVEIRA SELISTRE	4050		Presidente do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom; Vice-Presidente Nacional de CTB(Central de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil)	Ex-Vereador /Sindicalista/Sapateiro/Advogado	29/09/1995/ 15 ANOS	SIM www.vicenteselistre.com.br/	

PMDB

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
ALCEU MOREIRA DA SILVA	1500	Famurs	Vereador/ Ex-vice Prefeito/ Ex-Prefeito/ Deputado Estadual/ Ex- Secretário de Estado / Presidente da Assembléia Legislativa	Comerciário/Político	1980/ 30 anos (MDB)	SIM
ALEXSANDER KNAK	1520	NÃO TEM	NÃO	Advogado/ Empresário	1999/ 11 anos	SIM http://www.alexknak.com.br/blog/
ARLINDO SIGNOR	1505	NÃO TEM	Ex-Vereador/ Ex-secretário municipal	Promotor de eventos	1982 / 30 anos (MDB)	SIM
DANIEL VARGAS DE	1516	NÃO TEM	NÃO TEM	Advogado/	1993/ 17 anos	SIM

FARIAS				Servidor Público		
DARCÍSIO PAULO PERONDI	1502	Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos	Deputado Federal (4 mandatos)	Médico / Político	1993/ 17 anos	SIM
DEISI MATTOS SOUZA	1569	NÃO TEM	NÃO TEM	Secretária	17/09/09/ 1 ano	NÃO
ELISEU LEMOS PADILHA	1566	Presidente de Associação Comercial/ Associação de Empresas Loteadoras	Ex Prefeito/ Ex-Secretário de Estado/ Ex- Ministro dos Transportes/ Deputado Federal (3 mandatos) Ex-deputado estadual/ ex- Vereador/ Diretor de Secretarias de Estado/ Presidente de Estatal	Advogado e Empresário / Político	1986/ 24 anos (MDB/ 1966)	SIM
ELMAR ANDRÉ SCHNEIDER	1515	NÃO TEM	NÃO TEM	Radialista	1980/ 30 anos (MDB)	SIM
EVANDRO DE OLIVEIRA	1580	Movimento da Renovação Carismática da Igreja Católica/ Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal.	NÃO TEM	Advogado/ Servidor Público Federal	1992/ 18 anos	NÃO
FABRÍCIO ZAMPROGNA MATIELLO	1562	NÃO TEM	NÃO TEM	Advogado/ Professor Universitário	2006/ 4 anos	NÃO
FERNANDO SCORTEGAGNA	1588	Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Passo Fundo	Ex-Vereador/ Ex-Secretário Municipal/ Ex-diretor de secretaria de estado	Advogado	1998/ 12 anos	NÃO
FRANCISCO AZAMBUJA BARBARÁ	1509	NÃO TEM	Vereador / Ex-Secretário Municipal	Advogado	27/09/07/ 3 anos	SIM
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO	1510	Liderança Estudantil	Ex-Vereador/ Ex-Deputado Estadual/ Ex-Secretário de	Advogado/ Político	1986/ 24 anos*ex-PDS	SIM

JOSÉ ANTÔNIO KANAN BUZ	1530	NÃO TEM	Estado/ Deputado Federal (4 mandatos) Ex- Vereador/ Ex-vice Prefeito/ Ex-Deputado Estadual	Médico			NÃO
JULIO CESAR NUNES DE OLIVEIRA	1545	Associação de Cirurgiões Dentistas	NÃO TEM	Dentista	2007/ 3 anos		NÃO
LEILA DA ROCHA LEITE	1535	NÃO TEM	NÃO TEM	Outros	14/10/86/ 24 anos		NÃO
LEVI LORENZO MELO	1551	Associação Médica de Gravataí / Atuação na classe médica	Vereador	Médico	2007/ 3 anos		SIM
LUIZ FERNANDO SALVADORI ZÁCHIA	1511	Dirigente do Sport Club Internacional	Ex-Vereador/Ex-Secretário de Estado/ Deputado Estadual/ ex-Presidente da AL	Administrador de Empresas	1991/ 19 anos		SIM
MARLENE KOEPEL BACKES	1570	Não tem	Vereadora	Estudande/ servidora pública	1999 / 11 anos		NÃO
MAURO PEREIRA	1577	NÃO TEM	Diretor de Fundação do Estado/Vereador/ Secretário Municipal	Político	1995/ 15 anos		SIM
OSMAR GASPARINI TERRA	1522	Atuação junto a classe média (sindicato médico)	Ex-Prefeito/ Secretário de Estado/ Deputado Federal(2 mandatos)	Médico / Político	1986/ 24 anos		SIM
OTTO ALBINO GERHARDT NETO	1555	Sindicato Rural de Carazinho	NÃO TEM	Agropecuaria	2008/ 2 anos		NÃO
PAULO ROGÉRIO SANTOS DA SILVA	1523	NÃO TEM	NÃO TEM	Autônomo	15/09/05/ 5 anos		NÃO
SÉRGIO MARQUES SIQUEIRA	1560	Associação dos Idosos	ex-vereador	Empresário	26/03/99/ 11 anos		NÃO

PSDB

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
------	--------	---------------------	----------------------	---------------------	------------------------	----------

ADÃO CANABARRO PRESTES	4540	NÃO TEM	Ex-vereador	Advogado	2002/ 8 anos	NÃO SIM http://ademirschneider-rs.blogspot.com/www.ademir4555.com.br
ADEMIR JOSE SCHNEIDER	4555	NÃO TEM	Ex- vereador/ ex-prefeito	Empresário	1997/ 13 anos	NÃO
ANA MARIA VERLI DA SILVEIRA	4541	NÃO TEM	NÃO TEM	Pedagoga	02/10/2007 / 3 anos	NÃO
CARLOS ADÃO DA ROSA SILVA	4554	NÃO TEM	NÃO TEM	Aposentado	27/02/03/ 7 anos	NÃO
CARLOS ERI LIMA	4522	Sindicalista, foi secretário geral do Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre e delegado representante junto à federação nacional dos estivadores do Rio de Janeiro.	Vereador	Político (Vereador)	27/09/2007/ 3 anos	NÃO
CARLOS HEITOR ALVES DOURADO	4563	NÃO TEM	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	28/08/2002/ 8 anos	SIM carlosheitoralvesdourado.wordpress.com/
CLAUDIO CASTANHEIRA DIAZ	4512	Sindicato dos Leiloeiros Rurais	Ex-vereador/ presidente da câmara de rio grande, deputado federal (foi do MDB)	Veterinário	1988 / 22 anos	SIM http://www.claudiadiaz.com.br
DIRNEI DA SILVA SEVERO	4560	NÃO TEM	NÃO TEM	Fotógrafo e Assemelhados	10/04/2008/ 2 anos	NÃO
ELSA HELBLING BEATRICI	4544	NÃO TEM	NÃO TEM	Aposentado	02/12/02/ 8 anos	NÃO
HELOISA HELENA ENNES SCHWONKE	4595	NÃO TEM	NÃO TEM	Artesão	11/03/2007/ 3 anos	NÃO

LANE HELENA TOSCA TOLDO	4507	NÃO TEM	NÃO TEM	Comerciante	21/09/2005 / 5 anos	NÃO
MAURO DE SENA PEREIRA	4523			Engenheiro	12/01/2009/ 1 ano	NÃO SIM
NELSON MARCHEZAN JUNIOR	4545	NÃO TEM (Família Marchezan)	Deputado estadual	Político (Deputado)	27/09/99/ 11 anos	http://www.marchezan.com.br/
NILSA TEREZINHA CAPIEM DE FIGUEIREDO	4588	Cooperativista	NÃO TEM	Outros/ Psicóloga	27/10/1995 / 15 anos	NÃO
PAULO ADIR FERREIRA	4513	NÃO TEM	NÃO TEM	Taxista	03/10/97/ 13 anos	NÃO
PAULO ANTÃO AZAMBUJA BAPTISTA	4521	NÃO TEM	NÃO TEM	Aposentado	08/03/1992/18 anos	NÃO
PETER SILVA DA SILVA	4590	NÃO TEM	NÃO TEM	Gerente	25/09/2007 / 3 anos	SIM <i>peterfaleiro4590.blogspot.com/</i>
RICARDO GUIMARÃES MOURA	4511	NÃO TEM	Diretor de Administração e Planejamento do DAER/ Diretor do Detran	Advogado	30/09/05/ 5 anos	NÃO
RUY PAULETTI	4500	Associação de Universidades	Ex-deputado estadual deputado Federal (foi do PRP- Partido de Representação Popular)	Político(Deputado) / Professor Universitário/ Ex -Reitor da UCS	03/10/01/ 9 anos	SIM http://www.ruypauletti.com.br/

PTB

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
ANA ALICE FELBERMAYER CASTELLAN	1402	NÃO TÊM	NÃO TÊM	Outros	14/05/07/ 3 anos	NÃO
ANDRESSA ZANOTELLI CASTELAN	1444	NÃO TÊM	NÃO TÊM	Outros	24/05/05/ 5 ANOS	NÃO

ANGELA JACQUELINE PACHE	1407	Líder comunitária	NÃO TEM	Servidor Público Municipal	10/03/2003/ 7 ANOS	NÃO
DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ-	1401	Associação esportiva	NÃO TEM	Atleta Profissional e Técnico em Desportos	10/04/07/ 3 ANOS	SIM http://danrlei.com.br
ELIR DOMINGO GIRARDI	1422	NÃO TEM	Ex-Prefeito/ Ex- Presidente da Famurs	Contador	18/11/1996/ 14 ANOS	SIM http://chicorocha.net/blog/
FABRICIO CKLESS TAVARES DA SILVA	1400	NÃO TEM	Ex-secretário Municipal/Vice-Prefeito	Advogado	12/06/91/ 18 ANOS	SIM http://www.fabriciotavares1400.com.br/
FRANSCISCO ESPINDOLA	1418	Sindicato dos os Trabalhadores nos Transportes <i>Rodoviários</i> Interestaduais	NÃO TEM	Motorista	12/09/03/ 7 ANOS	NÃO
GERMANO CABRERA MENDES	1442	NÃO TEM	Vereador	Servidor Público Estadual	28/09/07/ 3 ANOS	SIM http://germanocamacho.blogspot.com/2010/04/bol-etim-prevencao-ao-crack.html
JOÃO EDUARDO QUEVEDO REYMUDE	1451	Sindicato dos Agentes Penitenciários/Diretor da Força Sindical	Diretor de Fundação	Servidor Público Estadual	12/11/08/ 2 anos*	SIM http://www.reymunde.com.br/blog/
JOSE LUIS RODRIGUES DE FREITAS ISERHARD	1441	NÃO TEM	NÃO TEM	Servidor Público Federal	30/09/09/ 1 ANO	NÃO
LUIZ CARLOS GHIORZZI BUSATO	1414	Associação de Engenharia/ Associação de Construtores/ Associação de Corretores de Imóveis	Ex Vereador/ Deputado Federal, secretário municipal	Político (Deputado)	30/05/03/ 7 ANOS	SIM www.busatocanoas.com.br

LUIZ CARLOS REPISO RIELA	1420	NÃO TEM	Ex-Vereador/Ex- Deputado estadual/Ex- deputado Federal/Ex- Prefeito	Advogado	1990/ 20 ANOS	SIM http://www.caiores.com.br/
MAURÍCIO ALEXANDRE DZIEDRICKI	1477	NÃO TEM	Vereador/ Secretário Municipal	Político (Vereador) Servidor Público Estadual	05/04/99/ 11 anos	SIM <u>http://www.mauriciors.com.br</u>
NEUSA MARIA MACHADO ZOCH	1481	Movimento Negro	NÃO TEM		27/03/2003/ 7 ANOS	NÃO
PAULO ROBERTO PUGLIERO GONCALVES	1425	Movimento comunitário	NÃO TEM	Advogado	12/09/1995 / 15 ANOS	SIM http://paulopugliero1425.com.br/
RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	1423	Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Vereador/ ex- secretário municipal/ ex-presidente de estatal	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	21/04/1997 / 13 ANOS	SIM http://www.ronaldonogueira.com.br/
SERGIO IVAN MORAES	1412	NÃO TEM	Ex-Vereador/ Ex- Deputado Estadual/Ex-Prefeito/ Deputado Federal	Político (Deputado)	10/04/90 / 20 ANOS	SIM deputadosergiomoraes.com.br
SÉRGIO DALBON	1433	NÃO TEM	NÃO TEM	Agente administrativo	02/10/2009/ 1 ANO	SIM http://www.dalbon1433.com.br/
SÔNIA MARIA ZOTTIS BENELLI	1428	NÃO TEM	Ex-secretária municipal	Dona de casa	SEM DATA	NÃO
VOLNEI TESSER	1470	NÃO TEM	Ex-Vereador/Ex- secretário municipal	Servidor Público Municipal	02/10/2009/ 1 ANO	SIM http://www.volneitesser1470.com.br/

PP

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
Afonso Hamm	1166	Ex- presidente de Associação dos	Foi Diretor da EMATER/	Político (Deputado)	1995/ 15 anos	SIM www.afonsohamm.c

		Arrozeiros/ Diretor técnico da Federação dos Produtores de Arroz / Associação dos Engenheiros Agrônomo de Bagé/ Trabalhou no Ministério da Agricultura	Deputado Federal / Ex-vereador/ ex - secretário municipal da Agricultura/ Trabalhou no Ministério da Agricultura				<i>om.br/</i>
Afrânio Pedro Capelli	1113	Não tem	NÃO TEM	Empresário	03/10/09/ 1 ano	NÃO	
Andréia Pereira Fioravante	1116	NÃO TEM	NÃO TEM	Advogada	10/07/2009/ 1 ano	NÃO	
CLECI MARIA DE FREITAS JORGE BENDER	1177	Movimento Comunitário	NÃO TEM	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	01/07/2007/ 3 anos	NÃO	
Hildo Ney Caspary	1162	NÃO TEM	Vereador	Empresário.	14/09/1995/ 15 anos	SIM	
Jane Andreola Oliboni	1123	APAE	Vereadora	Psicóloga	14/09/95/ 15 anos	SIM	http://www.jane1123.com.br/
João Carlos Salvador Rodrigues	1199	NÃO TEM	NÃO TEM	Fotógrafo e Assemelhados	21/09/95/ 15 anos	NÃO	
José Otávio Germano	1112	OAB	Foi Presi. da A.L./ Ex-Sec. Estadual Segurança. Dep. Federal / Trabalhou no Ministério do Turismo	Político (Deputado)	1980/ 30 anos	SIM	http://joseotaviogermano.blogspot.com/
Jerônimo Goergen	1133	NÃO TEM	Deputado Estadual do PP Foi Presidente Estadual Trabalhou no Ministério da Agricultura	Político (Deputado)	30/10/95/ 15 anos	SIM	www.jeronimogoergen1133.com.br/
Luiz Carlos Heinze	1144	Associação dos Arrozeiros de São Borja	Deputado Federal Ex-Prefeito Ex- Secretário	Político (Deputado)	30/03/92/ 18 anos	SIM	www.deputadoheinze.com.br/

Luiz Carlos Tramontini	1121	Associações de Arrozeiros Ex- Membro de Cooperativa de Garimpeiros	Municipal da Agricultura Ex-Vereador / Concorreu a Deputado Federal.	Servidor Público Estadual	15/12/81/ 29 anos	NÃO
Maria Ângela Pellin	1188	Líder comunitária/	NÃO TEM	Administrador	13/08/07/ 3 anos	NÃO
Maria Manoela Nunes	1155	NÃO TEM	NÃO TEM	Servidora Pública Aposentada	12/09/00/ 10 anos	NÃO
Pedro Reus Nardes	1145	Governador do Rotary / Presi. Assoc. Produtores de Soja RS.	Ex-Vereador/	Empresário	30/10/81/ 29 anos	SIM http://www.nardes.com.br/
Renato Molling	1122	famurs	Deputado Federal / Ex-Prefeito.	Político (Deputado)	1993/ 17 anos	SIM www.renatomolling.com.br/
Salézio Dagostim	1100	Ex-Presi.Sindicato Contadores RS /	NÃO TEM	Contador	21/09/99/ 11 anos	SIM www.dagostim.com.br/
Sarita Marta Stroher	1117	NÃO TEM	NÃO TEM	Auxiliar de Escritório e Assemelhados	27/09/2007/ 3 anos	NÃO
Vilson Covatti	1111	NÃO TEM	Vereador/ Deputado Federal / Deputado Estadual/ Foi Presidente da A.L.	Político (Deputado)	12/05/82/ 28 anos	SIM www.vilsoncovatti.com.br/

DEM

NOME	NÚMERO	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	EXPERIÊNCIA POLÍTICA	PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	DATA/TEMPO DE FILIAÇÃO	TEM SITE
AIRTON CORRÊA DOS SANTOS	2510	NÃO TEM	NÃO TEM	Outros / Taxista	SEM DATA	NÃO
DANIELLY SILVEIRA DE SOUZA	2521	NÃO TEM	NÃO TEM	Estudante, Bolsista,	10/08/2009 / 1 ANO	

				Estagiário e Assemelhados		
EDUARDO RAFAEL VIERA OLIVERA	2552	Movimento estudantil	Vereador/ Ex-Secretário Municipal	Advogado/ Político	11/10/01/ 9 ANOS	SIM http://gabineteitinerante.blogspot.com/
HERICA DIANE RIBEIRO PEREIRA	2532	NÃO TEM	NÃO TEM	Secretário e Datilógrafo	25/02/08/ 2 ANOS	NÃO
JORGE VARGAS MARTINS	2551	Associação Bancada Militar http://www.bancadamilitar.org.br/abm-36.htm	NÃO TEM	Militar Reformado	16/08/07/ 3 anos	NÃO
JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DA LUZ	2500	NÃO TEM	Ex-prefeito	Gerente	19/12/95/ 15 ANOS	
LAURO RICARDO PILLAR BRONZONI	2531	Presidente de associação estudantil local(na juventude)	NÃO TEM	Policia Militar	02/03/1988/ 22 ANOS	NÃO
LUCIANA CEZAR PEREIRA	2501	NÃO TEM	NÃO TEM	Outros	14/04/07/ 3 anos	NÃO
MARCO ANTONIO LANG	2525	NÃO TEM	Ex-vereador/ deputado estadual	Político (Deputado) Servidor	30/09/99/ 11 ANOS	http://marquinholang.blogspot.com/
MATTEO ROTA CHIARELLI	2545	NÃO TEM (Família Chiarelli)	Deputado Federal (4 meses)	Público Federal (Professor Universitário)/ Advogado	30/12/85/ 25ANOS	SIM http://www.matteochiarelli.com.br/
ONYX DORNELLES LORENZONI	2522	Presidente, Sindicato dos Médicos Veterinários do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984-1990.	Ex-Deputado Estadual/ Deputado Federal	Empresário e Médico Veterinário / Deputado	1997/ 13 anos	SIM http://www.onyxlorenzoni.com.br/
PATRIC CAVALCANTI	2555	Movimento comunitário, onde foi presidente do bairro São José e da Uampaf	Vereador	Comunicólogo / Radialista	14/02/91/ 19 ANOS	SIM http://patric2555.com.br/

PAULO RENATO PULZ	2518	NÃO TEM	NÃO TEM	Comerciante	25/09/2007/ 3 ANOS	SIM http://www.paulopulz.com.br/p/sobre-mim.html
-------------------	------	---------	---------	-------------	-----------------------	--

Anexo 02 – Roteiro das Entrevistas com os Dirigentes Partidários

Dados políticos:

Partido:

Tempo de filiação:

O sr (a) já pertenceu a outro partido? Qual (is)? Por quanto tempo?

Caso afirmativo, por que mudou de partido?

Qual a razão de ter escolhido estar filiado ao atual partido?

Quais os cargos eletivos e não eletivos ocupados pelo sr (a)?

Exerce ou já exerceu outras atividades no partido?

Cargo exercido atualmente no partido:

Tempo no cargo:

Natureza do cargo (regional, estadual ou nacional):

1) Quais atributos (caraterísticas) são necessários para que alguém seja filiado ao seu partido?

2) Quais atributos (caraterísticas) são necessários para alguém sair candidato a deputado federal pelo seu partido?

2.a) Especificamente, em termos políticos:

(i) História no partido e experiência política?

(ii) Ter votos?

(iii) Ter recursos para custear a campanha?

2.b) Na sua opinião, qual atributo (característica) é determinante para alguém sair candidato pelo seu partido? Quem tem mais chances de figurar na lista final do seu partido?

8) Na sua opinião, o que é necessário para que alguém se eleja deputado

federal pelo seu partido?

9) O seu partido costuma ajudar os candidatos? Isso é possível? Como? Existe algum tipo de incentivo a candidatos específicos?

10) Como é feita a distribuição de recursos (dinheiro, tempo de TV) entre os candidatos no seu partido?

11) Qual é o papel do horário eleitoral na eleição proporcional?

12) Quem participa do processo de seleção de candidatos no seu partido? Quem decide quais os nomes que irão figurar na lista final? Como se dá esse processo? Qual é o grau de controle do partido sobre ele? O processo é sempre o mesmo, independentemente do cargo em questão (deputado estadual ou federal)?

13) Qual é o grau de participação dos membros do partido nas decisões sobre a composição da lista final de candidatos?

14) Quais são estratégias utilizadas para a elaboração da lista? Há indicações? Quem costuma indicar? Pela sua experiência, quanto tempo leva a montagem de uma lista?

15) Por que, normalmente, os partidos não conseguem completar a lista com o número máximo de vagas? No caso de seu partido, isso é comum? Por quê? Faltam candidatos ou é um estratégia do próprio partido? É possível que algum candidato seja "cortado"?

16) O seu partido procura evitar a competição entre candidatos dentro da lista (no caso, a nominata à Câmara dos Deputados)? Como isso é possível?

17) Qual é a sua avaliação das cotas para mulheres?

18) O senhor é a favor da adoção do sistema de lista fechada? Por quê?

Anexo 3 – Versão estatutária da filiação partidária de Álvares, 2004

Quadro 2- Versão estatutária da filiação partidária de Álvares, 2004

Partido	Quem são os filiados	Como se dá a filiação	Direitos do filiado	Deveres do filiado
PMDB	Os cidadãos maiores de 16 anos em pleno gozo de seus direitos políticos, comprometidos em atuar politicamente conforme as deliberações partidárias e obediência às normas estatutárias”	Pedido em quatro vias à comissão executiva municipal ou zonal, correspondente ao domicílio eleitoral do eleitor, abonado por um filiado do mesmo diretório (eleito), sendo uma via afixada na sede do partido para avaliação de fiança ou contestação.	Participação ativa no partido e nos processos de decisão; votar e ser votado (no prazo de carência de seis meses nas eleições dos órgãos do partido e de um ano para ser candidato ao cargo eletivo).	Comparecimento às reuniões e atividades partidárias, campanhas de candidatos, defesa do programa partidário, conduta ética pessoal e profissional compatível, respeito às decisões partidárias, e às candidaturas aprovadas em convenção; pagamento da contribuição financeira.
PSDB	Todo brasileiro eleitor, em pleno gozo de seus direitos políticos, comprometido com o cumprimento do programa e o estatuto partidário. Filiação especial: jovens com idade inferior à do alistamento eleitoral.	Fichas ou outros meios, encaminhados ao Diretório do município correspondente ao domicílio eleitoral do solicitante e abonadas por qualquer membro do Diretório, sendo uma via afixada na sede do partido para avaliação de fiança ou contestação,	Participar das atividades do partido, dos processos de decisão; defesa do programa e estatuto; ; votar e ser votado (no prazo de carência de seis meses nas eleições dos órgãos do partido e de um ano para ser candidato ao cargo eletivo); filiação é prioritária para ser candidato	Participação ativa no partido e nos processos de decisão; defesa do programa e estatuto; cumprimento às deliberações das instâncias do partido; ética pessoal, profissional e partidária e no mandato; votar e ser votado; relações de urbanidade com os demais membros; pagamento de contribuição financeira;

				solicitação prévia dos filiados com mandato que forem convidados para outros cargos de governo.
PT	Qualquer homem ou mulher a partir de 16 anos, comprometido com o Estatuto e demais documentos básicos nacionais pode ser admitido pela executiva do Diretório Municipal ou Zonal	Solicitação, através de formulários impressos pelo Diretório Nacional, à direção municipal ou Zonal, do respectivo domicílio eleitoral, com declaração de aceite das normas partidárias e do pagamento da contribuição devida; afixada na sede do partido para fiança ou contestação.	Participação ativa na elaboração e aplicação da política partidária e nos processos de decisão; ser denunciado, ser investigado, ser processado e defender-se de acusações; organizar-se em tendências internas para a defesa de posições políticas etc.	Participação das atividades de difusão de idéias e propostas partidárias; combate à discriminação social e étnica (de todas as formas); conduta compatível com os princípios éticos do partido; contribuição financeira; voto em candidatos indicados e participar de campanhas aprovadas nas instâncias partidárias etc
PC do B	Todo aquele maior de 18 anos que aceita o programa e o estatuto do partido, cumpre suas decisões, milita em uma das organizações de base e paga regularmente as contribuições estabelecidas. Filiação especial: jovens maiores de 16 anos e	Filiação individual e voluntária através de ficha nacional.	Eleger e ser eleito para órgãos do partido; comparecimento das atividades da vida partidárias; opinar e poder divergir mantendo a defesa das idéias etc.	Participação ativa na elaboração e aplicação da política partidária e no pertencimento ao sindicato de classe, salvaguardas da unidade e fidelidade partidária; filiação de novos integrantes; pagamento em dia das mensalidades etc.

	menores de 18.			
PSB	Todos que estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, e se comprometam com o manifesto, o programa e o estatuto do partido e a lutar pelos ideais socialistas para o desempenho da cidadania.	O pedido de filiação será feito ao Núcleo de Base ou a uma das Comissões executivas (Municipal Zonal ou Estadual), devendo ser abonado pelo presidente da Executiva Municipal ou por um filiado do partido, para o trâmite e aprovação ou impugnação etc.	Participação ativa no partido e nos processos de decisão; votar e ser votado nas eleições dos órgãos do partido, ou integrar a lista de candidatos eletivos, liberdade de opinião no exercício da igualdade de decisões e deveres etc.	Participação e apoio às campanhas eleitorais e de candidaturas do partido; atuação nos núcleos de Base e entidades da sociedade civil; comparecimento às reuniões dos órgãos que pertence; pagamento da contribuição.
PP	Pelos filiados que lhe deram origem e por todos os cidadãos que aceitarem seu programa e seus princípios programáticos, com exercício das atividades nos limites da autonomia política do Estado de Direito Democrático.	Ficha própria em quatro vias declarando aceitar as bases programáticas do partido, feita ao Diretório Municipal ou Zonal na área de circunscrição do eleitor, para o trâmite e aprovação ou impugnação etc.	Disputar cargo eletivo e ou partidário; rever decisões políticas frente aos órgãos partidários; impetrar recursos à Justiça etc.	Defesa ao regime democrático constitucional; defesa e difusão do programa partidário; votar e participar da campanha dos candidatos indicados pela Convenção; pagar a contribuição financeira estabelecida, renúncia ao mandato quando do desligamento do partido.

PFL	Eleitores em pleno gozo dos direitos políticos e que aceitem o programa e o estatuto do partido, obedecendo às formalidades de filiação.	Ficha modelo oficial sendo abonada por outro filiado e entregue à Comissão Executiva do Diretório Municipal, para o trâmite e aprovação ou impugnação etc .	Participação nos eventos partidários e nos processos de decisão; votar e ser votado nas eleições dos órgãos do partido, ou para os cargos públicos eletivos etc.	Participar das campanhas eleitorais e defender o programa e os candidatos do partido; votar nos candidatos do partido e pagar as contribuições estabelecidas pelo diretório; observar as medidas punitivas conforme a infração dentro do partido, entre as quais a infidelidade partidária etc.
PDT	Todos os Brasileiros maiores de 16 anos, identificados com os princípios partidários , propostos a lutar, pelos objetivos e a participar e contribuir com as normas do estatuto. Os índios podem votar e ser votados; os estrangeiros residentes podem filiar-se, conforme as normas legais.	Ficha de inscrição em três vias , abonada por filiado ao partido e encaminhada à executiva municipal para o trâmite e aprovação ou impugnação etc.	Participação nas atividades partidárias, votar e ser votado para os órgãos partidários, conforme o estatuto; garantia da defesa de opiniões contrárias dos filiados.	Participação, comparecimento, difusão e apoio das atividades partidárias, defesa das lutas sociais , apoio aos candidatos do partido e contribuição financeira. Reconhecer por escrito e publicamente que o mandato é do partido.
PTB	Os eleitores em gozo de seus direitos políticos e regularmente inscritos nos órgãos partidários.	Fichas padronizadas nacionalmente em duas vias, abonadas por qualquer filiado em gozo de direitos, são entregues ao diretório municipal ou zonal, estadual; para o trâmite	Participar de atividades partidárias, votar e ser votado desde que quite com a contribuição ao partido etc.	Fidelidade partidária, comparecimento às reuniões, difusão, defesa dos princípios partidários , pagamento da contribuição, acatamento das decisões e deliberações; apoio e

		e aprovação ou impugnação, etc. Jovens com idade inferior ao do alistamento, podem requerer filiação		trabalho aos candidatos do partido.
PL*	Eleitores em pleno gozo dos direitos políticos conforme a lei; jovens não-eleitores menores de 16 anos.	Fichas em modelo padrão nacional em três vias, declarando apoio ao programa do partido, entregues ao diretório municipal, regional ou nacional; para o trâmite e aprovação ou impugnação, etc. Jovens com 16 anos mas não eleitores, podem requerer filiação em quadro especial.		
PPS	Todo cidadão a partir dos 16 anos e em pleno gozo dos direitos políticos identificado com o programa e as normas estatutárias e que nele se filie.	Fichas em modelo padrão nacional, em duas vias, abonada por um membro do partido e encaminhada à direção local, para o trâmite e aprovação ou impugnação etc.	Participação nas atividades partidárias, livre acesso à informação, votar e ser votado nos órgãos dirigentes ou em cargos eletivos; liberdade de expressão, mesmo divergente do partido etc.	Comparecimento em todas as atividades inclusive campanhas partidárias; cumprimento do programa e estatutos, contribuição financeira.